



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

**LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2003,
de 19 de dezembro de 2003**



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

SUMÁRIO	ARTIGOS
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	01
LIVRO PRIMEIRO - SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	
TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	02 A 05
TÍTULO II - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	06
CAPÍTULO II - LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	07
TÍTULO III - IMPOSTOS	
CAPÍTULO I - IPTU	08 A 26
CAPÍTULO II - ITBI	27 A 44
CAPÍTULO III - ISSQN	45 A 101
TÍTULO IV - TAXAS	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	102 A 107
CAPÍTULO II - ESTABELECIMENTO, EXTRATIVISTA, PRODUTOR, IND. COM. SOCIAL, PRESTADOR DE SERVIÇOS	108 A 110
CAPÍTULO III - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO	111 A 123
CAPÍTULO IV - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	124 A 136
CAPÍTULO V - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIO	137 A 149
CAPÍTULO VI - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE APARELHO DE TRANSPORTE	150 A 162
CAPÍTULO VII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS	163 A 175
CAPÍTULO VIII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	176 A 187
CAPÍTULO IX - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ESTB. HORÁRIO ESPECIAL	188 A 200
CAPÍTULO X - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE, EVENTUAL E FEIRANTE	201 A 213
CAPÍTULO XI - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR	214 A 226
CAPÍTULO XII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E DE PERNANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS	227 A 239
CAPÍTULO XIII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO E DE PASSAGEM NO SUBSOLO E NO SUBSOLO EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS	240 A 252
CAPÍTULO XIV - TAXA DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA	253 A 267
CAPÍTULO XV - TAXA DE SERVIÇO DE COLETA E DE PROMOÇÃO DO LIXO	268 A 282
CAPÍTULO XVI - TAXA DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO	283 A 297
CAPÍTULO XVII - TAXA DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	298 A 312
TÍTULO V - DA CONTRIBUIÇÕES	
CAPÍTULO I - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	313 A 330
CAPÍTULO II - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	331 A 337
TÍTULO VI - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	
CAPÍTULO I - CADASTRO FISCAL	338 A 427



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

CAPÍTULO II - DOCUMENTAÇÃO FISCAL	428 A 533
TÍTULO VII - PENALIDADE E SANÇÕES	
CAPÍTULO I - PENALIDADES EM GERAL	534 A 548
CAPÍTULO II - PENALIDADES FUNCIONAIS	549 A 551
TÍTULO VIII - PROCESSO FISCAL	
CAPÍTULO I - PROCEDIMENTO FISCAL	552 A 580
CAPÍTULO II - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	581 A 595
CAPÍTULO III - PROCESSO CONTENCIOSO FISCAL	596 A 624
CAPÍTULO IV - PROCESSO NORMATIVO	625 A 633
CAPÍTULO V- CONCELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES	634 A 643
LIVRO SEGUNDO	
NORMAS GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	
TÍTULO I - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I - NORMAS GERAIS	644 A 645
CAPÍTULO II - VIGÊNCIA	646
CAPÍTULO III - APLICAÇÃO	647 A 648
CAPÍTULO IV - INTERPRETAÇÃO	649 A 651
TÍTULO II - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	652
CAPÍTULO II - FATO GERADOR	653 A 656
CAPÍTULO III - SUJEITO ATIVO	657
CAPÍTULO IV - SUJEITO PASSIVO	658 A 665
CAPÍTULO V - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	666 A 675
CAPÍTULO VI - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	676
TÍTULO III - CRÉDITO TRIBUTÁRIO E FISCAL	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	677
CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO	678 A 688
CAPÍTULO III - SUSPENSÃO	689 A 692
CAPÍTULO IV - EXTINÇÃO	693 A 721
CAPÍTULO V - EXCLUSÃO	722 A 727
TÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I - FISCALIZAÇÃO	728 A 737
CAPÍTULO II - DÍVIDA ATIVA	738 A 742
CAPÍTULO III - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	743 A 745
CAPÍTULO IV - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	746 A 749
CAPÍTULO V - TERMO DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	750
CAPÍTULO VI - LIVRO DE REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	751
CAPÍTULO VII - CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	752
CAPÍTULO VIII - TERMO DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	753
CAPÍTULO IX - LIVRO DE REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	754
CAPÍTULO X - CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	755
CAPÍTULO XI - NULIDADE DA INSCRIÇÃO E DO PROCESSO DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	756 A 760
CAPÍTULO XII - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INSCRIÇÃO DAFAM - DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL	861 A 762



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

CAPÍTULO XIII- CONTROLE ADMINISTRATIVO DA LEGALIDADE DO CRÉDITO DA FAZENDA PÚBLICA, MUNICIPAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	763 A 769
CAPÍTULO XIV - APURAÇÃO ADM. DA LIQUIDEZ E DA CERTEZA DO CRÉDITO DA FAZ. P. MUNICIPAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	770 A 778
CAPÍTULO XV - CONTROLE ADM. DA LEGALIDADE DO CRÉDITO DA FAZ. MUNICIPAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA	779 A 785
CAPÍTULO XVI - APURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA LIQUIDEZ E DA CERTEZA DO CRÉDITO DA FAZ. PÚBLICA MUNICIPAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA	786 A 802
CAPÍTULO XVII - CERTIDÕES NEGATIVAS	803 A 823
CAPÍTULO XVIII- AUTORIZAÇÃO	824
CAPÍTULO XIX - EXECUÇÃO FISCAL	825 A 832
CAPÍTULO XX - GARANTIAS E PRIVILÉGIOS	833 A 841
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES FINAIS	842 A 851
CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	852 A 860



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

LIVRO PRIMEIRO
SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/03

Dispõe sobre o sistema tributário municipal e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei dispõe, com fundamento nos §§ 3º e 4º do art. 34 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, nos §§ 1º e 2º, bem como os incisos I, II e III, do art. 145 e nos incisos I, II e III, § 1º, com os seus incisos I e II, § 2º, com os seus incisos I e II e § 3º, com os seus incisos I e II, do art. 156, da Constituição da República Federativa do Brasil, sobre o sistema tributário municipal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município, sem prejuízo, com base no inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, da legislação sobre assuntos de interesse local, em observância ao inciso II do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, e da suplementação da legislação federal e estadual, no que couber.

LIVRO PRIMEIRO

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. O Sistema Tributário Municipal é regido:

- I – pela Constituição Federal;
- II – pelo código tributário nacional, instituído pela **Lei Complementar Federal n.º 5.172**, de 25 de outubro de 1966 e suas alterações posteriores;
- III – pelas demais leis complementares federais, instituidoras de normas gerais de direito tributário, desde que, conforme prescreve o § 5º do art. 34 dos **Atos das Disposições Constitucionais Transitórias**, compatíveis com o novo sistema tributário nacional;
- IV – pelas resoluções do Senado Federal;
- V – pelas leis ordinárias federais, pela Constituição Estadual e pelas leis complementares e ordinárias estaduais, nos limites das **respectivas competências**; e
- VI – pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. **Tributo** é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º. A natureza **jurídica específica** do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo **irrelevante** para qualificá-la:

- I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei; e
- II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 5º. Os tributos são: **impostos, taxas e contribuições**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

TÍTULO II

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 6º. O sistema tributário municipal é composto por:

I – impostos:

- a) sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- b) sobre a Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, **exceto** os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e
- c) sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no **inciso II do art. 155, da Constituição da República Federativa do Brasil**, definidos em lei complementar federal.

II – taxas:

- a) em razão do exercício do poder de polícia:
 - 1 – de fiscalização de localização, de instalação e de funcionamento;
 - 2 – de fiscalização sanitária;
 - 3 – de fiscalização de anúncio;
 - 4 – de fiscalização de aparelho de transporte;
 - 5 – de fiscalização de máquina, de motor e de equipamento eletromecânico;
 - 6 – de fiscalização de veículo de transporte de passageiro;
 - 7 – de fiscalização de funcionamento de estabelecimento em horário extraordinário;
 - 8 – de fiscalização de exercício de atividade ambulante, eventual e feirante;
 - 9 – de fiscalização de obra particular;
 - 10 – de fiscalização de ocupação e de permanência no solo, em áreas, em vias e em logradouros públicos; e
 - 11 – de fiscalização de utilização e de passagem no subsolo e no sobsolo, em áreas, em vias e em logradouros públicos.
- b) pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:
 - 1 – de serviço de limpeza pública;
 - 2 – de serviço de coleta e de remoção de lixo;
 - 3 – de serviço de conservação de calçamento; e
 - 4 – de serviço de conservação de pavimentação.

III – contribuições;

- a) de melhoria, decorrente de obras públicas; e
- b) de custeio, do serviço de iluminação pública.

Capítulo II

Limitações do Poder de Tributar

Art. 7º. Sem prejuízo de outras **garantias** asseguradas ao contribuinte, é **vedado** ao Município:

- I – **exigir** ou **aumentar** tributo sem lei que o estabeleça;
- II – instituir tratamento **desigual** entre contribuintes que se encontrem em **situação equivalente**, proibida qualquer **distinção** em razão de ocupação profissional ou **função** por eles exercida, **independentemente** da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos; e
- III – cobrar tributos:
 - a) em relação a fatos geradores ocorridos **antes da vigência da lei** que os houver instituído ou aumentado; e
 - b) no mesmo **exercício financeiro** em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

IV – utilizar tributo com **efeito** de confisco; e

V – instituir impostos sobre:

- a) **patrimônio** ou **serviços**, da União e do Estado;
- b) **templos** de qualquer culto, inclusive de suas **casas pastorais**;
- c) **patrimônio**, **renda** ou **serviços** dos partidos políticos, **inclusive** suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os **requisitos** da lei;
- d) livros, jornais e periódicos; e
- e) **autarquias** e **fundações** instituídas e mantidas pelo **Poder Público**, no que se refere ao **patrimônio** e aos **serviços** vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 1º. A vedação para o Município **instituir** impostos sobre patrimônio ou serviços, da União e do Estado:

I – se aplica ao patrimônio e aos serviços:

- a) relacionados com exploração de **atividades econômicas** regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados; e
- b) em que haja contraprestação ou pagamento de **preços** ou **tarifas** pelo usuário.

II – não **exonera** o promitente comprador da obrigação de **pagar** imposto relativamente ao bem imóvel; e

III – aplica-se, **exclusivamente**, aos serviços próprios da União e do Estado, bem como aos inerentes aos seus **objetivos**, não sendo **extensiva** ao patrimônio e aos serviços:

- a) de suas empresas públicas;
- b) de suas sociedades de economia mista; e
- c) de suas delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos.

§ 2º. A **vedação** para o Município **instituir** impostos sobre templos de qualquer culto, **compreende somente** o patrimônio e os serviços relacionados com as suas **finalidades essenciais**.

§ 3º. A **vedação** para o Município **instituir** impostos sobre patrimônio ou serviços dos partidos políticos, **inclusive** suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei:

I – compreende somente o **patrimônio** relacionado com as finalidades essenciais das entidades mencionadas;

II – aplica-se, **exclusivamente**, aos serviços relacionados com as **finalidades essenciais** das entidades mencionadas, bem como os diretamente, relacionados com os **objetivos** das entidades mencionadas, previstos nos respectivos **estatutos** ou **atos constitutivos**; e

III – está subordinada à observância, por parte das entidades mencionadas, dos seguintes requisitos:

- a) não distribuírem **qualquer parcela** de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na **manutenção** dos seus objetivos institucionais; e
- c) **manterem escrituração** de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua **exatidão**.

§ 4º. Na falta de cumprimento do disposto nos **incisos I, II e III, “a”, “b” e “c”, do § 3.º ou do § 6.º**, deste artigo, a autoridade competente pode **suspender** a aplicação do benefício.

§ 5º. A **vedação** para o Município **instituir** impostos sobre patrimônio ou serviços, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público:

I – refere-se, apenas, ao patrimônio e aos serviços, **vinculados** a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

II – **não** se aplica ao patrimônio e aos serviços:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

a) relacionados com exploração de atividades econômicas **regidas** pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados;

b) em que haja **contraprestação** ou **pagamento** de preços ou tarifas pelo usuário;

III – não **exonera** o promitente comprador da obrigação de **pagar** imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 6º. A **vedação** para o Município **instituir** impostos sobre o patrimônio ou os serviços das entidades mencionadas no **inciso V** deste artigo, **não exclui** a tributação, por lei, às entidades nele referidas, da condição de **responsáveis** pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e **não** as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

VI – estabelecer **diferença** tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em **razão** de sua procedência ou destino.

TÍTULO III

IMPOSTOS

Capítulo I

Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 8º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como **fato gerador a propriedade**, o **domínio útil** ou a **posse** de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.

§ 1º. Para os efeitos deste imposto, entende-se como **zona urbana** a definida em lei municipal, observado o **requisito mínimo** da existência de melhoramentos indicados em pelo menos **dois dos incisos** seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, **com ou sem** posteamento para distribuição domiciliar; e

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de **3** (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º. Consideram-se também **zona urbana** as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de glebas ou de loteamentos **aprovados** pelos órgãos competentes, **destinados** à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do § 1.º deste artigo.

§ 3º. Os loteamentos das áreas situadas fora da zona urbana, referidos no § 2º deste artigo, **só serão** permitidos quando o **proprietário** de terras próprias para a lavoura ou pecuária, interessado em loteá-las para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, submeter o respectivo projeto **à prévia aprovação e fiscalização** do órgão competente do Ministério da Agricultura ou do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, conforme o caso.

§ 4º. **Não será** permitido o parcelamento do solo:

I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, **antes de tomadas** as providências para assegurar o escoamento das águas;

II – em terrenos que tenham **sido aterrados** com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III – em terreno com **declividade igual** ou **superior a 30% (trinta por cento)**, **salvo** se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV – em terrenos onde as **condições geológicas não** aconselham a edificação; e

V – em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde **a poluição impeça** condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 9º. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU **incide** sobre:

- I – imóveis sem edificações; e
- II – imóveis com edificações.

Art. 10. Considera-se terreno:

- I – o imóvel sem edificação;
- II – o **imóvel** com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como **condenada** ou em **ruínas**;
- III – o **imóvel** cuja edificação seja de **natureza** temporária ou provisória, ou que **possa** ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
- IV – o **imóvel** com edificação, considerada **a critério** da administração como **inadequada**, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma; e
- V – o **imóvel** que contenha edificações com valor **não** superior à **20ª (vigésima)** parte do **valor** do terreno.

Art. 11. Consideram-se prédios:

- I – todos os imóveis edificados **que possam** ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, **desde que não** compreendido no artigo anterior;
- II – os **imóveis** com edificações em loteamentos aprovados e **não aceitos**; e
- III – os imóveis **edificados** na zona rural, quando **utilizados** em atividades comerciais, industriais e outras com objetivos de lucro, diferentes das **finalidades** necessárias para a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Art. 12. O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU **ocorre** no dia 1º de janeiro de **cada** exercício financeiro.

Art. 13. Ocorrendo a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana, Urbanizável ou de Expansão Urbana do Município, **nasce a obrigação fiscal** para com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, independentemente:

- I – da validade, da invalidade, da nulidade, da anulabilidade, da anulação do ato, efetivamente, praticado; e
- II – da legalidade, da ilegalidade, da moralidade, da imoralidade, da licitude e da ilicitude da natureza do objeto do ato jurídico ou do malogro de seus efeitos.

Seção II

Da Inscrição

Art. 14. A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória e far-se-á a **pedido** ou de **ofício**, devendo ser instruída com os elementos necessários para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, tendo sempre como **titular** o proprietário ou possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. A cada unidade imobiliária autônoma **caberá** uma inscrição.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção III

Base de Cálculo e da Aliquota

Art. 15. A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o **VVI – Valor Venal do Imóvel**.

Parágrafo Único. Na determinação da base de cálculo, **não** se considera o valor dos bens móveis mantidos, em **caráter permanente** ou **temporário**, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 16. O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU **será** devido anualmente e **calculado** mediante a aplicação sobre o **valor venal** dos imóveis respectivos, das alíquotas estabelecidas nesta lei.

Art. 17. O valor dos imóveis **será apurado** com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando em conta os seguintes elementos:

I – para os terrenos:

- a) o valor **declarado** pelo contribuinte;
- b) o índice de **valorização** correspondente à **região** em que esteja situado o imóvel;
- c) os **preços** dos **terrenos** nas últimas transações de compra e venda;
- d) a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;
- e) a **existência** de equipamentos urbanos, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza pública e **outros melhoramentos** implantados pelo Poder Público; e
- f) quaisquer outros **dados** informativos **obtidos** pela Administração e que possam ser **tecnicamente admitidos**.

II – no caso de prédios:

- a) a área construída;
- b) o valor unitário da construção;
- c) o estado de conservação da construção; e
- d) o valor do terreno, calculado na forma do inciso anterior.

§1º. Os **valores venais** que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto **serão apurados** e **atualizados** anualmente pelo Executivo, na forma em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. **Não constitui aumento** de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.

Art. 18. Ato do Poder Executivo **aprovará** a apuração do valor venal dos imóveis realizada com base em **Planta de Valores Imobiliários - PVI** elaborada por comissão especialmente designada da qual participarão, entre outros, representantes do **órgão de defesa do consumidor**, da classe **empresarial** e dos setores da **construção civil** e do **mercado imobiliário**.

§ 1º. Quando houver **desapropriação** de terrenos, o valor **atribuído** por metro quadrado da área remanescente **poderá** ser idêntico ao valor estabelecido em juízo, devidamente corrigido, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º. Todas e quaisquer alterações que possam **modificar** as bases de cálculo **deverão** ser comunicadas à Administração Municipal, sob **pena de incorrer** o contribuinte, nas sanções previstas nesta Lei.

§ 3º. Para efeito de apuração do valor venal, **será deduzida** a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.

Art. 19. As ALCs – Alíquotas Correspondentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, **são progressivas** em razão do valor venal do imóvel:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano:



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

VALOR VENAL (R\$)	ALÍQUOTAS (%)		
	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL
Até 6.000,00	Com planta baixa até 60m ² - ISENTO	1,2 (um vírgula dois por cento)	1,2 (um vírgula dois por cento)
A partir de 6.001,00	0,7 (sete vírgula sete por cento)	1,2 (um vírgula dois por cento)	1,2 (um vírgula dois por cento)

~~II – Imóveis sem edificações, **2% (dois por cento)** sobre o valor venal do imóvel.~~

~~II – Para efeito de cobrança do Impostos Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, as alíquotas aplicadas sobre os solos urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados, incidirão sobre os valores constantes no Cadastro Imobiliário do Município de Imperatriz, sendo progressivas nos seguintes termos: (Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)~~

- ~~a) 4% para o exercício de 2008;~~
- ~~b) 6% para o exercício de 2009;~~
- ~~c) 8% para o exercício de 2010;~~
- ~~d) 10% para o exercício de 2011; e~~
- ~~e) 12% para o exercício de 2012.~~

II – Para efeito de cobrança do Impostos Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, as alíquotas aplicadas sobre os solos urbanos **não** edificados, subutilizados ou **não** utilizados, **incidirão** sobre os valores constantes no Cadastro Imobiliário do Município de Imperatriz, sendo progressivas nos seguintes termos: (Redação dada pela Lei Complementar 04/2009, de 18 de dezembro de 2009)

- a) 4% (quatro por cento) o exercício de 2008; e
- b) 6% (seis por cento) para o exercício de 2009 e, ainda como limite máximo para os exercícios posteriores.

Parágrafo Único. Não se aplica o presente inciso II aos imóveis que distam mais de 1.000 (mil) metros dos equipamentos urbanos previstos no art. 17, I, “e”, do Código Tributário do Município de Imperatriz a (Lei Complementar 01/2003). (Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)

Parágrafo Único. Não se aplica o presente inciso II aos imóveis que distam mais de 1.000 (mil) metros dos equipamentos urbanos previstos no art. 17, I, “e”, do Código Tributário do Município de Imperatriz a (Lei Complementar 01/2003) sendo aplicável a alíquota de 2% (dois por cento) para os imóveis sem edificação. (Redação dada pela Lei Complementar 04/2009, de 18 de dezembro de 2009)

III – A **não edificação** do imóvel no prazo máximo de **05 (cinco)** anos, autoriza o Município a mandar a cobrança pela alíquota máxima, prevista na alínea “a”, do inciso II deste artigo, até que se cumpra a referida obrigação. (Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)

Art. 19-A. Ficam **reduzidas** em 90% (noventa por centos), as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana – IPTU. (Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)

I – Para as residências localizadas nas “Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS”, assim consideradas nos termos legais; (Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)

II – Para os imóveis residenciais adquiridos dentro do Programa de Aceleração Econômica – PAC; (Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)

III – Para os imóveis titulados **sem ônus** e cujos proprietários **não** estejam enquadrados nas hipóteses do Art. 20-A. (Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)

Parágrafo Único. A base de cálculo reduzida no art. 1º, **será obtida** nos parâmetros estabelecidos na Lei 1.060/2002, de 22/12/2002, que trata da planta de valores de Imperatriz. (Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 19-B. Ficam **reduzidas** as alíquotas previstas no art. 19, II quando o imóvel houver muro e calçada, na seguinte proporção. *(Redação dada pela Lei Complementar 02/2009, de 17 de dezembro de 2009)*

- a) 1% (um por cento) para os terrenos murados na testada;
- b) 2% (dois por cento) para os terrenos **murados na testada** e com calçadas até o limite do meio fio; e
- c) 3% (três por cento) para os terrenos **totalmente murados** em sua área limite e com calçadas até o meio fio.

Parágrafo Único. Para **usufruir** dos benefícios previstos neste artigo, necessário se faz que o contribuinte **requeira** a vistoria das melhorias realizadas no imóvel. *.(Redação dada pela Lei Complementar 02/2009, de 17 de dezembro de 2009)*

Art. 20. Não **será permitido** ao Município, em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU:

I - **adotar** como base de cálculo a **superfície** do imóvel ou o “**status**” econômico de seu proprietário;

II - a **fixação de adicional** progressivo em função do número de imóveis do contribuinte; e

III - mediante decreto, proceder a sua **atualização** em percentual **superior** aos índices oficiais de correção monetária divulgados pelo Governo Federal.

Art. 20-A. Ficam **isentos** do pagamento de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana e do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens **Inter vivos**, previstos nos artigos 19 e 27, respectivamente, da Lei Complementar nº 001/2003. *.(Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)*

~~I - Os contribuintes aposentados que recebam proventos de até um salário mínimo mensal; *(Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)*~~

~~I - Os contribuintes aposentados e pensionistas que recebam proventos de até um salário mínimo mensal. *(Redação dada pela Lei Complementar 003/2008, de 15 de dezembro de 2008)*~~

I - Os contribuintes aposentados, pensionistas, **com benefício** assistencial de amparo ao Idoso ou Deficiente que recebam proventos de **até um salário mínimo mensal** e que possuam um único imóvel utilizado como **residência** na cidade de Imperatriz com área de até 300 m² (trezentos metros quadrados). *(Redação dada pela Lei Complementar 003/2009, de 17 de dezembro de 2009)*

II - Os contribuintes em **tratamento** das seguintes patologias clínicas: *(Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)*

- a) Oncológicas;
- b) Síndrome Imunodeficiência Adquirida - AIDS;
- c) Tratamento psiquiátrico;
- d) AVE (Acidente Vascular Encefálico) com sequelas;
- e) Cardiopatia com intervenção cirúrgica; e
- f) Doenças renais crônicas. *(Incluído pela Lei Complementar 03/2008, de 15 de dezembro de 2008)*

Parágrafo Primeiro. No caso do Inciso I, os beneficiários **deverão** comprovar a aposentadoria mediante apresentação do **último extrato de benefício Atualizado**. *(Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)*

Parágrafo Segundo. Nos casos previstos no inciso II, **caput**, os beneficiários **deverão** comprovar as patologias **elencadas** através de exames especializados, laudos médicos especializados ou **nota fiscal** em nome do contribuinte beneficiário que comprove aquisição de medicamentos específicos, a que **se destinam** ao uso próprio das doenças acima descritas, que estejam em constante tratamento clínico. *(Redação dada pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)*



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Parágrafo Terceiro. Para **incidir** a **isenção tributária**, compreendidos nas alíneas “a”, à “e” do inciso II do artigo 20-A, os contribuintes **deverão** concomitantemente possuir um único imóvel na cidade de Imperatriz, nele residir, possuir **renda** de até um salário mínimo, com forma de renda e sustento familiar, e **não** possuir empresas ou participação acionária empresarial. (Redação dada pela **Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007**)

Art. 20-B. A isenção **será** concedida mediante prévio cadastro dos beneficiários junto à Secretaria da Receita Municipal. (Redação dada pela **Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007**)

Seção IV Sujeito Passivo

Art. 21. Contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o **proprietário** do imóvel, o **titular** do seu domínio útil, ou o seu **possuidor** a qualquer título.

Seção V Solidariedade Tributária

Art. 22. Por **terem interesse** comum na situação que constitui o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente **solidários** pelo pagamento do imposto:

I – o **adquirente** do imóvel, pelos **débitos** do alienante, existentes à data do **título de transferência**, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de **arrematação** em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos **débitos** do “**de cujus**”, existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos **débitos** do “**de cujus**” existentes à data da partilha ou da adjudicação, **limitada** esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que **resultar** da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, **pelos débitos** das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos; e

V – a pessoa natural ou jurídica que **adquirir** de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e **continuar** a exploração do negócio sob a mesma ou outra **razão social** ou **sob firma** ou **nome individual**, pelos **débitos** do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1º Quando a aquisição se **fizer por arrematação** em hasta pública ou na hipótese do **inciso III** deste artigo, a responsabilidade terá por **limite máximo**, respectivamente, o **preço** da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2º O disposto no **inciso III** deste artigo **aplica-se** nos casos de **extinção** de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja **continuada** por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Seção VI Lançamento e Recolhimento

Art. 23. O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU **será anual**, efetuado de ofício pela autoridade administrativa, **ocorrerá** até o último dia útil do mês de dezembro, levando-se em conta a **situação fática** do imóvel existente no momento do lançamento.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Parágrafo Único. Poderão **ser lançados e cobrados** com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU as TSPEDs – Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis que se relacionam, **direta ou indiretamente**, com a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana, Urbanizável e de Expansão Urbana do Município.

Art. 24. O lançamento **será** feito de ofício, com base nas **informações** e nos **dados levantados** pelo órgão competente, ou em decorrência dos processos de “**Baixa e Habite-se**”, “**Modificação ou Subdivisão de Terreno**” ou, ainda, tendo em conta as **declarações** do sujeito passivo e de terceiros.

Parágrafo Único. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá **notificar** o **contribuinte** para, no prazo de **30** (trinta) dias, contados da data da **cientificação**, **prestar declarações sobre a situação do imóvel**, com base nas quais poderá ser lançado o imposto.

Art. 25. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU **será** lançado em nome de quem **constar o imóvel** no CIMOB – Cadastro Imobiliário.

§ 1º. Na hipótese de condomínio, o imposto **poderá** ser lançado em **nome de um ou de todos os condôminos**, **exceto** quando se tratar de condomínio constituído de **unidades autônomas**, nos termos da lei civil, caso em que o imposto **será** lançado individualmente em nome de cada um dos seus **respectivos titulares**.

§ 2º. Não sendo conhecido o **proprietário**, o lançamento **será** feito em **nome** de quem esteja de posse do imóvel.

§ 3º. Os imóveis pertencentes a **espólio**, cujo inventário esteja sobrestado, **serão** lançados em **nome** do mesmo, até que, **julgado** o inventário, se façam necessárias as modificações.

§ 4º. No caso de imóveis **objeto** de compromisso de compra e venda, o lançamento **poderá** ser feito indistintamente em nome do **compromitente vendedor** ou do **compromissário comprador**, ou ainda, de **ambos**, ficando sempre um ou outro **solidariamente** responsável pelo pagamento do tributo.

§ 5º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos **efetuados** por **lotes** resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos **compromissários compradores**, mediante apresentação do respectivo compromisso.

§ 6º. Para efeito de tributação, **somente serão** lançados em conjunto ou separados os imóveis que **tenham** projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

Art. 26. O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e das Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis, que com ele poderão ser cobradas, **será efetuado**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DAM, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

§ 1º. A partir da vigência desta Lei os contribuintes do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU **terão** direito a redução no valor, observado as seguintes hipóteses e proporções:

I – **o pagamento, em cota única:**

- a) desconto de **30% (trinta por cento)** no primeiro ano de vigência; e
- b) desconto de **20% (vinte por cento)** nos anos subsequente.

II – **pagamento parcelado:**

- a) de **15% (quinze por cento)** no primeiro ano de vigência; e
- b) desconto **10% (dez por cento)** nos anos subsequente.

III – Em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a **20,00 (vinte reais)**



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Capítulo II

Imposto sobre Transmissão “**Inter Vivos**” a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição

Seção I

Fator Gerador e Incidência

Art. 27. O Imposto sobre a Transmissão “**Inter Vivos**”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI, tem como fato gerador:

I – a transmissão “inter vivos”, a **qualquer título**, por Ato Oneroso:

a) da **propriedade** ou do **domínio útil** de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil; e

b) de direitos **reais** sobre imóveis, **exceto** os direitos reais de garantia;

II – a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. O imposto **refere-se** a atos e contratos relativos a imóveis **situados** no território do Município.

Art. 28. O imposto **incide** sobre as seguintes mutações patrimoniais:

I – a compra e a venda, **pura** ou **condicional**, de imóveis e de atos equivalentes;

II – os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis, **sem cláusulas** de arrendimento, ou a cessão de direitos dele decorrentes;

III – o uso, o usufruto e a habitação;

IV – a **dação** em pagamento;

V – a **permuta** de bens imóveis e direitos a eles relativos;

VI – a arrematação e a remição;

VII – o **mandato** em causa própria e seus substabelecimentos, **quando** estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e à venda;

VIII – a adjudicação, **quando não** decorrente de sucessão hereditária;

IX – a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, **depois** de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

X – incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, **ressalvados** os casos previstos nos **incisos I, II e III** do **art. 29** seguinte;

XI – **transferência do patrimônio** de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

XII – tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas **efetuadas** em virtude de **dissolução da sociedade conjugal ou morte**, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis; e

b) nas divisões para **extinção** de condomínio de imóvel, **quando for recebida**, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja **maior** do que o de sua quota-parte final.

XIII – instituição, transmissão e caducidade de fideicomisso;

XIV – enfiteuse e subenfiteuse;

XV – sub-rogação na cláusula de inalienabilidade;

XVI – concessão real de uso;

XVII – cessão de direitos de usufruto;

XVIII – cessão de direitos do arrematante ou adjudicante;

XIX – cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XX – acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XXI – cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

XXII – **lançamento** em excesso, na partilha em dissolução de sociedade conjugal, a **título** de indenização ou pagamento de despesa;

XXIII – cessão de direitos de **opção** de venda, desde que o **optante** tenha direito à diferença de preço e **não** simplesmente à comissão;

XXIV – **transferência**, ainda que por **desistência** ou **renúncia**, de direito e de ação a **herança** em cujo montante existem bens imóveis situados no Município;

XXV – **transferência**, ainda que por **desistência** ou **renúncia**, de direito e de ação a **legado** de bem imóvel situado no Município;

XXVI – **transferência** de **direitos** sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

XXVII – qualquer ato judicial ou extrajudicial “**inter-vivos**”, não especificado nos **incisos de I a XXVI**, deste artigo, **que importe ou resolva** em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou de direitos sobre imóveis, **exceto** os de garantia, bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos; e

XXVIII – todos os **demais atos e contratos onerosos**, translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, ou dos direitos sobre imóveis.

Art. 29. O Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI **não incide** sobre a transmissão de bens ou direitos, quando:

I – **incorporados** ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

II – decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, **salvo se**, nesses casos, a **atividade preponderante do adquirente for** a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

III – em decorrência de sua **desincorporação** do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, retornarem aos mesmos alienantes; e

IV – este voltar **ao domínio do antigo** proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

Art. 30. Não se aplica o disposto nos **incisos I e II do art. 29**, quando a atividade preponderante do adquirente for a **compra e venda** desses bens e direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de **50% (cinquenta por cento)** da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos **2 (dois)** anos anteriores à aquisição, **decorrer** de transações mencionadas no “**caput**” deste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente **iniciar** suas atividades após a aquisição, ou menos de **2 (dois)** anos antes dela, **apurar-se-á** a preponderância, levando-se em conta os **3 (três)** primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. A inexistência da preponderância de que trata o § 1º deste artigo **será** demonstrada pelo interessado, quando da **apresentação** da “Declaração para Lançamento do ITBI”, sujeitando-se a posterior verificação fiscal.

Art. 31. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI no momento da transmissão, da cessão ou da permuta dos bens ou dos direitos, respectivamente, transmitidos, cedidos ou permutados.

Art. 32. Ocorrendo a transmissão “**inter vivos**”, a qualquer título, por Ato Oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil, de direitos reais sobre imóveis, **exceto** os direitos reais de garantia, bem como da cessão onerosa de



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

direitos a sua aquisição, **nasce** a obrigação fiscal para com o Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI, Independentemente:

I – da validade, da invalidade, da nulidade, da anulabilidade, da anulação do ato, efetivamente, praticado; e

II – da legalidade, da ilegalidade, da moralidade, da imoralidade, da licitude e da ilicitude da natureza do objeto do ato jurídico ou do malogro de seus efeitos.

Art. 32-A. Ficam isentos do Imposto de Transmissão de Bens imóveis “Inter-Vivos” – ITBI os imóveis adquiridos pelo Programa Minha Casa Minha Vida e os imóveis adquiridos no Programa de Subsídio a \habitação de interesse Social – PHS através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, aos contribuintes que recebam até 3 (três) salários mínimos mensal.(Redação dada pela Lei Complementar nº 001/2013, de 13 de setembro de 2013)

Seção II

Base de Cálculo

Art. 33. A base de cálculo do imposto é o **Valor** dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no Momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta.

§ 1º. O VBD – Valor dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no Momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta **será determinado** pela administração fazendária, através de **avaliação** com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário ou constantes do Cadastro Imobiliário ou no **valor declarado** pelo sujeito passivo, se um destes últimos for maior.

§ 2º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, **é obrigado** a apresentar ao órgão fazendário a “**Declaração para Lançamento do ITBI**”, cujo modelo **será** instituído por ato do Secretário responsável pela área fazendária.

Art. 34. Na avaliação do imóvel **serão** considerados, dentre outros, os **seguintes elementos**:

- I – **zoneamento** urbano;
- II – **características** da região, do terreno e da construção;
- III – valores **aferidos** no mercado imobiliário; e
- IV – outros dados **informativos** tecnicamente reconhecidos.

Art. 35. O Imposto sobre a Transmissão “**Inter Vivos**”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI **será** calculado através da multiplicação do Valor dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no Momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta com a Alíquota Correspondente, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ITBI} = \text{VBD} \times \text{ALC}$$

Onde:

ITBI – Impostos Transmissão “Inter Vivos” a Qualquer Título

VBD – Valor de Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados

ALC – Alíquota correspondente

Art. 36. As Alíquotas Correspondentes, são as discriminadas abaixo:

I – **2% (dois por cento)** sobre o valor venal do imóvel, no **momento** da transmissão, da cessão ou da permuta; e

II – **0,5 (zero virgula cinco por cento)** sobre o valor do **financiamento** realizado através do Sistema Financeiro de Habitação e de **2% (dois por cento)** sobre o restante.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 37. Contribuinte do Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI é:

- I – na **transmissão** de bens ou de direitos, o **adquirente** ou o **transmitente** do bem ou do direito transmitido;
- II – na **cessão** de bens ou de direitos, o **cessionário** ou o **cedente** do bem ou do direito cedido; e
- III – na **permuta** de bens ou de direitos, qualquer um dos **permutantes** do bem ou do direito permutado.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 38. Por terem **interesse comum** na situação que **constitui** o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:

- I – na **transmissão** de bens ou de direitos, o **adquirente**, em relação ao **transmitente** do bem ou do direito transmitido;
- II – na **transmissão** de bens ou de direitos, o **transmitente**, em relação ao **adquirente** do bem ou do direito transmitido;
- III – na **cessão** de bens ou de direitos, o **cessionário**, em relação ao **cedente** do bem ou do direito cedido;
- IV – na **cessão** de bens ou de direitos, o **cedente**, em relação ao **cessionário** do bem ou do direito cedido;
- V – na **permuta** de bens ou de direitos, o **permutante**, em relação ao **outro permutante** do bem ou do direito permutado; e
- VI – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente **aos atos** por eles ou perante **eles praticados** em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis. **(Incluído pela Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)**

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 39. O lançamento do Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI **deverá** ter em conta a situação fática dos bens ou dos direitos transmitidos, cedidos ou permutados, no momento da transmissão, da cessão ou da permuta.

Art. 40. O lançamento será efetuado levando-se em conta o Valor dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no Momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta, **determinado** pela administração fazendária, **através de avaliação** com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário ou constantes do Cadastro Imobiliário ou no valor declarado pelo sujeito passivo, se um destes últimos for maior.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 41. O Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI será recolhido:

I – **até a data** de lavratura do instrumento **que servir** de base à transmissão, à cessão ou à permuta de bens ou de direitos transmitidos, cedidos ou permutados, quando realizada no Município;

II – no prazo de **15 (quinze)** dias:

a) **da data** da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando **realizada fora** do Município;

b) **da data** da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, **quando se tratar** de transmissão, cessão ou permutas financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação; e

c) da arrematação, da adjudicação ou da remição, **antes** da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa **não** seja extraída.

III – nas transmissões **realizadas** por termo judicial, em virtude de **sentença judicial**, o imposto **será pago** dentro de **10 (dez)** dias, contados da sentença que houver homologado seu cálculo.

Parágrafo Único. Caso oferecidos embargos, relativamente às hipóteses referidas na **alínea “c”**, do **inciso II**, deste artigo, o imposto **será pago** dentro de **10 (dez)** dias, contados da sentença que os rejeitou.

IV – Fica o Poder Executivo autorizado a **conceder** parcelamento de débito do Imposto sobre a Transmissão “**Inter vivos**” de Bens Imóveis (ITBI) e de direitos a eles relativos, em até **02 (duas)** parcelas, mensais e sucessivas, ficando a emissão do laudo vinculada à liquidação das mesmas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 04/2007, de 18 dezembro de 2007)**

IV – com redução de **40% (quarenta por cento)** do valor do imposto no caso de **pagamento** de uma só vez, até **30 (trinta)** dias a contar da data da publicação dessa Lei, nos casos de transmissão pretéritas(=anterior, decorrido, passado). **(Incluído pela Lei Complementar nº 03/2010, de 18 novembro de 2010)**

V – com redução de **20% (vinte por cento)** do valor do imposto nos casos de **pagamento** de uma só vez, até **60 (sessenta)** dias a contar da data da publicação desta Lei, nos casos de transmissão pretéritas. **(Incluído pela Lei Complementar nº 03/2010, de 18 novembro de 2010)**

VI – o valor do imposto **poderá** ser parcelado, **sem desconto**, em até **04 (quatro)** parcelas. **(Incluído pela Lei Complementar nº 03/2010, de 18 novembro de 2010)**

VII – a guia de transmissão só **será expedida** por ocasião do pagamento da última parcela. **(Incluído pela Lei Complementar nº 03/2010, de 18 novembro de 2010)**

Art. 42. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, **prestar declarações** sobre a transmissão, a cessão ou a permuta de bens ou de direitos transmitidos, cedidos ou permutados, com base nas quais **poderá** ser lançado o imposto.

Art. 43. O Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, **exceto** os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI **será** lançado em nome de qualquer das partes, da operação tributada, que **solicitar** o lançamento, ao órgão competente, ou for identificada, pela autoridade administrativa, como **sujeito passivo ou solidário** do imposto.

Seção VI

Obrigações dos Notórios e dos Oficiais de Registros de Imóveis e de seus Prepostos

Art. 44. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e de documentos e de quaisquer outros serventuários da justiça, quando da **prática de atos que importem** transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

I – **a exigir** que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o qual **será** transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo;

II – **a facilitar**, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame, em cartório, dos livros, dos registros e dos outros documentos **e a lhe fornecer**, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos; e

III – no prazo máximo de **15 (quinze)** dias do à prática do ato de transmissão, de cessão ou de permuta de bens e de direitos, **a comunicar**, à Prefeitura, os seus seguintes elementos constitutivos:

- a) o imóvel, **bem como** o valor, objeto da transmissão, da cessão ou da permuta;
- b) o **nome** e o **endereço** do transmitente, do adquirente, do cedente, do cessionário e dos permutantes, conforme o caso;
- c) o **valor** do imposto, a data de pagamento e a instituição arrecadadora;
- d) **cópia** da respectiva guia de recolhimento; e
- e) outras **informações** que julgar necessárias.

Capítulo III

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 45. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses **não** se constituam como atividade preponderante do prestador definidos na seguinte lista de serviços:

1 – Serviços de informática e congêneres.

- 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 – Programação.
- 1.03 – Processamento de dados e congêneres.
- 1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação entre outros formatos, e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**
- 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente de arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablots, smartphones e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**
- 1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 1.09 – Disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita a ICMS). **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

- 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

- 3.01 – (VETADO)
- 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortopática.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 - Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 - Centros de emagrecimento, spar e congêneres; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de floretas, para quaisquer fins e por quaisquer meio. **(Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. (Redação dada pela Lei Complementar 004/2010, de 15 de dezembro de 2010).

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeito ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objeto objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 – Guincho intramunicipal, guidaste e içamento. (Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal. (Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons de imagens de recepção livre e gratuita). (Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.02 - translato intramunicipal e Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitério para sepultamento. (Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franquadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franquadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda

§ 1º - A lista de serviços, embora **taxativa** e **limitativa** na sua verticalidade, comporta interpretação **ampla**, **análoga** e **extensiva** na sua horizontalidade.

§ 2º - A interpretação **ampla** e **análoga** é aquela que, partindo de um texto de lei, faz **incluir** situações análogas, mesmo não expressamente, referidas, **não** criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 3º - A Incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN **não** depende da **denominação dada** ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, **tão-somente**, de sua identificação, simples, ampla, análoga ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 4º - Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I - o que vale é a **natureza**, a “**alma**” do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II - o que importa é a **essência**, o “**espírito**” do serviço, ainda que o nome do serviço **não** esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 5º - O imposto **incide** também sobre o serviço, proveniente do **exterior do País** ou cuja prestação se tenha **iniciado no exterior do País**.

§ 6º - Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 7º O imposto de que trata esta Lei Complementar **incide** ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de **bens e serviços** públicos explorados economicamente **mediante** autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 8º Ocorrendo a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza **não** compreendidos no **art. 155, II**, da Constituição da República Federativa do Brasil, definidos na lista de serviços, **nasce** a obrigação fiscal para com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Independentemente:

I – da validade, da invalidade, da nulidade, da anulabilidade, da anulação do ato, efetivamente, praticado;

II – da legalidade, da ilegalidade, da moralidade, da imoralidade, da licitude e da ilicitude da natureza do objeto do ato jurídico ou do malogro de seus efeitos.

§ 9º. A incidência do imposto independe:(**Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

I – da denominação dada ao serviço prestado;

II – da existência de estabelecimento fixo;

III – de o serviço ser prestado em caráter permanente ou eventual;

IV – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas às atividades, sem prejuízo das cominações cabíveis;

V – de resultado financeiro obtido com a prestação de serviços;

VI – da destinação dos serviços; e

VII – do pagamento ou recebimento do preço dos serviços prestados ou de qualquer outra condição relativa à forma de sua renumeração.

§ 10º. O fato gerador do imposto **ocorre** no momento da entrega do serviço prestado, sendo **irrelevante** para caracterizá-lo:(**Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

I – da natureza jurídica da operação do serviço;

II – da validade jurídica do ato praticado, e

III – os efeitos dos fatos efetivamente ocorrido.

§ 11º. Considera-se atividade **econômica** de locação a cessão pura ou fornecimento, em caráter temporário de veículos, máquinas, equipamentos ou qualquer bem, sem que, para tanto, haja a **prestação** qualquer tipo de serviço **vinculada** ao bem locado.(**Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

§ 12º. Não se **considera** atividade de locação e fornecimento de veículo, máquinas, equipamento ou qualquer bem, em que conjuntamente, concomitantemente ou de alguma forma agregado, seja fornecido ou disponibilizado motorista ou operador para fins de execução do serviço, ou serviço de monitoramento, ainda que remoto ou eletrônico, mediante o pagamento de quantia certa e previamente estipulada ou usuário, cujo serviço será executado sob a responsabilidade do prestador.(**Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

§ 13º. Consideram-se obras hidráulicas e de construção civil:(**Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

I – construção, demolição, reforma ou reparação de prédios e outras edificações;

II – construção ou reparação de estradas de ferro e rodagem, inclusive os trabalhos concernentes às estruturas inferior e superior de estradas e obras de arte;

III – construção ou reparação de pontes, viadutos, logradouros públicos e outras obras de urbanismo;

IV – construção ou reparação de sistemas de abastecimento d'água e saneamento;

V – execução de obras de terraplanagem, de pavimentação em geral, hidráulico, marítimas ou fluviais;

VI – execução de obras elétricas e hidroelétricas; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

VII – execução de obras de montagem, construção, manutenção e reparos de estruturas em geral;

§ 14º. Os serviços de construção civil compreendem ainda: (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

I – os serviços auxiliares;

- a) preparação de canteiros de obras;
- b) andaimes, ferramentas, guindastes entre outros; e
- c) projetos, consultoria e fiscalização de obras.

II – os serviços complementares: construção de jardins, portões, muros, além dos complementares propriamente ditos como: colocação de azulejos, divisórias, equipamentos, obras de embelezamento constantes do projeto.

§ 15º. Para efeito enquadramento na lista de serviço disposta no caput deste artigo, quando diversos serviços concorrerem para a execução de um principal, o objeto da contratação, todos serão considerados como integrantes deste. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

§ 16º. O fracionamento das atividades com o consequente enquadramento em itens diversos da lista de serviços, disposta no caput deste artigo, só será admitido se o objeto da prestação consistir em serviços distintos, autônomos e que não se caracterizem como atividades-meio para a satisfação do objeto da prestação de serviço. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

§ 17º. Em hipótese alguma será admitido o fracionamento de atividade-fim prestada pelo sujeito passivo em atividade-meio, interdependentes entre si, com o objetivo de desenquadrar tais atividades do campo de incidência do ISS e assim eximir-se da tributação. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

§ 18º. Nas situações previstas nos §§ 16º e 17º deste artigo, a autoridade fiscal poderá desconsiderar os atos praticados pelo sujeito passivo com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, na conformidade do disposto no § 8º deste art. e no art. 116, parágrafo único da Código Tributário Nacional – CTN. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

Art. 46. O imposto **não incide** sobre:

- I – as exportações de serviços para o exterior do País;
- II – a prestação de serviços **em relação de emprego**, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados; e
- III – o valor **intermediado** no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I deste Art. 46 os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

~~Art. 47. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:~~

Art. 47. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018

I – do **estabelecimento** do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele **estiver** domiciliado, na hipótese do § 5.º do art. 45 desta Lei ;

II – da **instalação** dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no **subitem 3.05** na lista de serviço;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- III – da **execução** da obra, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.02 e 7.18** na lista de serviço;
- III – da **execução** da obra, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.02 e 7.19** na lista de serviço;
e (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018
- IV – da **demolição**, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.04** na lista de serviço;
- V – das **edificações** em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.05** na lista de serviço;
- VI – da **execução** da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.09** na lista de serviço;
- VII – da **execução** da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.10** na lista de serviço;
- VIII – da **execução** da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.11** na lista de serviço;
- IX – do **controle e tratamento** do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.12** na lista de serviço;
- X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.15** na lista de serviço;
- X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;(Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018
- XI – da **execução** dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.16** na lista de serviço;
- XII – da **limpeza e dragagem**, no caso dos serviços descritos no **subitem 7.17** na lista de serviço;
- XIII – onde o bem **estiver guardado** ou **estacionado**, no caso dos serviços descritos no **subitem 11.01** na lista de serviço;
- XIV – dos **bens** ou do **domicílio** das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no **subitem 11.02** na lista de serviços;
- XIV – dos **bens**, dos semoventes ou do **domicílio** das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no **subitem 11.02** na lista de serviços;(Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018
- XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no **subitem 11.04** na lista de serviços;
- XVI – da **execução** dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos **subitens do item 12, exceto o 12.13**, na lista de serviços;
- XVII – do Município onde está sendo **executado** o **transporte**, no caso dos serviços descritos pelo **subitem 16.01** na lista de serviços;
- XVII – do Município onde está sendo **executado** o **transporte**, no caso dos serviços descritos pelo **item 16** na lista de serviços;(Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018
- XVIII – do **estabelecimento** do tomador da **mão-de-obra** ou, na **falta** de **estabelecimento**, onde ele **estiver domiciliado**, no caso dos serviços descritos pelo **subitem 17.05** na lista de serviços;
- XIX – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se **referir** o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo **subitem 17.09** na lista de serviços;
- XX – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo **item 20** na lista de serviços.
- XXI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviço;
(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

XXII – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descrito no subitem 15.01 da lista de serviços e **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços. **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

§ 1.º No caso dos serviços a que se refere o **subitem 3.03** da lista de serviço, considera-se **ocorrido** o fato gerador e **devido** o imposto em cada Município em **cujo território haja extensão** de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2.º No caso dos serviços a que se refere o **subitem 22.01** da lista de serviço, considera-se **ocorrido** o fato gerador e **devido** o imposto em cada Município em cujo **território haja extensão** de rodovia explorada.

§ 3.º Considera-se **ocorrido** o fato gerador do imposto no **local do estabelecimento** prestador nos serviços **executados** em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no **subitem 20.01**.

§ 4.º Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º ambos do art. 56-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

Art. 48. Considera-se estabelecimento prestador o **local onde** o contribuinte desenvolva a **atividade** de **prestar** serviços, de modo permanente ou temporário, e que **configure** unidade econômica ou profissional, sendo **irrelevantes** para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1.º Unidade Econômica ou Profissional é uma **Unidade** Física, Organizacional ou Administrativa, não **necessariamente** de Natureza Jurídica, onde o Prestador de Serviço exerce Atividade Econômica ou Profissional.

§ 2.º A Existência da Unidade Econômica ou Profissional é **indicada** pela **conjunção**, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – **Manutenção** de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos e de equipamentos;

II – **Estrutura** organizacional ou administrativa;

III – **Inscrição** em órgãos públicos, inclusive previdenciários;

IV – Indicação como **domicílio tributário** para efeito de outros tributos; e

V – Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a **exploração** econômica ou social da **atividade exteriorizada** através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás.

Capítulo IV

Base de Cálculo da Prestação de Serviço sob a Forma de Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte

Art. 49. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte **será determinada**, anualmente, em função da **natureza** do serviço e dos outros fatores pertinentes.

Art. 50. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte **será calculado**, anualmente, através da multiplicação da UFM – Unidade Fiscal Municipal com a ALC – Alíquota Correspondente, conforme a fórmula abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

$$\text{ISSQN} = \text{UFM} \times \text{ALC}$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

UFM – Unidade Fiscal Municipal

ALC – Alíquota correspondente

Art. 51. As ALCs – Alíquotas Correspondentes estão definidas no anexo único desta Lei.

Art. 52. A prestação de serviço **sob forma** de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o **simples fornecimento** de trabalho, por **profissional autônomo**, **com** ou **sem** estabelecimento, que **não** tenha, a seu serviço, **empregado** com a sua mesma qualificação profissional.

Art. 53. Quando a prestação de serviço **sob forma** de trabalho pessoal do próprio contribuinte **não for** o simples **fornecimento** de trabalho, por **profissional autônomo**, **com** ou **sem** estabelecimento, tendo, a seu serviço, **empregado** com a sua mesma **qualificação profissional**, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **será** determinada, mensalmente, levando-se em conta o preço do serviço.

Capítulo V

Base de Cálculo da Prestação de Serviço sob a Forma de Trabalho Impessoal do Próprio Contribuinte e de Pessoas Jurídicas não incluídas nos **Subitens 3.03 e 22.01** da Lista de Serviços

Art. 54. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço **sob a forma** de trabalho impessoal do próprio contribuinte e de pessoa jurídica **não incluída** nos **subitens 3.03 e 22.01** da lista de serviços, **será** determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 55. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço **sob a forma** de trabalho impessoal do próprio contribuinte e de pessoa jurídica **não incluída** nos **subitens 3.03 e 22.01** da lista de serviços, **será** calculado, mensalmente, através da multiplicação do PS – Preço do Serviço com a ALC – Alíquota Correspondente, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = \text{PS} \times \text{ALC}$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

UFM – Unidade Fiscal Municipal

ALC – Alíquota correspondente

Art. 56. As ALCs – Alíquotas Correspondentes, conforme anexo único desta Lei **são variáveis** de acordo com a **natureza** do serviço e de outros fatores pertinentes.

Art. 56-A. A alíquota mínima do Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento): **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018**

§ 1º. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 2º. É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço; e

§ 3º. A nulidade a que se refere § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. (NR)*

Parágrafo Único. As Novas Hipóteses de Incidência **terão** alíquota de 5% (**cinco por cento**).

Art. 57. O preço do serviço é a **receita bruta** a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, **inclusive** a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de **outro dispêndio** de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

I – **incluídos**:

a) os materiais **a serem** ou que tenham sido utilizados na prestação dos serviços;

b) as mercadorias **a serem** ou que **tenham sido** utilizadas na prestação dos serviços, **ressalvados** os previstos nos **subitens 7.02, 7.05, 14.01, 14.03 e 17.10**, da lista de serviços;

II – sem nenhuma dedução, inclusive de subempregadas.

Art. 58. Mercadoria:

I – é o **objeto de comércio** do **produtor** ou do **comerciante**, por grosso ou a retalho, que a adquire para revender a outro comerciante ou ao consumidor;

II – é a **coisa móvel** que se compra e se vende, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras;

III – é todo bem **móvel sujeito** ao comércio, ou seja, com destino a ser vendido; e

IV – é a **coisa móvel** que se encontra na **posse do titular** de um estabelecimento comercial, industrial ou produtor, **destinando-se** a ser por ele transferida, no estado em que se encontra ou incorporada a outro produto.

Art. 59. Material:

I – é o **objeto** que, após ser **comercializado**, pelo comércio do produtor ou do comerciante, por grosso ou a retalho, **é adquirido**, pelo prestador de serviço, **não** para revender a outro comerciante ou ao consumidor, mas para **ser utilizado** na prestação dos serviços previstos na lista de serviços;

II – é a **coisa móvel** que, após ser comprada, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras, **é adquirida**, pelo prestador de serviço, para **ser empregada** na prestação dos serviços previstos na lista de serviços;

III – é todo **bem móvel** que, não sujeito mais ao comércio, ou seja, **sem destino** a ser vendido, por se achar **no poder** ou na **propriedade** de um estabelecimento prestador de serviço, **é usado** na prestação dos serviços previstos na lista de serviços; e

IV – é a **coisa móvel** que, logo que sai da circulação comercial, se encontra na **posse do titular** de um estabelecimento prestador de serviço, **destina-se** a ser por ele **aplicada** na prestação dos serviços previstos na lista de serviços.

Art. 60. Subempregada:

I – é a **terceirização** total ou parcial de um serviço global previsto na lista de serviços;

II – é a **terceirização** de uma ou de mais de uma das etapas específicas de um serviço geral previsto na lista de serviços.

Art. 61. O preço do serviço ou a receita bruta **compõe** o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 62. Os **sinais** e os **adiantamentos** recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, **integram** a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 63. Quando a prestação do serviço for **subdividida** em partes, considera-se **devido** o imposto no mês em que for concluída **qualquer** etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 64. A aplicação das **regras relativas** à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, **independe** do efetivo **pagamento** do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 65. As **diferenças** resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços **integrarão** a receita do mês

em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 66. Na **falta** do PS – Preço do Serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, **poderá** ser fixado, mediante **estimativa** ou através de **arbitramento**.

Capítulo VI

Base de Cálculo da Prestação de Serviço sob a Forma de Pessoa Jurídica
incluída no **Subitem 3.03** da Lista de Serviço

Art. 67. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço **sob a forma** de pessoa jurídica incluída no **subitem 3.03** da lista de serviços, **será** determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 67-A. A bse de cálculo para obrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre serviços das **sociedades cooperarivas** **será** de **12% (doze por cento)** sobre o total de ingressos na sociedade. **(Incluído pela Lei Complementar 001/2010, de 02 de setembro de 2010)**

Art. 68. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço **sob a forma** de pessoa jurídica **incluída** no **subitem 3.03** da lista de serviços, **será** calculado:

I – **proporcionalmente**, conforme o caso, à **extensão** da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município;

II – **mensalmente**, conforme o caso:

a) através da multiplicação do **PSA** – Preço do Serviço Apurado, da **ALC** – Alíquota Correspondente, da **EM** – Extensão Municipal da Ferrovia, Rodovia, Dutos, Condutos e Cabos de Qualquer Natureza e por **100 (cem)**, divididos pela **ET** – Extensão Total da Ferrovia, Rodovia, Dutos, Condutos e Cabos de Qualquer Natureza, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{EM} \times 100) / (\text{ET})$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PSA – Preço do Serviço Apurado

ALC – Alíquota Correspondente

EM – Extensão Municipal

100 – Cem (considerado em metro)

ET – Extensão Total



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) através da multiplicação do **PSA** – Preço do Serviço Apurado, da **ALC** – Alíquota Correspondente, da **QPLM** – Quantidade de Postes Locados no Município e por **100 (cem)**, divididos pela **QTPL** – Quantidade Total de Postes Locados, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{QPLM} \times 100) / (\text{QTPL})$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PSA – Preço do Serviço Apurado

ALC – Alíquota Correspondente

QPLM – Quantidade de Postes Locados no Município

100 – Cem (considerado em metro)

QTLM – Quantidade Total de Postes Locados

Art. 69. O preço do serviço é a **receita bruta** a ele correspondente, tudo o que **for cobrado** em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, **inclusive** a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de **outro dispêndio** de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

I – **incluídos**:

a) os **materiais** a serem ou que tenham sido **utilizados** na prestação dos serviços;

b) as **mercadorias** a serem ou que tenham **sido utilizadas** na prestação dos serviços;

II – sem nenhuma dedução, **inclusive** de subempreitadas.

Parágrafo Único. São **computados** na receita bruta ou no movimento econômico resultante da prestação desses serviços, **outros** serviços similares, congêneres e correlatos.

Art. 70. O preço do serviço ou a receita bruta **compõe** o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

Art. 71. Os **sinais** e os **adiantamentos** recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, **integram** a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 72. Quando a prestação do serviço **for subdividida** em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for **concluída** qualquer **etapa contratual** a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 73. A **aplicação** das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, **independe** do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual **assumida** por um contratante em relação ao outro.

Art. 74. As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços **integrarão** a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 75. Na falta do PSA – Preço do Serviço Apurado, ou não sendo ele desde logo conhecido, **poderá** ser fixado, mediante **estimativa** ou através de **arbitramento**.

Capítulo VII

Base de Cálculo da Prestação de Serviço sob a Forma de Pessoa Jurídica
Incluída no Subitem 22.01 da Lista de Serviço



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 76. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica **incluída** no **subitem 22.01** da lista de serviços, **será** determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 77. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica incluída no **subitem 22.01** da lista de serviços, **será** calculado, **proporcionalmente** à extensão da rodovia explorada, mensalmente, através da multiplicação do **PSA** – Preço do Serviço Apurado, da **ALC** – Alíquota Correspondente, da **EMRE** – Extensão Municipal da Rodovia Explorada e por **100 (cem)**, divididos pela **ECRE** – Extensão Considerada da Rodovia Explorada, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{EMRE} \times 100) / (\text{ECRE})$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PSA – Preço do Serviço Apurado

ALC – Alíquota Correspondente

EMRE – Extensão Municipal da Rodovia Explorada

100 – Cem (considerado em metro)

ECRE – Extensão Considerada da Rodovia Explorada

Art. 78. O **preço** do serviço é a receita bruta a ele correspondente, **tudo** o que **for cobrado** em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, **inclusive** a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

I – **incluídos**:

- a) os **materiais** a serem ou que tenham **sido** utilizados na prestação dos serviços;
- b) as **mercadorias** a serem ou que tenham **sido** utilizadas na prestação dos serviços;

II – sem nenhuma dedução, **inclusive** de subempregadas.

Parágrafo Único. São **computados** na receita bruta ou no movimento econômico resultante da prestação desses serviços, outros serviços similares, congêneres e correlatos.

Art. 79. O preço do serviço ou a receita bruta **compõe** o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

Art. 80. Os **sinais** e os **adiantamentos** recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, **integram** a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 81. Quando a prestação do serviço for **subdividida** em partes, considera-se devido o imposto no mês em que **for concluída** qualquer etapa contratual a que estiver **vinculada** a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 82. A aplicação das **regras** relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, **independe** do **efetivo pagamento** do preço do serviço ou do **cumprimento** de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 83. As **diferenças** resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços **integrarão** a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 84. Na **falta** do PSA – Preço do Serviço Apurado, ou não sendo ele desde logo conhecido, **poderá** ser fixado, mediante **estimativa** ou através de **arbitramento**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Capítulo VIII

Sujeito Passivo

Art. 85. O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o **prestador** do serviço.

Capítulo IX

Responsabilidade Tributária

Art. 86. Fica atribuída, em **caráter supletivo** do cumprimento total da obrigação tributária, às empresas e às entidades estabelecidas no município, na condição de **tomadoras de serviços**, a responsabilidade tributária pela **retenção** e pelo **recolhimento** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando devido no Município, do seus **prestadores de serviços**.

Art. 87. Enquadram-se no regime de responsabilidade tributária por **substituição total**, em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pelos seus prestadores de serviços, na condição de **tomadores de serviços**:

I – a pessoa jurídica, ainda que **imune** ou **isenta**, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos **subitens** 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07, 1.08, 3.01, 3.02, 3.03, 3.04, 4.02, 4.03, 4.17, 4.21, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 9.02, 9.03, 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05, 10.07, 10.08, 11.02, 14.01, 14.02, 14.05, 14.06, 17.05, 17.06, 17.07, 17.08, 17.09, 17.19, 17.22, 19.01, 20.01, 20.02, 20.03, 26.01 e 37.01 na lista de serviços;

II – a pessoa jurídica prestadora dos serviços descritos nos **subitens** 4.03, 4.17, 4.22, 5.02, 15.01 a 15.08 e 22.01 na lista de serviços;

III – a prefeitura, os órgãos da administração pública, direta e indireta, autárquicos e fundacionais, das esferas federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias, autorizadas e delegadas de serviços públicos, as entidades imunes, bem como as indústrias e os grandes estabelecimentos comerciais, **definidos** em Portaria baixada pelo Secretário responsável pela Fazenda Pública Municipal; e

IV – a pessoa jurídica, ainda que **imune** ou **isenta**, tomadora ou intermediária de serviços, quando o prestador de serviço:

- a) **não comprovar** sua inscrição no CAMOB – Cadastro Mobiliário;
- b) obrigado à emissão de Nota Fiscal de Serviço, **deixar** de fazê-lo;

Parágrafo Único. Enquadram-se no regime de **responsabilidade tributária** por **substituição total**, previsto no **Inciso IV** deste Artigo, as pessoas físicas tomadoras de serviços descritos nos **subitens** 7.02, 7.04 e 7.05 na lista de serviços.

V – o **tomador** ou **intermediário** de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha **iniciado** no exterior do País;

§ 1º Não se enquadram no regime de **responsabilidade tributária** por substituição total, em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquanto prestadores de serviços, as empresas e as entidades **elencadas** no **subitem** 22.01 na lista de serviços.

§ 2º A responsabilidade tributária é **extensiva** ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às **instituições** responsáveis por ginásios, por estádios, por teatros, por salões e por congêneres, em **relação** aos eventos realizados.

§ 3º O regime de responsabilidade tributária por **substituição total**:

I – havendo, por parte do tomador de serviço, a **retenção** e o **recolhimento** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, substitui, totalmente, a **responsabilidade tributária** do prestador de serviço; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – não havendo, por parte do tomador de serviço, a **retenção** e o **recolhimento** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **não exclui**, parcialmente ou totalmente, a responsabilidade tributária do **prestador de serviço**.

§ 4º. Os responsáveis a que se refere este artigo **estão obrigados** ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, **independentemente** de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 5º. A pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 47 desta Lei Complementar; **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2017**

§ 6º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município decalrado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este; e **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2017**

§ 7º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão se registradas no local do domicílio do tomador do serviço. **(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2017**

Art. 88. A retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por parte do tomador de serviço, **deverá ser**, devidamente, comprovada, **mediante aposição** de carimbo com os dizeres “ISSQN Retido na Fonte”, por parte do **tomador de serviço**:

I – havendo **emissão** de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal **destinada** à fiscalização;

II – **não** havendo **emissão** de documento fiscal, mas havendo **emissão de documento gerencial** pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço; e

III – **não** havendo **emissão** de documento fiscal e **nem** de **documento gerencial**, pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio tomador do serviço.

Art. 89. A base de cálculo para a **retenção** e o **recolhimento** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN:

I – sobre a prestação de serviço sob **a forma de trabalho pessoal** do próprio contribuinte, **será** calculada através, de **1/12 (um doze avos)** da multiplicação da UFM – Unidade Fiscal Municipal com a ALC – Alíquota Correspondente, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQ Retido na Fonte} = \{(\text{UFM} \times 1/12)\} \times \text{ALC} \quad \text{ou} \quad \text{ISSQ Retido na Fonte} = (\text{UFM} \times \text{ALC}) / 12$$

onde:

ISSQ Retido na Fonte – Imposto de Renda Retido na Fonte

ALC – Alíquota Correspondente

1/12 ou 12 = Divisor

II – sobre as demais modalidades de prestação de serviço, **será** calculada através da multiplicação do PS – Preço do Serviço com a ALC – Alíquota Correspondente, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN Retido na Fonte} = \text{PS} \times \text{ALC}$$

onde:

ISSQN Retido na Fonte – Imposto de Renda Retido na Fonte

OS – Preço do Serviço

ALC – Alíquota Correspondente



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 90. Na **apuração** da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pelo prestador de serviço no período, **serão deduzidos** os valores **retidos** na fonte e **recolhidos** pelos tomadores de serviços.

Art. 91. As **empresas** e as **entidades** alcançadas, de forma **ativa** ou **passiva**, pela **retenção** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **manterão** controle, em separado, de forma destacada, em pastas, em livros, em arquivos ou em **quaisquer** outros objetos, das operações **ativas** e **passivas** sujeitas **ao regime** de responsabilidade tributária por **substituição total**, para exame periódico da fiscalização municipal.

Capítulo X

Lançamento e Recolhimento

Art. 92. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN:

I – **efetuado de ofício** pela autoridade administrativa, na prestação de serviço **sob a forma** de trabalho pessoal do próprio contribuinte; e

II – **efetuado**, de **forma espontânea**, diretamente, pelo próprio sujeito passivo, na prestação de serviço sob a forma de:

- a) **trabalho pessoal** do próprio contribuinte, quando este, por ter, a seu serviço, **empregado** com a sua mesma qualificação profissional, **não for o simples** fornecimento de trabalho;
- b) pessoa jurídica.

Art. 93. O pagamento **antecipado** do sujeito passivo **extingue**, potencialmente, o crédito tributário, todavia, a extinção, efetiva, **fica condicionada** à resolução da ulterior homologação do lançamento.

Art. 94. Os **atos anteriores** à homologação do lançamento, **praticados** pelo sujeito passivo ou por **terceiro**, visando à extinção total ou parcial do crédito, **não influem** sobre a obrigação tributária.

Art. 95. No caso previsto no **inciso I**, do **art. 92**, desta lei, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte **será** lançado, de **ofício** pela autoridade administrativa, **anualmente**, através da multiplicação da UFM – Unidade Fiscal Municipal com a ALC – Alíquota Correspondente, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = \text{UFM} \times \text{ALC}$$

onde:

ISSQN – Imposto de Renda Retido na Fonte

UFM – Unidade Fiscal Municipal

ALC – Alíquota Correspondente

Parágrafo Único. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **será** recolhido, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, **devidamente**, autorizada pela Prefeitura:

I – Em um só pagamento, em cota única, **com desconto** de 20% (**vinte por cento**); e

II – Em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o **valor mínimo** de cada parcela não seja inferior a **R\$ 20,00 (vinte reais)**.

Art. 96. No caso previsto na **alínea “a”**, do **inciso II**, do **art. 92**, desta lei, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço **sob a forma** de trabalho pessoal do próprio contribuinte, quando este, por ter, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional, **não for o simples** fornecimento de trabalho, **deverá** ser lançado, de **forma espontânea**, diretamente,



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

pelo próprio sujeito passivo, mensalmente, através da multiplicação do PS – Preço do Serviço com a ALC – Alíquota Correspondente, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = \text{PS} \times \text{ALC}$$

onde:

ISSQN – Imposto de Renda Retido na Fonte

PS – Preço do Serviço

ALC – Alíquota Correspondente

Parágrafo Único. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN será recolhido, de **forma espontânea**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, **devidamente**, autorizada pela Prefeitura, até, no **máximo**, o **quinto dia útil** do mês subsequente ao da **prestação** do serviço.

Art. 97. No caso previsto na **alínea “b”**, do **inciso II**, do **art. 92**, desta lei, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço **sob a forma** de pessoa jurídica, **não** incluídas nos **subitens 3.03 e 22.01** da lista de serviços, **deverá** ser lançado, de forma **espontânea**, diretamente, pelo próprio **sujeito passivo**, mensalmente, através da multiplicação do PS – Preço do Serviço com a ALC – Alíquota Correspondente, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = \text{PS} \times \text{ALC}$$

onde:

ISSQN – Imposto de Renda Retido na Fonte

PS – Preço do Serviço

ALC – Alíquota Correspondente

Parágrafo Único. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN será recolhido, de **forma espontânea**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, **devidamente**, autorizada pela Prefeitura, até, no **máximo**, o **quinto dia útil** do mês subsequente ao da **prestação** do serviço.

Art. 98. No caso previsto na **alínea “b”**, do **inciso II**, do **art. 92**, desta lei, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de **pessoa jurídica**, incluída no **subitem 3.03** da lista de serviços, **deverá** ser lançado, de forma **espontânea**, diretamente, pelo próprio sujeito passivo:

I – proporcionalmente, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município;

II – mensalmente, conforme o caso:

a) através da multiplicação do PSA – Preço do Serviço Apurado, da ALC – Alíquota Correspondente, da EM – Extensão Municipal da Ferrovia, Rodovia, Dutos, Condutos e Cabos de Qualquer Natureza e por 100 (Cem), Divididos pela ET – Extensão Total da Ferrovia, Rodovia, Dutos, Condutos e Cabos de Qualquer Natureza, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{EM} \times 100) / (\text{ET})$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PSA – Preço do Serviço Apurado

ALC – Alíquota Correspondente

EM – Extensão Municipal

100 – Cem (considerado em metro)

ET – Extensão Total



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) através da multiplicação do **PSA** – Preço do Serviço Apurado, da **ALC** – Alíquota Correspondente, da **QPLM** – Quantidade de Postes Locados no Município e por **100 (cem)**, divididos pela **QTPL** – Quantidade Total de Postes Locados, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{QPLM} \times 100) / (\text{QTPL})$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PSA – Preço do Serviço Apurado

ALC – Alíquota Correspondente

QPLM – Quantidade de Postes Locados no Município

100 – Cem (considerado em metro)

QTLM – Quantidade Total de Postes Locados

Art. 99. No caso previsto na **alínea “b”, do inciso II, do art. 92**, desta lei, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica, **incluída** no **subitem 22.01** da lista de serviços, **deverá** ser lançado, de **forma espontânea, diretamente**, pelo próprio sujeito passivo, **proporcionalmente** à **extensão** da rodovia explorada, mensalmente, através da multiplicação do **PSA** – Preço do Serviço Apurado, da **ALC** – Alíquota Correspondente, da **EMRE** – Extensão Municipal da Rodovia Explorada e por **100 (Cem)**, Divididos pela **ECRE** – Extensão Considerada da Rodovia Explorada, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{EMRE} \times 100) / (\text{ECRE})$$

onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PSA – Preço do Serviço Apurado

ALC – Alíquota Correspondente

EMRE – Extensão Municipal da Rodovia Explorada

100 – Cem (considerado em metro)

ECRE – Extensão Considerada da Rodovia Explorada

Art. 100. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **deverá** ter em conta a **situação fática** dos serviços prestados no **momento** da prestação dos serviços.

Art.101. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da **cientificação**, prestar declarações sobre as prestações de serviços, com base nas quais **poderá** ser lançado o imposto.

TÍTULO

TAXAS

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 102. As taxas de competência do Município decorrem:

I – em razão **do exercício** do poder de polícia;

II – **pela utilização, efetiva ou potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 103. Para efeito de **instituição** e **cobrança** de **taxas**, **consideram-se** compreendidas no âmbito das atribuições municipais aquelas que, segundo a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e a legislação com elas compatível, competem ao Município.

Art. 104. As taxas cobradas pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições:

I – têm como fato gerador:

- a) o **exercício** regular do poder de polícia; e
- b) a **utilização, efetiva** ou **potencial**, de serviço público específico e divisível, **prestado** ao contribuinte ou posto a sua disposição.

II – não podem:

- a) ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto; e
- b) ser calculadas em função do capital das empresas.

Art. 105. Considera-se poder de polícia a **atividade da administração pública** que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas **dependentes** de **concessão** ou **autorização** do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo Único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia **quando desempenhado** pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com **observância** do **processo legal** e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 106. Os serviços públicos consideram-se:

I – **utilizados** pelo contribuinte:

- a) efetivamente, quando por ele **usufruídos** a qualquer título;
- b) potencialmente, quando, sendo de **utilização compulsória**, sejam **postos** a sua **disposição** mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II – **específicos**, quando possam ser **destacados** em unidades autônomas de intervenção, de **utilidade** ou de **necessidade** públicas; e

III – **divisíveis**, quando suscetíveis de **utilização, separadamente**, por parte de cada um dos seus **usuários**.

Art. 107. É irrelevante para a incidência das taxas:

I – em razão do exercício do poder de polícia:

- a) o cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
- b) a licença, a autorização, a permissão ou a concessão, outorgadas pela União, pelo Estado ou pelo Município;
- c) a existência de estabelecimento fixo, ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
- d) a finalidade ou o resultado econômico da atividade ou da exploração dos locais;
- e) o efetivo funcionamento da atividade ou a efetiva utilização dos locais; e
- f) o recolhimento de preços, de tarifas, de emolumentos e de quaisquer outras importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás, de licenças, de autorizações e de vistorias.

II – pela utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição, que os referidos serviços públicos sejam **prestados diretamente**, pelo órgão público, ou, **indiretamente**, por autorizados, por permissionários, por concessionários ou por contratados do órgão público.

Capítulo II

Estabelecimento Extrativista, Produtor, Industrial, Comercial, Social e Prestador de Serviço



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 108. Estabelecimento:

I – é o local onde **são exercidas**, de modo **permanente** ou **temporário**, as atividades econômicas ou sociais, sendo **irrelevantes** para sua caracterização as denominações de sede, de filial, de agência, de sucursal, de escritório de representação ou de contato ou de quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II – é, também, o **local** onde forem exercidas as **atividades** de diversões públicas de natureza itinerante;

III – é, ainda, a **residência** de pessoa física, quando de **acesso ao público** em razão do exercício da atividade profissional; e

IV – a sua **existência** é indicada pela conjunção, **parcial** ou **total**, dos seguintes elementos:

a) **manutenção** de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos e de equipamentos;

b) **estrutura** organizacional ou administrativa;

c) **inscrição** nos órgãos previdenciários;

d) **indicação** como domicílio tributário para **efeito** de outros tributos; e

e) **permanência** ou **ânimo de permanecer** no local, para a exploração econômica ou social da **atividade exteriorizada** através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás.

Parágrafo Único. A circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento.

Art. 109. Para efeito de incidência das taxas, consideram-se como estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no **mesmo local** e com **idêntico ramo** de atividade ou não, pertençam a **diferentes** pessoas físicas ou jurídicas; e

II – os que, embora com **idêntico ramo** de atividade e **pertencentes** à mesma pessoa **física** ou **jurídica**, estejam situados em prédios **distintos** ou em locais **diversos**, **ainda** que no mesmo imóvel.

Art. 110. O **lançamento** e o **pagamento** das taxas não importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

CAPÍTULO III

Taxa de fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento

Seção I

Fator Gerador e Incidência

Art. 111. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento, **fundada** no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em **razão de interesse** público concernente ao exercício de atividades **dependentes** de **concessão** ou **autorização** do Poder Público – tem como fato gerador o **desempenho**, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, pertinente ao zoneamento urbano, **em observância** às normas municipais de posturas.

Art. 112. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento considera-se ocorrido:

I – no **primeiro** exercício, na data de **início** de atividade, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – nos exercícios **subseqüentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimento; e

III – em qualquer **exercício**, na data de **alteração** de **endereço** e/ou de **atividade**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento.

Art. 113. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas.**

Parágrafo Único. **Consideram-se não estabelecidas as pessoas físicas que:**

- I** – exerçam suas atividades em suas próprias residências, desde que não abertas ao público em geral; e
- II** – prestam seus serviços no estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 114. A **base de cálculo** da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **será** determinada, para **cada atividade**, **através de rateio**, divisível, proporcional e diferenciado do **custo** da respectiva atividade pública específica, **em função** do número anual de diligências fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 115. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Diligência Fiscal Anual por Contribuinte, divididos pelo Número Total de Diligências Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TLF = (CT \times NT \cdot DC) / (NT \cdot DA)$$

onde:

TFL – Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento

NT·DC – Custo Total Diligência Fiscal Anual por Contribuinte

NT·DA – Número Total de Diligência Fiscal Anuais

Art. 116. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Diligência Fiscal Anual por Contribuinte e o Número Total de Diligências Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 117. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento é a **pessoa física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, pertinente ao zoneamento urbano, em **observância** às **normas** municipais de **posturas**.

Seção IV Solidariedade Tributária

Art. 118. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento ou por estarem expressamente designados, **são pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as **pessoas físicas** ou **jurídicas**:

I – **titulares da propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse do bem** imóvel onde está localizado, instalado e funcionando o estabelecimento;

II – **responsáveis** pela **locação** do bem imóvel onde **está** localizado, instalado e funcionando o estabelecimento.

Seção V Lançamento e Recolhimento

Art. 119. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Diligência Fiscal Anual por Contribuinte, divididos pelo Número Total de Diligências Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TLF = (CT \times NT-DC) / (NT-DA)$$

onde:

TFL – Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento

NT-DC – Custo Total Diligência Fiscal Anual por Contribuinte

NT-DA – Número Total de Diligência Fiscal Anuais

Art. 120. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **ocorrerá**:

I – no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral;

II – nos **exercícios subseqüentes**, até o **último** dia útil do mês de fevereiro.

III – em **qualquer** exercício, havendo **alteração** de **endereço** e/ou de **atividade**, na data da alteração cadastral.

Art. 121. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral; e

II – nos exercícios subseqüentes:

a) em um **só pagamento**, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**;

b) O **valor** da **taxa** de licença de localização e Funcionamento de alvará das microempresas e empresas de pequeno porte **poderá** ser recolhida em até **03 (três)** parcelas mensais e consecutivas; e **(Incluído Lei Complementar 04/2007, de 18 de dezembro de 2007)**

III – em qualquer exercício, havendo **alteração** de **endereço** e/ou de **atividade**, na data da alteração cadastral.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 122. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento **deverá** ter em conta a **situação fática** do estabelecimento no momento do lançamento.

Art. 123. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, **prestar declarações** sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento.

Capítulo IV

Taxa de Fiscalização Sanitária

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 124. A Taxa de Fiscalização Sanitária, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, **regula a prática** de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público **concernente** à higiene da produção e do mercado – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, **onde é** fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública, em observância às normas municipais sanitárias.

Art. 125. O fato gerador da Taxa de Fiscalização Sanitária considera-se ocorrido:

I – no **primeiro** exercício, na data de **início** de atividade, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública;

II – nos **exercícios** subseqüentes, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do processo legal, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública;

III – em **qualquer** exercício, na data de **alteração** de endereço e/ou de **atividade**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.

Art. 126. A Taxa de Fiscalização Sanitária **não incide** sobre as pessoas físicas não estabelecidas.

Parágrafo Único. Consideram-se **não** estabelecidas as pessoas físicas que:

I – exerçam suas atividades em suas **próprias residências**, desde que não abertas ao público; em geral; e

II – prestam seus serviços no **estabelecimento** ou na **residência** dos respectivos tomadores de serviços.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção II

Base de cálculo

Art. 127. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização Sanitária **será** determinada, para cada atividade, através de **rateio**, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de diligências fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 128. A Taxa de Fiscalização Sanitária **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Diligência Fiscal Anual por Contribuinte, divididos pelo Número Total de Diligências Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFS = (CT \times NT-DC) / (NT-DA)$$

onde:

TFS – Taxa de Fiscalização Sanitária

NT- DC – Custo Total Diligência Fiscal Anual por Contribuinte

NT-DA – Número Total de Diligência Fiscal Anuais

Art. 129. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Diligência Fiscal Anual por Contribuinte e o Número Total de Diligências Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 130. O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização Sanitária é a **pessoa física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 131. Por **terem interesse** comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Fiscalização Sanitária ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

- I – **titulares da propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse do bem imóvel** onde está localizado, instalado e funcionando o estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – responsáveis **pela locação** do bem imóvel onde **está** localizado, instalado e funcionando o estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 132. A Taxa de Fiscalização Sanitária **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Diligência Fiscal Anual por Contribuinte, divididos pelo Número Total de Diligências Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFS} = (\text{CT} \times \text{NT-DC}) / (\text{NT-DA})$$

TFS – Taxa de Fiscalização Sanitária

NT-DC – Custo Total Diligência Fiscal Anual por Contribuinte

NT-DA – Número Total de Diligência Fiscal Anuais

Art. 133. O lançamento da Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS **ocorrerá:**

- I – no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral;
- II – nos **exercícios subseqüentes**, até o último dia útil do mês de fevereiro; e
- III – em **qualquer exercício**, havendo **alteração** de endereço e/ou de **atividade**, na data da alteração cadastral.

Art. 134. A Taxa de Fiscalização Sanitária **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral;
- II – nos exercícios subseqüentes:
 - a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
 - b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- III – em qualquer exercício, havendo **alteração** de **endereço** e/ou de **atividade**, na data da alteração cadastral.

Art. 135. O lançamento da Taxa de Fiscalização Sanitária **deverá** ter em conta a **situação fática** do estabelecimento no momento do lançamento.

Art. 136. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da **cientificação**, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização Sanitária.

Capítulo V

Taxa de Fiscalização de Anúncio

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 137. A Taxa de Fiscalização de Anúncio, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância**



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio, pertinente aos bens públicos de uso comum e ao controle da estética e do espaço visual urbanos, em **observância** às normas municipais de **posturas**.

Art. 138. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Anúncio **considera-se** ocorrido:

I – no primeiro exercício, na data de início da utilização do anúncio, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio;

II – nos exercícios subseqüentes, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a exploração de anúncio; e

III – em qualquer exercício, na data de alteração da utilização do anúncio, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a utilização de anúncio.

Art. 139. A Taxa de Fiscalização de Anúncio **não incide** sobre os anúncios, desde que **sem** qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário:

I – **destinados a fins** patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na **forma prevista** na legislação eleitoral;

II – no **interior** de estabelecimentos, divulgando **artigos** ou **serviços** neles negociados ou explorados;

III – em placas ou em letreiros que **contiverem** apenas a **denominação** do prédio;

IV – **que indiquem** o uso, a lotação, a capacidade ou quaisquer outros avisos técnicos elucidativos do emprego ou da finalidade da coisa;

V – em **placas** ou em **letreiros** destinados, **exclusivamente**, à orientação do público;

VI – que recomendem **cautela** ou **indiquem perigo** e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;

VII – em **placas indicativas** de oferta de emprego, **afixadas** no estabelecimento do empregador;

VIII – de **locação** ou de **venda** de imóveis, quando **colocados** no respectivo imóvel;

IX – em **painel** ou em **tabuleta afixada**, por determinação legal, no **local** da obra de construção civil, durante o **período** de sua execução, **desde que** contenha, tão-somente, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria; e

X – de **afixação obrigatória** decorrente de disposição legal ou regulamentar.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 140. A **base de cálculo** da Taxa de Fiscalização de Anúncio **será** determinada, para cada anúncio, através de **rateio**, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em **função** do número anual de verificações fiscais.

Parágrafo Único. **Considera-se** custo da respectiva atividade pública específica, **todos os gastos** diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;

II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;

III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;

IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;

V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e

VI – demais custos.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 141. A Taxa de Fiscalização de Anúncio **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Verificação Fiscal Anual por Anúncio, divididos pelo Número Total de Verificações Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFA = (CT \times NT-VA) / (NT-VF)$$

onde:

TFA = Taxa de Fiscalização de Anúncio

CT - Custo Total

NT-VA - Número Total de Verificação Fiscal Anual

NT-VF - Número Total de Verificação Fiscais Anuais

Art. 142. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Verificação Fiscal Anual por Anúncio e o Número Total de Verificações Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 143. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Anúncio é a **pessoa física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do processo legal, da fiscalização exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio, pertinente aos bens públicos de uso comum e ao controle da estética e do espaço visual urbanos, em **observância** às normas municipais de posturas.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 144. Por **terem interesse** comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Fiscalização de Anúncio ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente **solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

- I – **titulares** da **propriedade** ou do **domínio útil** ou da posse do bem:
 - a) imóvel onde o anúncio está localizado;
 - b) móvel onde o anúncio está sendo veiculado;
- II – responsáveis pela locação do bem:
 - a) imóvel onde o anúncio está localizado;
 - b) móvel onde o anúncio está sendo veiculado; e
- III – as quais o anúncio aproveitar, quanto ao **anunciante** ou ao **objeto anunciado**.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 145. A Taxa de Fiscalização de Anúncio **será** lançada, de ofício pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com Número Total de Verificação Fiscal Anual por Anúncio, divididos pelo Número Total de Verificações Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFA = (CT \times NT-VA) / (NT-VF)$$

onde:

TFA = Taxa de Fiscalização de Anúncio

CT - Custo Total



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

NT-VA - Número Total de Verificação Fiscal Anual

NT-VF - Número Total de Verificação Fiscais Anuais

Art. 146. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Anúncio **ocorrerá**:

- I - no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral do anúncio;
- II - nos **exercícios subseqüentes**, até o último dia útil do mês de março; e
- III - em **qualquer exercício**, havendo **alteração** de **endereço** e/ou de **anúncio** e/ou de **veículo** de **divulgação**, na data da **alteração cadastral**.

Art. 147. A Taxa de Fiscalização de Anúncio **será recolhida**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente autorizada pela Prefeitura:

- I - no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral do anúncio;
- II - nos exercícios subseqüentes:
 - a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**;
 - b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- III - em **qualquer exercício**, havendo **alteração** de **endereço** e/ou de **anúncio** e/ou de **veículo** de **divulgação**, na data da **alteração cadastral**.

Art. 148. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Anúncio **deverá** ter em conta a **situação fática** do **anúncio** e do seu **veículo** de **divulgação** no momento do lançamento.

Art. 149. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da **cientificação**, prestar **declarações** sobre a situação do anúncio e do seu **veículo** de **divulgação**, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Anúncio.

Capítulo VI

Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 150. A Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte, fundada no poder de polícia do Município - **limitando** ou **disciplinando direito**, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança e à higiene pública - tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a segurança, a higiene, a conservação e o funcionamento de aparelho de transporte, pertinente aos direitos individuais ou coletivos, em **observância** às normas municipais de **obras**, de **edificações** e de **posturas**.

Art. 151. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte considera-se **ocorrido**:

- I - no **primeiro exercício**, na data da localização e da instalação do aparelho de transporte, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a **localização** e a **instalação** do aparelho de transporte;
- II - nos **exercícios subseqüentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a segurança, a higiene, a conservação e o funcionamento do aparelho de transporte; e
- III - em **qualquer exercício**, na data de **conserto**, de **reforma** ou de **restauração** do aparelho de transporte, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a segurança, a higiene, a conservação e o funcionamento do aparelho de transporte.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 152. A Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **não incide** sobre o aparelho de transporte utilizado:

- I – em residência particular; e
- II – em edifício, estritamente, residencial.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 153. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **será** determinada, para cada aparelho de transporte, **através de rateio**, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em **função** do número anual de vistorias fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os **gastos diretos e indiretos** envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 154. A Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Aparelho de Transporte, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFAT = (CT \times NT \cdot VA) / (NT \cdot VF)$$

onde:

TFAT= Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte

CT – Custo Total

NT·VA - Número Total de Vistoria Fiscal Anual Aparelho de Transporte

NT·VF – Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 155. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Aparelho de Transporte e o Número Total de Vistorias Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 156. O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a segurança, a higiene, a conservação e o funcionamento de aparelho de transporte, pertinente aos direitos individuais ou coletivos, em **observância** às normas municipais de **obras**, de **edificações** e de **posturas**.

Seção IV

Solidariedade Tributária



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 157. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte ou por **estarem** expressamente designados, **são pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa:

- I – o síndico e os condôminos do imóvel edificado **onde será**, ou se mantenha, localizado e instalado o **aparelho de transporte**; e
- II – o **responsável** pela locação do aparelho de transporte.

Seção V Lançamento e Recolhimento

Art. 158. A Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Aparelho de Transporte, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{FAT} = (\text{CT} \times \text{NT-VA}) / (\text{NT-VF})$$

onde:

FAT= Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte

CT – Custo Total

NT-VA - Número Total de Vistoria Fiscal Anual Aparelho de Transporte

NT-VF – Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 159. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **ocorrerá**:

- I – no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral do aparelho de transporte;
- II – nos **exercícios subsequentes**, até o último dia útil do mês de abril; e
- III – em **qualquer exercício**, havendo **conserto, reforma ou restauração** do aparelho de transporte.

Art. 160. A Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral do aparelho de transporte;
- II – nos exercícios subsequentes:
 - a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
 - b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- III – em **qualquer exercício**, havendo conserto, reforma ou restauração do aparelho de transporte, na data da vistoria fiscal.

Art. 161. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte **deverá** ter em conta a situação **fática** do aparelho de transporte no momento do lançamento.

Art. 162. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de 30 (**trinta**) dias, contados da data da **cientificação**, prestar declarações sobre a situação do aparelho de transporte, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Aparelho de Transporte – TFAT.

Capítulo VII Taxa de Fiscalização de Máquinas, de Motor e de Equipamento Eletromecânico Seção I Fato Gerador e Incidência



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 163. A Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, fundada no poder de polícia do Município – **limitando** ou **disciplinando** direito, interesse ou liberdade, **regula** a **prática** de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à tranqüilidade pública – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a conservação, o funcionamento e a segurança de máquina, motor e equipamento eletromecânico, pertinente à disciplina da produção e ao respeito aos direitos individuais ou coletivos, em **observância** às normas municipais de **meio ambiente** e de **posturas**.

Art. 164. O **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico considera-se **ocorrido**:

I – **no primeiro exercício**, na data da localização e da instalação da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico;

II – **nos exercícios subseqüentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico; e

III – **em qualquer exercício**, na data de conserto, de restauração ou de reforma da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico.

Art. 165. A Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **não incide** sobre a máquina, o motor e o equipamento eletromecânico utilizado:

I – em **residência particular**; e

II – em atividade **comercial** ou **prestadora** de serviço.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 166. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **será** determinada, para cada máquina, motor e equipamento eletromecânico, **através** de **rateio**, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de vistorias fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os **gastos diretos** e **indiretos** envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;

II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;

III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;

IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;

V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e

VI – demais custos.

Art. 167. A Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFM} = (\text{CT} \times \text{NT-VA}) / (\text{NT-VF})$$



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

onde:

TFM= Taxa de Fiscalização de Máquinas, de Motor e de Equipamento Eletromecânico

CT - Custo Total

NT-VA - Número Total de Vistoria Fiscal Anual de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico

NT-VF - Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 168. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Vistoria Fiscal Anual de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico e o Número Total de Vistorias Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 169. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento da máquina, de motor e de equipamento eletromecânico, pertinente à disciplina da produção e ao respeito aos direitos individuais ou coletivos, em **observância** às normas municipais de meio **ambiente** e de **posturas**.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 170. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico ou por **estarem** expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

I - titulares da **propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse** do bem imóvel onde está localizado, instalado e funcionando a máquina, o motor e o equipamento eletromecânico; e

II - **responsáveis** pela locação do **bem imóvel** onde está localizado, instalado e funcionando a máquina, o motor e o equipamento eletromecânico.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 171. A Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFM} = (\text{CT} \times \text{NT-VA}) / (\text{NT-VF})$$

onde:

TFM= Taxa de Fiscalização de Máquinas, de Motor e de Equipamento Eletromecânico

CT - Custo Total

NT-VA - Número Total de Vistoria Fiscal Anual de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico

NT-VF - Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 172. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **ocorrerá**:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

I - no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico;

II - nos **exercícios subsequentes**, até o último dia útil do mês de maio; e

III - em **qualquer exercício**, havendo conserto, restauração ou reforma da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico.

Art. 173. A Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I - no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico;

II - nos **exercícios subsequentes**:

a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e

b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.

III - em **qualquer exercício**, havendo conserto, restauração ou reforma da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico, na data da vistoria fiscal.

Art. 174. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **deverá** ter em conta a situação **fática** da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico no momento do lançamento.

Art. 175. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no **prazo** de 30 (**trinta**) dias, contados da data da **cientificação**, prestar **declarações** sobre a situação da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico.

Capítulo VIII

Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 176. A Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro, fundada no poder de polícia do Município - limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a **prática de ato** ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene e à ordem pública - tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a circulação, a segurança, o conforto, a higiene, a conservação e o funcionamento de veículo de transporte de passageiro, pertinente ao exercício de atividades dependentes de concessão ou de autorização do Poder Público e ao respeito dos direitos individuais ou coletivos, em observância às normas municipais de transporte.

Art. 177. O **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro considera-se ocorrido:

I - no **primeiro exercício**, na data de início de circulação do veículo de transporte de passageiro, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a segurança e o conforto do veículo de transporte de passageiro;

II - nos **exercícios subsequentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a segurança, o conforto, a higiene, a conservação e o funcionamento do veículo de transporte de passageiro; e

III - em **qualquer exercício**, na data de conserto, de reforma ou de restauração do veículo de transporte de passageiro, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

observância do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a segurança, o conforto, a higiene, a conservação e o funcionamento do veículo de transporte de passageiro.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 178. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro **será** determinada, para cada veículo de transporte de passageiro, através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de vistorias fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 179. A Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Veículo de Transporte de Passageiro, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFV = (CT \times NT-VA) / (NT-VF)$$

onde:

TFM= Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro

CT – Custo Total

NT-VA - Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Veículo de Transporte de Passageiro

NT-VF – Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 180. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Veículo de Transporte de Passageiro e o Número Total de Vistorias Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 181. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a circulação, a segurança, o conforto, a higiene, a conservação e o funcionamento do veículo de transporte de passageiro, pertinente ao exercício de atividades dependentes de concessão ou de autorização do Poder Público e ao respeito dos direitos individuais ou coletivos, em **observância** às normas municipais de transporte.

Seção IV

Solidariedade Tributária



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 182. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa:

- I – a pessoa jurídica **arrendadora** ou **financiadora** do veículo de transporte de passageiro; e
- II – o **responsável** pela locação do veículo de transporte de passageiro.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 183. A Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Veículo de Transporte de Passageiro, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFV = (CT \times NT-VA) / (NT-VF)$$

onde:

TFM= Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro

CT - Custo Total

NT-VA - Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Veículo de Transporte de Passageiro

NT-VF - Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 184. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro **ocorrerá**:

- I – no **primeiro exercício**, na data da inscrição cadastral do veículo de transporte de passageiro;
- II – nos **exercícios subseqüentes**, até o último dia útil do mês de junho; e
- III – em **qualquer exercício**, havendo conserto, reforma ou restauração do veículo de transporte de passageiro.

Art. 185. A Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral do veículo de transporte de passageiro;
- II – nos exercícios subseqüentes:
 - a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
 - b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- III – em **qualquer exercício**, havendo conserto, reforma ou restauração do veículo de transporte de passageiro, na data da vistoria fiscal.

Art. 186. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro **deverá** ter em conta a situação **fática** do veículo de transporte de passageiro no momento do lançamento.

Art. 187. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do veículo de transporte de passageiro, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro.

Capítulo IX

Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

Seção I

Fato Gerador e Incidência



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 188. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimento em horário especial, **pertinente ao zoneamento urbano**, em observância às normas municipais de **posturas**.

Art. 189. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **considera-se ocorrido**:

I – no **primeiro exercício** ou **mês** ou **semana** ou **dia** ou **hora**, na **data** ou na **hora** de início de funcionamento do estabelecimento em horário especial, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento do estabelecimento em horário especial;

II – nos **exercícios** ou **meses** ou **semanas** ou **dias** ou **horas** subseqüentes, na ou na hora de funcionamento do estabelecimento em horário especial, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre o funcionamento do estabelecimento em horário especial; e

III – em **qualquer exercício** ou **mês** ou **semana** ou **dia** ou **hora**, na **data** ou na **hora** de reinício de funcionamento do estabelecimento em horário especial, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento do estabelecimento em horário especial.

Art. 190. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **não incide** sobre as pessoas físicas não estabelecidas.

Parágrafo Único. Consideram-se **não estabelecidas** as pessoas físicas que:

I – exerçam suas atividades em suas **próprias residências**, desde que **não abertas** ao público em geral; e

II – prestam seus serviços no **estabelecimento** ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 191. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **será** determinada, para cada atividade, através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número diário ou semanal ou mensal ou anual de diligências fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os **gastos diretos e indiretos** envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 192. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **será** calculada:



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

I – para um **período anual**, através da multiplicação do Custo Total Anual com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Anual de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Anual}} = (\text{CTA} \times \text{NTA-DC}) / (\text{NTA-DA})$$

onde:

TFHE_{Anual} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Anual

NTA-DC - Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Anual de Diligência Fiscais

II – para um **período mensal**, através da multiplicação do Custo Total Mensal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Mensal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Mensal}} = (\text{CTM} \times \text{NTM-DC}) / (\text{NTM-DA})$$

onde:

TFHE_{Mensal} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Mensal

NTA-DC - Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Mensal de Diligência Fiscais

III – para um **período semanal**, através da multiplicação do Custo Total Semanal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Semanal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Semanal}} = (\text{CTS} \times \text{NTS-DC}) / (\text{NTS-DA})$$

onde:

TFHE_{Semanal} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Semanal

NTA-DC - Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Semanal de Diligência Fiscais

IV – para um **período diário**, através da multiplicação do Custo Total Diário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Diário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Diário}} = (\text{CTD} \times \text{NTD-DC}) / (\text{NTD-DA})$$

onde:

TFHE_{Diário} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Diário

NTA-DC - Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Diário de Diligência Fiscais

V – para um **período horário**, através da multiplicação do Custo Total Horário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Horário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

$$\text{TFHE}_{\text{Horário}} = (\text{CTH} \times \text{NTH-DC}) / (\text{NTH-DA})$$

onde:

TFHE **Horário** = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Horário

NTA-DC - Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Horário de Diligência Fiscais

Art. 193. O **Custo Total Anual** com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Anual de Diligências Fiscais, o Custo Total Mensal com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Mensal de Diligências Fiscais, o Custo Total Semanal com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Semanal de Diligências Fiscais, o Custo Total Diário com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Diário de Diligências Fiscais, o Custo Total Horário com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte e o Número Total Horário de Diligências Fiscais, serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 194. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimento em horário especial, pertinente ao **zoneamento urbano**, em **observância** às normas municipais de **posturas**.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 195. Por terem interesse comum na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial ou por estarem **expressamente** designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

I – titulares da **propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse** do bem imóvel onde está localizado, instalado e funcionando o estabelecimento; e

II – **responsáveis** pela **locação** do bem imóvel onde **está** localizado, instalado e funcionando o estabelecimento.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 196. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **será** lançada, de ofício pela autoridade administrativa:

I – para um **período anual**, através da multiplicação do Custo Total Anual com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Anual de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

$$\text{TFHE}_{\text{Anual}} = (\text{CTA} \times \text{NTA-DC}) / (\text{NTA-DA})$$

onde:

TFHE_{Anual} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Anual

NTA-DC - Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Anual de Diligência Fiscais

II – para um **período mensal**, através da multiplicação do Custo Total Mensal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Mensal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Mensal}} = (\text{CTM} \times \text{NTM-DC}) / (\text{NTM-DA})$$

onde:

TFHE_{Mensal} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Mensal

NTA-DC - Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Mensal de Diligência Fiscais

III – para um **período semanal**, através da multiplicação do Custo Total Semanal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Semanal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Semanal}} = (\text{CTS} \times \text{NTS-DC}) / (\text{NTS-DA})$$

onde:

TFHE_{Semanal} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Semanal

NTA-DC - Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Semanal de Diligência Fiscais

IV – para um **período diário**, através da multiplicação do Custo Total Diário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Diário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Diário}} = (\text{CTD} \times \text{NTD-DC}) / (\text{NTD-DA})$$

onde:

TFHE_{Diário} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

CTA – Custo Total Diário

NTA-DC - Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Diário de Diligência Fiscais

V – para um **período horário**, através da multiplicação do Custo Total Horário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Horário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFHE}_{\text{Horário}} = (\text{CTH} \times \text{NTH-DC}) / (\text{NTH-DA})$$

onde:

TFHE_{Horário} = Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

CTA – Custo Total Horário

NTA-DC - Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Horário de Diligência Fiscais

Art. 197. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **ocorrerá**:

I – no **primeiro exercício** ou **mês** ou **semana** ou **dia** ou **hora**, na data da autorização e do licenciamento municipal;

II – nos **exercícios subsequentes**, até o último dia útil do mês de julho; e

III – em **qualquer exercício** ou **mês** ou **semana** ou **dia** ou **hora**, na data da nova autorização e do novo licenciamento municipal.

Art. 198. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente autorizada pela Prefeitura:

I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento municipal;

II – nos exercícios subsequentes:

a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e

b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.

III – em qualquer exercício, havendo reinício de funcionamento do estabelecimento em horário especial, na data da nova autorização e do novo licenciamento municipal.

Art. 199. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial **deverá** ter em conta a situação fática do estabelecimento no momento do lançamento.

Art. 200. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial.

Capítulo X

Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 201. A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades dependentes de **concessão** ou **autorização** do Poder Público, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, pertinente ao **zoneamento urbano**, em **observância** às normas municipais **sanitárias** e de **posturas**.

Art. 202. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante considera-se **ocorrido**:

I – no **primeiro exercício** ou **mês** ou **semana** ou **dia** ou **hora**, na data ou na hora de início de localização, de instalação e de funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**,



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante;

II – nos **exercícios** ou **meses** ou **semanas** ou **dias** ou **horas** subseqüentes, na data ou na hora de funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante; e

III – em **qualquer exercício** ou **mês** ou **semana** ou **dia** ou **hora**, na data ou na hora de reinício de localização, de instalação e de funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante;

Art. 203. Considera-se atividade:

I – ambulante, a exercida, individualmente, de modo habitual, com instalação ou localização fixas ou não;

II – eventual, a exercida, individualmente ou não, em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos; e

III – feirante, a exercida, individualmente ou não, de modo habitual, nas feiras livres, em locais previamente determinados.

Parágrafo Único. A atividade ambulante, eventual e feirante é exercida, **sem** estabelecimento, em **instalações removíveis**, colocadas nas vias, nos logradouros ou nos locais de acesso ao público, como veículos, como “trailers”, como “stands”, como balcões, como barracas, como mesas, como tabuleiros e como as demais instalações congêneres, assemelhadas e similares.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 204. A **base de cálculo** da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante **será** determinada, para cada atividade, **através** de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em **função** do número diário ou semanal ou mensal ou anual de diligências fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 205. A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante **será** calculada:

I – para um **período anual**, através da multiplicação do Custo Total Anual com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Anual de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF}_{\text{Anual}} = (\text{CTA} \times \text{NTA-DC}) / (\text{NTA-DA})$$

onde:

$\text{TFAF}_{\text{Anual}}$ = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Anual



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

CTA – Custo Total Anual

NTA-DC - Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Anual de Diligência Fiscais

II – para um **período mensal**, através da multiplicação do Custo Total Mensal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Mensal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Mensal} = (\text{CTM} \times \text{NTM-DC}) / (\text{NTM-DA})$$

onde:

TFAF Mensal = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Mensal

CTA – Custo Total Mensal

NTA-DC - Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Mensal de Diligência Fiscais

III – para um **período semanal**, através da multiplicação do Custo Total Semanal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Semanal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Semanal} = (\text{CTS} \times \text{NTS-DC}) / (\text{NTS-DA})$$

onde:

TFAF Semanal = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Semanal

CTA – Custo Total Semanal

NTA-DC - Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Semanal de Diligência Fiscais

IV – para um **período diário**, através da multiplicação do Custo Total Diário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Diário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Diário} = (\text{CTD} \times \text{NTD-DC}) / (\text{NTD-DA})$$

onde:

TFAF Diário = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Diário

CTA – Custo Total Diário

NTA-DC - Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Diário de Diligência Fiscais

V – para um **período horário**, através da multiplicação do Custo Total Horário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Horário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Horário} = (\text{CTH} \times \text{NTH-DC}) / (\text{NTH-DA})$$

onde:

TFAF Horário = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Horário

CTA – Custo Total Horário

NTA-DC - Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Horário de Diligência Fiscais



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 206. O Custo Total Anual com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Anual de Diligências Fiscais, o Custo Total Mensal com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Mensal de Diligências Fiscais, o Custo Total Semanal com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Semanal de Diligências Fiscais, o Custo Total Diário com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte, o Número Total Diário de Diligências Fiscais, o Custo Total Horário com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte e o Número Total Horário de Diligências Fiscais, serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 207. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante pertinente ao **zoneamento urbano**, em **observância** às normas municipais **sanitárias** e de **posturas**.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 208. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

I - **titulares** da **propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse** do bem imóvel onde **está** localizado, instalado e funcionando o ambulante, o eventual e o feirante;

II - **responsáveis** pela locação do bem imóvel onde **está** localizado, instalado e funcionando o ambulante, o eventual e o feirante;

III - o **promotor**, o **organizador** e o **patrocinador** de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 209. A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante **será** lançada, de ofício pela autoridade administrativa:

I - para um **período anual**, através da multiplicação do Custo Total Anual com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Anual de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFAF_{\text{Anual}} = (CTA \times NTA\text{-}DC) / (NTA\text{-}DA)$$

onde:

$TFAF_{\text{Anual}}$ = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Anual

CTA - Custo Total Anual

NTA-DC - Número Total Anual de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA - Número Total Anual de Diligências Fiscais



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – para um **período mensal**, através da multiplicação do Custo Total Mensal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Mensal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Mensal} = (\text{CTM} \times \text{NTM-DC}) / (\text{NTM-DA})$$

onde:

TFAF Mensal = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Mensal

CTA – Custo Total Mensal

NTA-DC - Número Total Mensal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Mensal de Diligência Fiscais

III – para um **período semanal**, através da multiplicação do Custo Total Semanal com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Semanal de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Semanal} = (\text{CTS} \times \text{NTS-DC}) / (\text{NTS-DA})$$

onde:

TFAF Semanal = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Semanal

CTA – Custo Total Semanal

NTA-DC - Número Total Semanal de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Semanal de Diligência Fiscais

IV – para um **período diário**, através da multiplicação do Custo Total Diário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Diário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Diário} = (\text{CTD} \times \text{NTD-DC}) / (\text{NTD-DA})$$

onde:

TFAF Diário = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Diário

CTA – Custo Total Diário

NTA-DC - Número Total Diário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Diário de Diligência Fiscais

V – para um **período horário**, através da multiplicação do Custo Total Horário com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte, divididos pelo Número Total Horário de Diligências Fiscais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFAF Horário} = (\text{CTH} \times \text{NTH-DC}) / (\text{NTH-DA})$$

onde:

TFAF Horário = Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual Horário

CTA – Custo Total Horário

NTA-DC - Número Total Horário de Diligência Fiscal por Contribuinte

NTA-DA – Número Total Horário de Diligência Fiscais

Art. 210. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante **ocorrerá:**

I – no primeiro exercício ou mês ou semana ou dia ou hora, na data da autorização e do licenciamento municipal;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- II – nos exercícios subseqüentes, até o último dia útil do mês de agosto; e
- III – em qualquer exercício ou mês ou semana ou dia ou hora, na data da nova autorização e do novo licenciamento municipal.

Art. 211. A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – no **primeiro exercício**, na data da autorização e do licenciamento municipal;
- II – nos **exercícios** subseqüentes:
 - a) em um **só pagamento**, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**;
 - b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- III – em **qualquer exercício**, havendo reinício de localização, de instalação e de funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, na data da nova autorização e do novo licenciamento municipal.

Art. 212. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante deverá ter em conta a situação fática da atividade ambulante, eventual e feirante no momento do lançamento.

Art. 213. Sempre que **julgar** necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, **prestar declarações** sobre a situação da atividade ambulante, eventual e feirante, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante.

Capítulo XI

Taxa de Fiscalização de Obra Particular

Seção I

Fator Gerador e Incidência

Art. 214. A Taxa de Fiscalização de Obra Particular, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao **zoneamento urbano**, em **observância** às normas municipais de **obras**, de **edificações** e de **posturas**.

Art. 215. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Obra Particular considera-se **ocorrido**:

- I – no **primeiro exercício**, na data de início da obra particular, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno;
- II – nos **exercícios subseqüentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno; e
- III – em **qualquer exercício**, na data de alteração da obra particular, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 216. A Taxa de Fiscalização de Obra Particular **não incide** sobre:

- I – a limpeza ou a pintura interna e externa de prédios, de muros e de grades;
- II – a construção de passeios e de logradouros públicos providos de meio-fio; e
- III – a construção de muros de contenção de encostas.

Seção II Base de Cálculo

Art. 217. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Obra Particular **será** determinada, para cada obra particular, **através** de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de vistorias fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se **custo** da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 218. A Taxa de Fiscalização de Obra Particular **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Obra Particular, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFO} = (\text{CT} \times \text{NT-VA}) / (\text{NT-VF})$$

onde:

TFO – Taxa de Fiscalização de Obra Particular

CT – Custo Total

NT-VA – Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Obra Particular

NT-VF – Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 219. O CT – Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Obra Particular e o Número Total de Vistorias Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III Sujeito Passivo

Art. 220. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Obra Particular é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno, pertinente à lei de **uso e de ocupação do solo** e ao **zoneamento urbano**, em **observância** às normas municipais de **obras**, de **edificações** e de **posturas**.

Seção IV Solidariedade Tributária



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 221. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Obra Particular ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

- I – **responsáveis** pelos projetos ou pela sua execução; e
- II – **responsáveis** pela locação, bem como o **locatário**, do imóvel **onde esteja** sendo executada a obra.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 222. A Taxa de Fiscalização de Obra Particular **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Obra Particular, divididos pelo Número Total de Vistorias Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TFO} = (\text{CT} \times \text{NT-VA}) / (\text{NT-VF})$$

onde:

TFO – Taxa de Fiscalização de Obra Particular

CT – Custo Total

NT-VA – Número Total de Vistoria Fiscal Anual por Obra Particular

NT-VF – Número Total de Vistorias Fiscais Anuais

Art. 223. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Obra Particular **ocorrerá**:

- I – **no primeiro exercício**, na data da autorização e do licenciamento da obra particular;
- II – nos **exercícios subsequentes**, até o último dia útil do mês de setembro; e
- III – em **qualquer exercício**, havendo alteração da obra particular, na data da nova autorização e do novo licenciamento da obra particular.

Art. 224. A Taxa de Fiscalização de Obra Particular **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento da obra particular;
- II – nos exercícios subsequentes:
 - a) em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**;
 - b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- III – em qualquer exercício, havendo alteração da obra particular, na data da nova autorização e do novo licenciamento da obra particular.

Art. 225. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Obra Particular **deverá** ter em conta a situação **fática** da obra particular no momento do lançamento.

Art. 226. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação da obra particular, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Obra Particular.

Capítulo XII

Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos

Seção I

Fato Gerador e Incidência



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 227. A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a ocupação e a permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, pertinente à lei de **uso** e de **ocupação do solo** e ao **zoneamento urbano**, à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade, à higiene, ao trânsito e à segurança pública, em **observância** às normas municipais de **posturas**.

Art. 228. O **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos considera-se **ocorrido**:

I – no **primeiro exercício**, na data de início da localização, da instalação e da ocupação em áreas, em vias e em logradouros públicos, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e a ocupação de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos;

II – nos **exercícios subsequentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos; e

III – em **qualquer exercício**, na data de alteração da localização ou da instalação ou da ocupação em áreas, em vias e em logradouros públicos, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização ou a instalação ou a ocupação de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos.

Art. 229. A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **não incide** sobre a localização, a instalação, a ocupação e a permanência de veículos de particulares não destinados ao exercício de atividades econômicas.

Seção II Base de Cálculo

Art. 230. A **base de cálculo** da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** determinada, para cada móvel, equipamento, veículo, utensílio e qualquer outro objeto, através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de verificações fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se **custo** da respectiva atividade pública específica, todos os **gastos diretos e indiretos** envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.

Art. 231. A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Verificação Fiscal Anual por móvel, equipamento, veículo, utensílio



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

e qualquer outro objeto, divididos pelo Número Total de Verificações Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFOP = (CT \times NT-VA) / NT-VF)$$

onde:

TFOP = Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos

CT - Custo Total

NT-VA - Número Total de Verificação Fiscal Anual por Móvel

NT-VF - Número Total de Verificações Fiscais Anuais

Art. 232. O CT - Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Verificação Fiscal Anual por móvel, equipamento, veículo, utensílio e qualquer outro objeto e o Número Total de Verificações Fiscais Anuais serão demonstrados em anexo específico próprio.

Seção III Sujeito Passivo

Art. 233. O **sujeito passivo** da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a ocupação e a permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, pertinente à lei de **uso** e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano, à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade, à higiene, ao trânsito e à segurança pública, em **observância** às normas municipais de **posturas**.

Seção IV Solidariedade Tributária

Art. 234. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

I - **responsáveis** pela instalação dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos; e

II - **responsáveis** pela locação, bem como o locatário, dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos.

Seção V Lançamento e Recolhimento

Art. 235. A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** lançada, de ofício pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Verificação Fiscal Anual por móvel, equipamento, veículo, utensílio e qualquer outro objeto, divididos pelo Número Total de Verificações Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFOP = (CT \times NT-VA) / NT-VF)$$

onde:

TFOP = Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

CT – Custo Total

NT-VA – Número Total de Verificação Fiscal Anual por Móvel

NT-VF – Número Total de Verificação Fiscais Anuais

Art. 236. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **ocorrerá**:

I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos;

II – nos exercícios subseqüentes, até o último dia útil do mês de setembro; e

III – em qualquer exercício, havendo alteração da localização, da instalação, da ocupação e da permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, na data da nova autorização e do novo licenciamento.

Art. 237. A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no **primeiro exercício**, na data da autorização e do licenciamento dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos;

II – nos **exercícios subseqüentes**:

a) em um só **pagamento**, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**;

b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.

III – em **qualquer exercício, havendo alteração** da localização, da instalação, da ocupação e da permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, na data da nova autorização e do novo licenciamento.

Art. 238. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **deverá** ter em conta a situação **fática** dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos no momento do lançamento.

Art. 239. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos.

Capítulo XIII

Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas,
em Vias e em Logradouros Públicos

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 240. A Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo, em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como **fato gerador** o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a colocação, a montagem, a instalação, a implantação, a utilização, a passagem e a implementação de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados à prestação de serviços** de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano, à estética urbana, em **observância** às normas municipais de **posturas**.

Art. 241. O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo, em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos considera-se **ocorrido**:

I – no **primeiro exercício**, na data de início da colocação, da montagem, da instalação e da implantação no subsolo e no sobsolo, em áreas, em vias e em logradouros públicos, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a colocação, a montagem, a instalação e a implantação de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura;

II – nos **exercícios subsequentes**, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a utilização, a passagem e a implementação de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura; e

III – em **qualquer exercício**, na data de alteração da colocação, da montagem, da instalação e da implantação no subsolo e no sobsolo, em áreas, em vias e em logradouros públicos, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a colocação, a montagem, a instalação e a implantação de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura.

Art. 242. A Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **não incide** sobre a utilização e a passagem no subsolo e no sobsolo de **áreas particulares**.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 243. A **base de cálculo** da Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** determinada, para cada duto, conduto, cabo, manilha e demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura, **através** de **rateio**, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de verificações fiscais.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos **diretos e indiretos** envolvidos no desempenho, pelo órgão competente, da fiscalização, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;
- V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros; e
- VI – demais custos.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 244. A Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Verificação Fiscal Anual por duto, conduto, cabo, manilha e outros equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura, divididos pelo Número Total de Verificações Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFUP = (CT \times NT-VA) / (NT-VF)$$

onde:

TFUP - Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos

CT - Custo Total

NT-VA - Número Total de Verificação Fiscal Anual

NT-VF - Número Total de Verificações Fiscais Anuais

Art. 245. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, o Número Total de Verificação Fiscal Anual por duto, conduto, cabo, manilha e outros equipamentos, destinados à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura e o Número Total de Verificações Fiscais Anuais serão **demonstrados** em anexo específico próprio.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 246. O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos é a pessoa **física** ou **jurídica** sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com **observância** do **processo legal**, da fiscalização exercida sobre a colocação, a montagem, a instalação, a implantação, a utilização, a passagem e a implementação de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano, à estética urbana, em **observância** às normas municipais de **posturas**.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 247. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

I – responsáveis pela colocação, montagem, instalação, implantação e implementação de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, destinados à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura; e

II – responsáveis pela locação, bem como o locatário, dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 248. A Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Sobsolo em áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** lançada, de ofício pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o Número Total de Verificação Fiscal Anual por duto, conduto, cabo, manilha e outros equipamentos, destinados à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infraestrutura, divididos pelo Número Total de Verificações Fiscais Anuais, conforme a fórmula abaixo:

$$TFUP = (CT \times NT-VA) / (NT-VF)$$

onde:

TFUP – Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Sobsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos

CT – Custo Total

NT-VA – Número Total de Verificação Fiscal Anual

NT-VF – Número Total de Verificações Fiscais Anuais

Art. 249. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Sobsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **ocorrerá**:

I – no **primeiro exercício**, na data da autorização e do licenciamento dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura;

II – nos **exercícios subsequentes**, até o último dia útil do mês de setembro; e

III – em **qualquer exercício**, havendo alteração da colocação, da montagem, da instalação e da implantação no subsolo e no sobsolo, em áreas, em vias e em logradouros públicos, na data da **nova autorização** e do **novo licenciamento**.

Art. 250. A Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Sobsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **será** recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no **primeiro exercício**, na data da autorização e do licenciamento dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura;

II – nos **exercícios subsequentes**:

a) em um só pagamento, em **cota única**, com desconto de **20% (vinte por cento)**;

b) em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 20,00 (**vinte reais**).

III – em **qualquer exercício**, havendo **alteração** da colocação, da montagem, da instalação e da implantação no subsolo e no sobsolo, em áreas, em vias e em logradouros públicos, na data da **nova autorização** e do **novo licenciamento**.

Art. 251. O lançamento da Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Sobsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos **deverá** ter em conta a situação **fática** dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura no **momento** do lançamento.

Art. 252. Sempre que **julgar** necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, **destinados** à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infra-estrutura, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Fiscalização de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos.

Capítulo XIV

Taxa de Serviços de Limpeza Pública

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 253. A Taxa de Serviço de Limpeza Pública, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou postos a sua **disposição**, tem como **fato gerador** a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de limpeza pública:

I – de varrição, de lavagem e de capinação de determinadas vias e de determinados logradouros públicos;

II – de limpeza de determinadas valas e de determinadas galerias pluviais; e

III – de limpeza e desobstrução de determinados bueiros e de determinadas caixas de ralo.

Art. 254. O fato gerador da Taxa de Serviço de Limpeza Pública **ocorre** no dia 1º de janeiro de cada **exercício financeiro**, data da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de limpeza pública, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 255. A Taxa de Serviço de Limpeza Pública **não incide** sobre:

I – as demais vias e os demais logradouros públicos onde o **serviço público** de varrição, de lavagem e de capinação **não for prestado** ao contribuinte ou **posto** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados;

II – as demais valas e as demais galerias onde o **serviço público** de limpeza **não for prestado** ao contribuinte ou **posto** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados; e

III – os demais bueiros e as demais caixas de ralo onde o **serviço público** de limpeza **não for prestado** ao contribuinte ou **posto** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 256. A especificidade do serviço de limpeza pública **está**:

I – caracterizada na utilização:

a) **efetiva** ou **potencial**, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

b) **individual** e **distinta** de determinados integrantes da coletividade; e

c) que **não se destina** ao **benefício geral** e indistinto de todos os integrantes da coletividade;

II – **demonstrada** na **Relação** de Beneficiários Específicos do Serviço de Limpeza Pública.

Seção II



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Base de Cálculo

Art. 257. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Limpeza Pública **será** determinada, para cada imóvel, através de **rateio**, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do **custo** da respectiva atividade pública específica, em função da sua metragem linear de testada.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos **diretos e indiretos** envolvidos na prestação do serviço de limpeza pública, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros; e
- III – custo de equipamento: carro, caçamba, carro de mão e outros;
- IV – custo de material: vassoura, pá, luva, capacete, bota, uniforme, material de higiene e de limpeza e outros;
- V – custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavagem, lubrificação, lanternagem, capotagem, pintura, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;
- VI – custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros; e
- VII – demais custos.

Art. 258. A Taxa de Serviço de Limpeza Pública **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSL = (CT \times ML-IB) / (ST-ML)$$

onde:

TSL – Taxa de Serviço de Limpeza Pública

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 259. O Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado e a Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados serão demonstrados em anexo específico próprio.

Art. 260. A divisibilidade do serviço de limpeza pública **está**:

- I – caracterizada na utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários; e
- II – demonstrada no cálculo: $TSL = (CT \times ML-IB) : (ST-ML)$.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 261. O **sujeito passivo** da Taxa de Serviço de Limpeza Pública é a pessoa **física** ou **jurídica** titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado **pela utilização**, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de limpeza pública, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Seção IV

Solidariedade Tributária



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 262. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Serviço de Limpeza Pública ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

- I – **locadoras** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de limpeza pública; e
- II – **locatárias** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de limpeza pública.

Seção V

Lançamento de Recolhimento

Art. 263. A Taxa de Serviço de Limpeza Pública **será** lançada, anualmente, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSL = (CT \times ML-IB) / (ST-ML)$$

onde:

TSL – Taxa de Serviço de Limpeza Pública

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 264. O lançamento da Taxa de Serviço de Limpeza Pública, que **poderá** ser efetuado em **conjunto** com o lançamento do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana** e com os lançamentos das demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, **ocorrerá** até o último dia útil do mês de dezembro.

Art. 265. A Taxa de Serviço de Limpeza Pública **poderá** ser recolhida, em conjunto com o **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com as demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
- II – em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 20,00 (**vinte reais**).

Art. 266. O lançamento da Taxa de Serviço de Limpeza Pública **deverá** ter em conta a situação **fática** do imóvel beneficiado pelo serviço de limpeza pública, no momento do lançamento.

Art. 267. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Serviço de Limpeza Pública.

Capítulo XV

Taxa de Serviços de Coleta e de Remoção de Lixo

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 268. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de coleta e de remoção de lixo em determinadas vias e em determinados logradouros públicos.

Parágrafo Único. O Município **poderá** cobrar taxas e tarifas **diferenciadas** por serviços especiais de coleta, transporte, armazenamento, tratamento ou disposição final dos resíduos **provenientes** de domicílios de atividades de comércio e serviços que:

I - **contenham** substância ou componentes potencialmente **perigosos** à saúde pública ou ao meio-ambiente; e

II - **por seu volume**, peso ou características, **causem dificuldade** à operação do serviço público de coleta, transporte, armazenamento, tratamento ou disposição final dos resíduos urbanos.

Art. 269. O **fato gerador** da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **ocorre** no dia 1º de janeiro de **cada exercício** financeiro, data da utilização, **efetiva** ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 270. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **não incide** sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o **serviço público** de coleta e de remoção de lixo **não for prestado** ao contribuinte ou **posto** a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 271. A especificidade do serviço de coleta e de remoção de lixo **está:**

I - caracterizada na utilização:

a) **efetiva** ou **potencial**, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

b) **individual** e **distinta** de determinados integrantes da coletividade;

c) que **não** se destina ao **benefício geral e indistinto** de todos os integrantes da coletividade;

II - **demonstrada** na Relação de Beneficiários Específicos do Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 272. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **será** determinada, para **cada imóvel**, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica, em função da sua metragem linear de testada.

Parágrafo Único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos **diretos** e **indiretos** envolvidos na prestação do serviço de coleta e de remoção de lixo, tais como:

I - custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;

II - custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;

III - custo de equipamento: carro, caçamba, carro de mão e outros;

IV - custo de material: vassoura, pá, luva, capacete, bota, uniforme, material de higiene e de limpeza e outros;

V - custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavagem, lubrificação, lanternagem, capotagem, pintura, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;

VI - custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros; e

VII - demais custos.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 273. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSC = (CT \times ML-IB) / (ST-ML)$$

onde:

TSC – Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 274. O **Custo Total** com a Respectiva Atividade Pública Específica, a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado e a Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados serão demonstrados em anexo específico próprio.

Art.275. A divisibilidade do serviço de coleta e de remoção de lixo **está:**

- I – caracterizada na utilização, **separadamente**, por parte de cada um dos seus usuários; e
- II – demonstrada no cálculo: $TSC = (CT \times ML-IB) : (ST-ML)$.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 276. O **sujeito passivo** da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo é a pessoa **física** ou **jurídica** titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua **disposição** pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 277. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

- I – **locadoras** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de coleta e de remoção de lixo; e
- II – **locatárias** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de coleta e de remoção de lixo.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 278. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **será** lançada, anualmente, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSC = (CT \times ML-IB) / (ST-ML)$$

onde:

TSC – Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 279. O lançamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo, que **poderá** ser efetuado em **conjunto** com o lançamento do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com os lançamentos das demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, ocorrerá até o último dia útil do mês de dezembro.

Art. 280. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **poderá** ser recolhida, em conjunto com o **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com as demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – em um só pagamento, em cota única, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
- II – em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.

Art. 281. O lançamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo **deverá** ter em conta a situação **fática** do imóvel beneficiado pelo serviço de coleta e de remoção de lixo, no momento do lançamento.

Art. 282. Sempre que **julgar** necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo.

Capítulo XVI

Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 283. A Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento, fundada na utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição, tem como **fato gerador** a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de conservação de calçamento em determinadas vias e em determinados logradouros públicos.

Art. 284. O **fato gerador** da Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento **ocorre** no dia 1º de janeiro de cada **exercício** financeiro, data da utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 285. A Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento **não incide** sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de conservação de calçamento não for **prestado** ao contribuinte ou **posto** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 286. A especificidade do serviço de conservação de calçamento **está**:

- I – caracterizada na utilização:
 - a) **efetiva** ou **potencial**, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- b) **individual** e **distinta** de determinados integrantes da coletividade; e
 - c) que **não se destina ao benefício geral** e **indistinto** de todos os integrantes da coletividade;
- II – **demonstrada** na Relação de Beneficiários Específicos do Serviço de Conservação de Calçamento.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 287. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento **será** determinada, para cada imóvel, através de **rateio**, divisível, proporcional, diferenciado, **separado** e **individual** do **custo** da respectiva atividade pública específica, em função da sua **metragem** linear de testada.

Parágrafo Único. Considera-se **custo** da respectiva atividade pública específica, todos os gastos **diretos** e **indiretos** envolvidos na prestação do serviço de Conservação de Calçamento, tais como:

- I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III – custo de equipamento: betoneira, carro, carro de mão, pá, enxada, prumo, nível e outros;
- IV – custo de material: terra, areia, cimento, água, ferramenta, luva, capacete, bota, uniforme e outro;
- V – custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavagem, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;
- VI – custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros; e
- VII – demais custos.

Art. 288. A Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSCC = (CT \times ML-IB) / (ST-ML)$$

onde:

TSC – Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 289. O **Custo Total** com a Respectiva Atividade Pública Específica, a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado e a Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados serão demonstrados em anexo específico próprio.

Art. 290. A divisibilidade do serviço de conservação de calçamento **está**:

- I – caracterizada na utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários; e
- II – demonstrada no cálculo: $TSCC = (CT \times ML-IB) : (ST-ML)$.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 291. O **sujeito passivo** da Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento é a pessoa **física** ou **jurídica** titular da **propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse** do bem imóvel beneficiado pela utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, **prestados** ao contribuinte ou



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

postos a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 292. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

- I – **locadoras** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento; e
- II – **locatárias** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 293. A Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento **será** lançada, anualmente, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSCC = (CT \times ML-IB) / (ST-ML)$$

onde:

TSC – Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 294. O lançamento da Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento, que **poderá** ser efetuado em **conjunto** com o lançamento do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com os lançamentos das demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, ocorrerá até o último dia útil do mês de dezembro.

Art. 295. A Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento **poderá** ser recolhida, em **conjunto** com o **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com as demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – em um só pagamento, em **cota única**, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
- II – em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 20,00 (**vinete reais**).

Art. 296. O lançamento da Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento deverá ter em conta a situação fática do imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento, no momento do lançamento.

Art. 297. Sempre que **julgar** necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Serviço de Conservação de Calçamento.

Capítulo XVII

Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 298. A Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação, **fundada** na utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição, tem como **fato gerador** a utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos, específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, dos seguintes serviços de conservação de pavimentação em determinadas vias e em determinados logradouros públicos:

- I - **conservação** de pavimentação da parte carroçável;
- II - **substituição** da pavimentação anterior por outra;
- III - **terraplanagem** superficial;
- IV - **obras** de escoamento local;
- V - **colocação** de guias e de sarjetas; e
- VI - **consolidação** do leito carroçável.

Art. 299. O **fato gerador** da Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **ocorre** no dia 1º de janeiro de cada **exercício** financeiro, data da utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de pavimentação em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, **diretamente** ou **através** de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 300. A Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **não incide** sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o **serviço público** de conservação de pavimentação **não for prestado** ao contribuinte ou **posto** a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 301. A especificidade do serviço de conservação de pavimentação **está**:

- I - caracterizada na utilização:
 - a) **efetiva** ou **potencial**, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;
 - b) **individual** e **distinta** de determinados integrantes da coletividade; e
 - c) que não se **destina** ao **benefício geral** e **indistinto** de todos os integrantes da coletividade;
- II - **demonstrada** na Relação de Beneficiários Específicos do Serviço de Conservação de Pavimentação.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 302. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **será** determinada, para cada imóvel, através de **rateio**, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do **custo** da respectiva atividade pública específica, em **função** da sua metragem linear de testada.

Parágrafo Único. Considera-se **custo** da respectiva atividade pública específica, todos os **gastos diretos** e **indiretos** envolvidos na prestação do serviço de conservação de pavimentação, tais como:

- I - custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II - custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- III - custo de equipamento: betoneira, carro, carro de mão, pá, enxada, prumo, nível, mangueira e outros;
- IV - custo de material: asfalto, piche, terra, areia, cimento, água, ferramenta, luva, capacete, bota, uniforme e outros;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

V – custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavagem, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;

VI – custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros; e

VII – demais custos.

Art. 303. A Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **será** calculada através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{TSCP} = (\text{CT} \times \text{ML-IB}) : (\text{ST-ML})$$

onde:

TSCP – Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 304. O **Custo Total** com a Respectiva Atividade Pública Específica, a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado e a Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados **serão** demonstrados em anexo específico próprio.

Art. 305. A divisibilidade do serviço de conservação de pavimentação **está:**

I – **caracterizada** na utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários; e

II – demonstrada no cálculo: $\text{TSCP} = (\text{CT} \times \text{ML-IB}) : (\text{ST-ML})$.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 306. O **sujeito passivo** da Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação é a pessoa **física** ou **jurídica** titular da **propriedade** ou do **domínio útil** ou da **posse** do bem imóvel beneficiado pela utilização, **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de pavimentação em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Seção IV

Solidariedade Tributária

Art. 307. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento da taxa, as pessoas **físicas** ou **jurídicas**:

I – **locadoras** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de Conservação de Pavimentação; e

II – **locatárias** do bem imóvel beneficiado pelo serviço de Conservação de Pavimentação.

Seção V

Lançamento e Recolhimento

Art. 308. A Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **será** lançada, anualmente, de **ofício** pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total com a Respectiva Atividade Pública



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Específica com a Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSCP = (CT \times ML-IB) \div (ST-ML)$$

onde:

TSCP – Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação

CT – Custo Total

ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiada

ST-ML – Somatória Total de Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados

Art. 309. O lançamento da Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação, que **poderá** ser efetuado em conjunto com o lançamento do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com os lançamentos das demais Taxas de **Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, ocorrerá até o último dia útil do mês de dezembro.

Art. 310. A Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **poderá** ser recolhida, em conjunto com o **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU** e com as demais **Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis**, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – em um só pagamento, em **cota única**, com desconto de **20% (vinte por cento)**; e
- II – em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.

Art. 311. O lançamento da Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação **deverá** ter em conta a situação **fática** do imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de pavimentação, no momento do lançamento.

Art. 312. Sempre que **julgar** necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do imóvel beneficiado, com base nas quais **poderá** ser lançada a Taxa de Serviço de Conservação de Pavimentação.

TÍTULO V

DAS CONTRIBUIÇÕES

Capítulo I

Contribuição de Melhoria

Seção I

Disposições Gerais

Art. 313. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Seção II

Fato Gerador e Incidência

Art. 314. A Contribuição de Melhoria **tem como** fato gerador o **acréscimo** do valor do imóvel localizado nas áreas **beneficiadas** direta ou indiretamente por **obras** públicas municipais.

Art. 315. A Contribuição de Melhoria, no caso de **valorização** de imóveis de **propriedade privada**, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas municipais:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

I – **abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos** de praças e vias públicas;

II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – **construção** ou **ampliação** de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – **serviços e obras de abastecimento** de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas e telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V – **proteção contra** secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barragens, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI – **construção** de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII – **construção** de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII – **aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive** desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

§ 1º. Considera-se ocorrido o **fato gerador** da Contribuição de Melhoria na **data da publicação** do Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento.

§ 2º. Não há **incidência** de Contribuição de Melhoria sobre o **acréscimo** do valor do imóvel integrante do patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, **bem como** de suas autarquias e de suas fundações, mesmo que localizado nas áreas beneficiadas **direta** ou **indiretamente** por obras públicas municipais.

§ 3º. O disposto neste artigo **aplica-se**, também, aos **casos** de cobrança de Contribuição de Melhoria por **obras públicas** municipais em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Seção III

Base de Cálculo e Incidência

Art. 316. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria a **ser exigida** pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas, **será** cobrada adotando-se como critério o **benefício resultante** da obra, calculado **através** de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência.

§ 1º. A apuração da **base de cálculo**, dependendo da natureza da obra, **far-se-á** levando em conta a **situação** do imóvel na Zona de Influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e **outros elementos** a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º. A **determinação** da base de cálculo da Contribuição de Melhoria **far-se-á** rateando, proporcionalmente, o **custo parcial** ou **total** das obras, **entre** todos os imóveis incluídos nas respectivas Zonas de Influência.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria **será** cobrada dos **proprietários** de imóveis do domínio privado, situados nas áreas **direta** e **indiretamente** beneficiadas pela obra.

§ 4º. Para a **apuração** da base de cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão responsável, com **base** no **benefício resultante** da obra – calculado **através** de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência no Custo Total ou Parcial da Obra, Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra e em **função** dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 5º. Para a apuração do Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, e dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização, a Administração Pública Municipal adotará os seguintes procedimentos:

I – delimitará, em planta, a Zona de Influência da obra;

II – dividirá a Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa; e

IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

Art. 317. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria **terá** como limite o **custo** das obras, computadas as **despesas** de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e **outras** de praxe em financiamentos ou empréstimos e **terá** a sua expressão monetária **atualizada** na época do lançamento mediante aplicação de **coeficientes** de correção monetária.

§ 1º. Serão incluídos, nos orçamentos de custos das obras, todos os **investimentos** necessários para que os benefícios delas concorrentes **sejam** integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas Zonas de influência.

§ 2º. A **percentagem** do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria **será** fixada tendo em vista a **natureza** da obra, os **benefícios** para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o **nível** de desenvolvimento da região.

Art. 318. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, **será** determinada pelo **rateio** do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, em **função** dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

Parágrafo Único. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do **fator** de **absorção** do **benefício** da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Art. 319. A Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, **será calculada através** da multiplicação do Custo Total ou Parcial da Obra com o respectivo Fator Relativo e Individual de Valorização, divididos pelo Número Total de Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$CM = (CT/PO \times FRIV) / (NT/IB)$$

onde:

CM = Contribuição de Melhoria

CT/PO – Custo Total ou Parcial da Obra

FRIV – Fator Relativo e Individual de Valorização

NT-IB – Número Total de Imóveis Beneficiados

Art. 320. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o Número Total de Imóveis Beneficiados **deverão** ser demonstrados em edital específico próprio.

Art. 321. O somatório de todos os Fatores Relativos e Individuais de Valorização **deve ser igual** ao Número Total de Imóveis Beneficiados, conforme fórmula abaixo:

$$(FRIV_1 + FRIV_2 + \dots + FRIV_{n-1} + FRIV_n) = (NT \cdot IB)$$

Art. 322. A Contribuição de Melhoria **será** paga pelo contribuinte de forma que a sua PA – Parcela Anual **não exceda** a 3% (**três por cento**) do Maior Valor Fiscal do seu imóvel, **atualizado** à época da cobrança, conforme fórmula abaixo:

$$PA \leq (MVF) \times (0,03)$$

onde:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

PA – Parcela Anual
≤ - Menor ou igual
MVF – Maior Valor Fiscal
0,03 = Percentual

Seção IV Sujeito Passivo

Art. 323. O **sujeito passivo** da Contribuição de Melhoria é a pessoa **física** ou **jurídica** titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel **alcançado** pelo **acréscimo** do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Seção V Solidariedade Tributário

Art. 324. Por terem **interesse comum** na situação que constitui o **fato gerador** da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são **pessoalmente solidários** pelo pagamento do imposto:

I – o **adquirente** do imóvel, pelos **débitos** do alienante, existentes à data do **título** de **transferência**, salvo quando conste deste a prova de **sua quitação**, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em **hasta pública**, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos **débitos** do “de cujus”, **existentes** à data da abertura da **sucessão**;

III – o sucessor, a qualquer título, e o **cônjuge meeiro**, pelos **débitos** do “de cujus” **existentes** à data da **partilha** ou da **adjudicação**, limitada esta responsabilidade ao **montante** do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que **resultar** da fusão, transformação ou incorporação de **outra**, ou em **outra**, pelos **débitos** das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à **data** daqueles atos; e

V – a pessoa natural ou jurídica que **adquirir** de outra, por **qualquer título**, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e **continuar** a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos **débitos** do **fundo** ou do estabelecimento adquirido, existentes à **data da transação**.

§ 1º. Quando a aquisição se fizer por **arrematação** em **hasta pública** ou na hipótese do **inciso III** deste artigo, a responsabilidade **terá** por **limite máximo**, respectivamente, o **preço** da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2º. O disposto no **inciso III** deste artigo **aplica-se** nos casos de **extinção** de pessoas jurídicas, quando a **exploração** da respectiva atividade seja **continuada** por qualquer **sócio remanescente** ou se **espólio**, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Seção VI Lançamento e Recolhimento

Art. 325. A Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, **será** lançada, de **ofício** pela autoridade administrativa, **através** da multiplicação do Custo Total ou Parcial da Obra com o **respectivo** Fator Relativo e Individual de Valorização, divididos pelo Número Total de Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$CM = (CT/PO \times FRIV) / (NT/IB)$$

onde:

CM = Contribuição de Melhoria



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

CT/PO – Custo Total ou Parcial da Obra

FRIV – Fator Relativo e Individual de Valorização

NT-IB – Número Total de Imóveis Beneficiados

Art. 326. O lançamento da Contribuição de Melhoria **ocorrerá** com a publicação do Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento.

Parágrafo Único. O Edital Demonstrativo de Custo da Obra de Melhoramento **conterá:**

- I – o Memorial Descritivo do Projeto;
- II – o Custo Total ou Parcial da Obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;
- III – o prazo para o pagamento, as prestações e os vencimentos da Contribuição de Melhoria;
- IV – o prazo para impugnação do lançamento da Contribuição de Melhoria;
- V – o local do pagamento da Contribuição de Melhoria;
- VI – a delimitação, em planta, da Zona de Influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
- VII – a divisão da Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
- VIII – a individualização, com base na área territorial, dos imóveis localizados em cada faixa;
- IX – a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;
- X – o Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra;
- XI – os Fatores Relativos e Individuais de Valorização de cada imóvel; e
- XII – o Plano de Rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 327. A Contribuição de Melhoria **será** recolhida através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

- I – em um só **pagamento**, com desconto de **20% (vinte por cento)**, se recolhido até **10 (dez)** dias **após** a data do seu lançamento; e
 - II – em até **6 (seis)** parcelas, mensais e sucessivas, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ **20,00 (vinte reais)**.
- § 1º. É lícito ao contribuinte **liquidar** a Contribuição de Melhoria com **títulos da dívida pública municipal**, emitidos especialmente para o financiamento da obra pela qual foi lançado;
- § 2º. No caso do § 1º deste artigo, o pagamento **será** feito pelo valor nominal do título, se o **preço** do mercado for inferior.
- § 3º. No caso de serviço público **concedido**, a Administração Pública Municipal **poderá** lançar e arrecadar a Contribuição de Melhoria.

Art. 328. O lançamento da Contribuição de Melhoria **deverá** ter em conta a situação **fática** do imóvel beneficiado, no momento do lançamento.

Art. 329. Sempre que **julgar** necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente **poderá notificar** o contribuinte para, no prazo de **30 (trinta)** dias, contados da data da cientificação, prestar **declarações** sobre a situação do imóvel beneficiado, com base nas quais **poderá** ser lançada a Contribuição de Melhoria.

Art. 330. Fica o Chefe do Executivo autorizado a **celebrar** convênio com a União, para o **lançamento** e a **arrecadação** da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Disposições Gerais

Art. 331. Fica **instituída** no Município de Imperatriz-MA, a Contribuição para **Custeio do Serviço de Iluminação Pública- CIP**.

Parágrafo Único. O serviço previsto no caput deste artigo **compreende** o **consumo** de energia **destinada** à **iluminação** de vias, logradouros e demais bens públicos, a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Seção II Fato Gerador

Art. 332. É **fato gerador** da CIP o **consumo** de energia elétrica por pessoa **natural** ou jurídica, mediante **ligação** regular de energia elétrica no **território** do Município.

Seção III Sujeito Passivo

Art. 333. **Sujeito passivo** da CIP é o **consumidor** de energia elétrica **residente** ou **estabelecido** no território do Município e que **esteja cadastrado** junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

Seção IV Base de Cálculo e Alíquota

Art. 334. A base de calculo da CIP é o **valor mensal** do consumo total de energia elétrica **constante** na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Seção V Alíquota e Isenções

Art. 335. As alíquotas da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, são:

I – 12% (**doze por cento**) para a Classe Residencial até o limite de 3.000 kw/h/mês, **desconsiderados** para a base de cálculo os valores que **excederem** a este limite; e

II – 13% (**treze por cento**) para as Classes Industrial, Comercial, Rural, Poder Público e Consumo Próprio, até o limite de 5.000 kw/h/mês, **desconsiderados** para a base de cálculo os valores que **excederem** a este limite.

§ 1º- Estão **isentos** da contribuição os consumidores de **baixa renda**, com consumo de até 79 Kw/h/mês das classes residencial e rural.

§ 2º- A determinação da classe/categoria de consumidor **observará** as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou **órgão regulador** que vier a substituí-la.

Seção VI Lançamento

Art. 336. A CIP **será** lançada para pagamento **juntamente** com a fatura mensal de energia elétrica.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal, **conveniar** ou **contratar** com Concessionária de Energia Elétrica a **forma** de **cobrança** e **repass**e dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º. O **convênio** ou **contrato** a que se refere o caput deste artigo **deverá**, obrigatoriamente, **prever repasse imediato** do valor arrecadado pela concessionária ao Município, **retendo** os valores necessários ao pagamento da **energia fornecida** para a iluminação pública e os **valores fixados** para remuneração dos **custos** de arrecadação e de débitos que, **eventualmente**, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, **relativos aos serviços supra citados**.

§ 3º. O montante devido e **não pago** da CIP a que se refere o “caput” deste artigo **será inscrito** em dívida ativa, **60 (sessenta)** dias após a verificação da **inadimplência**;

§ 4º. **Servirá** como título hábil para a inscrição:

I – a comunicação do **não pagamento** efetuado pela concessionária que contenha os elementos previstos no **art. 202 e incisos** do Código Tributário Nacional;

II – a **duplicata** da fatura de energia elétrica **não paga**; e

III – outro documento que contenha os elementos previstos no **art. 202 e incisos** do Código Tributário Nacional.

§ 5º. Os valores da CIP **não pagos** no vencimento **serão acrescidos** de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Seção VII

Fundo Municipal

Art. 337. Fica **criado** o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de **natureza contábil** e **administrado** pela Secretaria da Gestão Pública.

Parágrafo Único. Para o fundo **deverão** ser destinados **todos os recursos** arrecadados com a CIP para **custear** os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

TÍTULO VI

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Capítulo I

Cadastro Fiscal

Seção I

Disposições Gerais

Art. 338. O Cadastro Fiscal da Prefeitura **compreende**:

- I – o Cadastro Imobiliário;
- II – o Cadastro Mobiliário;
- III – o Cadastro Sanitário;
- IV – o Cadastro de Anúncio;
- V – o Cadastro de Aparelho de Transporte;
- VI – o Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico;
- VII – o Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro;
- VIII – o Cadastro de Horário Especial;
- IX – o Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante;
- X – o Cadastro de Obra Particular;
- XI – o Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos;
- XII – o Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos.

Seção II

Cadastro Imobiliário



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 339. O Cadastro Imobiliário **compreende**, desde que localizados na zona urbana, na zona urbanizável e na zona de expansão urbana:

I – os bens imóveis:

- a) **não-edificados** existentes e os que vierem a resultar de **desmembramentos** dos não-edificados existentes;
- b) **edificados** existentes e os que vierem a **ser construídos**;
- c) de **repartições públicas**;
- d) de autarquias e de fundações **instituídas e mantidas** pelo poder público;
- e) de **empresas** públicas e de sociedades de economia mista;
- f) de **delegadas**, de **autorizadas**, de **permissionárias** e de **concessionárias** de serviços públicos;
- g) de **registros públicos**, cartorários e notariais;

II – o **solo** com a sua superfície; e

III – **tudo** quanto o homem **incorporar permanentemente** ao solo, de modo que se **não possa retirar** sem destruição, sem modificação, sem fratura ou sem dano, **inclusive** engenhos industriais, torres de linhas de transmissão de energia elétrica e torres de captação de sinais de celular.

Art. 340. O proprietário de imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título **são obrigados**:

I – a **promover a inscrição**, de seus bens imóveis, no Cadastro Imobiliário;

II – a **informar**, ao Cadastro Imobiliário, **qualquer alteração** na situação do seu bem imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução, reforma ou **qualquer** outra **ocorrência** que possa afetar o valor do seu bem imóvel;

III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal;

IV – a franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do bem imóvel para vistoria fiscal.

Art. 341. No Cadastro Imobiliário:

I – **para fins de inscrição**:

- a) considera-se documento hábil, **registrado** ou **não**:
 - 1 – a escritura;
 - 2 – o contrato de compra e venda;
 - 3 – o formal de partilha; e
 - 4 – a **certidão** relativa a **decisões judiciais** que impliquem transmissão do imóvel;
- b) considera-se possuidor a qualquer título de bem imóvel, **aquele** que **estiver** no uso e no gozo do bem imóvel e apresentar:
 - 1 – **recibo** onde **conste** a **identificação** do bem imóvel, e, sendo o **caso**, a sua Inscrição Cadastral Imobiliária anterior; e
 - 2 – contrato de compra e de venda;
- c) em **caso de litígio** sobre o domínio útil de bem imóvel, **deverá constar**, além da expressão “**domínio útil sob litígio**”, os nomes dos **litigantes** e dos **possuidores** a qualquer título do bem imóvel, a **natureza** do feito e o **juízo** e o **cartório** por onde correr a ação;
- d) o proprietário de imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título **deverá apresentar**, devidamente preenchido, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Imobiliária**.

II – **para fins de alteração**:

- a) considera-se documento hábil, **registrado** ou **não**:
 - 1 – a escritura;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 2 – o contrato de compra e venda;
 - 3 – o formal de partilha;
 - 4 – a **certidão** relativa a **decisões judiciais** que impliquem transmissão do imóvel;
- b) considera-se possuidor a qualquer título de bem imóvel, **aquele** que **estiver** no uso e no gozo do bem imóvel e apresentar:

1 – **recibo** onde **conste** a **identificação** do bem imóvel, e, a sua Inscrição Cadastral Imobiliária anterior; e

2 – **contrato** de compra e de venda;

c) o proprietário de imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a **qualquer título deverá apresentar**, devidamente preenchido, o Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral Imobiliária e a Ficha de Inscrição no Cadastro Imobiliário.

III – **para fins de baixa:**

a) considera-se documento hábil, registrado ou não:

1 – o **contrato** de compra e venda;

2 – o formal de **partilha**; e

3 – a **certidão** relativa a **decisões judiciais** que impliquem transmissão do imóvel;

b) o ex-proprietário de imóvel, o ex-titular de seu domínio útil ou o seu ex-possuidor a qualquer título **deverá apresentar**, devidamente preenchido, o Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral Imobiliária e a Ficha de Inscrição no Cadastro Imobiliário.

§ 1º. Os campos, os dados e as informações do Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral Imobiliária **serão os campos, os dados e as informações** do Cadastro Imobiliário

§ 2º. O Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral Imobiliária e a Ficha de Inscrição no Cadastro Imobiliário **serão instituídos** através de Portaria pelo **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 342. Para **fins de inscrição** no Cadastro Imobiliário, **considera-se** situado o bem imóvel no logradouro correspondente à sua **frente efetiva**.

§ 1º. No caso de bem imóvel, **edificado** ou **não-edificado**:

I – com **duas** ou **mais** esquinas ou com **duas** ou **mais frentes**, será considerado o logradouro:

a) de maneira geral, relativo à **frente indicada** no título de propriedade; e

b) de maneira **específica**:

1 – na **falta do título** de propriedade e da respectiva indicação, correspondente à **frente principal**; e

2 – na impossibilidade de **determinar** a **frente principal**, que **confira** ao bem imóvel **maior valorização**;

II – interno, **será considerado** o logradouro:

a) de maneira geral, que lhe **dá acesso**; e

b) de maneira **específica**, havendo **mais** de um logradouro que lhe dá acesso, que confira ao bem imóvel **maior valorização**;

III – encravado, **será** considerado o logradouro correspondente à **servidão** de **passagem**.

Art. 343. O proprietário de bem imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, **terão os seguintes prazos**:

I – para promover a inscrição, de seu bem imóvel, no Cadastro Imobiliário, de até **30 (trinta)** dias, contados da data de **expedição** do **documento hábil** de sua propriedade, de seu domínio útil ou de sua posse a qualquer título;

II – para informar, ao Cadastro Imobiliário, **qualquer** alteração ou baixa na situação do seu bem imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, **medição judicial definitiva**, reconstrução, reforma ou **qualquer outra ocorrência** que possa



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

afetar o valor do seu bem imóvel, de até **30 (trinta)** dias, contados da data de sua **alteração** ou de sua **baixa**;

III – para exibirem os documentos necessários à **atualização cadastral** e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da **data de lavratura do Termo** de Intimação; e

IV – para franquearem em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do bem imóvel para **vistoria fiscal**, imediato.

Art. 344. O órgão responsável pelo Cadastro Imobiliário **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição** ou a **alteração** de bem imóvel, quando o proprietário de bem imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título:

I – após **30 (trinta)** dias, contados da data de **expedição** do **documento hábil** de propriedade, de domínio útil ou de posse a qualquer título, **não promover** a **inscrição**, de seu bem imóvel, no Cadastro Imobiliário;

II – após **30 (trinta)** dias, contados da **data de alteração** ou de **incidência**, **não informar**, ao Cadastro Imobiliário, **qualquer alteração** na situação do seu bem imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução, reforma ou **qualquer outra ocorrência** que possa afetar o **valor** do seu bem imóvel;

III – após **10 (dez)** dias, contados da **data de lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **nem prestar** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e

IV – não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do bem imóvel para **vistoria fiscal**.

Art. 345. Os **responsáveis** por loteamento, os incorporadores, as imobiliárias, os registros públicos, cartórios e notariais **ficam obrigados a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro Imobiliário, até o último dia útil do **mês subsequente**, a relação dos bens imóveis que, no mês anterior, **tenham sido alienados**, definitivamente ou **mediante compromisso** de compra e venda, registrados ou transferidos, mencionando:

I – o nome e o endereço do **adquirente**;

II – os dados relativos à **situação** do imóvel alienado; e

III – o valor da **transação**.

Art. 346. As delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, de telecomunicações, de gás, de água e de esgoto, **ficam obrigadas a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro Imobiliário, até o **último dia útil do mês subsequente**, a relação dos bens imóveis que, no **mês anterior**, **tenham** solicitado inscrição, alteração ou baixa de serviço, mencionando:

I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e

II – a data e o objeto da **solicitação**.

Art. 347. No ato da inscrição, **serão** identificados com **uma numeração padrão, seqüencial** e **própria**, chamada Inscrição Cadastral Imobiliária, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro Imobiliário:

I – os bens imóveis:

a) **não-edificados** existentes e os **que vierem** a resultar de desmembramentos dos não-edificados existentes;

b) edificados existentes e os **que vierem** a ser **construídos**;

c) de repartições públicas;

d) de autarquias e de fundações instituídas e **mantidas** pelo poder público;

e) de **empresas** públicas e de sociedades de economia mista;

f) de delegadas, de autorizadas, de permissionárias e de concessionárias de **serviços públicos**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- g) de **registros públicos**, cartorários e notariais;
- II – o solo com a sua superfície; e
- III – tudo **quanto** o homem **incorporar permanentemente** ao solo, de modo que se **não possa retirar sem destruição**, sem modificação, sem fratura ou sem dano, inclusive engenhos industriais, torres de linhas de transmissão de energia elétrica e torres de captação de sinais de celular.

Seção III

Cadastro Mobiliário

Art. 348. O Cadastro Mobiliário compreende, desde que **localizados, instalados** ou em funcionamento:

- I – os **estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços;
- II – os **profissionais autônomos** com ou sem estabelecimento fixo;
- III – as repartições públicas;
- IV – as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo **poder público**;
- V – as **empresas** públicas e as sociedades de economia mista;
- VI – as delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de **serviços públicos**; e
- VII – os **registros públicos**, cartorários e notariais.

Art. 349. As **pessoas físicas**, com ou sem estabelecimento fixo, bem como as **pessoas jurídicas**, de direito público ou privado, **são obrigadas**:

- I – a **promover** a sua inscrição no Cadastro Mobiliário;
- II – a **informar**, ao Cadastro Mobiliário, **qualquer alteração** ou **baixa**, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção;
- III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações solicitadas pela AF – Autoridade Fiscal; e
- IV – a **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal.

Art. 350. No Cadastro Mobiliário:

- I – **para fins de inscrição**:
 - a) os estabelecimentos comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o contrato ou o estatuto social, o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inscrição estadual;
 - b) os profissionais autônomos, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o registro no órgão de classe, o CPF – Cadastro de Pessoas Físicas e a CI – Carteira de Identidade;
 - c) as repartições públicas **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - d) as autarquias e as fundações **instituídas** e **mantidas** pelo poder público **deverão apresentar** Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o estatuto social e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - e) as empresas públicas e as sociedades de economia mista **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o estatuto social e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - f) as delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o contrato ou o estatuto social, o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inscrição estadual; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

g) os registros públicos, cartorários e notariais **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária** e, havendo, o contrato ou o estatuto social e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

II – **para fins de alteração:**

a) os estabelecimentos comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração contratual ou a alteração estatutária, a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a alteração na inscrição estadual;

b) os profissionais autônomos, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração do registro no órgão de classe;

c) as repartições públicas **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

d) as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração estatutária e a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

e) as empresas públicas e as sociedades de economia mista **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração estatutária e a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

f) as delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração estatutária, a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a alteração na inscrição estadual; e

g) os registros públicos, cartorários e notariais **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a alteração contratual ou a alteração estatutária e a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III – **para fins de baixa:**

a) os estabelecimentos comerciais, industriais e produtores **apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, o distrato social ou a baixa estatutária, o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a baixa na inscrição estadual;

b) os estabelecimentos prestadores de serviços **deverão apresentar**, além do Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, da **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, do distrato social ou da baixa estatutária, do cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e da baixa na inscrição estadual, a Documentação Fiscal não utilizada;

c) os profissionais autônomos, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a baixa ou o cancelamento do registro no órgão de classe;

d) as repartições públicas **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

e) as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a baixa estatutária e o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

f) as empresas públicas e as sociedades de economia mista **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário** e, havendo, a baixa estatutária e o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

g) as delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário e, havendo, a baixa estatutária, o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a baixa na inscrição estadual; e

h) os registros públicos, cartorários e notariais **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Mobiliária**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário e, havendo, o distrato social ou a baixa estatutária e o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

§ 1º. Os campos, os dados e as informações do Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral Mobiliária **serão** os campos, os dados e as informações do Cadastro Mobiliário.

§ 2º. O Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral Mobiliária e a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 351. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **terão** os seguintes prazos:

I – para promover a sua inscrição no Cadastro Mobiliário, de até **10 (dez)** dias antes da data de início de atividade;

II – para **informar**, ao Cadastro Mobiliário, qualquer **alteração** ou **baixa**, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão, de extinção e de baixa, de até **10 (dez)** dias, contados da data de alteração, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção;

III – para **exibirem** os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de lavratura do Termo de Intimação; e

IV – para franquearem em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde **estão** sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal, imediato.

Art. 352. O órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário **deverá promover**, de **ofício**, a inscrição, a alteração ou a baixa, quando as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado:

I – após a data de **início** de atividade, **não** promoverem a **sua inscrição** no Cadastro Mobiliário;

II – após **10 (dez)** dias, contados da data de alteração, de fusão, de incorporação, de cisão, de extinção ou de baixa, **não informarem**, ao Cadastro Mobiliário, a sua alteração, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão, de extinção e de baixa;

III – após **10 (dez)** dias, contados da data de lavratura do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à atualização cadastral e nem prestarem todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e

IV – não franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde **estão** sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal.

Art. 353. Os registros públicos, cartorários e notariais, bem como as associações, os sindicatos, as entidades e os órgãos de classe, **ficam obrigados a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário, **até o último dia útil do mês subsequente**, a **relação** de todas as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e de todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **que solicitaram** inscrição, alteração ou baixa de registro, mencionando:

I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e

II – a data e o objeto da **solicitação**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 354. As delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, de telecomunicações, de gás, de água e de esgoto, **ficam obrigadas a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário, **até o último dia útil do mês subsequente**, a **relação** de todas as pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e de todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **que solicitaram** inscrição, alteração ou baixa de serviço, mencionando:

- I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e
- II – a data e o objeto da **solicitação**.

Art. 355. No ato da **inscrição**, **serão identificados** com uma numeração padrão, seqüencial e própria, chamada Inscrição Cadastral Mobiliária, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário:

- I – os **estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços;
- II – os profissionais autônomos **com** ou **sem** estabelecimento fixo;
- III – as repartições públicas;
- IV – as autarquias e as fundações **instituídas** e **mantidas** pelo poder público;
- V – as **empresas** públicas e as sociedades de economia mista;
- VI – as delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de **serviços públicos**; e
- VII – os **registros** públicos, cartorários e notariais.

Parágrafo Único. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **terão** as suas atividades identificadas **segundo** os Códigos de Atividades Econômicas e Sociais, conforme anexo específico próprio.

Seção IV

Cadastro Sanitário

Art. 356. O Cadastro Sanitário **compreende**, desde que, localizados, instalados ou em funcionamento, **estejam** relacionados com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública:

- I – os **estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços; e
- II – os profissionais autônomos **com** estabelecimento fixo.

Art. 357. As pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **desde que estejam relacionadas** com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública, são obrigadas:

- I – a **promover** a sua inscrição no Cadastro Sanitário;
- II – a **informar**, ao Cadastro Sanitário, **qualquer alteração** ou **baixa**, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção;
- III – a **exibirem** os documentos necessários à atualização cadastral e **prestar** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e
- IV – a **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal.

Art. 358. No Cadastro Sanitário, desde que estejam relacionados com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública:

- I – **para fins de inscrição**:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

a) os **estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário** e, havendo, o contrato ou o estatuto social, o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inscrição estadual; e

b) os profissionais autônomos, **com** estabelecimento fixo, **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário** e, havendo, o registro no órgão de classe, o CPF – Cadastro de Pessoas Físicas e a Carteira de Identidade.

II – **para fins de alteração:**

a) os **estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário e, havendo, a alteração contratual ou a alteração estatutária, a alteração do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a alteração na inscrição estadual; e

b) os profissionais autônomos, **com** estabelecimento fixo, **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário e, havendo, a alteração do registro no órgão de classe.

III – **para fins de baixa:**

a) os **estabelecimentos** comerciais, industriais e produtores **apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário e, havendo, o distrato social ou a baixa estatutária, o cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a baixa na inscrição estadual;

b) os **estabelecimentos** prestadores de serviços **deverão apresentar**, além do Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário e, havendo, do distrato social ou da baixa estatutária, do cancelamento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e da baixa na inscrição estadual, a Documentação Fiscal não utilizada; e

c) os profissionais autônomos, **com** estabelecimento fixo, **deverão apresentar** o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário e, havendo, o cancelamento do registro no órgão de classe;

§ 1º. Os **campos**, os dados e as informações do Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa**.

§ 2º. O Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral Sanitário** e a Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 359. As pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **desde que estejam relacionadas** com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública, terão os seguintes prazos:

I – para **promover** a sua inscrição no Cadastro Sanitário, de até **10 (dez)** dias antes da data de início de atividade;

II – para **informar**, ao Cadastro Sanitário, **qualquer alteração** ou **baixa**, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** de **baixa**, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção;

III – para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as **informações** solicitadas pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de lavratura do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal, imediato.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 360. O órgão responsável pelo Cadastro Sanitário **deverá promover**, de **ofício**, a inscrição, a alteração ou a baixa, quando as pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **desde que estejam relacionadas com fabricação**, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública:

I – após a data de **início** de atividade, **não** promoverem a sua inscrição no Cadastro Sanitário;

II – após **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção, **não informarem**, ao Cadastro Sanitário, a sua **alteração**, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão, de extinção e de baixa;

III – após **10 (dez)** dias, **contados** da data de lavratura do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à atualização cadastral e **nem prestarem** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e

IV – não **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal.

Art. 361. Os registros públicos, cartorários e notariais, bem como as associações, os sindicatos, as entidades e os órgãos de classe, **ficam obrigados a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro Sanitário, **até o último dia útil** do mês **subseqüente**, a **relação** de **todas** as pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **desde que estejam relacionadas** com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública, que solicitaram inscrição, alteração ou baixa de registro, mencionando:

I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e

II – a data e o objeto da **solicitação**.

Art. 362. As delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, de telecomunicações, de gás, de água e de esgoto, **ficam obrigadas a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro Sanitário, **até o último dia útil** do mês **subseqüente**, a **relação** de todas as pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **desde que estejam relacionadas** com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública, que solicitaram inscrição, alteração ou baixa de serviço, mencionando:

I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e

II – a data e o objeto da **solicitação**.

Art. 363. No ato da **inscrição**, **serão identificados** com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada Inscrição Cadastral Sanitária, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro Sanitário, **desde que estejam relacionadas** com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública:

I – **os estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços; e

II – os profissionais autônomos **com** ou **sem** estabelecimento fixo;

Seção V

Cadastro de Anúncio

Art. 364. O Cadastro de Anúncio **compreende**, os veículos de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, instalados, afixados, colocados, expostos, distribuídos, utilizados ou explorados:

I – em áreas, em vias e em **logradouros públicos**; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – em quaisquer **outros locais**:

- a) visíveis de áreas, de vias e de **logradouros públicos**; e
- b) de acesso ao **público**.

Parágrafo Único. Veículo de divulgação, de propaganda e publicidade de anúncio é o **instrumento portador** de mensagem de comunicação visual presente na paisagem rural e urbana do território do Município.

Art. 365. De acordo com a natureza e a modalidade de mensagem de comunicação visual presente na paisagem rural e urbana do território do Município, o anúncio **pode ser classificado** em:

I – quanto ao movimento:

- a) animado; e
- b) inanimado;

II – quanto à iluminação:

- a) luminoso; e
- b) não-luminoso.

§ 1º. Considera-se **animado** o anúncio cuja mensagem é transmitida **através** da **movimentação** e da mudança contínuas de desenhos, de cores e de dizeres, acionadas por mecanismos de animação própria.

§ 2º. Considera-se **inanimado** o anúncio cuja mensagem é transmitida **sem** o **concurso** de mecanismo de dinamização própria.

§ 3º. Considera-se **luminoso** o anúncio cuja mensagem é **obtida através** da emissão de **luz oriunda** de dispositivo com luminosidade própria.

§ 4º. Considera-se não-luminoso o anúncio cuja mensagem é **obtida sem** o **concurso** de dispositivo de iluminação própria.

Art. 366. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de veículos de divulgação, de propaganda ou de publicidade de anúncio, **são obrigadas**:

I – a **promover** a inscrição do veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio no **Cadastro de Anúncio**;

II – a **informar**, ao Cadastro de Anúncio, **qualquer alteração** e **baixa ocorrida** no veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, como dizeres, dimensões, modalidade, iluminação, localização e retirada;

III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – a **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo instalados, afixados, colocados, expostos, distribuídos, utilizados ou explorados os veículos de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, para verificação fiscal.

Art. 367. No Cadastro de Anúncio, **os titulares** de veículos de divulgação, de propaganda ou de publicidade de anúncio **deverão apresentar**:

I – para fins de **inscrição**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Anúncio** e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, fornecida pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário; e

II – para fins de **alteração**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Anúncio** e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Anúncio; e

III – para fins de **baixa**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Anúncio** e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Anúncio.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 1º Os **campos**, os dados e as informações do Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral de Anúncio **serão os campos**, os dados e as informações do Cadastro de Anúncio .

§ 2º O Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral de Anúncio e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Anúncio **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 368. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de veículos de divulgação, de propaganda ou de publicidade de anúncio, **terão** os seguintes prazos:

I – para **promover** a **inscrição** do veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio no Cadastro de Anúncio, de até **10 (dez)** dias antes da data de **início** de sua instalação, afixação, colocação, exposição, distribuição, utilização ou exploração;

II – para **informar**, ao Cadastro de Anúncio, qualquer **alteração** e **baixa** ocorrida no veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, como dizeres, dimensões, modalidade, iluminação, localização ou retirada, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** e de **baixa**;

III – para **exibirem** os documentos necessários à atualização cadastral e **prestar** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de lavratura do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo instalados, afixados, colocados, expostos, distribuídos, utilizados ou explorados os veículos de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, para verificação fiscal, imediato.

Art. 369. O órgão responsável pelo Cadastro de Anúncio **deverá promover**, de **ofício**, a inscrição, a alteração ou a baixa, quando as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de veículos de divulgação, de propaganda ou de publicidade de anúncio:

I – após a data de **início** de sua instalação, afixação, colocação, exposição, distribuição, utilização ou exploração, **não promoverem** a **inscrição** do **seu veículo** de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio no Cadastro de Anúncio;

II – após **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**, **não informarem**, ao Cadastro de Anúncio, **qualquer alteração** e **baixa** ocorrida no veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, como dizeres, dimensões, modalidade, iluminação, localização e retirada;

III – após **10 (dez)** dias, **contados** da **data** de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os **documentos** necessários à atualização **cadastral** e **nem prestarem** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e

IV – não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local **onde estão** sendo instalados, afixados, colocados, expostos, distribuídos, utilizados ou explorados os veículos de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, para verificação fiscal.

Art. 370. As pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito privado, que **exerçam atividades** de propaganda e de publicidade – **inclusive promoção** de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários – e de veiculação e de divulgação de textos, de desenhos e de outros materiais de publicidade, por qualquer meio, **exceto** em jornais, em periódicos, em rádio e em televisão, **ficam obrigados a fornecer**, ao órgão responsável pelo Cadastro de Anúncio, **até o último dia útil do mês subsequente**, a **relação** de todas as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e de todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que solicitaram os seus serviços, mencionando:

I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – a data, o objeto e a característica da **solicitação**.

Art. 371. No ato da **inscrição**, serão **identificados** com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada Inscrição Cadastral de Anúncio, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro de Anúncio, os veículos de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, instalados, afixados, colocados, expostos, distribuídos, utilizados ou explorados:

- I – em áreas, em vias e em **logradouros públicos**; e
- II – em quaisquer outros **locais**:
 - a) **visíveis** de áreas, de vias e de logradouros públicos; e
 - b) de acesso ao **público**.

§ 1º. A numeração padrão, seqüencial e própria, correspondente ao **registro** e ao **controle** no Cadastro de Anúncio:

- I – **deverá, obrigatoriamente**, ser afixado no veículo de divulgação; e
- II – **poderá ser reproduzida** no anúncio através de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no caso de **anúncios novos** **poderá** ser incorporado ao anúncio como **parte integrante** de seu material e de sua confecção, devendo, em qualquer hipótese, **apresentar** condições análogas às do próprio anúncio, no tocante à resistência e à durabilidade;
- III – **deverá** estar em posição destacada, em relação às **outras** mensagens que **integram** o seu conteúdo; e
- IV – **deverá oferecer** condições perfeitas de legibilidade no nível do pedestre, mesmo à distância.

§ 2º. Os anúncios **instalados** em **coberturas** de **edificações** ou em **locais fora** do alcance visual do pedestre, **deverão, também**, ter a **numeração padrão**, seqüencial e própria, permanentemente, no **acesso principal** da **edificação** ou do **imóvel** em que estiverem colocados e mantido em posição visível para o público, de **forma** destacada e separada de **outros instrumentos** de comunicação visual, eventualmente afixados no local.

Seção VI

Cadastro de Aparelho de Transporte

Art. 372. O Cadastro de Aparelho de Transporte **compreende**, os aparelhos de transporte, desde que localizados, instalados ou em funcionamento:

- I – em **estabelecimentos** comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços; e
- II – em **áreas**, edificadas ou não-edificadas, **onde estejam** sendo exercidas atividades comerciais, industriais, produtoras ou prestadoras de serviços.

Parágrafo Único. **Aparelho de transporte** é o engenho móvel, movível ou removível **destinado** a locomover, a deslocar, a conduzir ou a transportar pessoas, máquinas, equipamentos, objetos, mercadorias, materiais ou cargas.

Art. 373. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de aparelhos de transporte, **são obrigadas**:

- I – a **promover** a inscrição do aparelho de transporte no Cadastro de Aparelho de Transporte;
- II – a **informar**, ao Cadastro de Aparelho de Transporte, **qualquer alteração** e **baixa** ocorrida no aparelho de transporte, como dimensões, modalidade, localização e retirada;
- III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e
- IV – a **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo localizados, instalados ou utilizados aparelhos de transporte, para vistoria fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 374. No Cadastro de Aparelho de Transporte, os **titulares** de aparelhos de transporte **deverão apresentar**:

I - **para fins de inscrição**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Aparelho de Transporte** e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, fornecida pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário;

II - **para fins de alteração**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Aparelho de Transporte** e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Aparelho de Transporte; e

III - **para fins de baixa**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Aparelho de Transporte** e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Aparelho de Transporte;

§ 1º Os **campos**, os dados e as **informações** do Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Aparelho de Transporte** serão os **campos**, os dados e as informações do Cadastro de Aparelho de Transporte.

§ 2º O Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral de Aparelho de Transporte** e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Aparelho de Transporte **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 375. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de aparelhos de transporte, **terão os seguintes prazos**:

I - para promover a inscrição do aparelho de transporte no Cadastro de Aparelho de Transporte, de até **10 (dez)** dias antes da **data de início** de sua localização, instalação ou utilização;

II - **para informar**, ao Cadastro de Aparelho de Transporte, qualquer **alteração** e **baixa ocorrida** no aparelho de transporte, como dimensões, modalidade, localização e retirada, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**;

III - para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela AF - Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação; e

IV - para **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo localizados, instalados ou utilizados os aparelho de transporte, para vistoria fiscal, imediato.

Art. 376. O órgão responsável pelo Cadastro de Aparelho de Transporte **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de aparelhos de transporte:

I - após a data de **início** de sua localização, instalação ou utilização, **não promoverem** a inscrição do seu aparelho de transporte no Cadastro de Aparelho de Transporte;

II - após **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**, **não informarem**, ao Cadastro de Aparelho de Transporte, qualquer alteração ou baixa ocorrida no aparelho de transporte, como dimensões, modalidade e localização;

III - após **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e nem **prestarem** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV - não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo localizados, instalados ou utilizados aparelhos de transporte, para vistoria fiscal.

Art. 377. As pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito privado, que **exerçam atividades** de **assistência técnica**, lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos, conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de **qualquer objeto**, recondicionamento de motores, instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, **prestados** ao **usuário final** do serviço, exclusivamente **com**



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

material por ele fornecido, montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido e serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais, ficam obrigados a fornecer, ao órgão responsável pelo Cadastro de Aparelho de Transporte, até o último dia útil do mês subsequente, a relação de todas as pessoas físicas, com ou sem estabelecimento fixo, e de todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que solicitaram serviços relacionados com aparelhos de transporte, mencionando:

- I - o nome, a razão social e o endereço do solicitante; e
- II - a data, o objeto e a característica da solicitação.

Art. 378. No ato da inscrição, serão identificados com uma numeração padrão, seqüencial e própria, chamada Inscrição Cadastral de Aparelho de Transporte, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro de Aparelho de Transporte, o aparelho de transporte, localizado, instalado ou utilizado:

- I - em estabelecimentos comerciais, industriais, produtores e prestadores de serviços; e
- II - em áreas, edificadas ou não-edificadas, onde estejam sendo exercidas atividades comerciais, industriais, produtoras ou prestadoras de serviços.

Parágrafo Único. A numeração padrão, seqüencial e própria, correspondente ao registro e ao controle no Cadastro de Aparelho de Transporte :

- I - deverá, obrigatoriamente, ser afixado no aparelho de transporte;
- II - poderá ser reproduzida no aparelho de transporte através de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no caso de aparelhos de transportes novos poderá ser incorporado ao aparelho de transporte como sendo parte integrante, devendo, em qualquer hipótese, apresentar condições análogas às do próprio aparelho de transporte, no tocante à resistência e à durabilidade;
- III - deverá estar em posição destacada, em relação às outras mensagens que revestem a sua superfície; e
- IV - deverá oferecer condições perfeitas de legibilidade.

Seção VII

Cadastro de Máquinas, de Motor e de Equipamento Eletromecânico

Art. 379. O Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico compreende as máquinas, os motores e os equipamentos eletromecânicos, desde que localizados, instalados ou em funcionamento:

- I - em estabelecimentos industriais; e
- II - em estabelecimentos produtores.

Art. 380. As pessoas jurídicas, de direito público ou privado, titulares de máquinas, de motores e de equipamentos eletromecânicos:

- I - a promover a inscrição da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico no Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico;
- II - a informar, ao Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, qualquer alteração e baixa ocorrida na máquina, no motor e no equipamento eletromecânico, como dimensões, modalidade, localização e retirada;
- III - a exhibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal; e
- IV - a franquearem em, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo localizadas, instaladas ou utilizadas máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos, para vistoria fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 381. No **Cadastro** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, os **titulares** de máquinas, de motores e de equipamentos eletromecânicos **deverão apresentar**:

I – para **fins** de **inscrição**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, **fornecida** pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário;

II – para **fins** de **alteração**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico; e

III – para **fins** de **baixa**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico.

§ 1º Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico serão os campos, os dados e as informações do Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico.

§ 2º O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 382. As pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de máquinas, de motores e de equipamentos eletromecânicos, **terão os seguintes prazos**:

I – para **promover** a **inscrição** da máquina, do motor e do equipamento eletromecânico no Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, de até **10 (dez)** dias antes da **data** de **início** de sua localização, instalação ou utilização;

II – para **informar**, ao Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, **qualquer alteração** e **baixa ocorrida** na máquina, no motor e no equipamento eletromecânico, como dimensões, modalidade, localização e retirada, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**;

III – para **exibirem** os **documentos necessários** à atualização cadastral e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de lavratura do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo localizados, instalados ou utilizados máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos, para **vistoria fiscal**, imediato.

Art. 383. O órgão responsável pelo Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de máquinas, de motores e de equipamentos eletromecânicos:

I – após a **data** de **início** de sua localização, instalação ou utilização, **não promoverem** a inscrição da sua máquina, motor e equipamento eletromecânico no **Cadastro** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico;

II – após **10 (dez)** dias, contados da **data** de **alteração** ou de **baixa**, **não informarem**, ao **Cadastro** de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, **qualquer alteração** ou **baixa ocorrida** na máquina, no motor e no equipamento eletromecânico, como dimensões, modalidade e localização;

III – após **10 (dez)** dias, contados da **data** de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e nem prestarem todas as **informações solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – **não franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo localizados, instalados ou utilizados máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos, para vistoria fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 384. As pessoas jurídicas, de direito privado, que **exerçam atividades** de **assistência técnica**, lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos, conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de **qualquer objeto**, recondicionamento de motores, instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, **prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido**, montagem industrial, **prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido** e **serviços** portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia (Taxa alfandegária), armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais, **ficam obrigados a fornecer**, ao órgão responsável pelo **Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, até o último dia útil do mês subsequente**, a **relação** de todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que **solicitaram serviços relacionados** com máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos, mencionando:

- I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e
- II – a data, o objeto e a característica da **solicitação**.

Art. 385. No ato da **inscrição**, **serão identificados** com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada Inscrição Cadastral de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico, as máquinas, os motores e os equipamentos eletromecânicos, localizados, instalados ou utilizados:

- I – em **estabelecimentos** industriais; e
- II – em **estabelecimentos** produtores.

Parágrafo Único. A **numeração padrão**, seqüencial e própria, correspondente ao **registro** e ao **controle** no **Cadastro de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico** :

- I – **deverá, obrigatoriamente**, ser **afixado** na máquina, no motor e no equipamento eletromecânico;
- II – poderá ser reproduzida na máquina, no motor e no equipamento eletromecânico **através** de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no **caso** de máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos novos, **poderá ser incorporada** à máquina, ao motor e ao equipamento eletromecânico como sendo parte integrante, devendo, em **qualquer hipótese**, **apresentar** condições análogas às da própria máquina, motor e equipamento eletromecânico, no tocante à resistência e à durabilidade;
- III – **deverá estar** em posição destacada, em relação às outras mensagens que revestem a sua superfície; e
- IV – **deverá** oferecer condições perfeitas de legibilidade.

Seção VIII

Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro

Art. 386. O Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro **compreende**, os veículos de transporte de passageiro, **desde** que em **circulação** ou em funcionamento ou, temporariamente, **retirados** de circulação ou de funcionamento para conserto, reforma ou restauração:

- I – **coletivo** de passageiro;
- II – **individual** de passageiro.

Art. 387. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de veículos de transporte de passageiro, **são obrigadas**:

- I – a **promover** a inscrição do veículo de transporte de passageiro no **Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro**;
- II – a **informar**, ao Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro, **qualquer alteração** e **baixa ocorrida** no veículo de transporte de passageiro, como reforma, restauração e retirada de circulação;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III - a **exibirem** os **documentos** necessários à **atualização** cadastral e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV - a **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do veículo de transporte de passageiro, para vistoria fiscal.

Art. 388. No Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro, os **titulares** de veículos de transporte de passageiro **deverão apresentar**:

I - para **fins** de **inscrição**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa** Cadastral de Veículo de Transporte de Passageiro e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, fornecida pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário;

II - para **fins** de **alteração**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa** Cadastral de Veículo de Transporte de Passageiro e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro; e

III - para **fins** de **baixa**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa** Cadastral de Veículo de Transporte de Passageiro e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro.

§ 1º. Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa** Cadastral de Veículo de Transporte de Passageiro **serão** os **campos**, os **dados** e as **informações** do Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro.

§ 2º. O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa** Cadastral de Veículo de Transporte de Passageiro e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 389. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de veículos de transporte de passageiro, terão os **seguintes prazos**:

I - para **promover** a **inscrição** do veículo de transporte de passageiro no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro, de até 10 (dez) dias antes da **data** de **início** de sua **circulação**;

II - para **informar**, ao Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro, **qualquer alteração** e **baixa ocorrida** no veículo de transporte de passageiro, como reforma, restauração e retirada de circulação, de até 10 (dez) dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**;

III - para **exibirem** os **documentos** necessários à **atualização** cadastral e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até 10 (dez) dias, contados da **data** de **lavratura** do Termo de Intimação; e

IV - para **franquearem** em, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do veículo de transporte de passageiro, para **vistoria fiscal**, imediato.

Art. 390. O órgão **responsável** pelo Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de veículos de transporte de passageiro:

I - após a **data** de **início** de sua **circulação**, **não promoverem** a inscrição do seu veículo de transporte de passageiro no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro;

II - após 10 (dez) dias, **contados** da data de **alteração** ou de **baixa**, **não informarem**, ao Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro, **qualquer alteração** ou **baixa ocorrida** no veículo de transporte de passageiro, como reforma, restauração ou retirada de circulação;

III - após 10 (dez) dias, **contados** da **data** de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os **documentos** necessários à **atualização** cadastral e nem **prestarem** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV - não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do veículo de transporte de passageiro, para vistoria fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 391. As pessoas físicas, **com** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito privado, que exerçam atividades **de assistência técnica**, lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos, conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de **qualquer objeto**, recondicionamento de motores, instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, **prestados** ao **usuário final** do **serviço**, **exclusivamente** com **material** por **ele fornecido** e montagem industrial, **prestada** ao **usuário final** do **serviço**, **exclusivamente** com **material** por **ele fornecido**, **ficam obrigados a fornecer**, ao órgão responsável pelo **Cadastro** de Veículo de Transporte de Passageiro, **até o último** dia útil do **mês subsequente**, a relação de todas as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e de todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que **solicitaram serviços** relacionados com veículo de transporte de passageiro, mencionando:

- I – o nome, a razão social e o endereço do **solicitante**; e
- II – a data, o objeto e a característica da **solicitação**.

Art. 392. No ato da inscrição, serão identificados com uma numeração padrão, seqüencial e própria, chamada Inscrição Cadastral de Veículo de Transporte de Passageiro, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro, os veículos de transporte de passageiro, desde que em circulação ou em funcionamento ou, temporariamente, retirados de circulação ou de funcionamento para conserto, reforma ou restauração:

- I – **coletivo** de passageiro; e
- II – **individual** de passageiro.

Parágrafo Único. A **numeração padrão**, seqüencial e própria, correspondente ao **registro** e ao **controle** no **Cadastro** de Veículo de Transporte de Passageiro:

- I – deverá, obrigatoriamente, ser afixado no veículo de transporte de passageiro;
- II – **poderá** ser **reproduzida** no veículo de transporte de passageiro **através** de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no caso de veículos de transporte de passageiro novos **poderá** ser **incorporado** ao veículo de transporte de passageiro como sendo **parte integrante**, devendo, em qualquer hipótese, **apresentar** condições análogas às do próprio veículo de transporte de passageiro, no tocante à resistência e à durabilidade;
- III – **deverá** estar em posição **destacada**, em relação às outras mensagens que revestem a sua superfície; e
- IV – **deverá** oferecer condições perfeitas de legibilidade.

Seção IX

Cadastro de Horário Especial

Art. 393. O Cadastro de Horário Especial **compreende** os estabelecimentos comerciais, **desde** que em funcionamento em **horário especial**.

Art. 394. Os estabelecimentos comerciais, desde que em funcionamento em horário especial, **são obrigados**:

- I – a **promover** a sua **inscrição** no Cadastro de Horário Especial;
- II – a **informar**, ao Cadastro de Horário Especial, **qualquer alteração** ou **baixa** no funcionamento em horário especial;
- III – a **exibirem** os documentos necessários à atualização **cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e
- IV – a **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades comerciais em horário especial, para diligência fiscal.

Art. 395. No Cadastro de Horário Especial, os estabelecimentos comerciais **deverão apresentar**:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

I – para fins de **inscrição**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** em Horário Especial e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, **fornecida** pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário;

II – para fins de **alteração**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** em Horário Especial e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Horário Especial; e

III – para fins de **baixa**, o Boletim de Inscrição, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** em Horário Especial e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Horário Especial.

§ 1º. Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral em Horário Especial **serão** os **campos**, os **dados** e as **informações** do Cadastro de Horário Especial.

§ 2º. O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** em Horário Especial e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Horário Especial **serão instituídos** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 396. Os estabelecimentos comerciais, desde que em funcionamento em horário especial, **terão** os seguintes prazos:

I – para **promover** a sua **inscrição** no Cadastro de Horário Especial, de até 5 (cinco) dias **antes** da data de **início** de **funcionamento** em horário especial;

II – para **informar**, ao **Cadastro** de Horário Especial, **qualquer alteração** ou **baixa** no funcionamento em horário especial, de até 5 (cinco) dias antes da data de **alteração** ou de **baixa**;

III – para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até 5 (cinco) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades comerciais em horário especial, para diligência fiscal, imediato.

Art. 397. O órgão responsável pelo **Cadastro** de Horário Especial **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando os estabelecimentos comerciais:

I – **após** a data de **início** de **funcionamento** em horário especial, **não promoverem** a sua inscrição no Cadastro de Horário Especial;

II – após a data de **alteração** ou de **baixa** no funcionamento em horário especial, **não informarem**, ao **Cadastro** de Horário Especial, a sua **alteração** ou a sua **baixa**;

III – após 5 (cinco) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos **necessários** à **atualização cadastral** e **nem prestarem** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – **não franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades comerciais em horário especial, para diligência fiscal.

Art. 398. No ato da **inscrição**, **serão** identificados com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada **Inscrição Cadastral** em Horário Especial, **contida** na Ficha de Inscrição no **Cadastro** de Horário Especial, os estabelecimentos comerciais em funcionamento em horário especial.

Seção X

Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante

Art. 399. O **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante **compreende** os ambulantes, os eventuais e os feirantes, desde que **localizados**, **instalados** ou em **funcionamento**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 400. Os ambulantes, os eventuais e os feirantes, **são obrigados:**

- I - a **promover** a sua **inscrição** no **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante;
- II - a **informar**, ao **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante, **qualquer alteração** ou **baixa** na sua localização, instalação e funcionamento;
- III - a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e
- IV - a **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades ambulantes, eventuais e feirantes, para diligência fiscal.

Art. 401. No Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante, os ambulantes, os eventuais e os feirantes **deverão apresentar:**

- I - para **fins** de **inscrição**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ambulante, de Eventual e de Feirante e, havendo, o registro no órgão de classe, o CPF - Cadastro de Pessoas Físicas e a CI - Carteira de Identidade;
- II - para **fins** de **alteração**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ambulante, de Eventual e de Feirante, a Ficha de Inscrição no Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante, havendo a **alteração** do registro no órgão de classe; e
- III - para **fins** de **baixa**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ambulante, de Eventual e de Feirante, a Ficha de Inscrição no Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante, havendo, a **baixa** ou o **cancelamento** do registro no órgão de classe.

§ 1º Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de Inscrição, de Alteração e de Baixa Cadastral de Ambulante, de Eventual e de Feirante **serão** os **campos**, os **dados** e as **informações** do Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante.

§ 2º O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ambulante, de Eventual e de Feirante e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante **serão instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 402. Os ambulantes, os eventuais e os feirantes **terão** os **seguintes prazos:**

- I - para **promover** a sua **inscrição** no Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante, de até **5 (cinco)** dias **antes** da data de **início** da **atividade** ambulante, eventual e feirante;
- II - para **informar**, ao **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante, **qualquer alteração** ou **baixa** na sua localização, instalação e funcionamento, de até **5 (cinco)** dias antes da data de **alteração** ou de **baixa**;
- III - para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até **5 (cinco)** dias, contados da **data** de **lavratura** do Termo de Intimação; e
- IV - para **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades ambulantes, eventuais e feirantes, para diligência fiscal, imediato.

Art. 403. O **órgão** responsável pelo **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando os ambulantes, os eventuais e os feirantes:

- I - após a data de **início** da atividade ambulante, eventual e feirante, **não promoverem** a sua **inscrição** no **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante;
- II - após a **data** de **alteração** ou de **baixa** na sua localização, instalação e funcionamento, **não informarem**, ao **Cadastro** de Ambulante, de Eventual e de Feirante, a sua **alteração** ou a sua **baixa**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – após 5 (cinco) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e nem **prestarem** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo exercidas as atividades ambulantes, eventuais e feirantes, para diligência fiscal.

Art. 404. No ato da **inscrição**, **serão** identificados com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada **Inscrição Cadastral** de Ambulantes, de Eventual e de Feirante, contida na Ficha de Inscrição no Cadastro de Ambulante, de Eventual e de Feirante, os ambulantes, os eventuais e os feirantes.

Seção XI

Cadastro de Obra Particular

Art. 405. O Cadastro de Obra Particular **compreende** as obras particulares, **desde que** em construção, em reforma ou em execução.

Art. 406. As pessoas físicas ou jurídicas **titulares** de obras particulares, desde que em construção, em reforma ou em execução, **são obrigadas**:

I – a **promover** a sua **inscrição** no Cadastro de Obra Particular;

II – a informar, ao Cadastro de Obra Particular, **qualquer alteração** ou **baixa** na construção, na reforma ou na execução de obras particulares;

III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – a **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde **estão sendo construídas**, reformadas ou executadas obras particulares, para vistoria fiscal.

Art. 407. No Cadastro de Obra Particular, as pessoas físicas ou jurídicas **titulares** de obras particulares, desde que em construção, em reforma ou em execução, deverão apresentar:

I – para **fins** de **inscrição**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Obra Particular e, havendo:

a) para as **pessoas físicas**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, **fornecida** pelo **órgão** responsável pelo **Cadastro Mobiliário**, o registro no **órgão** de classe, o CPF – Cadastro de Pessoas Físicas e a CI – Carteira de Identidade; e

b) para as **pessoas jurídicas**, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, **fornecida** pelo **órgão** responsável pelo **Cadastro Mobiliário**, o contrato ou o estatuto social, o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inscrição estadual.

II – para **fins** de **alteração**, tanto para as pessoas **físicas** como para as pessoas **jurídicas**, Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Obra Particular e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Obra Particular; e

III – para **fins** de **baixa**, tanto para as pessoas **físicas** como para as pessoas **jurídicas**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Obra Particular e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Obra Particular.

§ 1º Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Obra Particular **serão** os **campos**, os **dados** e as **informações** do Cadastro de Obra Particular.

§ 2º O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Obra Particular e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Obra Particular **serão instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 408. As pessoas físicas ou jurídicas **titulares** de obras particulares, desde que em construção, em reforma ou em execução, **terão os seguintes prazos:**

I – para **promover** a sua **inscrição** no Cadastro de Obra Particular, de até 5 (cinco) dias antes da data de **início da obra**;

II – para **informar**, ao Cadastro de Obra Particular, **qualquer alteração** ou **baixa** na sua construção, reforma ou execução, de até 5 (cinco) dias antes da data de **alteração** ou de **baixa**;

III – para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até 5 (cinco) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo construídas, reformadas ou executadas obras particulares, para **vistoria fiscal**, imediato.

Art. 409. O **órgão** responsável pelo Cadastro de Obra Particular **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando as pessoas físicas ou jurídicas **titulares** de obras particulares, desde que em construção, em reforma ou em execução:

I – após a **data de início** da construção, da reforma ou da execução da obra, **não promoverem** a sua inscrição no Cadastro de Obra Particular;

II – após a **data de alteração** ou de **baixa** da construção, da reforma ou da execução da obra, **não informarem**, ao Cadastro de Obra Particular, a sua **alteração** ou a sua **baixa**;

III – após 5 (cinco) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos **necessários** à **atualização cadastral** e nem **prestarem** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – não franquearem, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, as **dependências** do local onde estão sendo construídas, reformadas ou executadas obras particulares, para vistoria fiscal.

Art. 410. No ato da **inscrição**, **será** identificada com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada **Inscrição Cadastral** de Obra Particular, **contida** na Ficha de Inscrição no Cadastro de Obra Particular, a construção, a reforma ou a execução de obra particular.

Seção XII

Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos

Art. 411. O Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos **compreende** os **móveis**, os **equipamentos**, os **veículos**, os **utensílios** ou **quaisquer outros objetos**, desde que, **localizados** e **instalados**, estejam ocupando ou **permaneçam** no solo de **áreas**, de **vias** e de **logradouros públicos**.

Art. 412. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos, desde que, localizados e instalados, **estejam** ocupando ou permaneçam no solo de áreas, de vias e de logradouros públicos, **são obrigadas:**

I – a **promover** a **inscrição** do equipamento, do veículo, do utensílio ou de qualquer outro objeto, no Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos ;

II – a **informar**, ao Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, qualquer **alteração** e **baixa** ocorrida no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto, **como** dimensões, modalidade, localização, ocupação, permanência e retirada;

III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

IV – a **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, o **acesso** aos equipamentos, aos veículos, aos utensílios ou a quaisquer outros objetos, para verificação fiscal.

Art. 413. No **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, os **titulares** de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos, **desde que**, localizados e instalados, **estejam** ocupando ou permaneçam no solo de áreas, de vias e de logradouros públicos, **deverão apresentar**:

I – para **fins** de **inscrição**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, fornecida pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário;

II – para **fins** de **alteração**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos e, havendo a Ficha de Inscrição no Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos; e

III – para **fins** de **baixa**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos e, havendo a Ficha de Inscrição no Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos;

§ 1º. Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos **serão** os **campos**, os **dados** e as **informações** do **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos.

§ 2º. O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos **serão instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 414. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos, desde que, localizados e instalados, estejam ocupando ou **permaneçam** no solo de áreas, de vias e de logradouros públicos, **terão** os **seguintes prazos**:

I – para **promover** a **inscrição** do equipamento, do veículo, do utensílio ou de qualquer outro objeto, no **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, de até **10 (dez)** dias antes da **data** de **início** de sua localização, instalação, ocupação ou permanência;

II – para **informar**, ao **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, **qualquer alteração** e **baixa ocorrida** no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto, como dimensões, modalidade, localização, ocupação, permanência e retirada, de até **10 (dez)** dias, contados da data de alteração ou de baixa;

III – para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, o **acesso** aos equipamentos, aos veículos, aos utensílios ou a quaisquer outros objetos, para verificação fiscal, imediato.

Art. 415. O órgão responsável pelo **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos, desde que, **localizados** e **instalados**, **estejam ocupando** ou **permaneçam** no solo de áreas, de vias e de logradouros públicos:

I – após a **data** de **início** de sua localização, instalação, ocupação ou permanência, **não promoverem** a **inscrição** do seu equipamento, veículo, utensílio ou qualquer outro objeto no **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – após 10 (dez) dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**, **não informarem**, ao Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, **qualquer alteração** ou **baixa ocorrida** no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto, **como** dimensões, modalidade, localização, ocupação, permanência e retirada;

III – após 10 (dez) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e nem prestarem todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, o **acesso** aos equipamentos, aos veículos, aos utensílios ou a quaisquer outros objetos, para verificação fiscal.

Art. 416. No ato da **inscrição**, **serão** identificados com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada **Inscrição Cadastral** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, **contida** na Ficha de Inscrição no **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos, os equipamentos, os veículos, os utensílios ou quaisquer outros objetos, desde que, **localizados** e **instalados**, **estejam ocupando** ou **permaneçam** no solo de áreas, de vias e de logradouros públicos.

Parágrafo Único. A **numeração padrão**, seqüencial e própria, correspondente ao **registro** e ao **controle** no **Cadastro** de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos:

I – **deverá, obrigatoriamente**, ser afixado no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto;

II – **poderá** ser reproduzida no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto **através** de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no caso de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos novos, **poderá** ser **incorporado** ao equipamento, ao veículo, ao utensílio ou a qualquer outro objeto como **sendo parte integrante**, devendo, em qualquer hipótese, **apresentar condições** análogas às do próprio equipamento, veículo, utensílio ou qualquer outro objeto, no tocante à resistência e à durabilidade; e

III – **deverá** estar em **posição destacada**, em relação às outras mensagens que, por ventura, revestirem a sua superfície; e

IV – **deverá** oferecer **condições** perfeitas de legibilidade.

Seção XIII

Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos

Art. 417. O **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos **compreende** os dutos, os condutos, os cabos, as manilhas e os **demais equipamentos, destinados** à **prestação** de **serviços** de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infraestrutura, **desde que** colocados, montados, instalados, implantados, utilizados, passados ou implementados no subsolo ou no solsolo de **áreas, de vias e de logradouros públicos**.

Art. 418. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à **prestação** de **serviços** de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infraestrutura, **desde que** colocados, montados, instalados, implantados, utilizados, passados ou implementados no subsolo ou no solsolo de áreas, de vias e de logradouros públicos, **são obrigadas**:

I – a **promover** a **inscrição** dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, no Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – a **informar**, ao **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos, **qualquer alteração e baixa ocorrida** nos dutos, nos condutos, nos cabos, nas manilhas e nos demais equipamentos, como dimensões, modalidade, localização, utilização, passagem e retirada;

III – a **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – a **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, o **acesso** aos dutos, aos condutos, aos cabos, às manilhas e aos demais equipamentos, para verificação fiscal.

Art. 419. No **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos, os **titulares** de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à **prestação** de **serviços** de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infraestrutura, **desde que** colocados, montados, instalados, implantados, utilizados, **passados** ou **implementados** no subsolo ou no solsolo de áreas, de vias e de logradouros públicos, **deverão** **apresentar**:

I – para **fins** de **inscrição**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos e, havendo, a Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário, fornecida pelo órgão responsável pelo Cadastro Mobiliário;

II – para **fins** de **alteração**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos e, havendo a Ficha de Inscrição no Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos; e

III – para **fins** de **baixa**, o Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos e, havendo a Ficha de Inscrição no Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos.

§ 1º Os **campos**, os **dados** e as **informações** do Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos **serão** os **campos**, os **dados** e as **informações** do Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos.

§ 2º O Boletim de **Inscrição**, de **Alteração** e de **Baixa Cadastral** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos e a Ficha de Inscrição no Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos **serão instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 420. As pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à **prestação** de **serviços** de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infraestrutura, **desde que** colocados, montados, instalados, implantados, utilizados, **passados** ou **implementados** no subsolo ou no solsolo de áreas, de vias e de logradouros públicos, **terão** os **seguintes prazos**:

I – para **promover** a **inscrição** dos dutos, dos condutos, dos cabos, das manilhas e dos demais equipamentos, no **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos de até **10 (dez)** dias **antes** da **data** de **início** de sua localização, instalação, ocupação ou **permanência** de até **10 (dez)** dias antes da data de início de sua localização, instalação, utilização ou passagem;

II – para **informar**, ao **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos, **qualquer alteração e baixa ocorrida** nos dutos, nos condutos, nos cabos, nas manilhas e nos demais equipamentos, como dimensões, modalidade, localização, utilização, passagem e retirada, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – para **exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e **prestar** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal, de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação; e

IV – para **franquearem**, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, o **acesso** aos dutos, aos condutos, aos cabos, às manilhas e aos demais equipamentos, para verificação fiscal, imediato.

Art. 421. O órgão responsável pelo **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos **deverá promover**, de **ofício**, a **inscrição**, a **alteração** ou a **baixa**, quando as pessoas físicas, **com** ou **sem** estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, **titulares** de dutos, de condutos, de cabos, de manilhas e de demais equipamentos, **destinados** à **prestação** de **serviços** de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, de limpeza e de infraestrutura, **desde que** colocados, montados, instalados, implantados, utilizados, passados ou implementados no subsolo ou no solsolo de **áreas**, de **vias** e de **logradouros públicos**:

I – após a **data de início** de sua localização, instalação, utilização ou passagem, **não promoverem** a **inscrição** do seu equipamento, veículo, utensílio ou qualquer outro objeto no **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos;

II – após **10 (dez)** dias, contados da data de **alteração** ou de **baixa**, **não informarem**, ao **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos, qualquer **alteração** ou **baixa ocorrida** nos dutos, nos condutos, nos cabos, nas manilhas e nos demais equipamentos, como dimensões, modalidade, localização, utilização, passagem e retirada;

III – após **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, **não exibirem** os documentos necessários à **atualização cadastral** e nem **prestarem** todas as informações **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – não **franquearem**, de imediato, à Autoridade Fiscal, devidamente **apresentada** e **credenciada**, o acesso aos dutos, aos condutos, aos cabos, às manilhas e aos demais equipamentos, para verificação fiscal.

Art. 422. No ato da **inscrição**, **serão identificados** com uma **numeração padrão**, seqüencial e própria, chamada **Inscrição Cadastral** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos contida na Ficha de Inscrição no Cadastro de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos, os dutos, os condutos, os cabos, as manilhas e os demais equipamentos, **desde que** colocados, montados, instalados, implantados, utilizados, passados ou implementados no subsolo ou no solsolo de **áreas**, de **vias** e de **logradouros públicos**.

Parágrafo Único. A **numeração padrão**, seqüencial e própria, correspondente ao **registro** e ao **controle** no **Cadastro** de Utilização e de Passagem no Subsolo e no Solsolo de Logradouros Públicos:

I – **deverá, obrigatoriamente**, ser **afixado** no duto, no conduto, no cabo, na manilha e nos demais equipamentos;

II – **poderá** ser **reproduzida** no duto, no conduto, no cabo, na manilha e nos demais equipamentos através de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no caso de duto, de conduto, de cabo, de manilha e dos demais equipamentos novos, **poderá** ser **incorporado** ao duto, ao conduto, ao cabo, à manilha e aos demais equipamentos como sendo **parte integrante**, devendo, em qualquer hipótese, **apresentar** condições análogas às do próprio duto, conduto, cabo, manilha e demais equipamentos, no tocante à resistência e à durabilidade;

III – **deverá** estar em posição destacada, em relação às outras mensagens que, por ventura, revestirem a sua superfície; e

IV – **deverá oferecer** condições perfeitas de legibilidade.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Atualização do Cadastro Fiscal

Art. 423. A Atualização do Cadastro Fiscal compreende:

I – a **nomeação** da Comissão Fisco -Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral;

II – o **planejamento**, o **desenvolvimento** e a **elaboração**, pela Comissão Fisco -Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral, do Programa Permanente de Atualização Cadastral; e

III – a **implantação**, o **controle** e a **avaliação**, pela Comissão Fisco -Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral, do Programa Permanente de Atualização Cadastral;

Art. 424. A Comissão Fisco - Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral **deverá** ser **nomeada**, até o **último dia útil** do **mês de março** de cada ano, **através de Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 425. A Comissão Fisco -Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral, após ser **nomeada**, **descreverá**, até o **último dia útil** do mês de junho de cada ano, os **elementos causadores** da desatualização cadastral.

§ 1º. A **descrição** deve ser:

I – **enumerada** na **ordem decrescente** de afetação cadastral; e

II – detalhada, com clareza, **favorecendo** a explanação pormenorizada e específica, **evitando** a explicação globalizada e genérica.

§ 2º. A **descrição** deve conter:

I – **acompanhada** com a **exposição** de motivos, o calendário de pico; e

II – com **elaboração** do **diagrama** de **causas e efeitos**, a identificação dos pontos de estrangulamento.

Art. 426. A Comissão Fisco -Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral, **após descrever** os elementos causadores da desatualização cadastral, **planejará**, **desenvolverá** e **elaborará**, até o último dia útil do mês de **setembro** de cada ano, o **Programa Permanente de Atualização Cadastral**.

Parágrafo Único. O planejamento, o desenvolvimento e a elaboração do Programa Permanente de Atualização Cadastral **deverão estar assentados** em 4 (quatro) pilares fundamentais: **meta**, **objetivo**, **estratégia** e **cronograma de execução**.

Art. 427. A Comissão Fisco -Fazendária de Análise e de Avaliação dos Elementos Causadores da Desatualização Cadastral, **após** planejar, desenvolver e elaborar o Programa Permanente de Atualização Cadastral, **implantar**á, **controlar**á e **avaliar**á, até o último dia útil do **mês de dezembro** de cada ano, o Programa Permanente de Atualização Cadastral.

Parágrafo Único. A **implantação**, o **controle** e a **avaliação** do Programa Permanente de Atualização Cadastral **deverão estar voltados** para a metodologia científica na análise e síntese de pesquisas, na **preparação** e **execução** de procedimentos e na concepção e **materialização** de atividades, usando **técnicas investigatórias** onde o mecanismo de levantamento e tratamento de informações se **efetive** com **objetividade** e **realismo**, utilizando técnicas de **avaliação** destinadas a coletar, com precisão, dados estatísticos.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção I Disposições Gerais

Art. 428. A Documentação Fiscal da Prefeitura **compreende:**

- I – os Documentos Fiscais; e
- II – os Documentos Gerenciais.

Art. 429. Os Documentos Fiscais da Prefeitura **compreendem:**

- I – os Livros Fiscais;
- II – as Notas Fiscais; e
- III – as Declarações Fiscais.

Art. 430. Os Livros Fiscais da Prefeitura **compreendem:**

- I – o Livro de Registro de Profissional Autônomo
- II – o Livro de Registro de Profissional Habilitado;
- III – o Livro de Registro e de Utilização de Documento Fiscal e de Termo de Ocorrência ;
- IV – o Livro de Registro de Entrada de Serviço;
- V – o Livro de Registro de Prestação de Serviço ;
- VI – o Livro de Registro de Serviço de Saúde;
- VII – o Livro de Registro de Serviço Veterinário;
- VIII – o Livro de Registro de Serviço de “Internet”;
- IX – o Livro de Registro de Serviço de Ensino;
- X – o Livro de Registro de Administração de Consórcios e de Bens e de Negócios de Terceiros;
- XI – o Livro de Registro de Agenciamento, de Corretagem e de Intermediação;
- XII – o Livro de Registro de Rádio e de Televisão;
- XIII – o Livro de Registro de Serviço de Beneficiamento;
- XIV – o Livro de Registro de Serviço de Mão-de-Obra;
- XV – o Livro de Registro de Propaganda e de Publicidade;
- XVI – o Livro de Registro de Administração Financeira;
- XVII – o Livro Registro de Serviço de Hospedagem; e
- XVIII – o Livro de Registro de Serviço de Pedágio.

Art. 431. As Notas Fiscais da Prefeitura **compreendem:**

- I – a Nota Fiscal de Serviço – Série A;
- II – a Nota Fiscal de Serviço – Série B;
- III – a Nota Fiscal de Serviço – Série C;
- IV – a Nota Fiscal de Serviço – Série D;
- V – a Nota Fiscal de Serviço – Série E;
- VI – a Nota Fiscal de Serviço – Série Fatura;
- VII – a Nota Fiscal de Serviço – Série Ingresso;
- VIII – a Nota Fiscal de Serviço – Série Cupom; e
- IX – a Nota Fiscal de Serviço – Série Avulsa.

Art. 432. As Declarações Fiscais da Prefeitura **compreendem:**

- I – a Declaração Anual de Serviço Prestado;
- II – a Declaração Mensal de Serviço Tomado;
- III – a Declaração Mensal de Serviço Retido;
- IV – a Declaração Mensal de Instituição Financeira;
- V – a Declaração Mensal de Construção Civil;
- VI – a Declaração Mensal de Cooperativa Médica;
- VII – a Declaração Mensal de TV por Assinatura;



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- VIII - a Declaração Mensal de Radio chamada;
- IX - a Declaração Mensal de Cartório;
- X - a Declaração Mensal de Telecomunicação;
- XI - a Declaração Mensal de Água e Esgoto;
- XII - a Declaração Mensal de Energia Elétrica;
- XIII - a Declaração Mensal de Correio e Telégrafo;
- XIV - a Declaração Mensal de Empresa Estatal; e
- XV - a Declaração Mensal de Serviço Público.

Art. 433. Os Documentos Gerenciais da Prefeitura **compreendem:**

- I - os Recibos;
- II - os Orçamentos;
- III - as Ordens de Serviços; e
- IV - os Outros:
 - a) utilizados com idêntico objetivo;
 - b) semelhantes e congêneres; e
 - c) a critério do fisco.

Seção II
Livros Fiscais
Subseção I

Livro de Registro de Profissional Autônomo

Art. 434. O Livro de Registro de **Profissional Autônomo:**

- I - é de **uso obrigatório** para os contribuintes que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de **trabalho pessoal** do próprio contribuinte;
- II - **será impresso** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**; e
- III - destina-se a **registrar**:
 - a) o **nome**, o **endereço**, a **data de admissão**, a **data de dispensa** e a **qualificação profissional** dos empregados que o contribuinte **tem** ou **teve** a seu serviço; e
 - b) as **observações** e as **anotações** diversas.
- IV - **deverá ser**:
 - a) mantido:
 - 1 - para **pessoa física** com estabelecimento fixo, no **estabelecimento**; e
 - 2 - para **pessoa física** sem estabelecimento fixo, na sua **residência habitual**.
 - b) **escriturado** no momento da **admissão** e, quando for o caso, da **dispensa** do **empregado**; e
 - c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitado** pela Autoridade Fiscal.
- V - terá o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção II
Livro de Registro de Profissional Habilitado

Art. 435. O Livro de Registro de **Profissional Habilitado:**

- I - é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de sociedade de profissional liberal;
- II - **será impresso** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;
- III - destina-se a **registrar**:
 - a) o **nome**, o **endereço**, a **data de admissão**, a **data de dispensa** e a **qualificação profissional** dos empregados que o contribuinte **tem** ou **teve** a seu serviço; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) as observações e as anotações diversas.

IV – **deverá** ser:

a) **mantido** no estabelecimento;

b) **escriturado** no momento da **admissão** e, quando for o caso, da **dispensa do empregado**; e

c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitado** pela Autoridade Fiscal.

V – terá o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção III

Livro de Registro e de Utilização de Documento Fiscal e Termo de Ocorrência

Art. 436. O Livro de Registro e de Utilização de Documento Fiscal e de Termo de Ocorrência:

I – é de uso obrigatório para todos os prestadores de serviço, contribuintes ou não do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

II – será impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em ordem crescente; e

III – destina-se a registrar:

a) a Documentação Fiscal:

1 – autorizada pela Prefeitura;

2 – confeccionada por estabelecimentos gráficos ou pelo próprio contribuinte usuário; e

3 – emitida pela Prefeitura;

b) os termos de ocorrência registrados pela Autoridade Fiscal;

c) os termos e os autos de fiscalização lavrados pela Autoridade Fiscal; e

d) as observações e as anotações diversas.

IV – **deverá** ser:

a) mantido no **estabelecimento**;

b) **escriturado** no momento da **ocorrência** que der origem ao registro; e

c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitado** pela Autoridade Fiscal;

V – terá o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção IV

Livro de Registro de Entrada de Serviço

Art. 437. O Livro de Registro de **Entrada de Serviço**:

I – é de uso **obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de:

a) **sociedade** de profissional liberal; e

b) **pessoa** jurídica;

II – é de **uso facultativo** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob **forma de trabalho** pessoal do próprio contribuinte;

III – é de **uso dispensado** para os seguintes contribuintes que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica:

a) repartições públicas;

b) autarquias;

c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

d) empresas públicas;

e) sociedades de economia mista;

f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;

g) registros públicos, cartorários e notariais;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- h) cooperativas médicas; e
 - i) instituições financeiras.
- IV – **será impresso** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;
- V – destina-se a **registrar**:
- a) a **entrada** e a **saída** de bens **corpóreos** ou **incorpóreos vinculados**, potencialmente ou efetivamente, à **prestação de serviço** no estabelecimento e **fora** do estabelecimento; e
 - b) os **dados** do tomador de serviço:
 - 1 – quando **pessoa física**, o **nome**, o **endereço**, o **telefone**, a **inscrição municipal**, o **CPF** e a **CI** – Carteira de Identidade; e
 - 2 – quando **pessoa jurídica**, o **nome** ou a **razão social**, o **endereço**, o **telefone**, a **inscrição municipal** e o **CNPJ**.
 - c) o **objeto** e o **valor do contrato** de prestação de serviço, **seja** este **tácito** ou **escrito**;
 - d) o **motivo** ou a **finalidade** da entrada do bem **corpóreo** ou **incorpóreo vinculada**, potencialmente ou efetivamente, à **prestação de serviço** no estabelecimento; e
 - e) as **observações** e as **anotações** diversas.
- VI – **deverá** ser:
- a) **mantido** no estabelecimento;
 - b) **escriturado** no **momento** da entrada e a da saída de **bens vinculados**, potencialmente ou efetivamente, à **prestação de serviço** no estabelecimento; e
 - c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitado** pela Autoridade Fiscal.
- VII – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo Único. Considera-se bem **corpóreo** ou **incorpóreo** o que entrar **física** ou **juridicamente**, **formal** ou **informalmente**, no **estabelecimento**.

Subseção V

Livro de Registro de Prestação de Serviço

Art. 438. O Livro de Registro de **Prestação de Serviço**:

- I – é de **uso obrigatório** para os contribuintes que **tenham** por **objeto** a prestação de serviço sob forma de:
 - a) **sociedade** de profissional liberal; e
 - b) **pessoa jurídica**;
- II – é de **uso facultativo** para os contribuintes que **tenham** por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de trabalho pessoal do **próprio contribuinte**;
- III – é de **uso dispensado** para os **seguintes** contribuintes que **tenham** por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica:
 - a) repartições públicas;
 - b) autarquias;
 - c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
 - d) empresas públicas;
 - e) sociedades de economia mista;
 - f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;
 - g) registros públicos, cartórios e notariais;
 - h) cooperativas médicas; e
 - i) instituições financeiras;
- IV – **será impresso** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**; e
- V – destina-se a **registrar**:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- a) os **totais** de preços dos **serviços prestados, tomados e retidos, diariamente**, com os **números dos respectivos** Documentos Fiscais e Documentos Gerenciais;
- b) os totais de preços dos **serviços prestados, tomados e retidos, mensalmente**, com os **valores das respectivas** Receitas Tributáveis;
- c) os **valores dos impostos devidos** pelos **serviços prestados, tomados e retidos**, acompanhados pelas **respectivas alíquotas aplicáveis**;
- d) as datas de **pagamento do imposto**, com o nome do **respectivo banco**; e
- e) as **observações e as anotações** diversas;

VI – **deverá ser:**

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) **escriturado** no momento do **serviço prestado, tomado ou retido**;
- c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitado** pela Autoridade Fiscal;

VII – **terá o seu modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção VI

Livro de Registro de Serviço de Saúde

Art. 439. O Livro de Registro de **Serviço de Saúde** :

I – é de **uso obrigatório** para os seguintes contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN enquadrados:

a) da lista de serviços, que **prestam serviços** médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e outros serviços similares, congêneres e correlatos, tais como: eletroencefalograma, eletrocardiograma, eletrocauterização, radioscopia, fisioterapia, vacinação, biomedicina, quimioterapia, ressonância magnética, tomografia computadorizada, instrumentação cirúrgica, acupuntura, patologia, biologia e biotecnologia;

b) da lista de serviços, que **prestam serviços** de hospitais, de clínicas, de sanatórios, de laboratórios de análise, de ambulatórios, de pronto-socorros, de manicômios, de casas de saúde, de repouso e de recuperação e **outros serviços similares, congêneres e correlatos, tais como:** asilos e creches;

c) da lista de serviços, que **prestam serviços** de bancos de sangue, de leite, de pele, de olhos, de sêmen e outros serviços similares, congêneres e correlatos, tais como: bancos de óvulos, de órgãos e de materiais biológicos de qualquer espécie; e

d) da lista de serviços, que **prestam serviços** de enfermeiros, de obstetras, de ortópticos, de fonoaudiólogos, de protéticos (prótese dentária) e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: serviços farmacêuticos, **inclusive** de manipulação, nutrição, inseminação artificial, fertilização “in vitro”, bioquímica e química.

II – será **impresso** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) o nome, o endereço e o telefone do **tomador**;
- b) a data, o objeto e o **preço do serviço**;
- c) as **receitas decorrentes de fornecimento** de: enfermaria, quarto, apartamento, alimentação, medicamentos, injeções, curativos e demais materiais similares e mercadorias congêneres; e
- d) as observações e as anotações **diversas**.

IV – **deverá ser:**

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) **escriturado** no momento do **serviço prestado**; e
- c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção VII

Livro de Registro de Serviço Veterinário

Art. 440. O Livro de Registro de **Serviço Veterinário** :

I – é de **uso obrigatório** para os **seguintes contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN enquadrados:

a) da lista de serviços, que **prestam serviços médicos veterinários e outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: acupuntura, serviços farmacêuticos, inclusive de manipulação, nutrição, inseminação artificial, fertilização “in vitro”, patologia, zoologia, zootecnia, planos de atendimento e assistência médico-veterinária;

b) da lista de serviços, que **prestam serviços** de hospitais veterinários, clínicas veterinárias e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: quimioterapia, ressonância magnética, tomografia computadorizada, instrumentação cirúrgica, ambulatórios e prontos-socorros e laboratórios de análise na área veterinária, bancos de sangue e de órgãos, coleta de sangue, leite, tecidos, óvulos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie, planos de atendimento e assistência médico-veterinária;

c) da lista de serviços, que **prestam serviços** de guarda, de tratamento, de amestramento, de adestramento, de embelezamento, de alojamento **relativos** a animais e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: corte, apara, poda e penteado de pêlos, corte, apara e poda de unhas de patas, depilação, banhos, duchas e massagens;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**; e

III – destina-se a registrar:

a) o nome, o endereço e o telefone do **tomador**;

b) a data, o objeto e o preço do **serviço**;

c) as **receitas decorrentes de fornecimento** de: enfermaria, quarto, apartamento, alimentação, medicamentos, injeções, curativos e **demais materiais similares e mercadorias congêneres**; e

d) as observações e as anotações **diversas**.

IV – **deverá** ser:

a) **mantido** no estabelecimento;

b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e

c) exibido no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção VIII

Livro de Registro de Serviço de “Internet”

Art. 441. O Livro de Registro de **Serviço de “Internet”**:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **enquadrados** na lista de serviços, que **prestam serviços** de processamento de dados de qualquer natureza e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: acesso ao conteúdo e aos serviços disponíveis em redes de computadores, de dados e de informações, bem como suas interligações, provedores de acesso, “internet” e “intranet”, planejamento, confecção, hospedagem, manutenção e atualização de páginas eletrônicas e serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – **destina-se** a registrar:

- a) o nome, o endereço e o telefone do **tomador**;
- b) a data, o objeto e o preço do serviço;
- c) as **receitas decorrentes** de serviços de: acesso ao conteúdo e aos serviços disponíveis em redes de computadores, de dados e de informações, bem como suas interligações, provedores de acesso, “internet” e “intranet”, planejamento, confecção, hospedagem, manutenção e atualização de páginas eletrônicas e serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza; e
- d) as observações e as anotações **diversas**.

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**;
- c) exibido no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal;

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de Portaria pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção IX

Livro de Registro de Serviço de Ensino

Art. 442. O Livro de Registro de Serviço de Ensino:

I – é de **uso obrigatório** para todos os **seguintes contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN enquadrados :

- a) da lista de serviços, que **prestam serviços** de ginástica e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: atividades físicas e esportivas, artes marciais, dança e natação;
- b) da lista de serviços, que **prestam serviços** de ensino, de instrução, de treinamento, de avaliação de conhecimentos, de **qualquer grau ou natureza** e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: cursos livres, orientação pedagógica e educacional, maternal, primeiro, segundo e terceiro período, alfabetização, ensino fundamental, segundo e terceiro grau, pós-graduação, mestrado, doutorado, especial, técnico, profissional, de formação, especialização, extensão, pesquisa, religioso, artístico, esportivo, musical, militar, de idiomas, datilografia, estenografia, digitação, motorista, de defesa pessoal, de culinária, de artesanato e de trabalhos manuais;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) o nome e o endereço do **aluno**;
- b) o número e a data da **matrícula**;
- c) a série e o curso **ministrados**;
- d) a data de **baixa**, de **transferência** ou de **trancamento** de **matrícula**;
- e) as **mensalidades** e as **anuidades** pagas pelos alunos, **inclusive** as taxas de **inscrição**, de **baixa**, de **transferência** e de **trancamento** de **matrícula**; e
- f) as **receitas**, quando **incluídas** nas **matrículas**, nas **mensalidades** ou nas **anuidades, decorrentes de fornecimento** de:
 - 1 – uniformes e vestimentas escolares, de educação física e de práticas esportivas, artísticas, musicais e culturais de qualquer natureza;
 - 2 – material didático, pedagógico e escolar, inclusive livros, jornais e periódicos; e
 - 3 – merenda, lanche e alimentação.
- g) **outras receitas** oriundas de:
 - 1 – acréscimos contratuais: juros, multas e correção monetária;
 - 2 – cursos esportivos, artísticos, musicais, educacionais e culturais de qualquer natureza, ministrados, paralelamente, ao ensino regular, ou em períodos de férias;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

3 - transportes de alunos, incluindo, também, as excursões, os passeios e as demais atividades externas, quando prestados com veículos:

3.1 - de propriedade do estabelecimento de ensino, de instrução, de treinamento e de avaliação de conhecimentos, de qualquer natureza, bem como de estabelecimentos similares, congêneres e correlatos;

3.2 - arrendados pelo estabelecimento de ensino, de instrução, de treinamento e de avaliação de conhecimentos, de qualquer natureza, bem como por estabelecimentos similares, congêneres e correlatos;

4 - comissões auferidas por transportes de alunos, incluindo, também, as excursões, os passeios e as demais atividades externas, quando prestados com veículos de propriedade de terceiros;

5 - permanência de alunos em horários diferentes daqueles do ensino regular;

6 - ministração de aulas de recuperação;

7 - provas de recuperação, de segunda chamada e de outras similares, congêneres e correlatas;

8 - serviços de orientação vocacional ou profissional, bem como aplicação de testes psicológicos;

9 - serviços de datilografia, de digitação, de cópia ou de reprodução de papéis ou de documentos; e

10 - bolsas de estudo.

h) as observações e as anotações **diversas**;

IV - **deverá** ser:

a) **mantido** no estabelecimento;

b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e

c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V - **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção X

Livro de Registro de Administração de Consórcios e de Bens de Negócios de Terceiros

Art. 443. O Livro de **Registro de Administração de Consórcios e de Bens e de Negócios de Terceiros**:

I - é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, **enquadrados** na lista de serviços, que **prestam serviços** de administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios e outros **serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: administração de cartões de créditos, administração de planos de saúde e de previdência privada, administração de condomínios e administração de bens imóveis;

II - **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III - destina-se a registrar:

a) o nome, o endereço e o telefone do **tomador**;

b) a data de início, o objeto, o preço e a data de **término** do **serviço**; e

c) **as receitas** decorrentes de:

1 - taxa de filiação de estabelecimento;

2 - comissões recebidas dos estabelecimentos filiados;

3 - taxa de inscrição e de renovação, cobrada dos usuários;

4 - taxa de alterações contratuais;

5 - comissões, a qualquer título; e

6 - taxas de administração, de cadastro, de expediente e de elaboração ou de rescisão de contrato.

7 - honorários decorrentes de assessoria administrativa, contábil e jurídica e assistência a reuniões de condomínios;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

8 - acréscimos contratuais, juros e multas, e moratórios;

d) as observações e as anotações **diversas**;

IV - **deverá** ser:

a) **mantido** no estabelecimento;

b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e

c) **exibido** no prazo de até 10 (**dez**) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V - **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XI

Livro de Registro de Agenciamento, de Corretagem e de Intermediação

Art. 444. O Livro de **Registro de Agenciamento, de Corretagem e de Intermediação**:

I - é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, **enquadrados**:

a) da lista de serviços, que **prestam serviços** de agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**;

b) da lista de serviços, que **prestam serviços** de agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos de capitalização e de clubes;

c) da lista de serviços, que **prestam serviços** de agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: agenciamento, corretagem ou intermediação de marcas, de patentes e de "softwares";

d) da lista de serviços, que **prestam serviços** de agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia - "franchise" - e de faturação - "factoring" e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**; e

e) da lista de serviços, que **prestam serviços** de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis **não abrangidos** nos **itens 44, 45, 46, 47 e 48** e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: agenciamento, corretagem ou intermediação de veículos marítimos, aéreos, terrestres, fluviais e lacustres, de mercadorias, de objetos, de equipamentos, de máquinas, de motores, de obras de arte, de transportes e de cargas;

II - **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III - **destina-se** a registrar:

a) o objeto, bem como o seu valor, do agenciamento, da corretagem e da intermediação;

b) a percentagem e o valor da comissão contratada, inclusive sobre o "over-price";

c) o nome, o endereço e o telefone do **tomador**;

d) a data de início, o objeto, o preço e a data de término do serviço; e

e) **as receitas** decorrentes de:

1 - **taxa** de coordenação recebida pela **seguradora líder** de suas **congêneres**, pelos serviços a elas prestados de **liderança** em **co-seguro**;

2 - **comissão** de co-seguro recebida pela **seguradora líder** de suas **congêneres**, como **recuperação** da **despesa** de **aquisição**, consubstanciada na corretagem para o **corretor** e na **remuneração** dos **serviços** de gestão e de administração;

3 - **comissão** de resseguro recebida pela **seguradora** do IRB - Instituto de Resseguro do Brasil, como **recuperação** da **despesa** de **aquisição**, consubstanciada na corretagem para o **corretor** e na **remuneração** dos **serviços** de gestão e de administração, quando **efetua** o **resseguro** junto ao IRB - Instituto de Resseguro do Brasil;

4 - **comissão** de agenciamento e de **angariação** paga nas **operações com seguro**;



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

5 - participação contratual da agência, da filial ou da sucursal nos **lucros anuais** obtidos pela **respectiva representada**;

6 - **comissão** de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguros;

7 - **remuneração** sobre comissão relativa a **serviços prestados**;

8 - a **comissão** auferida por sócios ou dirigentes das **empresas** e dos **clubes**.

f) as observações e as anotações **diversas**;

IV - **deverá** ser:

a) **mantido** no estabelecimento;

b) escriturado no momento do **serviço prestado**;

c) **exibido** no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal;

V - **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XII

Livro de Registro de rádio e de Televisão

Art. 445. O Livro de Registro de Rádio e de Televisão:

I - é de **uso obrigatório** para os do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadrados:

a) da lista de serviços, que **prestam serviços** de espetáculos que **sejam também** transmitidos, **mediante compra** de **direitos** para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;

b) da lista de serviços, que **prestam serviços** de **venda** de **direitos** à transmissão, por rádio ou por televisão, de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, **com** ou **sem** a participação do espectador; e

c) da lista de serviços, produção, para terceiros, **mediante** ou **sem encomenda prévia**, de espetáculos, entrevistas e **congêneres**, bem como: produção e co-produção, para **terceiros**, **mediante** ou **sem encomenda prévia**, de evento, de "show", de "ballet", de dança, de desfile, de festividade, de baile, de teatro, de ópera, de concerto, de recital, de festival, de "réveillon", de folclore e de quermesse.

II - **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III - **destina-se** a registrar:

a) o nome, o endereço e o telefone do **vendedor** de **direitos** de **transmissão**, para o rádio e para a televisão, de espetáculos, de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, **com** ou **sem** a participação do espectador;

b) o nome, o endereço e o telefone do **comprador** de **direitos** de **transmissão**, para o rádio e para a televisão, de espetáculos, de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, **com** ou **sem** a participação do espectador;

c) o nome, o endereço e o telefone do **produtor**, do **co-produtor** de espetáculos, de entrevistas, de evento, de "show", de "ballet", de dança, de desfile, de festividade, de baile, de teatro, de ópera, de concerto, de recital, de festival, de "réveillon", de folclore e de quermesse;

d) o **valor pago** pela compra de direitos de transmissão;

e) o **valor cobrado** pela venda de direitos de transmissão;

f) o **valor pago** pela produção e pela co-produção de espetáculos, de entrevistas e de congêneres;

g) o **valor cobrado** pela produção e pela co-produção de espetáculos, de entrevistas e de congêneres; e

h) as observações e as anotações **diversas**.

IV - **deverá** ser:

a) **mantido** no estabelecimento;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- b) escriturado no momento do **serviço prestado**;
- c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal;
- V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XIII

Livro de Registro de Serviço de Beneficiamento

Art. 446. O Livro de Registro de Serviço de Beneficiamento:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **enquadrados** da lista de serviços, que **prestam serviços** de recondicionamento, de acondicionamento, de pintura, de beneficiamento, de lavagem, de secagem, de tingimento, de galvanoplastia, de anodização, de corte, de recorte, de polimento e de plastificação de **objetos não destinados** à industrialização ou comercialização e **outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como:

- a) recondicionamento, transformação, acondicionamento, embalajamento, enfardamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, descaroçamento, descascamento, tingimento, galvanoplastia, niquelação, zincagem, esmaltação, douração, cadmiagem, estanhagem, anodização, corte, recorte, polimento e plastificação de máquinas, de veículos, de aparelhos, de equipamentos e de elevadores, **não destinados** à industrialização ou à comercialização;
- b) transformação, embalajamento, enfardamento, descaroçamento, descascamento, niquelação, zincagem, esmaltação, douração, cadmiagem e estanhagem de objetos, **não destinados** à industrialização ou à comercialização; e
- c) funilaria, vidraçaria, carpintaria, marcenaria e serralheria, **não destinados** à industrialização ou à comercialização.

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) os dados do **tomador** de **serviço**:
 - 1 – quando **pessoa física**, o nome, o endereço, o telefone, a inscrição municipal, o CPF e a CI – Carteira de Identidade; e
 - 2 – quando **pessoa jurídica**, o nome ou a razão social, o endereço, o telefone, a inscrição municipal e o CNPJ.
- b) os dados da **prestação** de **serviço**:
 - 1 – a natureza do **serviço**; e
 - 2 – o valor **cobrado**.
- c) os dados do **objeto**:
 - 1 – o tipo e a característica; e
 - 2 – a destinação.
- d) as observações e as anotações diversas;

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e
- c) exibido no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.
- V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XIV

Livro de Registro de Serviço de Mão-de-Obra



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 447. O Livro de Registro de Serviço de Mão-de-Obra:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **enquadrados** na lista de serviços, que **prestam serviços** de recrutamento, de agenciamento, de seleção, de colocação ou de fornecimento de mão-de-obra, mesmo em **caráter temporário, inclusive por empregados** do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele **contratados e outros serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: arregimentação, abastecimento, provisão e locação de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele **contratados**;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) o nome, o endereço e o telefone do **tomador**;
- b) a data de início, o objeto, o preço e a data de **término do serviço**;
- c) **as receitas** decorrentes de:
 - 1 – **encargos** trabalhistas, **inclusive** salário e FGTS; e
 - 2 – **encargos** previdenciários e tributários.
- d) as observações e as anotações **diversas**;

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e
- c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XV

Livro de Registro de Propaganda e de Publicidade

Art. 448. O Livro de Registro de Propaganda e de Publicidade:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadrados:

a) da lista de serviços, que **prestam serviços** de propaganda e de publicidade, **inclusive promoção** de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos, demais materiais publicitários, do tipo: livros, jornais, revistas, periódicos, rádios, televisão e “internet”; e

b) da lista de serviços, que **prestam serviços** de veiculação e de divulgação de textos, de desenhos e de outros materiais de publicidade, por qualquer meio, **exceto** em jornais, em periódicos, em rádio e em televisão, do tipo: “internet”, livros, jornais, revistas e periódicos.

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) o nome, o endereço e o telefone do **tomador de serviço**;
- b) a **descrição** e o **valor** do serviço de propaganda e de publicidade, **inclusive** promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, prestado pelas empresas de livros, jornais, revistas, periódicos, rádios, televisão, “internet”, na rádiochamada ou no rádio “beep”; e

c) a **descrição** e o **valor** do serviço de veiculação e de divulgação de textos, de desenhos e de outros materiais de publicidade, prestado:

1 – **diretamente**, como parte integrante, na “Internet”, na rádiochamada ou no rádio “beep”; e

2 – em **separado**, e **não** como parte integrante, em livros, em jornais, em revistas e em periódicos.

- d) as observações e as anotações **diversas**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e
- c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela , Autoridade Fiscal.

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XVI

Livro de Registro de Administração financeira

Art. 449. O Livro de Registro de Administração Financeira:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, do tipo instituição financeira;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) a **relação** de **fundos** administrados pela **instituição financeira**, **destacando** a natureza do fundo e a **receita mensal auferida**;
- b) a **relação** de títulos quaisquer administrados pela **instituição financeira**, **destacando** a natureza dos títulos e a **receita mensal auferida**;
- c) a **relação** de contratos de franquia (“franchise”) e faturação (“factoring”) **administrados** pela instituição financeira, **destacando** a natureza dos contratos e a **receita mensal auferida**;
- d) a **relação** de contratos de “leasing” **captados** pela **instituição financeira**, **destacando** a natureza dos contratos e a **receita mensal auferida**; e
- e) as observações e as anotações **diversas**.

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e
- c) **exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XVII

Livro de Registro de Serviço de Hospedagem

Art. 450. O Livro de Registro de Serviço de Hospedagem:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **enquadrados** da lista de serviços, que **prestam serviços** de hospedagem em hotéis, pensões e outros **serviços similares, congêneres e correlatos**, tais como: “apart-service condominiais”, “flat”, “apart-hotéis”, “hotéis residência”, “residence-service”, “suíte-service”, “hotelaria terrestre, fluvial, lacustre e marítima”, pousadas, dormitórios, “campings” e quaisquer outras ocupações, por **temporada** ou **não**, com **fornecimento** de **serviço** de hospedagem e de hotelaria;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) o nome, o endereço e o telefone do **hóspede**;
- b) o número do quarto ou do apartamento ou da suíte que o **hóspede está ocupando**;
- c) a duração, bem como o **valor**, da hospedagem; e
- d) **as receitas** decorrentes de:
 - 1 – locação, guarda ou estacionamento de **veículos**;
 - 2 – lavagem ou passagem a ferro de peças de **vestuário**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 3 – serviços de barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele e **outros serviços** de salões de beleza;
 - 4 – banhos, duchas, saunas, massagens e **utilização** de aparelhos para ginástica;
 - 5 – **aluguel** de toalhas ou roupas;
 - 6 – **aluguel** de aparelhos de som, de rádio, de toca-fita, de televisão, de videocassete, de “compact-disc” ou de “digital video-disc”;
 - 7 – **aluguel** de salões para festas, congressos, exposições, cursos e outras atividades;
 - 8 – **cobrança** de telefonemas, telegramas, rádios, telex ou portes;
 - 9 – **aluguel** de cofres; e
 - 10 – **comissões oriundas** de atividades cambiais.
- e) as observações e as anotações **diversas**.

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e
- c) exibido no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V – **terá** o seu modelo **instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XVIII

Livro de Registro de Serviço de Pedágio

Art. 451. O Livro de Registro de Serviço de Pedágio :

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, **enquadrados** da lista de serviços, que **prestam serviços** de exploração de rodovia **mediante** cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e **outros definidos** em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em **normas oficiais**;

II – **será** impresso em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**;

III – **destina-se** a registrar:

- a) a **quantidade total** dos pedágios, diariamente, recebidos;
- b) o **valor total** dos pedágios, diariamente, recebidos; e
- c) as observações e as anotações **diversas**.

IV – **deverá** ser:

- a) **mantido** no estabelecimento;
- b) escriturado no momento do **serviço prestado**; e
- c) exibido no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando solicitado pela Autoridade Fiscal.

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção XIX

Autenticação de Livro Fiscais

Art. 452. Os Livros Fiscais **deverão ser autenticados** pela Repartição Fiscal competente, **antes** de sua utilização.

Art. 453. A autenticação de Livro Fiscal **será** feita:

- I – **mediante** sua **apresentação**, à Repartição Fiscal competente, acompanhado:
 - a) da **Ficha** de Inscrição no Cadastro Mobiliário;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) do **Livro Fiscal** anterior, devidamente, encerrado; e
c) dos **comprovantes de pagamentos**, dos últimos 5 (cinco) anos:
1 - do **Imposto sobre** a Propriedade Predial e Territorial Urbana - **IPTU**;
2 - do **Imposto Sobre** Serviços de Qualquer Natureza - **ISSQN**; e
3 - das **Taxas** em **razão** do **exercício** do **poder** de **polícia** e pela utilização **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição.

II - na **primeira página**, identificada por uma numeração seqüencial composta de 7 (**sete**) dígitos - **xxxxxx-xx** - com os 2 (**dois**) últimos representando o **ano**, chamada Autenticação de Livro Fiscal;

Parágrafo Único. O Livro Fiscal **será** considerado, devidamente, encerrado, **quando todas** as suas páginas **tiverem sido**, completamente, utilizadas e o contribuinte, ou o seu representante legal, **lavrando e assinar**, corretamente, o **termo de encerramento**.

Subseção XX

Escrituração de Livro Fiscal

Art. 454. O Livro Fiscal deve **ser escriturado**:

I - **inicialmente**, com o contribuinte, ou o seu representante legal, **lavrando e assinando**, na **primeira página**, o termo de abertura;
II - à **tinta**;
III - **com** clareza e com exatidão;
IV - **sem** emendas, sem borrões e sem rasuras;
V - **sem** páginas, sem linhas e sem espaços em branco;
VI - em **rigorosa** ordem cronológica, registrando os **objetos** de sua destinação; e
VII - **finalmente**, com o contribuinte, ou o seu representante legal, **lavrando e assinando**, na **última página**, o termo de encerramento.

Parágrafo Único. Quando **ocorrer a existência** de emendas, de borrões e de rasuras, as **retificações** **serão** esclarecidas na coluna "Observações e Anotações Diversas".

Subseção XXI

Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal

Art. 455. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá** autorizar, de **ofício** ou a **requerimento** do interessado, **Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal**.

Art.456. O Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal **compreende a escrituração** de Livro Fiscal **por processo**:

I - mecanizado;
II - de computação eletrônica de dados;
III - simultâneo de ICMS e de ISSQN;
IV - concedido por outro órgão ou pelo fisco de outro Município;
V - solicitado pelo interessado; e
VI - indicado pela Autoridade Fiscal.

Art. 457. O **pedido de concessão** de Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal **será** apresentado pelo contribuinte, à Repartição Fiscal competente, **acompanhado**:

I - da **Ficha** de Inscrição no Cadastro Mobiliário;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- II – do **Livro Fiscal** anterior, devidamente, encerrado;
- III – dos comprovantes de pagamentos, dos **últimos 5 (cinco)** anos:
 - a) do **Imposto sobre** a Propriedade Predial e Territorial Urbana – **IPTU**;
 - b) do **Imposto Sobre** Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN**; e
 - c) das **Taxas** em **razão** do **exercício** do **poder** de **polícia** e pela utilização **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição;
- IV – **com** o “fac simile” dos modelos, dos **processos** e dos **sistemas** pretendidos, **bem como** a descrição, circunstanciada e pormenorizada, de sua utilização.
- V – no caso específico do **processo** simultâneo de ICMS e de ISSQN:
 - a) **cópia** do **despacho** da autorização estadual, **atestando** que o modelo **satisfaz** às exigências da legislação respectiva;
 - b) modelo do Livro Fiscal **adaptado** e **autorizado** pelo Fisco Estadual; e
 - c) razões que **levaram** o contribuinte a formular o pedido.

Art. 458. O responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá**, a seu critério e a qualquer tempo, de **ofício** ou a **requerimento** do interessado, suspender, modificar ou cancelar a **autorização** do Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal.

Subseção XXII

Extravio e Inutilização de Livro Fiscal

Art.459. O extravio ou a inutilização de Livros Fiscais **devem** ser **comunicados, por escrito**, à Repartição Fiscal competente, no **prazo máximo** de até **10 (dez)** dias, contados da data da ocorrência.

§ 1º. A comunicação **deverá**:

- I – **mencionar** as circunstâncias de fato;
- II – **esclarecer** se houve ou não registro policial;
- III – **identificar** os Livros Fiscais que **foram** extraviados ou inutilizados;
- IV – **informar** a existência de **débito fiscal**;
- V – **dizer** da possibilidade de **reconstituição** da **escrita**, que **deverá** ser efetuada no prazo máximo de até **60 (sessenta)** dias, **contados** da data da ocorrência, sob pena de **arbitramento** por parte da Autoridade Fiscal; e
- VI – **publicar edital sobre** o fato, em jornal oficial ou no de maior circulação do Município.

§ 2º. A **autenticação** de novos Livros Fiscais **fica condicionada** ao cumprimento das **exigências** estabelecidas.

Subseção XXIII

Disposições Finais

Art. 460. Os Livros Fiscais:

- I – **deverão** ser conservados, no **próprio estabelecimento** do prestador de serviço, pelo **prazo** de **10 (dez)** anos, contados da **data** da **escrituração** do último lançamento;
- II – **ficarão**, no **próprio estabelecimento** do prestador de serviço, à **disposição** da Autoridade Fiscal;
- III – apenas **poderão** ser **retirados**, do próprio estabelecimento do prestador de serviço, para **atender** à requisição da justiça ou da Autoridade Fiscal;
- IV – são de **exibição obrigatória** à Autoridade Fiscal; e
- V – para prestadores de serviço **com mais** de um estabelecimento, **deverão** ser escriturados, em separado, individualmente, de **forma distinta, para cada** um dos estabelecimentos.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 461. O regime constitucional da **imunidade tributária** e a **benesse municipal** da isenção fiscal **não dispensam** a autenticação, o uso, a escrituração, a exibição e a conservação de **Livros Fiscais**.

Seção III Notas Fiscais Subseção I Disposições Gerais

Art. 462. As Notas Fiscais:

I – são de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de:

- a) **sociedade** de profissional liberal;
- b) **pessoa** jurídica;

II – são de **uso facultativo** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do **próprio contribuinte**;

III – são de **uso dispensado** para os seguintes **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de **pessoa jurídica**:

- a) repartições públicas;
- b) autarquias;
- c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- d) empresas públicas;
- e) sociedades de economia mista;
- f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;
- g) registros públicos, cartorários e notariais;
- h) cooperativas médicas; e
- i) instituições financeiras.

IV – **serão impressas** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**, de 000001 a 999999, enfaixadas em **blocos uniformes** de cinquenta jogos;

V – **atingindo** o número de 999.999, a numeração **deverá** ser reiniciada, acrescentando a **letra “R”** depois da identificação da **série**;

VI – **conterão**:

- a) a **denominação** “Nota Fiscal de Serviço”, **seguida** da espécie;
- b) o **número** de ordem, o **número** de vias e a **destinação** de cada via;
- c) a **natureza** dos serviços;
- d) o nome, o endereço, a Inscrição Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **prestador de serviço**;
- e) o nome, o endereço, a Inscrição Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **tomador de serviço**;
- f) a **discriminação** das unidades e das quantidades;
- g) a **discriminação** dos serviços prestados;
- h) os **valores unitários** e os respectivos **valores totais**;
- i) o nome, o endereço, a Inscrição Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **responsável** pela **impressão** da Nota Fiscal;
- j) a **data** e a **quantidade** de impressão;
- k) o número de ordem da **primeira** e da **última** nota impressa;
- l) o número e a data da Autorização para Impressão de Nota Fiscal; e
- m) a **data** da emissão;

VII – serão **exibidas** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

VIII – **terão** os seus **modelos instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Subseção II

Autorização para Impressão de Nota Fiscal

Art. 463. As Notas Fiscais **deverão** ser **autorizadas** pela Repartição Fiscal competente, **antes** de sua impressão, confecção e utilização.

Parágrafo Único. Somente após **prévia autorização** da Repartição Fiscal competente, é que:

- I – os estabelecimentos prestadores de serviço **poderão solicitar** a impressão e a confecção de Notas Fiscais, para os **estabelecimentos gráficos**;
- II – os estabelecimentos gráficos **poderão imprimir** e **confeccionar** Notas Fiscais, para os estabelecimentos **prestadores de serviço**; e
- III – os estabelecimentos **prestadores de serviço** **poderão utilizar** Notas Fiscais, para os estabelecimentos **tomadores de serviço**.

Art. 464. A Autorização para Impressão de Nota Fiscal **será concedida** por solicitação do contribuinte, **através** do preenchimento e da entrega, na Repartição Fiscal competente, da **Solicitação de Autorização** para **Impressão de Nota Fiscal**.

Art. 465. A **Solicitação de Autorização** para Impressão de Nota Fiscal:

- I – **conterá** as seguintes indicações:
 - a) a **denominação** “Solicitação de Autorização para Impressão de Nota Fiscal”;
 - b) o **nome** e o **número** da **Inscrição** Cadastral Mobiliária do estabelecimento prestador de serviço que **utilizará** a Nota Fiscal;
 - c) o **nome** e o **número** da **Inscrição** Cadastral Mobiliária do **estabelecimento gráfico** que imprimirá e confeccionará a **Nota Fiscal**;
 - d) o **tipo**, a **série**, a **numeração inicial** e a **numeração final** da **Nota Fiscal** solicitada;
 - e) a **data** da solicitação; e
 - f) a **assinatura** do responsável, ou do seu **representante legal**, pelo estabelecimento **prestador de serviço**.
- II – **deverá** estar acompanhada:
 - a) da **Ficha de Inscrição** no Cadastro Mobiliário;
 - b) da **cópia da última** **Nota Fiscal** emitida; e
 - c) dos **comprovantes de pagamentos**, dos últimos 5 (**cinco**) anos:
 - 1– do **Imposto sobre** a Propriedade Predial e Territorial Urbana – **IPTU**;
 - 2– do **Imposto Sobre Serviços** de Qualquer Natureza – **ISSQN**;
 - 3– das **Taxas** em **razão** do **exercício** do **poder** de **polícia** e pela utilização **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição.
- III – **será** preenchida em 2 (**duas**) vias, com as seguintes **destinações**:
 - a) a **primeira via** para a **Repartição Fiscal** competente;
 - b) a **segunda via** para o estabelecimento **prestador de serviço** que está solicitando a **Nota Fiscal**;
- IV – **será** exibida no prazo de até 10 (**dez**) dias, contados da data de **lavratura** do **Termo de Intimação**, quando solicitada pela **Autoridade Fiscal**; e
- V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **pelo responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 466. A **Autorização para Impressão de Nota Fiscal**:

- I – **será concedida** mediante a observância dos **seguintes critérios**:
 - a) para solicitação inicial, **será** autorizada a impressão de, no **máximo**, 02 (**dois**) talonários; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) para as demais solicitações, **será** autorizada a impressão, com base na **média mensal** de emissão, de quantidade necessária e suficiente para **suprir** a demanda do prestador de serviço por **um período** de, no **máximo, 12 (doze)** meses.

II – **conterá** as seguintes indicações:

a) a **denominação** Autorização para Impressão de Nota Fiscal;
b) a **data** da solicitação;
c) a **data** e o **número** da Autorização para Impressão de Nota Fiscal, **este último** identificado por uma **numeração seqüencial** composta de **7 (sete)** dígitos – **xxxxx-xx** – com os **2 (dois)** últimos representando o **ano**;

d) o **nome**, o **endereço**, o **número** da **Inscrição** Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **estabelecimento** prestador de serviço que **utilizará** a Nota Fiscal solicitada;

e) o **nome**, o **endereço**, o **número** da **Inscrição** Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **estabelecimento** prestador que **imprimirá** e **confeccionará** a Nota Fiscal solicitada;

f) o **tipo**, a **série**, a **numeração inicial** e a **numeração final** da Nota Fiscal autorizada;

g) o **nome**, a **matrícula** e a **assinatura** do funcionário responsável pela **Autorização** para Impressão de Nota Fiscal;

h) a **data** da **entrega** da Autorização para Impressão de Nota Fiscal;

i) o **nome**, a **matrícula** e a **assinatura** do funcionário responsável pela **entrega** da Autorização para Impressão de Nota Fiscal; e

j) o **nome**, o **número** da CI – Carteira de identidade e a **assinatura** da pessoa responsável pelo seu **recebimento** da Autorização para Impressão de Nota Fiscal.

III – **será** emitida em **3 (três)** vias, com as seguintes destinações:

a) a **primeira via** para a Repartição Fiscal competente;

b) a **segunda via** para o estabelecimento prestador de serviço que utilizará a Nota Fiscal; e

c) a **terceira via** para o estabelecimento gráfico que imprimirá e confeccionará a Nota Fiscal;

IV – **poderá** ser suspensão, modificada ou cancelada, pelo **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal, a seu **critério** e a **qualquer tempo**, de **ofício** ou a requerimento do interessado.

Subseção III

Emissão de Nota Fiscal

Art. 467. A Nota Fiscal deve ser emitida:

I – **sempre** que o prestador de serviço:

a) **prestar** serviço;

b) **receber adiantamento** ou **sinal** de serviços a ser prestado;

II – na **ordem numérica crescente**, **não** se admitindo o uso bloco novo **sem** que se tenha esgotado o bloco de numeração **imediatamente anterior**;

III – por **decalque** ou por **carbono**;

IV – de **forma** manuscrita;

V – a **tinta**;

VI – com **clareza** e com **exatidão**;

VII – **sem** emendas, **sem** borrões e **sem** rasuras;

Parágrafo Único. Quando **ocorrer** a existência de **emendas**, de **borrões**, de **rasuras** e de **incorrekções**, a Nota Fiscal será:

I – **cancelada**:

a) sendo **conservada** no bloco, com **todas** as suas vias;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- b) contendo a **exposição** de motivo que determinou o **cancelamento**;
II – **substituída** e retificada por uma outra **Nota Fiscal**.

Subseção IV

Nota Fiscal de Serviço – Série A

Art. 468. A Nota Fiscal de Serviços – **Série A**:

- I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de:
- a) **sociedade** de profissional liberal; e
 - b) **pessoa jurídica, desde que diferentes** de:
 - 1 – repartições públicas;
 - 2 – autarquias;
 - 3 – fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
 - 4 – empresas públicas;
 - 5 – sociedades de economia mista;
 - 6 – delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;
 - 7 – registros públicos, cartorários e notariais;
 - 8 – cooperativas médicas; e
 - 9 – instituições financeiras.
- II – não **será** inferior a 115 mm x 170 mm;
- III – **será** emitida em 3 (**três**) vias, com as seguintes destinações:
- a) a **primeira via** para o tomador de serviço;
 - b) a **segunda via** para o prestador de serviço; e
 - c) a **terceira via**, presa ao bloco, **será** conservada, pelo prestador de serviço, para **exibição** à Autoridade Fiscal.

Subseção V

Nota Fiscal de Serviço – Série B

Art. 469. A Nota Fiscal de Serviços – **Série B**:

- I – é de **uso facultativo**, em **substituição** à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **operando, simultaneamente**, com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços;
- II – não **será** inferior a 115 mm x 170 mm;
- III – **será** emitida em 3 (**três**) vias, com as seguintes destinações:
- a) a **primeira via**, para o tomador de serviço;
 - b) a **segunda via**, para o prestador de serviço; e
 - c) a **terceira via**, presa ao bloco, **será** conservada, pelo prestador de serviço, para **exibição** à Autoridade Fiscal.

Subseção VI

Nota Fiscal de Serviço – Série C

Art. 470. A Nota Fiscal de Serviços – **Série C**:

- I – é de **uso obrigatório**, em **substituição** à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob **forma** de pessoa jurídica, **enquadrados** na lista de serviços, que **prestam serviços** de **guarda e estacionamento** de veículos automotores terrestres;
- II – não **será** inferior a 80 mm x 50 mm;
- III – **será** emitida em 2 (**duas**) vias, com as seguintes destinações:



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

a) a **primeira via**, para o tomador de serviço; e
b) a **segunda via**, presa ao bloco, será conservada, pelo prestador de serviço, para exibição à Autoridade Fiscal;

IV – além das indicações estabelecidas, **deverá**, ainda, **conter** impressas as **expressões**:

- a) **preço-hora**, **horário** de **entrada** e de **saída** do veículo; e
- b) **placa** do veículo.

Subseção VII
Nota Fiscal de Serviço – Série D

Art. 471. A Nota Fiscal de Serviços – Série D:

I – é de **uso facultativo**, em substituição à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **enquadrados** :

- a) da lista de serviços e que **prestam serviços** de: abreugrafia, radiografia, tomografia, eletroencefalograma, eletrocardiograma, eletrocauterização, radioscopia e ressonância magnética;
- b) da lista de serviços e que **prestam serviços** de: guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e **congêneres**, relativos a animais, **bem como** serviços de corte, de apara, de poda e de penteado de pêlos, de corte, de apara e de poda de unhas de patas, **inclusive** depilação, banhos, duchas e massagens em animais;
- c) da lista de serviços e, que **prestam serviços** de: barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres, bem como serviços de cuidados pessoais e estéticos;
- d) da lista de serviços e que **prestam serviços** de: banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e **congêneres**, bem como **serviços** de centros de emagrecimento, de “spa”, de atividades físicas e esportivas, de artes marciais, de dança e de natação;
- e) da lista de serviços e que **prestam serviços** de: desinfecção, imunização, higienização, desratização e **congêneres**, bem como dedetização e desinsetização
- f) da lista de serviços e que **prestam serviços** de despachantes, bem como desembaraçadores e despachantes aduaneiros, despachantes estaduais e comissários de despachos;
- g) da lista de serviços e que **prestam serviços** de fotografia, **inclusive** revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem, retocagem, coloração e montagem;
- h) da lista de serviços e que **prestam serviços** de colocação de tapetes e cortinas, bem como **colocação** de carpetes, de pisos, de assoalhos, de revestimentos de paredes, de divisórias, de vidros, de forros e de placas de gesso, com material fornecido pelo **usuário final** do serviço;
- i) da lista de serviços e que **prestam serviços** de alinhamento, lubrificação, limpeza, balanceamento e lavagem de veículos;
- j) da lista de serviços e que **prestam serviços** de borracharia, recauchutagem, regeneração, conserto, reparação, restauração, reconstrução, recuperação, estabelecimento, renovação, manutenção, conservação, raspagem e vulcanização de pneus para o **usuário final**;
- k) da lista de serviços e que **prestam serviços** de lustração de bens móveis, bem como lustração, empastamento, engraxamento, enceramento, e envernizamento de máquinas, de veículos, de aparelhos, de equipamentos, de elevadores e de quaisquer outros objetos, **inclusive** empastamento, engraxamento, enceramento e envernizamento de móveis, quando o serviço for prestado para **usuário final**;
- l) da lista de serviços e que **prestam serviços** de colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e **congêneres**, bem como **colocação** de molduras em quadros, em papéis, em retratos, em “posters” e em **quaisquer** outros objetos, **inclusive** encadernação, gravação e douração de papéis, de documentos, de plantas, de desenhos, de jornais, de periódicos e de quaisquer outros **objetos**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- m) da lista de serviços e que **prestam serviços** de locadores de cartuchos, de disco, de fita cassete, de “CD – compact disc”, de “CD Room” e de “DVD – digital video disc”;
 - n) da lista de serviços e que **prestam serviços** de alfaiataria e costura, quando o **material for fornecido** pelo **usuário final**, **exceto** aviamento, bem como tapeçaria, estofamento, bordado e tricô; e
 - o) da lista de serviços e que **prestam serviços** de tinturaria, lavanderia e tingimento de roupas;
- II – não **será** inferior a 80 mm x 90 mm;
 - III – será **emitida** em **2** (duas) vias, com as seguintes destinações:
 - a) a **primeira via** para o tomador de serviço;
 - b) a **segunda via**, presa ao bloco, **será** conservada, pelo prestador de serviço, para **exibição** à Autoridade Fiscal.

Subseção VIII

Nota Fiscal de Serviço – Série E

Art. 472. A Nota Fiscal de Serviços – Série E:

- I – é de **uso obrigatório**, em **substituição** à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **enquadrados** na lista de serviços e que **prestam serviços** de hospedagem em hotéis e congêneres;
- II – não **será** inferior a 50 mm x 80 mm;
- III – será **emitida** em **2** (duas) vias, com as seguintes destinações:
 - a) a primeira via, para controlar a entrada, presa ao bloco, **será retida** e conservada, pelo **prestador de serviço**, para **exibição** à Autoridade Fiscal; e
 - b) a **segunda via**, para controlar a saída e o caixa, presa ao bloco, **será retida** e conservada, pelo **prestador de serviço**, para **exibição** à Autoridade Fiscal.
- IV – além das indicações estabelecidas, **deverá**, ainda, **conter** impressas as expressões:
 - a) **hora da entrada**, impressa por relógio próprio do **prestador de serviço**, no **ato** da entrada do **tomador de serviço**;
 - b) número do quarto ou do apartamento, **preenchido** no **ato** da entrada do **tomador de serviço**;
 - c) **preço unitário** do serviço, preenchido no **ato** da entrada do **tomador de serviço**; e
 - d) **hora da saída**, impressa por relógio próprio do **prestador de serviço**, no **ato** da saída do **tomador de serviço**.

Parágrafo Único. Quando o **tomador de serviço** solicitar Nota Fiscal, o prestador de serviço **emitirá** Nota Fiscal de Serviço – Série D, fazendo **constar o número** da Nota Fiscal de Serviços – Série E, de **origem**.

Subseção IX

Nota Fiscal de Serviço – Série Fatura

Art. 473. A Nota Fiscal de Serviços – Série Fatura:

- I – é de **uso facultativo**, em **substituição** à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de:
 - a) **sociedade** de profissional liberal; e
 - b) pessoa jurídica, **desde** que **diferentes** de:
 - 1 – **repartições** públicas;
 - 2 – autarquias;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 3 – fundações instituídas e **mantidas** pelo poder público;
 - 4 – **empresas** públicas;
 - 5 – **sociedades** de economia mista;
 - 6 – delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de **serviços públicos**;
 - 7 – **registros** públicos, cartorários e notariais;
 - 8 – **cooperativas** médicas; e
 - 9 – **instituições** financeiras.
- II – não **será** inferior a 115 mm x 170 mm;
- III – será **emitida** em **3 (três)** vias, com as seguintes destinações:
- a) a **primeira via**, para o tomador de serviço;
 - b) a **segunda via**, para o prestador de serviço; e
 - c) a **terceira via**, presa ao bloco, será conservada, pelo prestador de serviço, para exibição à Autoridade Fiscal.
- IV – feita a **inclusão** dos elementos necessários, **poderá** servir como **fatura**.

Subseção X

Nota Fiscal de Serviço – Série Ingresso

Art. 474. A Nota Fiscal de Serviços – **Série Ingresso**:

- I – é de **uso facultativo**, em **substituição** à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **enquadrados** na lista de serviços e que **prestam** serviços de diversões públicas;
- II – não **será** inferior a 80 mm x 50 mm;
- III – será **emitida** em **2 (duas)** vias, com as seguintes destinações:
- a) a **primeira via** para o tomador de serviço;
 - b) a **segunda via**, presa ao bloco, será conservada, pelo prestador de serviço, para exibição à Autoridade Fiscal;
- IV – feita a **inclusão** dos elementos necessários, **poderá** servir como **ingresso**.

Subseção XI

Nota Fiscal de Serviço – série Cupom

Art. 475. A Nota Fiscal de Serviços – **Série Cupom**:

- I – é de **uso facultativo**, em **substituição** à Nota Fiscal de Serviços – Série A, para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **desde** que diferentes de:
- a) **repartições** públicas;
 - b) autarquias;
 - c) fundações instituídas e **mantidas** pelo poder público;
 - d) **empresas** públicas;
 - e) **sociedades** de economia mista;
 - f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de **serviços públicos**;
 - g) **registros** públicos, cartorários e notariais;
 - h) **cooperativas** médicas; e
 - o) **instituições** financeiras.
- II – não **será** inferior a 50 mm x 80 mm;
- III – será **emitida** em **2 (duas)** vias, com as seguintes destinações:
- a) a **primeira via** para o tomador de serviço; e
 - b) a **segunda via**, impressa em fita-detelhe com **totalizador** diário, **será** conservada, em bobina fixa, pelo **prestador de serviço**, para **exibição** à Autoridade Fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

IV – **entregue** ao tomador de serviço, no **ato** do recebimento pelos **serviços prestados**, **conterá** as seguintes **indicações** impressas mecanicamente:

- a) o **nome**, o **endereço**, a **Inscrição Cadastral** Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do **prestador de serviço**;
- b) o **dia**, o **mês** e o **ano da emissão**;
- c) o **número seqüencial** de cada operação, em **rigorosa** ordem cronológica;
- d) o **valor total** da operação; e
- e) o **número de ordem** da Máquina Registradora;

V – feita a **inclusão** dos elementos necessários, **poderá** servir como **cupom**.

§ 1º. O prestador de serviço **deverá** possuir Nota Fiscal de Serviço – Série D, para **uso eventual**, no caso da Máquina Registradora **apresentar qualquer defeito**.

§ 2º. A Máquina Registradora **não pode** ter teclas ou dispositivos que **impeçam** a **emissão** da Nota Fiscal de Serviços – Série Cupom ou que **impossibilitem** a operação de **somar**, devendo **todas** as operações **ser** acumuladas no **totalizador-geral**.

§ 3º. O **contribuinte** que mantiver em funcionamento Máquina Registradora, em **desacordo** com as disposições estabelecidas, **terá** a **base de cálculo** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **arbitrada** durante o período de **funcionamento irregular**.

Subseção XII

Nota Fiscal de Serviço – Série Avulsa

Art. 476. A Nota Fiscal de Serviços – Série Avulsa:

- I – é de **uso facultativo**, para os **contribuintes**:
 - a) **inscritos** no Cadastro Mobiliário e que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de trabalho pessoal do **próprio contribuinte**; e
 - b) não inscritos no Cadastro Mobiliário.
- II – **terá** como dimensão: 115 mm x 170 mm;
- III – será **emitida**, pela Autoridade Fiscal, em **2 (duas)** vias, com as seguintes destinações:
 - a) a **primeira via**, entregue ao prestador de serviço, para o tomador de serviço; e
 - b) a **segunda via**, presa ao bloco, será conservada na Repartição Fiscal competente.
- IV – através de solicitação, **será** entregue ao **prestador de serviço**, mediante o **pagamento** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **devido** pela prestação de serviço.

Subseção XIII

Regime Especial de Emissão de Nota Fiscal

Art. 477. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá** autorizar, de **ofício** ou a **requerimento** do **interessado**, Regime Especial de Emissão de Nota Fiscal.

Art. 478. O Regime Especial de Emissão de Nota Fiscal **compreende** a **emissão** de Nota Fiscal **por processo**:

- I – **mecanizado**;
- II – de **formulário** contínuo;
- III – de **computação** eletrônica de dados;
- IV – **simultâneo** de ICMS e de ISSQN;
- V – **concedido** por **outro órgão** ou pelo **fisco** de **outro Município**;
- VI – **solicitado** pelo interessado; e
- VII – **indicado** pela Autoridade Fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 479. O pedido de **concessão** de Regime Especial de Emissão de Nota Fiscal **será** apresentado pelo **contribuinte**, à Repartição Fiscal competente, acompanhado:

- I – da **Ficha de Inscrição** no Cadastro Mobiliário;
- II – dos **comprovantes** de **pagamentos**, dos últimos **5 (cinco)** anos:
 - a) do **Imposto sobre** a Propriedade Predial e Territorial Urbana – **IPTU**;
 - b) do **Imposto Sobre** Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN**;
 - c) das **Taxas** em razão do **exercício** do **poder** de **polícia** e pela utilização **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos **específicos** e **divisíveis**, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição;
- III – com o “fac simile” dos **modelos**, dos **processos** e dos **sistemas** pretendidos, bem como a descrição, circunstanciada e pormenorizada, de sua **utilização**.
- IV – no caso específico do **processo simultâneo** de ICMS e de ISSQN:
 - a) **cópia** do **despacho** da autorização estadual, **atestando** que o modelo **satisfaz** às exigências da **legislação respectiva**;
 - b) **modelo** do Livro Fiscal **adaptado** e **autorizado** pelo Fisco Estadual;
 - c) **razões** que levaram o **contribuinte** a formular o pedido.

Art. 480. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá**, a seu **critério** e a qualquer tempo, de **ofício** ou a **requerimento** do interessado, suspender, modificar ou cancelar a **autorização** do Regime Especial de Emissão de Nota Fiscal.

Subseção XIV

Extravio e Inutilização de Nota Fiscal

Art. 481. O **extravio** ou a **inutilização** de Notas Fiscais **devem** ser comunicados, **por escrito**, à Repartição Fiscal competente, no **prazo máximo** de até **10 (dez)** dias, contados da data da **ocorrência**.

§ 1º. A comunicação **deverá**:

- I – **mencionar** as circunstâncias do fato;
- II – **esclarecer** se houve ou não **registro policial**;
- III – **identificar** as Notas Fiscais que **foram** extraviciadas ou inutilizadas;
- IV – **informar** a existência de **débito fiscal**;
- V – **dizer** da possibilidade de **reconstituição** da **escrita**, que **deverá** ser efetuada no **prazo máximo** de até **60 (sessenta)** dias, contados da data da **ocorrência**, sob pena de **arbitramento** por parte da Autoridade Fiscal; e
- VI – **publicar edital** sobre o fato, em jornal oficial ou no de maior **circulação** do Município.

§ 2º. A **autorização** de novas Notas Fiscais **fica condicionada** ao cumprimento das **exigências** estabelecidas.

Subseção XV

Disposições Finais

Art. 482. As Notas Fiscais:

- I – deverão ser **conservadas**, no **próprio estabelecimento** do prestador de serviço, pelo **prazo** de **10 (dez)** anos, contados da **data da emissão**;
- II – **ficarão**, no **próprio estabelecimento** do **prestador de serviço**, à **disposição** da Autoridade Fiscal;
- III – apenas **poderão** ser **retiradas**, do **próprio estabelecimento** do **prestador de serviço**, para **atender à requisição** da justiça ou da Autoridade Fiscal;
- IV – são de **exibição obrigatória** à Autoridade Fiscal; e
- V – para **prestadores** de serviço **com mais** de um estabelecimento, **deverão** ser **emitidas** em separado, individualmente, de forma distinta, para **cada um dos estabelecimentos**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 483. Em relação aos **modelos** de Notas Fiscais, desde que **não** contrariem as **normas** estabelecidas, é **facultado** ao contribuinte:

- I – **aumentar** o número de vias; e
- II – **incluir** outras indicações.

Art. 484. Os contribuintes **obrigados** à emissão de Notas Fiscais **deverão manter**, em local **visível** e de acesso ao **público**, junto ao **setor** de **recebimento** ou **onde** o fisco vier a **indicar**, mensagem com o seguinte teor: “**Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal – Qualquer Reclamação, Ligue para a Fiscalização – Telefone: xxxx-xxxx**”.

Parágrafo Único. A mensagem **será inscrita** em placa ou em painel de **dimensões não inferiores** a 25 cm x 40 cm.

Art. 485. O regime constitucional da **imunidade tributária** e a benesse municipal da **isenção** fiscal **não dispensam** o uso, a emissão e a escrituração de **Notas Fiscais**.

Parágrafo Único. Quando a prestação de serviço estiver alcançada pelo regime constitucional da imunidade tributária e pela benesse municipal da isenção fiscal, essa circunstância, bem como os dispositivos legais pertinentes, deverão ser mencionadas na Nota Fiscal.

Art. 486. O **prazo** para utilização de Nota Fiscal fica fixado em **12 (doze)** meses, contados da data de **expedição** da Autorização para Impressão de Nota Fiscal, **sendo que** o estabelecimento gráfico **fará imprimir** no **cabeçalho**, em **destaque**, logo após a **denominação da Nota Fiscal** e, também, o **número** e a **data** da **Autorização** para Impressão de Nota Fiscal, constantes de forma impressa, a **data limite** para seu **uso**, com **inserção** da seguinte expressão: “**válida para uso até...** (doze meses após a data da Autorização para Impressão de Nota Fiscal)”.

Art. 487. Esgotado o **prazo** de **validade**, as Notas Fiscais, ainda não utilizadas, **serão canceladas** pelo próprio contribuinte.

Art. 488. As Notas Fiscais **canceladas**, por prazo de validade vencido, **deverão** ser conservadas no bloco, **com todas** as suas vias, fazendo **constar** no Livro de Registro e de Utilização de Documento Fiscal e Termo de Ocorrência, na coluna “Observações e as Anotações Diversas”, os **registros** referentes ao cancelamento.

Art. 489. A Nota Fiscal **será** considerada **inidônea**, independentemente de **formalidades** e de **atos administrativos** da FPM – Fazenda Pública Municipal, fazendo prova, apenas, a favor do Fisco, quando:

- I – for **emitida após** o seu prazo de validade; e
- II – não **atender** e nem **obedecer** às normas estabelecidas.

Seção IV

Declarações Fiscais

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 490. As **Declarações Fiscais**:

- I – **terá** como dimensão: 115 mm x 170 mm;
- II – serão **extraídas** em **2 (duas)** vias, com as seguintes destinações:
 - a) a **primeira via**, entregue para a Prefeitura;
 - b) a **segunda via**, conservada pelo **prestador de serviço**, em **ordem cronológica**, para **exibição** à Autoridade Fiscal;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – serão **exibidas** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitadas** pela Autoridade Fiscal; e

IV – **terão** os seus **modelos instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção II

Preenchimento de Declaração Fiscal

Art. 491. A Declaração Fiscal **deve ser preenchida**:

- I – por **decalque** ou por **carbono**;
- II – de **forma mecanizada**;
- III – com **clareza** e com **exatidão**; e
- IV – **sem** emendas, **sem** borrões e **sem** rasuras.

Subseção III

Declaração Anual de Serviço Prestado

Art. 492. A Declaração Anual de Serviço Prestado:

I – é de **uso obrigatório** para todos os **prestadores de serviço, contribuintes** ou **não** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN:

II – **deverá** conter:

- a) o **valor mensal** dos serviços prestados;
- b) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os serviços prestados;
- c) o **valor mensal** da receita tributável;
- d) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os **serviços prestados** e que **compõem** a receita tributável;
- e) o **valor mensal** do imposto **devido**, acompanhado pela respectiva **alíquota** aplicável;
- f) a **relação** das Notas Fiscais canceladas;
- g) a **data mensal** de **pagamento** do imposto, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**;
- h) o **valor anual** dos serviços prestados;
- i) o **valor anual** da receita tributável; e
- j) a **diferença** entre o **valor anual** do imposto **devido** e o **valor total** do imposto **pago**;

III – será apresentada até o dia **10 (dez)** do mês de janeiro de cada ano.

Subseção IV

Declaração Mensal de Serviço Tomado

Art. 493. A Declaração Mensal de Serviço Tomado:

I – é de **uso obrigatório** para **todas as pessoas jurídicas**, de direito **público** ou **privado**, estabelecidas no **município**, na **condição** de **tomadoras** de serviços, **inclusive**:

- 1 – **repartições** públicas;
- 2 – **autarquias**;
- 3 – **fundações** instituídas e mantidas pelo poder público;
- 4 – **empresas** públicas;
- 5 – **sociedades** de economia mista;
- 6 – delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de **serviços públicos**;
- 7 – **registros** públicos, cartorários e notariais;
- 8 – **cooperativas** médicas; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 9 – instituições financeiras;
- II – deverá conter:
- a) o **valor mensal** dos serviços tomados; e
 - b) a **relação** das Notas Fiscais recebidas, **discriminando**:
 - 1 – o **nome**, ou a **razão social**, o **endereço** e, havendo, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do **prestador de serviço**;
 - 2 – o **serviço** tomado;
 - 3 – o **tipo**, o **número**, a **série**, a **data** e o **valor**;
 - c) a **relação** dos Documentos Gerenciais recebidos, **discriminando**:
 - 1 – o **nome**, ou a **razão social**, o **endereço** e, havendo, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do **prestador de serviço**;
 - 2 – o **serviço** tomado; e
 - 3 – o **tipo**, o **número**, a **série**, a **data** e o **valor**;
 - b) o **valor anual** dos serviços tomados;
- III – será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do **mês subsequente** ao mês em **referência**.

Subseção V

Declaração Mensal de Serviço Retido

Art. 494. A Declaração Mensal de Serviço Retido:

- I – é de **uso obrigatório** para **todas** as pessoas **jurídicas**, de direito **público** ou **privado**, **estabelecidas** no município, na condição de **tomadoras** de **serviços** e que se **enquadram** no **regime** de **responsabilidade tributária** por **substituição total**, em **relação** ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN **devido** pelos seus **prestadores** de **serviços**:
- a) os hospitais, as clínicas, os sanatórios, os laboratórios de análise, os ambulatórios, os pronto-socorros, os manicômios, as casas de saúde, de repouso e de recuperação, os asilos e as creches;
 - b) as empresas e as entidades de assistência médica que **prestam serviços** através de **planos de medicina** de **grupo**, de **convênios**, **inclusive** de empresas para assistência a **empregados**;
 - c) os planos de saúde que se **cumpram** através de **serviços prestados** por **terceiros**, contratados pela **empresa**, ou **apenas pagos** por esta, mediante **indicação** do beneficiário do plano;
 - d) os planos de saúde que se **cumpram** através de **serviços prestados** por **terceiros**, **não** contratados pela empresa, mas, **apenas pagos** por esta, mediante **indicação** do beneficiário do plano;
 - e) os **hospitais** veterinários e as **clínicas** veterinárias; e
 - f) as **empresas** que **prestam serviços** de:
 - 1 – execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e de outras obras semelhantes e de respectiva engenharia consultiva, **inclusive** de **serviços auxiliares** ou **complementares**;
 - 2 – reparação, conservação e reforma de edifícios, de estradas, de pontes e de portos;
 - 3 – pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e **outros serviços relacionados** com a **exploração** de petróleo e gás natural;
 - 4 – agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;
 - 5 – agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer;
 - 6 – agenciamento, corretagem ou intermediação de **direitos** da **propriedade** industrial, artística ou literária;
 - 7 – agenciamento, corretagem ou intermediação de **contratos** de **franquia** - “franchise” - e de **faturação** - “factoring”;
 - 8 – agenciamento, organização, promoção e **execução** de **programas** de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e **congêneres**;
 - 9 – agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis; na lista de serviços;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

10 - distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;

11- propaganda e publicidade, **inclusive promoção** de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários;

12 - veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por **qualquer meio**;

13 - porto e aeroporto, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais;

14 - instituições financeiras **autorizadas a funcionar** pelo Banco Central do Brasil; e

15 - exploração de rodovia **mediante cobrança de preço** dos **usuários**, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e **outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.**

II - a prefeitura, os órgãos da administração pública, direta e indireta, autárquicos e fundacionais, das esferas federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias, autorizadas e delegadas de serviços públicos, **bem como** as entidades **imunes** e as empresas **tomadoras de serviços**, quando o **prestador de serviço**:

a) **não** comprovar sua **inscrição** no Cadastro Mobiliário; e

b) **obrigado** à **emissão** de nota fiscal de serviço, **deixar** de fazê-lo.

III - **deverá** conter:

a) a relação das Notas Fiscais recebidas e que compõem a **receita sujeita à retenção** na **fonte**, discriminado:

1 - o **nome** ou a **razão social**, o **endereço** e, havendo, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do **prestador de serviço**;

2 - o **serviço** retido; e

3 - o **tipo**, o **número**, a **série**, a **data** e o **valor**;

b) a **relação** dos Documentos Gerenciais **recebidos** e que **compõem** a **receita sujeita à retenção** na **fonte**, discriminando:

1 - o **nome**, ou a **razão social**, o **endereço** e, havendo, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do **prestador de serviço**;

2 - o **serviço** retido;

3 - o **tipo**, o **número**, a **série**, a **data** e o **valor**;

c) o **valor mensal** dos serviços retidos;

d) o **valor mensal** do imposto retido na **fonte**, acompanhado pela **respectiva alíquota aplicável**;

e) a **data** de pagamento do imposto **retido** na **fonte**, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo banco; e

f) a diferença entre o **valor mensal** do imposto retido na fonte e o **valor mensal** do imposto retido na fonte e **pago**;

IV - será **apresentada** até o dia 20 (**vinte**) do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção VI

Declaração Mensal de Instituição Financeira

Art. 495. A Declaração Mensal de **Instituição Financeira**:

I - é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa **jurídica**, **enquadrados** na lista de serviços e **que são** instituições financeiras;

II - **deverá** conter:

a) o valor mensal dos serviços prestados;

b) o valor mensal da receita tributável;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- c) o valor mensal do imposto devido, acompanhado pela respectiva alíquota aplicável;
- d) a data mensal de pagamento do imposto, com a referência, o registro e o nome do respectivo banco;
- e) a diferença entre o valor mensal do imposto devido e o valor mensal do imposto pago;
- f) a relação – detalhada em nível de conta e de subconta – com os respectivos valores, dos seguintes serviços prestados:
 - 1 – planejamento e assessoramento financeiro;
 - 2 – análise técnica ou econômico-financeira de projetos;
 - 3 – fiscalização de projetos econômico-financeiros, vinculados ou não a operações de crédito ou financiamento;
 - 4 – fornecimento, emissão, reemissão, renovação, alteração, substituição e cancelamento de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade e de capacidade financeira;
 - 5 – estudo, análise e avaliação de operações de crédito;
 - 6 – concessão, fornecimento, emissão, reemissão, renovação, alteração, substituição, contratação e cancelamento de endosso, de aceite, de aval, de fiança, de anuência e de garantia;
 - 7 – auditoria e análise financeira;
 - 8 – serviços relacionados a operações de crédito imobiliário: avaliação e vistoria de imóvel ou obra, bem como a análise técnica ou jurídica;
 - 9 – apreciação, estimação, orçamento e determinação do preço de certa coisa alienável, do valor do bem;
 - 10 – abertura de contas em geral, **inclusive** conta-corrente, conta de investimento e de aplicação e caderneta de poupança, **bem como** a contratação de operações ativas e a **manutenção** das referidas contas ativas e inativas;
 - 11 – fornecimento, emissão, reemissão, alteração, **substituição** e **cancelamento** de avisos, de comprovantes e de **documentos em geral**;
 - 12 – fornecimento, emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, renovação, cancelamento e registro de **contrato de crédito**;
 - 13 – comunicação com **outra** agência ou **com** a administração geral;
 - 14 – **serviços relacionados** a operações de câmbio em geral: edição, alteração, prorrogação, **cancelamento** e **baixa** de contrato de câmbio, emissão de registro de exportação ou de crédito, fornecimento, transferência, **cancelamento** e demais serviços relativos à carta de **crédito de importação**, de **exportação** e de **garantias recebidas**, envio e recebimento de mensagens em geral **inerentes** a operações de câmbio;
 - 15 – **serviços relacionados** a operações de crédito imobiliário: emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do **termo** de **quitação** e demais serviços relacionados a **crédito imobiliário**;
 - 16 – **resgate** de títulos ou letras de responsabilidade de **outras instituições**;
 - 17 – fornecimento inicial ou renovação de documentos de identificação de clientes da instituição, **titulares** ou **não** de direitos especiais, **sob a forma** de cartão de garantia, cartão de crédito, declarações etc;
 - 18 – inscrição, cancelamento, baixa ou substituição de **mutuários** ou de **garantias**, em operações de crédito ou financiamento;
 - 19 – despachos, registros, baixas e procuratórios;
 - 20 – administração de fundos quaisquer, **desde** que **diferentes** de fundos mútuos, de consórcio, de cartão de crédito ou de débito, de carteiras de clientes, de cheques pré-datados, de seguro desemprego, de loterias, de crédito educativo, do PIS – Programa de Integração Social, do PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de planos de previdência privada, de planos de saúde e de **quaisquer** outros **programas e planos**;
 - 21 – **agenciamento** fiduciário ou depositário;
 - 22 – **agenciamento** de crédito e de financiamento;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 23 – **captação indireta** de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- 24 – **licenciamento** eletrônico e transferência de veículos;
- 25 – **custódia** e **devolução** de bens, de títulos e de valores mobiliários;
- 26 – **coleta** e **entrega** de documentos, de bens e de valores;
- 27 – aluguel, arrendamento e cessão de direito de uso e de gozo de bens móveis, **inclusive** de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e de equipamentos em geral;
- 28 – **arrendamento** mercantil ou “leasing”, “leasing” financeiro, “leasing” operacional ou “senting” ou de **locação** de **serviço** e “lease back”, **inclusive** cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e **demais serviços relacionados** com arrendamento mercantil ou “leasing”, “leasing” financeiro, “leasing” operacional ou “senting” ou de **locação** de serviço e “lease back”;
- 29 – “leasing”, “leasing” financeiro, “leasing” operacional ou “senting” ou de **locação** de serviço e o “lease back”;
- 30 – assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informação, administração de contas a receber ou a pagar e taxa de adesão de contrato, **relacionados** com a **locação** de bens móveis, o arrendamento mercantil, o “leasing”, o “leasing” financeiro, o “leasing” operacional ou o “senting” ou o de **locação** de serviço e o “lease back”;
- 31 – **cobranças** e **recebimentos** por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento ou outros **serviços correlatos** da cobrança ou recebimento;
- 32 – qualquer espécie de cobrança, **efetuada** por qualquer meio ou processo;
- 33 – qualquer espécie de recebimento, **efetuado** por qualquer meio ou processo;
- 34 – qualquer etapa de qualquer espécie de cobrança, **efetuada** por qualquer meio ou processo;
- 35 – qualquer etapa de qualquer espécie de recebimento, **efetuado** por qualquer meio ou processo;
- 36 – fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, **inclusive** os **feitos fora** do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas; emissão de carnês;
- 37 – **bloqueio** e **desbloqueio** de talão de cheques;
- 38 – emissão, reemissão, fornecimento, visamento, compensação, sustação, bloqueio, desbloqueio e cancelamento de **cheques** de **viagem**;
- 39 – bloqueio e desbloqueio de **cheques administrativos**;
- 40 – **transferência** de valores, de dados e de pagamentos;
- 41 – emissão, compensação, cancelamento e oposição de cheques e de títulos quaisquer, **inclusive** **serviços relacionados** a depósitos, identificados ou não, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, mesmo em **terminais eletrônicos** e de **atendimento**;
- 42 – emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento e de ordens de créditos, por **qualquer meio** ou **processo**, **inclusive** de benefícios, de pensões, de folhas de pagamento, de títulos cambiais e de outros direitos;
- 43 – **fornecimento**, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão de crédito, de cartão de débito e de cartão salário;
- 44 – **fornecimento**, reemissão e manutenção de cartão magnético;
- 45 – **acesso**, movimentação e atendimento por **qualquer meio** ou **processo**, **inclusive** por terminais eletrônicos, por telefone, por “fac-simile”, por “internet” e por “telex”;
- 46 – **consulta** por **qualquer meio** ou **processo**, **inclusive** por telefone, por “fac-simile”, por “internet” e por “telex”;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

47 - **acesso**, consulta, movimentação e atendimento **através** de outro banco ou de rede compartilhada;

48 - **pagamentos** de qualquer espécie, por conta de terceiros, feitos no mesmo ou em outro estabelecimento, por **qualquer meio** ou **processo**;

49 - **elaboração** e **cancelamento** de cadastro, renovação e manutenção de ficha cadastral;

50 - **inclusão** e **exclusão** no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros **bancos** de dados cadastrais;

51 - contratação, renovação, manutenção e cancelamento de **aluguel** de cofres;

52 - emissão, reemissão, alteração, bloqueio, desbloqueio, **cancelamento** e **consulta** de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas; e

53 - emissão e reemissão de carnês, de boleto, de duplicata, de ficha de compensação e de **quaisquer** outros **documentos** ou impressos, por **qualquer meio** ou **processo**.

III - será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção VII

Declaração Mensal de Construção Civil

Art. 496. A Declaração Mensal de **Construção Civil**:

I - é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **enquadrados** na lista de serviços: execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares e de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e **congêneres**;

II - **deverá** conter:

- a) o **valor mensal** dos serviços prestados;
- b) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os **serviços prestados**;
- c) o **valor mensal** da receita tributável;
- d) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os **serviços prestados** e que compõem a **receita tributável**;
- e) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
- f) a **relação** das Notas Fiscais **canceladas**;
- g) a **data mensal** de pagamento do **imposto**, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**;
- h) a **diferença** entre o valor mensal do imposto **devido** e o valor mensal do imposto **pago**;
- i) a relação, com os respectivos valores, das subempreitadas:
 - 1 - **já tributadas** pelo ISSQN;
 - 2 - **ainda não** tributadas pelo ISSQN;
- j) a **relação**, com os **respectivos** valores, dos **materiais** que tenham sido utilizados na **prestação dos serviços**;
- k) a **relação**, com os **respectivos** valores, das **mercadorias produzidas** pelo prestador dos serviços, no **local** da prestação dos serviços;
- l) a **relação**, com os **respectivos** valores, das **mercadorias produzidas** pelo prestador dos serviços, no **caminho do local** da prestação dos serviços; e
- m) a **relação**, com os **respectivos** valores, das **mercadorias produzidas** pelo prestador dos serviços, **fora do local** da prestação dos serviços.

III - será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção VIII

Declaração Mensal de Cooperativa Médica



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 497. A Declaração Mensal de Cooperativa Médica:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica, **enquadrados** na lista de serviços: assistência médica e **congêneres** previstos na lista de serviços, prestados **através** de planos de medicina de grupo, convênios, **inclusive** com empresas para assistência a empregados, planos de saúde, prestados por empresa que **não esteja incluída** na lista de serviços e que se **cumpram** através de serviços prestados por **terceiros**, **contratados** pela empresa ou apenas **pagos por esta**, mediante **indicação** do beneficiário do plano e planos de saúde, prestados por empresa que **não esteja incluída** na lista de serviços e que se **cumpram** através de serviços prestados por **terceiros**, **não** contratados pela empresa, mas, **apenas** pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano;

II – **deverá** conter:

a) o **valor mensal** dos serviços prestados, **discriminando**:

1 – as **mensalidades** recebidas;

2 – as **taxas recebidas** de associados, de cooperados e de terceirizados; e

3 – as **receitas** recebidas de convênios;

b) o **valor mensal** da receita tributável;

c) o **valor mensal** do imposto **devido**, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;

d) a **data mensal** de pagamento do **imposto**, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e

e) a **diferença** entre o **valor mensal** do imposto devido e o **valor mensal** do imposto **pago**.

III – será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção IX

Declaração Mensal de TV por Assinatura

Art. 498. A Declaração Mensal de TV por Assinatura:

I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica e que **prestam serviços** de TV por Assinatura;

II – **destina-se** a registrar:

a) o **nome**, o **endereço** e o **telefone** do **produtor**, do **co-produtor** de espetáculos, de entrevistas, de evento, de “show”, de “ballet”, de dança, de desfile, de festividade, de baile, de teatro, de ópera, de concerto, de recital, de festival, de “réveillon”, de folclore e de quermesse;

b) o **nome**, o **endereço** e o **telefone** do **vendedor** de **direitos** de **transmissão**, para o rádio e para a televisão, de espetáculos, de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, **com** ou **sem** a participação do espectador;

c) o **nome**, o **endereço** e o **telefone** do **comprador** de **direitos** de **transmissão**, para o rádio e para a televisão, de espetáculos, de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, **com** ou **sem** a participação do espectador;

d) o **nome**, o **endereço** e o **telefone** dos **tomadores** de **serviços** de propaganda e de publicidade, **inclusive** **promoção** de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos, demais materiais publicitários;

e) o **nome**, o **endereço** e o **telefone** dos **prestadores** de **serviços** de **veiculação** e de **divulgação** de textos, de desenhos e de outros materiais de publicidade;

f) o **valor pago** pela **produção** e pela **co-produção** de espetáculos, de entrevistas e de congêneres;

g) o **valor cobrado** pela **produção** e pela **co-produção** de espetáculos, de entrevistas e de congêneres;

h) o **valor mensal** pago pela **compra** de direitos de transmissão;

i) o **valor mensal** cobrado **pela venda** de direitos de transmissão;

j) o **valor mensal** cobrado **pela elaboração** de propaganda e de publicidade;

k) o **valor mensal** dos demais **serviços prestados**, discriminando, dentre outros:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 1 – as **taxas** de inscrição e as **mensalidades** recebidas dos assinantes;
 - 2 – as **receitas** de “pay-per-view”; e
 - 3 – as **taxas recebidas** de instalação, de manutenção, de conserto, de reparo, de troca e de locação de aparelho.
- l) o **valor mensal** da receita tributável;
 - m) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
 - n) a **data mensal** de pagamento do imposto, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**;
 - o) a **diferença** entre o valor mensal do **imposto devido** e o valor mensal do **imposto pago**;
 - p) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os serviços prestados;
 - q) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os serviços prestados e que **compõem** a receita tributável; e
 - r) a **relação** das Notas Fiscais canceladas.
- III – será apresentada até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção X

Declaração Mensal de Radiochamada

Art. 499. A Declaração Mensal de Radiochamada:

- I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica e que **prestam** serviços de radiochamada ou rádio “beep”;
- II – **destina-se** a registrar:
- a) o **nome**, o **endereço** e o **telefone** dos **usuários** dos serviços de radio chamada ou de rádio “beep”;
 - b) o **valor mensal** dos serviços prestados, **discriminando**, dentre outros:
 - 1 – as **taxas** de inscrição e as **mensalidades** recebidas dos usuários;
 - 2 – as **taxas recebidas** de manutenção, de conserto, de reparo, de troca e de locação de aparelho;
 - 3 – as **receitas recebidas** pela veiculação e pela divulgação de textos, de desenhos e de outros materiais de publicidade; e
 - 4 – as **receitas recebidas** pela elaboração de propaganda e de publicidade.
 - c) o **valor mensal** da receita tributável;
 - d) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
 - e) a **data mensal** de pagamento do imposto, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**;
 - f) a **diferença** entre o valor mensal do imposto **devido** e o valor mensal do imposto **pago**;
 - g) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os serviços prestados;
 - h) a **relação** das Notas Fiscais **emitidas** para os serviços prestados e que **compõem** a receita tributável; e
 - i) a **relação** das Notas Fiscais canceladas;
- III – será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção XI

Declaração Mensal de Cartório

Art. 500. A Declaração Mensal de Cartório:

- I – é de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de pessoa jurídica e que **prestam** serviços de registros públicos, cartorários e notariais;
- II – **deverá** conter:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere, similar** ou **correlato** – com a quantidade e os **respectivos** valores, dos serviços prestados **discriminando**, dentre outros:

- 1 – as **cópias**;
- 2 – as cópias **autenticadas**;
- 3 – as **autenticações**;
- 4 – os **reconhecimentos** de firmas;
- 5 – as **certidões**; e
- 6 – os **registros** efetuados, **inclusive** de notas, de títulos, de documentos e de imóveis.

b) o **valor mensal** da receita tributável;

c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;

d) a **data** de **pagamento** do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e

e) a **diferença** entre o **valor mensal** do imposto devido e o **valor mensal** do imposto **pago**.

III – será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção XII

Declaração Mensal de Telecomunicação

Art. 501. A Declaração Mensal de **Telecomunicação**:

I – é de **uso obrigatório** para as pessoas jurídicas que **prestam** serviços de telecomunicações;

II – **deverá** conter:

a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere, similar** ou **correlato** – com a quantidade e os **respectivos** valores, dentre outros, dos seguintes **serviços**, acessórios, acidentais e não-elementares de telecomunicação, prestados:

- 1 – **assistência** técnica;
- 2 – habilitação, ligação, suspensão, alteração, cancelamento, religação e manutenção de aparelhos, de equipamentos, de **pontos** e de unidades de utilização ou de consumo;
- 3 – **personalização** de toque musical, de ícones, **fornecimento** de informações e de notícias, auxílio à lista telefônica, serviço despertador, hora certa, horóscopo, resultado de loterias, tele-emprego, “siga-me”, chamada em espera, bloqueio controlado de chamadas, conversação simultânea, teleconferência, vídeo-texto, serviço “não perturbe”, serviço de criptografia, de sindicância em linha telefônica, serviços de agenda, interceptação de chamada a assinante deslocado, correio de voz, caixa postal, identificador de chamada, bloqueio e desbloqueio de aparelho ou de equipamento, inspeção telefônica, cancelamento de serviços, reprogramação, aviso de mensagem, troca de senha, busca pessoa, tele-recado, **taxa** de **regularização** de instalação, de bloqueio e de extensão, serviços de aceitação de bens de terceiros, serviços de oficinas e laboratórios, serviços de processamento de dados e **outros serviços eventuais**;

4 – **serviços** de redistribuição de bens de planta, serviço de apoio técnico, **serviços** técnico-administrativos, **serviços** de administração financeira;

5 – **mudança** e **transferência** de responsabilidade, reaviso de vencimento e emissão e reemissão de segunda via de conta e de contrato, escolha de número e ou de identificador, transferência, permanente ou temporária, de assinatura, mudança de número ou de identificador ou de endereço e troca de plano tarifário;

6 – locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou autorização ou permissão ou concessão de uso, **compartilhado** ou **não**, de postes, de cabos, de fios de transmissão, de dutos e de condutos de qualquer natureza;

7 – **aluguel**, **arrendamento** e **cessão** de direito de uso e de gozo de linha, de circuito, de extensão, de equipamentos, de telefone, de central privativa de comutação telefônica, de acessórios, de outros equipamentos e de **outros aluguéis**; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 8 - anúncio **fonado** e telegrama **fonado**.
 - b) o **valor mensal** da receita tributável;
 - c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
 - d) a **data** de pagamento do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e
 - e) a **diferença** entre o valor mensal do imposto devido e o **valor mensal** do imposto **pago**.
- III - será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção XIII

Declaração Mensal de Água e de Esgoto

Art. 502. A Declaração Mensal de **Água e Esgoto**:

- I - é de **uso obrigatório** para as pessoas jurídicas que **prestam** serviços de água e de esgoto;
- II - **deverá** conter:
 - a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere**, **similar** ou **correlato** - com a quantidade e os **respectivos** valores, dentre outros, dos seguintes serviços prestados:
 - 1 - **assistência** técnica;
 - 2 - **habilitação**, ligação, suspensão, alteração, cancelamento, religação e manutenção de aparelhos, de equipamentos, de pontos e de **unidades** de **utilização** ou de **consumo**;
 - 3 - **vistoria**, **inspeção** e **afervação** de aparelhos e de **equipamentos** de consumo, medição de consumo e verificação de nível de tensão e de consumo;
 - 4 - **mudança** e **transferência** de responsabilidade, reaviso de vencimento e emissão e reemissão de segunda via de conta e de contrato, transferência, permanente ou temporária e mudança de endereço;
 - 5 - **ligação** e **religação** de unidade de utilização ou de consumo.
 - 6 - locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou autorização ou permissão ou concessão de uso, **compartilhado** ou **não**, de dutos e de condutos de **qualquer natureza**; e
 - 7 - **aluguel**, **arrendamento** e **cessão** de direito de uso e de gozo de bens móveis.
 - b) o **valor mensal** da receita tributável;
 - c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
 - d) a **data** de pagamento do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e
 - e) a **diferença** entre o valor mensal do imposto **devido** e o valor mensal do imposto **pago**.
- III - será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em **referência**.

Subseção XIV

Declaração Mensal de Energia Elétrica

Art. 503. A Declaração Mensal de **Energia Elétrica**:

- I - é de uso obrigatório para as pessoas jurídicas que prestam serviços de energia elétrica;
- II - **deverá** conter:
 - a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere**, **similar** ou **correlato** - com a quantidade e os **respectivos** valores, dentre outros, dos seguintes **serviços**, acessórios, acidentais e não-elementares de telecomunicação, prestados:
 - 1 - **assistência** técnica;
 - 2 - **habilitação**, ligação, suspensão, alteração, cancelamento, religação e manutenção de aparelhos, de equipamentos, de pontos e de unidades de utilização ou de consumo;
 - 3 - **mudança** e **transferência** de **responsabilidade**, reaviso de vencimento e emissão e reemissão de segunda via de conta e de contrato, transferência, permanente ou temporária e mudança de endereço;
 - 4 - **rendas** de **títulos** a receber: comissões e taxas;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

5 - **locação, sublocação, arrendamento**, direito de passagem ou autorização ou permissão ou concessão de uso, **compartilhado** ou **não**, de postes, de cabos, de fios de transmissão, de dutos e de condutos de **qualquer natureza**;

6 - **aluguel, arrendamento** e **cessão** de direito de uso e de gozo de circuito, de equipamentos, de acessórios, de **outros** equipamentos e de **outros** aluguéis; e

7 - **aluguel, arrendamento** e **cessão** de direito de uso e de gozo de bens móveis.

b) o **valor mensal** da receita tributável;

c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;

d) a **data** de pagamento do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e

e) a **diferença** entre o valor mensal do imposto devido e o valor mensal do imposto **pago**.

III - será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em referência.

Subseção XV

Declaração Mensal de Correio e de Telégrafo

Art. 504. A Declaração Mensal de **Correio e de Telégrafo**:

I - é de **uso obrigatório** para as pessoas jurídicas que **prestam** serviços de correio e de telégrafo;

II - **deverá** conter:

a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere, similar** ou **correlato** - com a quantidade e os **respectivos** valores, dentre outros, dos seguintes **serviços**, acessórios, acidentais e não-elementares de telecomunicação, prestados:

1 - **recebimentos** de taxas de **serviços diversos**: recebimentos de garantias prestadas às Agências dos Correios Franqueadas, elaboração e renovação de contratos de porte pago, de resposta comercial e de endereço telegráfico, "kit" passaporte, inscrição, anualidade e manutenção de **Agências dos Correios Franqueadas**;

2 - **transporte, coleta, remessa** ou **entrega** de bens, de valores, de correspondências, de documentos e de objetos, vale postal e reembolso postal;

3 - **serviços** gráficos e assemelhados;

4 - **caixa** postal;

5 - **recebimento** de faturas, mensalidades, prestações, contas, carnês, impostos, taxas, multas e **inscrições em concursos**; e

6 - **distribuição** de valores de terceiros em **representação comercial**: títulos de capitalização (papa tudo, telesena e carnê do baú da felicidade), seguros, revistas, livros, guias de vestibulares, apostilas de concursos e consórcios.

b) o **valor mensal** da receita tributável;

c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;

d) a **data** de pagamento do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e

e) a **diferença** entre o valor mensal do imposto **devido** e o valor mensal do imposto **pago**.

III - será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em referência.

Subseção XVI

Declaração Mensal de Empresa Estatal

Art. 505. A Declaração Mensal de **Empresa Estatal**:

I - é de **uso obrigatório** para as empresas estatais que **não prestam** serviços de correio e de telégrafo;

II - **deverá** conter:

a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere, similar** ou **correlato** - com a quantidade e os **respectivos** valores, dos serviços prestados:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- b) o **valor mensal** da receita tributável;
 - c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
 - d) a **data** de pagamento do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e
 - e) a **diferença** entre o valor mensal do imposto **devido** e o valor mensal do imposto **pago**.
- III – será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em referência.

Subseção XVII

Declaração Mensal de Serviço Público

Art. 506. A Declaração Mensal de Serviço Público:

- I – é de **uso obrigatório** para as **pessoas jurídicas** de direito público:
 - a) **repartições** públicas;
 - b) **autarquias**; e
 - c) **fundações** instituídas e mantidas pelo **poder público**.
 - II – **deverá** conter:
 - a) a **relação detalhada** em nível de **conta** e de **subconta**, ou de **qualquer** outro elemento **congênere**, **similar** ou **correlato** – com a quantidade e os **respectivos valores**, dos serviços prestados;
 - b) o **valor mensal** da receita tributável;
 - c) o **valor mensal** do imposto devido, acompanhado pela **respectiva** alíquota aplicável;
 - d) a **data** de pagamento do imposto recolhido, com a **referência**, o **registro** e o **nome** do respectivo **banco**; e
 - e) a **diferença** entre o valor mensal do imposto **devido** e o valor mensal do imposto **pago**.
- III – será **apresentada** até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente ao mês em referência.

Subseção XVIII

Regime Especial de Emissão de Declaração Fiscal

Art. 507. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá** autorizar, de **ofício** ou a **requerimento** do interessado, Regime Especial de Emissão de Declaração Fiscal.

Art. 508. O Regime Especial de Emissão de Declaração Fiscal **compreende** a **emissão** de Declaração Fiscal por **processo**:

- I – **mecanizado**;
- II – de **formulário** contínuo;
- III – de **computação** eletrônica de dados;
- IV – **solicitado** pelo interessado; e
- V – **indicado** pela Autoridade Fiscal.

Art. 509. O **pedido** de **concessão** de Regime Especial de Emissão de Declaração Fiscal **será** apresentado pelo **contribuinte**, à Repartição Fiscal competente, **acompanhado**:

- I – da **Ficha de Inscrição** no Cadastro Mobiliário; e
- II – **com** o “**fac simile**” dos **modelos**, dos **processos** e dos **sistemas pretendidos**, bem como a descrição, circunstanciada e pormenorizada, de sua **utilização**.

Art. 510. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá**, a seu **critério** e a **qualquer** tempo, de **ofício** ou a requerimento do **interessado**, suspender, modificar ou cancelar a **autorização** do Regime Especial de Emissão de Declaração Fiscal.

Subseção XIX

Extravio e Inutilização de Declaração Fiscal



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 511. O **extravio** ou a **inutilização** de Declarações Fiscais **devem** ser comunicados, **por escrito**, à Repartição Fiscal competente, no prazo máximo de até **10 (dez)** dias, contados da data da **ocorrência**.

Parágrafo Único. A comunicação **deverá**:

- I – **mencionar** as circunstâncias de fato;
- II – **esclarecer** se houve ou não registro policial;
- III – **identificar** as Declarações Fiscais que **foram** extraviasadas ou inutilizadas;
- IV – **informar** a existência de **débito fiscal**;
- V – dizer da possibilidade de reconstituição da declaração, que deverá ser efetuada no prazo máximo de até **60 (sessenta)** dias, contados da data da **ocorrência**, sob pena de **arbitramento** por parte da Autoridade Fiscal; e
- VI – **publicar edital** sobre o **fato**, em jornal oficial ou no de maior circulação do **Município**.

Subseção XX

Disposições Finais

Art. 512. A **segunda via** das Declarações Fiscais:

- I – **deverão** ser conservadas, no **próprio estabelecimento** do prestador de serviço, pelo **prazo** de **10 (dez)** anos, contados da data da emissão;
- II – **ficarão**, no próprio **estabelecimento** do prestador de serviço, à **disposição** da Autoridade Fiscal;
- III – apenas **poderão** ser retiradas, do próprio **estabelecimento** do prestador de serviço, para **atender** à requisição da justiça ou da Autoridade Fiscal;
- IV – são de **exibição** obrigatória à Autoridade Fiscal; e
- V – para **prestadores de serviço** com mais de um **estabelecimento**, **deverão** ser **emitidas**, em separado, individualmente, de forma distinta, para cada um dos **estabelecimentos**.

Art. 513. Em **relação** aos modelos de Declarações Fiscais, desde que **não contrariem** as normas estabelecidas, é **facultado** ao contribuinte:

- I – **aumentar** o número de vias; e
- II – **incluir** outras indicações.

Art. 514. O **regime** constitucional da **imunidade** tributária e a **benesse** municipal da isenção fiscal **não dispensam** o uso, a emissão e a escrituração de **Declarações Fiscais**.

Parágrafo Único. Quando a prestação de serviço **estiver alcançada** pelo **regime** constitucional da **imunidade** tributária e pela **benesse** municipal da isenção fiscal, **essa circunstância**, bem como os dispositivos legais pertinentes, **deverão** ser mencionadas na **Declaração Fiscal**.

Seção V

Documentos Gerenciais

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 515. Os Documentos Gerenciais:

- I – são de **uso obrigatório** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço sob forma de:
 - a) **sociedade** de profissional liberal; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) **pessoa jurídica.**

II – são de **uso facultativo** para os **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de trabalho pessoal do **próprio contribuinte**;

III – são de **uso dispensado** para os seguintes **contribuintes** que tenham por **objeto** a prestação de serviço **sob forma** de **pessoa jurídica**:

- a) **repartições públicas**;
- b) **autarquias**;
- c) **fundações** instituídas e mantidas pelo **poder público**;
- d) **empresas públicas**;
- e) **sociedades** de economia mista;
- f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de **serviços públicos**;
- g) **registros públicos**, cartorários e notariais;
- h) **cooperativas** médicas; e
- i) **instituições financeiras**.

IV – serão **impressos** em folhas numeradas, tipograficamente, em **ordem crescente**, de 000001 a 999999, enfaixados em blocos uniformes de **cinquenta jogos**;

V – **atingindo** o número de 999.999, a numeração **deverá** ser reiniciada, acrescentando a **letra “R”** depois da identificação da **série**; e

VI – **conterão**:

- a) a **denominação** “Documento Gerencial de Serviço”, seguida da **espécie**;
- b) o **número** de ordem, o **número** de vias e a destinação de cada via;
- c) a **natureza** dos serviços;
- d) o **nome**, o **endereço**, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **prestador de serviço**;
- e) o **nome**, o **endereço**, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **tomador de serviço**;
- f) a **discriminação** das unidades e das quantidades;
- g) a **discriminação** dos serviços prestados;
- h) os **valores unitários** e os respectivos **valores totais**;
- i) o **nome**, o **endereço**, a **Inscrição Cadastral Mobiliária** e o **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **responsável** pela impressão da Documento Gerencial;
- j) a **data** e a **quantidade** de impressão;
- k) o **número** de ordem da **primeira** e da **última** nota impressa;
- l) o **número** e a **data** da Autorização para Impressão de Documento Gerencial; e
- m) a **data** da emissão.

VII – serão **exibidos** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do **TI** – Termo de Intimação, quando **solicitados** pela Autoridade Fiscal;

VIII – terão os seus **modelos instituídos** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Subseção II

Autorização para Impressão de documento Gerencial

Art. 516. Os Documentos Gerenciais **deverão** ser autorizados pela Repartição Fiscal competente, **antes** de sua impressão, confecção e utilização.

Parágrafo Único. Somente após prévia **autorização** da Repartição Fiscal competente, **é que**:

I – os **estabelecimentos** prestadores de serviço **poderão solicitar** a impressão e a confecção de Documentos Gerenciais, para os **estabelecimentos gráficos**;

II – os estabelecimentos gráficos **poderão imprimir** e **confeccionar** Documentos Gerenciais, para os estabelecimentos **prestadores de serviço**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – os **estabelecimentos** prestadores de serviço **poderão utilizar** Documentos Gerenciais, para os estabelecimentos **tomadores de serviço**.

Art. 517. A **Autorização** para Impressão de Documento Gerencial **será concedida** por solicitação do contribuinte, **através** do preenchimento e da entrega, na Repartição Fiscal competente, da **Solicitação** de **Autorização** para Impressão de Documento Gerencial.

Art. 518. A **Solicitação** de **Autorização** para Impressão de Documento Gerencial:

I – **conterá** as seguintes indicações:

- a) a **denominação** Solicitação de Autorização **para** Impressão de Documento Gerencial;
- b) o **nome** e o **número** da **Inscrição Cadastral** Mobiliária do **estabelecimento** prestador de serviço que utilizará o Documento Gerencial;
- c) o **nome** e o **número** da **Inscrição Cadastral** Mobiliária do **estabelecimento** gráfico que imprimirá e confeccionará o **Documento Gerencial**;
- d) o **tipo**, a **série**, a numeração **inicial** e a numeração **final** do Documento Gerencial solicitado;
- e) a **data** da solicitação; e
- f) a **assinatura** do responsável, ou do seu **representante legal**, pelo **estabelecimento** prestador de serviço.

II – **deverá** estar acompanhada:

- a) da **Ficha** de Inscrição no Cadastro Mobiliário;
- b) da **cópia** do último Documento Gerencial **emitido**; e
- c) dos **comprovantes** de pagamentos, dos últimos **5 (cinco)** anos:
 - 1 – do **Imposto sobre** a Propriedade Predial e Territorial Urbana – **IPTU**;
 - 2 – do **Imposto Sobre** Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN**; e
 - 3 – das **Taxas** em razão do **exercício** do poder de polícia e pela utilização **efetiva** ou **potencial**, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição.

III – **será** preenchido em **2 (duas)** vias, com as seguintes destinações:

- a) a **primeira via**, para a Repartição Fiscal competente; e
- b) a **segunda via**, para o estabelecimento prestador de serviço que está solicitando a Documento Gerencial.

IV – **será exibido** no prazo de até **10 (dez)** dias, contados da data de **lavratura** do Termo de Intimação, quando **solicitado** pela Autoridade Fiscal; e

V – **terá** o seu **modelo instituído** através de **Portaria** pelo responsável pela Administração da Fazenda Pública Municipal.

Art. 519. Autorização para **Impressão** de Documento Gerencial:

I – **será** concedida mediante a observância dos **seguintes critérios**:

- a) para solicitação **inicial**, **será** autorizada a impressão de, no **máximo, 02 (dois)** talonários; e
- b) para as **demais solicitações**, **será** autorizada a impressão, com base na **média mensal** de emissão, de quantidade necessária e suficiente para **suprir** a demanda do prestador de serviço **por um período** de, no máximo, **12 (doze)** meses.

II – **conterá** as seguintes indicações:

- a) a **denominação** Autorização para Impressão de Documento Gerencial;
- b) a **data** da solicitação;
- c) a **data** e o **número** da Autorização para Impressão de Documento Gerencial, **este último** identificado por uma **numeração seqüencial** composta de **7 (sete)** dígitos – **xxxxx-xx** – com os **2 (dois)** últimos representando o **ano**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

d) o **nome**, o **endereço**, o **número** da **Inscrição Cadastral** Mobiliária e o **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do estabelecimento **prestador** de **serviço** que utilizará a Documento Gerencial solicitado;

e) o **nome**, o **endereço**, o **número** da **Inscrição Cadastral** Mobiliária e o **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do **estabelecimento** prestador que **imprimirá** e **confeccionará** o Documento Gerencial solicitado;

f) o **tipo**, a **série**, a numeração **inicial** e a numeração **final** do Documento Gerencial autorizado;

g) o **nome**, a **matrícula** e a **assinatura** do funcionário responsável pela **Autorização** para Impressão de Documento Gerencial;

h) a **data** da **entrega** da Autorização para Impressão de Documento Gerencial;

i) o **nome**, a **matrícula** e a **assinatura** do funcionário responsável pela **entrega** da Autorização para Impressão de Documento Gerencial; e

j) o **nome**, o **número** da **CI** – Carteira de identidade e a **assinatura** da pessoa responsável pelo seu **recebimento** da Autorização para Impressão de Documento Gerencial.

III – será **emitida** em **3** (**três**) vias, com as seguintes **destinações**:

a) a **primeira via** para a Repartição Fiscal competente;

b) a **segunda via** para o estabelecimento prestador de serviço que utilizará o Documento Gerencial; e

c) a **terceira via** para o estabelecimento gráfico que imprimirá e confeccionará o Documento Gerencial.

IV – **poderá** ser suspensa, modificada ou cancelada, **pelo responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal, a seu **critério** e a qualquer tempo, de **ofício** ou a requerimento do **interessado**.

Subseção III

Emissão de Documento Gerencial

Art. 520. O Documento Gerencial **deverá** ser emitido:

I – quando o tomador de serviço **solicitar** orçamento;

II – quando o prestador de serviço **passar** ordem ou instrução de **execução** de **serviço**;

III – para **controlar** a prestação de serviço;

IV – por **decalque** ou por **carbono**;

V – de **forma** manuscrita;

VI – a **tinta**;

VII – com **clareza** e com **exatidão**; e

VIII – sem **emendas**, sem **borrões** e sem **rasuras**.

Parágrafo Único. Quando **ocorrer** a **existência** de emendas, de borrões, de rasuras e de incorreções, o Documento Gerencial **será**:

I – **cancelado**:

a) sendo **conservado** no bloco, com **todas** as suas vias; e

b) contendo a **exposição** de motivo que determinou o **cancelamento**.

II – **substituído** e **retificado** por uma outro Documento Gerencial.

Subseção IV

Regime Especial de Emissão de documento Gerencial

Art. 521. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá** autorizar, de **ofício** ou a requerimento do **interessado**, Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 522. O Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial **compreende** a emissão de Documento Gerencial **por processo**:

- I - **mecanizado**;
- II - de **formulário** contínuo;
- III - de **computação** eletrônica de dados;
- IV - **solicitado** pelo interessado;
- V - **indicado** pela Autoridade Fiscal.

Art. 523. O **pedido** de **concessão** de Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial **será** apresentado pelo **contribuinte**, à Repartição Fiscal competente, **acompanhado**:

- I - da **Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário**;
- II - dos **comprovantes** de pagamentos, dos últimos **5 (cinco)** anos:
 - a) do **Imposto sobre** a Propriedade Predial e Territorial Urbana - **IPTU**;
 - b) do **Imposto Sobre Serviços** de Qualquer Natureza - **ISSQN**; e
 - c) das **Taxas** em razão do **exercício** do **poder** de **polícia** e pela **utilização** efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, **prestados** ao contribuinte ou **postos** a sua disposição.
- III - com o “fac-símile” dos **modelos**, dos **processos** e dos **sistemas pretendidos**, bem como a descrição, circunstanciada e pormenorizada, de sua **utilização**.

Art. 524. O **responsável** pela Administração da Fazenda Pública Municipal **poderá**, a seu **critério** e a qualquer tempo, de **ofício** ou a requerimento do **interessado**, suspender, modificar ou cancelar a **autorização** do Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial.

Subseção V

Extraio e Inutilização de Documento Gerencial

Art. 525. O **extravio** ou a **inutilização** de Documentos Gerenciais **devem** ser comunicados, por **escrito**, à Repartição Fiscal competente, no prazo máximo de até **10 (dez)** dias, contados da data da **ocorrência**.

§ 1º. A comunicação **deverá**:

- I - **mencionar** as circunstâncias de fato;
- II - **esclarecer** se **houve** ou **não** registro policial;
- III - **identificar** os Documentos Gerenciais que **foram** extraviados ou inutilizados;
- IV - **informar** a existência de **débito fiscal**;
- V - **dizer** da possibilidade de **reconstituição** da escrita, que **deverá** ser efetuada no prazo máximo de até **60 (sessenta)** dias, contados da data da **ocorrência**, sob pena de **arbitramento** por parte da Autoridade Fiscal; e
- VI - **publicar edital** sobre o **fato**, em jornal oficial ou no de **maior circulação** do Município.

§ 2º. A **autorização** de novos Documentos Gerenciais **fica condicionada** ao cumprimento das exigências **estabelecidas**.

Subseção VI

Disposições Finais

Art. 526. Os Documentos Gerenciais:

- I - **deverão** ser conservados, no próprio **estabelecimento** do prestador de serviço, pelo **prazo** de **10 (dez)** anos, contados da data da **emissão**;
- II - **ficarão**, no próprio **estabelecimento** do prestador de serviço, à **disposição** da Autoridade Fiscal;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – apenas **poderão** ser retirados, do próprio **estabelecimento** do prestador de serviço, para **atender** à **requisição** da justiça ou da Autoridade Fiscal;

IV – são de **exibição** obrigatória à Autoridade Fiscal; e

V – para **prestadores** de **serviço** com mais de um **estabelecimento**, **deverão** ser emitidos, em separado, individualmente, de forma distinta, para cada um dos **estabelecimentos**.

Art. 527. Em **relação** aos modelos de Documentos Gerenciais, desde que **não** contrariem as normas estabelecidas, é **facultado** ao contribuinte:

I – **aumentar** o número de vias; e

II – **incluir** outras indicações.

Art. 528. Os **contribuintes** que emitirem Documentos Gerenciais **deverão** manter, em **local visível** e de acesso ao **público**, junto ao setor de **recebimento** ou onde o **fisco vier** a **indicar**, mensagem com o **seguinte teor**: “Este estabelecimento somente poderá emitir Documento Gerencial acompanhado de Nota Fiscal de Serviço. **Qualquer denúncia**, ligue para a Fiscalização – Telefone: xxxx-xxxx. Você **não** precisará se **identificar**. O Município **agradece** a sua importante participação nesta **luta** de combate à **Sonegação Fiscal**.”

Parágrafo Único. A mensagem será inscrita em placa ou em painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

Art. 529. O **regime** constitucional da **imunidade** tributária e a **benesse** municipal da **isenção** fiscal **não** dispensa a **Autorização** para **Impressão** de Documento Gerencial.

Art. 530. O **prazo** para **utilização** de Documento Gerencial fica fixado em **12 (doze)** meses, contados da data de **expedição** da **Autorização** para Impressão de Documento Gerencial, sendo que o **estabelecimento** gráfico **fará** imprimir no cabeçalho, em **destaque**, logo após a **denominação** do Documento Gerencial e, também, o **número** e a **data** da Autorização para Impressão de Documento Gerencial, constantes de **forma impressa**, a **data limite** para seu uso, com **inserção** da seguinte expressão: “válida para uso até... (doze meses após a data da Autorização para Impressão de Documento Gerencial)”.

Art. 531. Esgotado o prazo de **validade**, os Documentos Gerenciais, **ainda** não utilizados, **serão** cancelados pelo próprio **contribuinte**.

Art. 532. Os Documentos Gerenciais **cancelados**, por **prazo** de validade vencido, **deverão** ser **conservados** no bloco, com todas as suas **vias**, fazendo **constar** no Livro de Registro e de Utilização de Documento Fiscal e Termo de Ocorrência, na **coluna** “Observações e as Anotações Diversas”, os **registros** referentes ao **cancelamento**.

Art. 533. O Documento Gerencial **será** considerado **inidôneo**, independentemente de **formalidades** e de **atos administrativos** da FPM – Fazenda Pública Municipal, **fazendo prova**, apenas, a favor do Fisco, **quando**:

I – for **emitido**:

a) após o seu prazo de **validade**; e

b) **mesmo** dentro do seu prazo de **validade**, **não** estiver **acobertado** por Nota Fiscal.

II – **não** atender e **nem** obedecer às **normas estabelecidas**.

TÍTULO VII

PENALIDADES E SANÇÕES

Capítulo I



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Penalidades em Geral

Art. 534. Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária.

Art. 535. Será considerado infrator todo aquele que cometer, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, e ainda, os responsáveis pela execução das leis e outros atos normativos baixados pela Administração Municipal que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 536. As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

- I – aplicação de multas;
- II – proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;
- III – suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial de tributos; e
- IV – sujeição a regime especial de fiscalização.

Art. 537. A aplicação de penalidade de qualquer natureza em caso algum dispensa:

- I – o pagamento do tributo e dos acréscimos cabíveis;
- II – o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais que couberem.

Art. 538. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

Seção I

Multas

Art. 539. As multas serão calculadas tomando-se como base:

- I – o valor da Unidade Fiscal do Município - U.F.M;
- II – o valor do tributo, corrigido monetariamente.

§ 1º As multas serão cumulativas quando resultarem, concomitantemente, do não cumprimento de obrigação tributária, acessória e principal.

§ 2º Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não-cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, impor-se-á penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.

Art. 540. Com base no inciso I, do Art. 539 desta lei, serão aplicadas as seguintes multas:

I – de 20 U.F.Ms:

- a) quando a pessoa física ou jurídica deixar de inscrever-se no Cadastro Fiscal, na forma e prazos previstos na legislação;
- b) quando a pessoa física ou jurídica deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação, as alterações dos dados constantes do Cadastro Fiscal, inclusive a baixa;
- c) por deixarem as pessoas, que gozam de isenção ou imunidade de comunicarem, na forma e prazos regulamentares, a venda de imóvel de sua propriedade;
- d) por não atender à notificação do órgão fazendário, para declarar os dados necessários ao lançamento do IPTU, ou oferecê-los incompletos;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

e) por **deixarem** o responsável por **loteamento** ou o **incorporador** de **fornecer** ao órgão fazendário competente, na **forma** e **prazos** regulamentares, a **relação mensal** dos imóveis **alienados** ou prometidos à **venda**;

f) por **deixar** de apresentar, na **forma** e **prazos** regulamentares, a **declaração** acerca dos bens ou direitos, **transmitidos** ou **cedidos**;

g) por **deixar** de apresentar, na **forma** e **prazos** regulamentares, o **demonstrativo** de **inexistência** de preponderância de **atividades**; e

h) por **não** registrar os **livros fiscais** na repartição competente.

II - de 40 U.F.Ms:

a) por **não possuir** livros fiscais na **forma** regulamentar;

b) por **deixar** de **escribirar** os livros fiscais na **forma** e **prazos** regulamentares;

c) por **escribirar** em **forma ilegível** ou **com rasuras** os livros fiscais;

d) por **deixar** de **escribirar** documento fiscal;

e) por **deixar** de reconstituir, na **forma** e **prazos** regulamentares, a **escrituração fiscal**;

f) por **não manter** arquivados, pelo **prazo** de cinco anos, os **livros e documentos fiscais**;

g) pela **falta** de indicação da **inscrição municipal** nos **documentos fiscais**;

h) por **emitir** documento fiscal em **número** de **vias** inferior ao **exigido**;

i) por **dar destinação** às vias do documento fiscal **diversa** da indicada em **suas vias**;

j) por **emitir** documento fiscal de **série diversa** da prevista para a **operação**;

l) por **manter** livro ou documento fiscal em local **não autorizado** pelo fisco; e

m) por **não publicar** e **comunicar** ao órgão fazendário, na **forma** e **prazos** regulamentares, a **ocorrência** de inutilização ou extravio de **livros e documentos fiscais**.

III - de 60 U.F.Ms:

a) por não possuir documentos fiscais na **forma** regulamentar;

b) por deixar de emitir documentos fiscais na **forma** regulamentar;

c) por imprimir, ou mandar imprimir, documento fiscal em desacordo com o modelo aprovado;

d) por deixar de prestar informações ou fornecer documentos, quando solicitados pelo fisco; e

e) por registrar indevidamente documento que gere dedução da base de cálculo do imposto.

IV - de 80 U.F.Ms:

a) por **embaraçar** ou **impedir** a ação do fisco;

b) por **deixar** de **exibir** livros, documentos ou outros elementos, quando **solicitados** pelo fisco;

c) por **fornecer** ou **apresentar** ao fisco informações ou documentos **inexatos** ou **inverídicos**;

d) por **imprimir** ou **mandar imprimir** documentos fiscais **sem autorização** da repartição competente; e

e) pela **existência** ou **utilização** de documento fiscal com **numeração** e **série** em duplicidade;

V - de 50 U.F.Ms,

a) por **qualquer** ação ou omissão **não** prevista nos **incisos anteriores**, que importe **descumprimento** de obrigação acessória **prevista** na legislação tributária.

Parágrafo Único. O valor da penalidade aplicada **será** reduzido em **50% (cinquenta por cento)**, se recolhido dentro do prazo de **30 (trinta)** dias contados da data da **autuação**.

Art. 541. Com base no **inciso II, do Art. 539** desta Lei, **serão** aplicadas as seguintes **multas**:

I - de **100% (cem por cento)** do valor do tributo **omitido**, corrigido **monetariamente**, por **infração**:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- a) por **escreiturar** os livros fiscais **com** dolo, má-fé, fraude ou **simulação**;
- b) por **consignar** em documento fiscal **importância inferior** ao efetivo valor da **operação**;
- c) por **consignar** valores diferentes nas **vias** do mesmo **documento fiscal**; e
- d) por **qualquer** outra omissão de **receita**.

II – de 200% (duzentos por cento) do **valor** do tributo indevidamente **apropriado**, corrigido monetariamente, por **infração** relativa à responsabilidade **tributária**.

Seção II

Proibição de Transacionar com os Órgão Integrantes da Administração Direta e Indireta do Município

Art. 542. Os **contribuintes** que se encontrarem em **débito** para com a Fazenda Pública Municipal **não** poderão participar de **licitações públicas** ou **administrativas** para **fornecimento** de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta, bem como **gozarem** de quaisquer **benefícios fiscais**.

Parágrafo Único. A **proibição** a que se refere o “*caput*” deste artigo **não** se **aplicará** quando, sobre o débito ou a multa, **houver recurso administrativo** ainda **não** decidido definitivamente.

Seção III

Suspensão ou Cancelamento de Benefícios

Art. 543. Poderão ser **suspensas** ou **canceladas** as concessões dadas aos **contribuintes** para se **eximirem** de pagamento total ou parcial de **tributos**, na **hipótese** de infringência à legislação tributária **pertinente**.

Parágrafo Único. A suspensão ou cancelamento **será determinado** pelo Prefeito, considerada a **gravidade** e **natureza** da infração.

Seção IV

Sujeição de Regime Especial de Fiscalização

Art. 544. Será submetido a regime especial de **fiscalização**, o contribuinte **que**:

- I – **apresentar** indício de **omissão** de receita;
- II – **tiver** praticado **sonegação** fiscal;
- III – **houver** cometido **crime** contra a **ordem tributária**; e
- IV – reiteradamente **violar** a legislação tributária.

Art. 545. Constitui indício de **omissão** de **receita**:

- I – **qualquer** entrada de **numerário**, de origem **não comprovada** por documento hábil;
- II – a **escrituração** de suprimentos **sem** documentação hábil, idônea ou coincidente, em **datas** e **valores**, com as importâncias entregues pelo **supridor**, ou **sem** comprovação de disponibilidade **financeira** deste;
- III – a **ocorrência** de **saldo credor** nas contas do **ativo** circulante ou do realizável;
- IV – a **efetivação** de pagamento **sem** a correspondente **disponibilidade financeira**; e
- V – **qualquer** irregularidade verificada em **máquina registradora** utilizada pelo **contribuinte**, ressalvada a **hipótese** de defeito mecânico, **devidamente comprovado** por oficina credenciada.

Art. 546. Sonegação fiscal é a **ação** ou **omissão dolosa, fraudulenta** ou **simulatória** do contribuinte, **com** ou **sem** concurso de terceiro em **benefício** deste ou daquele:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

I – tendente a **impedir** ou **retardar**, **total** ou **parcialmente**, o conhecimento por **parte** da autoridade fazendária:

a) da **ocorrência** do fato gerador da **obrigação** tributária principal, sua **natureza** ou **circunstâncias materiais**; e

b) das **condições pessoais** do contribuinte, suscetíveis de **afetar** a obrigação tributária principal ou **crédito** tributário correspondente.

II – tendente a **impedir** ou **retardar**, **total** ou **parcialmente**, a ocorrência do **fato gerador** da obrigação tributária principal, ou a **excluir** ou **modificar** as suas características essenciais, de modo a **reduzir** o montante do **imposto devido**, ou a **evitar** ou **diferir** o seu pagamento.

Art. 547. Enquanto **perdurar** o regime especial, os blocos de notas fiscais, os livros e tudo o mais que for destinado ao **registro** de **operações**, **tributáveis** ou **não**, **será** visado pelas Autoridades Fiscais **incumbidas** da aplicação do regime especial, **antes** de serem utilizados pelos **contribuintes**.

Art. 548. O **Secretário**, responsável pela área fazendária, **poderá** baixar **instruções complementares** que se fizerem necessárias sobre a **modalidade** da ação fiscal e a rotina de **trabalho indicadas** em cada caso, na aplicação do **regime especial**.

Capítulo II

Penalidades Funcionais

Art. 549. Serão **punidos** com multa equivalente, até o **máximo**, de **15 (quinze)** dias do respectivo vencimento, os **funcionários** que:

I – sendo de sua **atribuição**, se negarem a **prestar** assistência ao contribuinte, quando por este **solicitada**;

II – por negligência ou má fé, **lavrarem** autos e **termos** de fiscalização **sem** obediência aos requisitos legais, de **forma** a lhes **acarretar nulidades**; e

III – tendo **conhecimento** de irregularidades que **impliquem** sanções penais, deixarem de **aplicar** ou **comunicar** o procedimento cabível.

Art. 550. A penalidade **será** imposta pelo Prefeito, **mediante representação** da autoridade fazendária a que **estiver** subordinado o servidor.

Art. 551. O **pagamento** de multa decorrente de **aplicação** de penalidade funcional, devidamente documentada e **instruída** em **processo administrativo**, **inclusive** com defesa apresentada pelo **servidor**, somente se **tornará** exigível depois de **transitada** em **julgado** a decisão que a impôs.

TÍTULO VIII

PROCESSO FISCAL

Capítulo I

Procedimento Fiscal

Art. 552. O procedimento fiscal **compreende** o conjunto dos seguintes atos e formalidades:

I – **atos**:

- a) apreensão;
- b) arbitramento;
- c) diligência;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- d) estimativa;
- e) homologação;
- f) inspeção;
- g) interdição;
- h) levantamento;
- i) plantão; e
- j) representação;

II - formalidades:

- a) Auto de Apreensão;
- b) Auto de Infração e Termo de Intimação;
- c) Auto de Interdição;
- d) Relatório de Fiscalização;
- e) Termo de Diligência Fiscal;
- f) Termo de Início de Ação Fiscal;
- g) Termo de Inspeção Fiscal;
- h) Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização;
- i) Termo de Intimação; e
- j) Termo de Verificação Fiscal.

Art. 553. O procedimento fiscal **considera-se** iniciado, com a **finalidade** de **excluir** a espontaneidade da iniciativa do **sujeito passivo** em **relação** aos atos anteriores, com a **lavratura**:

I - do Termo de Início de Ação Fiscal ou do Termo de Intimação, para **apresentar documentos fiscais** ou **não fiscais**, de interesse da Fazenda Pública Municipal;

II - do Auto de Apreensão, do Auto de Infração e Termo de Intimação e do Auto de Interdição;

III - do Termo de Diligência Fiscal, do Termo de Inspeção Fiscal e do Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização, desde que **caracterize** o início do **procedimento** para apuração de **infração fiscal**, de conhecimento **prévio** do contribuinte.

Seção I

Apreensão

Art. 554. A Autoridade Fiscal **apreenderá** bens e documentos, **inclusive** objetos e mercadorias, móveis ou **não**, livros, notas e **quaisquer outros papéis**, fiscais ou não-fiscais, desde que **constituam** prova material de infração à **legislação tributária**.

Parágrafo Único. Havendo **prova**, ou fundada **suspeita**, de que os bens e documentos se **encontram** em **residência particular** ou lugar utilizando como **moradia**, **serão promovidas** a busca e apreensão judiciais, **sem** prejuízo de medidas necessárias para **evitar** a remoção clandestina.

Art. 555. Os documentos apreendidos **poderão**, a requerimento do autuado, **ser-lhe** devolvidos, ficando no **processo cópia** do inteiro teor ou da **parte** que deva fazer **prova**, caso o original **não seja** indispensável a esse **fim**.

Art. 556. As coisas apreendidas **serão** restituídas, a requerimento, mediante **depósito** das quantias exigíveis, cuja importância **será arbitrada** pela autoridade competente, **ficando** retidas, até **decisão final**, os espécimes necessários à **prova**.

Parágrafo Único. As quantias exigíveis **serão arbitradas**, levando-se em conta os **custos** da apreensão, transporte e depósito.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 557. Se o autuado **não provar** o preenchimento das **exigências legais** para liberação dos bens apreendidos, no prazo de **60 (sessenta)** dias, a contar da data da **apreensão**, serão os bens **levados a hasta pública** ou **leilão**.

§ 1º Quando a **apreensão** recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública **poderá** realizar-se a partir do **próprio** dia da apreensão.

§ 2º Apurando-se, na **venda**, importância **superior** aos tributos, multas, acréscimos e demais custos resultantes da apreensão e da realização da hasta pública ou leilão, **será** o autuado notificado, no prazo de **5 (cinco)** dias, para **receber** o excedente, se já não houver **comparecido** para fazê-lo.

§ 3º Prescreve em **1 (um)** mês o direito de **retirar** o saldo dos bens levados a **hasta pública** ou **leilão**.

§ 4º Decorrido o **prazo prescricional**, o saldo **será convertido** em renda eventual.

Art. 558. Não havendo **licitante**, os bens **apreendidos** de fácil deterioração ou de diminuto valor **serão** destinados, pelo Prefeito, a **instituições de caridade**.

Parágrafo Único. Aos demais bens, após **60 (sessenta)** dias, a administração **dará** destino que julgar **conveniente**.

Art. 559. A hasta pública ou leilão **serão** anunciados com antecedência de **10 (dez)** dias, através de **edital afixado** em lugar público e veiculado no **órgão oficial** e, se conveniente, em **jornal** de grande circulação.

Parágrafo Único. Os bens levados a hasta pública ou leilão **serão escriturados** em livros próprios, mencionando-se as suas **identificações, avaliações** e os **preços de arrematação**.

Seção II

Arbitramento

Art. 560. A Autoridade Fiscal **arbitrará, sem prejuízo** das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I – quanto ao **ISSQN**:

a) não puder ser **conhecido** o **valor efetivo** do preço do serviço ou da venda, **inclusive** nos casos de perda, extravio ou inutilização de **documentos fiscais**;

b) os **registros fiscais** ou **contábeis, bem como** as declarações ou documentos **exibidos** pelo **sujeito passivo** ou pelo **terceiro obrigado**, por serem insuficientes, omissos, inverossímeis ou falsos, **não merecerem fé**;

c) o **contribuinte** ou **responsável**, após regularmente intimado, **recusar-se a exibir** à fiscalização os **elementos** necessários à **comprovação** do valor dos **serviços prestados**;

d) **existirem** atos **qualificados** em lei como crimes ou contravenções, mesmo **sem** essa **qualificação**, forem praticados com **dolo, fraude** ou **simulação**, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis **exibidos** pelo contribuinte, ou por **qualquer outro meio** direto ou indireto de verificação;

e) **ocorrer** prática de **subfaturamento** ou contratação de serviços por **valores abaixo** dos preços de mercado;

f) houver **flagrante** insuficiência de imposto **pago** em face do **volume** dos serviços prestados;

g) **tiver** serviços prestados **sem** a determinação do **preço** ou, **reiteradamente**, a título de **cortesia**; e

h) for **apurado** o exercício de qualquer atividade que constitua **fato gerador** do imposto, **sem** se encontrar o **sujeito passivo** devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

II – quanto ao **IPTU**:



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- a) a coleta de **dados necessários** à fixação do **valor venal** do imóvel for **impedida** ou **dificultada** pelo contribuinte; e
 - b) os **imóveis** se encontrarem fechados e os proprietários **não forem** encontrados.
- III – quanto ao **ITBI**, não concordar com o **valor declarado** pelo sujeito passivo.

Art. 561. O arbitramento **será** elaborado tomando-se **como base**:

- I – relativamente ao **ISSQN**:
 - a) o **valor** da matéria-prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;
 - b) ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
 - c) **aluguéis pagos** ou, na falta destes, o **valor equivalente** para idênticas situações;
 - d) o **montante** das **despesas** com luz, água, esgoto e telefone;
 - e) **impostos, taxas, contribuições e encargos em geral**; e
 - f) **outras despesas** mensais obrigatórias.
- II – relativamente ao **IPTU** e ao **ITBI**: o **valor obtido** adotando como parâmetro os imóveis de características e dimensões **semelhantes**, situados na mesma **quadra** ou **região** em que se localizar o imóvel cujo **valor venal** ou transferência estiver sendo **arbitrado**.

Parágrafo único. O montante apurado **será acrescido** de **30% (trinta por cento)**, a título de lucro ou vantagem remuneratória a **cargo do contribuinte**, em relação ao **ISSQN**.

Art. 562. Na impossibilidade de se **efetuar** o **arbitramento** pela forma estabelecida, no caso do **ISSQN**, **apurar-se-á** o preço do serviço, **levando-se em conta**:

- I – os **recolhimentos** efetuados em **períodos idênticos** por outros contribuintes que **exerçam** a mesma atividade em condições semelhantes;
- II – o preço **corrente dos serviços**, à época a que se **referir** o levantamento; e
- III – os **fatores inerentes** e situações peculiares ao **ramo de negócio** ou **atividades**, considerados especialmente os que **permitam** uma avaliação do provável **movimento tributável**.

Art. 563. O arbitramento:

- I – referir-se-á, **exclusivamente**, aos **fatos atinentes** ao período em que se **verificarem** as ocorrências;
- II – **deduzirá** os **pagamentos** efetuados no período;
- III – será **fixado** mediante **relatório** da Autoridade Fiscal, homologado pela **chefia imediata**;
- IV – com os acréscimos legais, **será exigido através** de Auto de Infração e Termo de Intimação; e
- V – cessará os seus efeitos, quando o **contribuinte**, de **forma satisfatória**, a critério do fisco, **sanar** as irregularidades que deram **origem** ao **procedimento**.

Seção III
Diligência

Art. 564. A Autoridade Fiscal **realizará diligência**, com o intuito de:

- I – apurar **fatos geradores**, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e **lançamentos** de tributos municipais;
- II – **fiscalizar** o cumprimento de **obrigações** tributárias principais e acessórias;
- III – **aplicar** sanções por **infração** de dispositivos legais.

Seção IV
Estimativa



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 565. A Autoridade Fiscal **estimar**á de **ofício** ou **mediante requerimento** do contribuinte, a base de cálculo do **ISSQN**, quando se **tratar** de:

- I – **atividade exercida** em caráter provisório;
- II – sujeito passivo de **rudimentar organização**;
- III – **contribuinte** ou **grupo** de contribuintes **cuja** espécie, modalidade ou volume de **negócios** aconselhem **tratamento** fiscal específico; e
- IV – sujeito passivo que **não tenha** condições de **emitir** documentos fiscais ou **deixe**, sistematicamente, de **cumprir obrigações** tributárias, acessórias ou principais.

Parágrafo Único. Atividade exercida em **caráter provisório** é aquela cujo **exercício** é de **natureza temporária** e está **vinculada** a fatores ou acontecimentos **ocasionais** ou **excepcionais**.

Art. 566. A estimativa **será apurada** tomando-se como base:

- I – o **preço corrente** do serviço, na praça;
- II – o **tempo** de duração e a natureza **específica** da atividade; e
- III – o **valor** das **despesas gerais** do contribuinte, durante o **período** considerado.

Art. 567. O regime de **estimativa**:

- I – será **fixado por relatório** da Autoridade Fiscal, homologado pela **chefia imediata**, e deferido por um **período** de até **12 (doze)** meses;
- II – terá a base de cálculo **expressa** em **U.F.M.**;
- III – a **critério** do Secretário, **responsável** pela área fazendária, **poderá**, a **qualquer tempo**, ser suspenso, revisto ou cancelado;
- IV – **dispensa** o **uso** de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte; e
- V – por **solicitação** do sujeito passivo e a **critério** do fisco, **poderá** ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, **subordinado** à utilização dos **documentos fiscais** exigidos.

Art. 568. O contribuinte que **não concordar** com a base de cálculo estimada, **poderá** apresentar reclamação no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da data da **ciência** do relatório homologado.

Parágrafo Único. No caso **específico** de atividade exercida em **caráter provisório**, a ciência da estimativa se **dará** através de **Termo de Intimação**.

Art. 569. A reclamação **não terá** efeito suspensivo e **mencionará**, obrigatoriamente, o **valor** que o interessado **reputar justo**, assim como os **elementos** para a sua **aferição**.

Parágrafo Único. Julgada procedente a **reclamação**, total ou parcialmente, a **diferença** recolhida na pendência da **decisão** **será** compensada nos **recolhimentos futuros**.

Seção V

Homologação

Art. 570. A Autoridade Fiscal, **tomando** conhecimento da **atividade exercida** pelo contribuinte, analisando a antecipação de **recolhimentos** sem **prévio** exame do sujeito ativo, **homologará** ou **não** os autolançamentos ou lançamentos espontâneos **atribuídos** ao sujeito passivo.

§ 1º O **pagamento antecipado** pelo contribuinte **extingue** o crédito, sob condição resolutória da ulterior **homologação** do lançamento.

§ 2º Não **influem** sobre a obrigação tributária **quaisquer atos anteriores** à homologação, praticados pelo **sujeito passivo** ou por **terceiro**, visando à **extinção** total ou parcial do crédito.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 3º Tais atos serão, porém, **considerados** na apuração do saldo porventura **devido** e, sendo o caso, na **imposição** de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º O prazo da homologação **será** de 5 (**cinco**) anos, a contar da **ocorrência** do fato gerador; expirado esse prazo **sem** que a Fazenda Pública Municipal se tenha **pronunciado**, considera-se homologado o lançamento e **definitivamente** extinto o crédito, salvo se **comprovada** a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Seção VI Inspeção

Art. 571. A Autoridade Fiscal, **auxiliada** por força policial, inspecionará o **sujeito passivo** que:

- I – **apresentar indício** de omissão de receita;
- II – **tiver praticado** sonegação fiscal; e
- III – **opuser** ou **criar** obstáculo à realização de **diligência** ou **plantão fiscal**.

Parágrafo Único. A autoridade fiscal **poderá** solicitar auxílio por **força policial**, para os fins de **realização** da diligência.

Art. 572. A Autoridade Fiscal **examinará** e **apreenderá** mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e **efeitos comerciais** ou **fiscais** dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviço, que **constituam** prova material de **indício** de omissão de receita, e sonegação fiscal.

Parágrafo Único. A autoridade fiscal **poderá** solicitar auxílio por **força policial**, para os fins de **realização** da diligência.

Seção VII Interdição

Art. 573. A Autoridade Fiscal, auxiliada por **força policial**, interdirá o local onde **será** exercida atividade em caráter provisório, **sem** que o contribuinte **tenha efetuado** o pagamento antecipado do **imposto estimado**.

Parágrafo Único. A liberação para o **exercício** da atividade **somente** ocorrerá **após** sanada, na sua plenitude, a **irregularidade cometida**.

Seção VIII Levantamento

Art. 574. A Autoridade Fiscal **levantará** dados do **sujeito passivo**, com o **intuito de**:

- I – **elaborar** arbitramento;
- II – apurar **estimativa**; e
- III – **proceder** homologação.

Seção IX Plantão

Art. 575. A Autoridade Fiscal, mediante plantão, **adotará** a apuração ou verificação diária no **próprio** local da atividade, durante determinado período, **quando**:

- I – houver **dúvida** sobre a exatidão do que **será** levantado ou **for declarado** para os efeitos dos tributos municipais; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – o contribuinte **estiver** sujeito a **regime** especial de fiscalização.

Seção X

Representação

Art. 576. A Autoridade Fiscal ou qualquer pessoa, quando **não competente** para lavrar Auto e Termo de Fiscalização, poderá **representar contra** toda ação ou omissão **contrária** às **disposições** da Legislação Tributária ou de **outras leis** ou **regulamentos fiscais**.

Art. 577. A representação:

I – **far-se-á** em petição **assinada** e discriminará, em letra legível, o **nome**, a **profissão** e o **endereço** de seu autor;

II – **deverá** estar acompanhada de **provas** ou **indicará** os elementos desta e **mencionará** os meios ou as **circunstâncias** em razão das quais se **tornou** conhecida a infração;

III – não será **admitida** quando o **autor tenha sido** sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, **quando relativa** a fatos anteriores à data em que **tenham** perdido essa qualidade; e

IV – **deverá** ser recebida pelo **Secretário**, responsável pela área fazendária, que **determinará** imediatamente a **diligência** ou **inspeção** para verificar a veracidade e, conforme couber, **intimará** ou **atuará** o infrator ou arquivará se **demonstrada** a sua **improcedência**.

Seção XI

Autos e Termos de Fiscalização

Art. 578. Quanto aos Autos e Termos de Fiscalização;

I – **serão** impressos e numerados, de **forma** destacável, em 03 (**três**) vias:

- a) **tipograficamente** em talonário próprio; e
- b) ou **eletronicamente** em formulário contínuo.

II – conterão, entre outros, os **seguintes elementos**:

a) a **qualificação** do contribuinte:

- a.1) **nome** ou **razão social**;
- a.2) **domicílio** tributário;
- a.3) **atividade** econômica; e
- a.4) **número** de inscrição no cadastro, se o tiver.

b) o momento da **lavratura**:

- b.1) **local**;
- b.2) **data**; e
- b.3) **hora**.

c) a **formalização** do procedimento:

c.1) **nome** e **assinatura** da Autoridade **incumbida** da ação fiscal e do **responsável**, representante ou preposto do **sujeito passivo**; e

c.2) enumeração de **quaisquer fatos** e circunstâncias que **possam** esclarecer a ocorrência.

III – sempre que couber, **farão** referência aos documentos de fiscalização, **direta** ou **indiretamente**, relacionados com o **procedimento adotado**;

IV – se o responsável, representante ou seu preposto, **não puder** ou **não quiser** assiná-los, far-se-á **menção** dessa circunstância;

V – a assinatura **não constitui** formalidade essencial às suas validades, **não implica** confissão ou concordância, **nem** a recusa determinará ou agravará a **pena**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

VI – as omissões ou incorreções **não acarretarão** nulidades, **desde que** do procedimento constem elementos **necessários** e **suficientes** para a identificação dos **fatos**;

VII – nos casos **específicos** do Auto de Infração e Termo de Intimação e do Auto de Apreensão, é condição **necessária** e **suficiente** para inoccorrência ou nulidade, a **determinação** da infração e do infrator.

VIII – serão lavrados, **cumulativamente**, quando couber, por Autoridade Fiscal, **com** precisão e clareza, **sem** entrelinhas, emendas ou rasuras:

a) pessoalmente, sempre que **possível**, mediante **entrega** de **cópia** ao contribuinte responsável, seu representante ou preposto, **contra** recibo datado no original ou, no caso de **recusa**, certificado pelo **Agente** encarregado do procedimento;

b) por **carta**, acompanhada de **cópia** e com aviso de recebimento (AR) **datado** e **firmado** pelo destinatário ou alguém de seu **domicílio**; e

c) por **edital**, com prazo de **30 (trinta)** dias, quando **resultarem** improfícuos os meios referidos nas **alíneas “a” e “b”** deste **inciso**, ou for desconhecido o **domicílio tributário** do contribuinte.

IX – presumem-se lavrados, **quando**:

a) pessoalmente, **na data** do recibo ou da certificação;

b) por carta, **na data** de **recepção** do comprovante de entrega, e se esta for **omitida**, **30 (trinta)** dias após a data de **entrega** da carta no correio; e

c) por **edital**, no termo da prova indicada, **contado** este da data de **afixação** ou de **publicação**.

X – uma vez lavrados, **terá** a Autoridade Fiscal o **prazo**, obrigatório e improrrogável, de **48 (quarenta e oito)** horas, para **entregá-lo** a registro.

Art. 579. É o **instrumento legal** utilizado pela Autoridade Fiscal com o **objetivo** de **formalizar**:

I – o Auto de Apreensão: a apreensão de bens e documentos;

II – o Auto de Infração e Termo de Intimação: a **penalização** pela violação, voluntária ou não, de **normas** estabelecidas na legislação tributária;

III – o Auto de Interdição: a interdição de **atividade provisória** inadimplente com a Fazenda Pública Municipal;

IV – o Relatório de Fiscalização: a realização de plantão e o **levantamento** efetuado em **arbitramento**, **estimativa** e **homologação**;

V – o Termo de Diligência Fiscal: a **realização** de diligência;

VI – o Termo de Início de Ação Fiscal: o **início** de levantamento homologatório;

VII – o Termo de Inspeção Fiscal: a **realização** de inspeção;

VIII – o Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização: o **regime** especial de fiscalização;

IX – o Termo de Intimação: a **solicitação** de documento, informação, esclarecimento, e a **ciência** de decisões fiscais; e

X – o Termo de Verificação Fiscal: o **término** de levantamento homologatório.

Art. 580. As formalidades do procedimento fiscal **conterão**, ainda, relativamente ao:

I – Auto de Apreensão:

a) a **relação** de bens e documentos apreendidos;

b) a **indicação** do lugar onde ficarão depositados;

c) a **assinatura** do **depositário**, o qual **será** designado pelo autuante, **podendo** a designação **recair** no próprio detentor, se for **idôneo**, a juízo do **fisco**; e

d) a citação **expressa** do dispositivo **legal violado**.

II – Auto de Infração e Termo de Intimação:

a) a **descrição** do fato que ocasionar a infração;

b) a **citação** expressa do dispositivo legal que **constitui** a violação e comina a sanção; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

c) a **comunicação** para pagar o tributo e a multa devidos, ou **apresentar** defesa e provas, no **prazo previsto**.

III – Auto de Interdição:

- a) a **descrição** do fato que ocasionar a interdição;
- b) a citação expressa do dispositivo legal que **constitui** a infração e comina a sanção; e
- c) a **ciência** da condição necessária para a **liberação** do **exercício** da atividade interdita.

IV – Relatório de Fiscalização:

a) a **descrição**, circunstanciada, de atos e fatos **ocorridos** no plantão e presentes no levantamento para **elaboração** de **arbitramento**, apuração de **estimativa** e **homologação** de lançamento; e

b) a **citação** expressa da **matéria** tributável;

V – Termo de Diligência Fiscal:

- a) a **descrição**, circunstanciada, de atos e fatos **ocorridos** na verificação; e
- b) a **citação** expressa do **objetivo** da diligência;

VI – Termo de Início de Ação Fiscal:

- a) a data de início do **levantamento homologatório**;
- b) o **período** a ser fiscalizado;
- c) a **relação** de documentos solicitados; e
- d) o **prazo** para o **término** do levantamento e **devolução** dos documentos.

VII – Termo de Inspeção Fiscal:

- a) a **descrição** do fato que ocasionar a **inspeção**; e
- b) a **citação** expressa do **dispositivo legal** que constitui a **infração** e comina a sanção.

VIII – Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização:

- a) a **descrição** do fato que ocasionar o **regime**;
- b) a **citação** expressa do **dispositivo legal** que constitui a **infração** e comina a sanção;
- c) as **prescrições** fiscais a **serem** cumpridas pelo **contribuinte**; e
- d) o **prazo** de duração do regime.

IX – Termo de Intimação:

- a) a **relação** de documentos solicitados;
- b) a **modalidade** de informação pedida e/ou o tipo de **esclarecimento** a ser **prestado** e/ou a **decisão** fiscal cientificada;
- c) a **fundamentação** legal;
- d) a **indicação** da penalidade cabível, em caso de **descumprimento**; e
- e) o **prazo** para atendimento do objeto da **intimação**.

X – Termo de Verificação Fiscal:

- a) a **descrição**, circunstanciada, de **atos** e **fatos ocorridos** no plantão e presentes no levantamento para elaboração de **arbitramento**, apuração de **estimativa** e **homologação** de lançamento; e
- b) a **citação** expressa da matéria **tributável**.

Capítulo II

Processo Administrativo Tributário

Seção I

Disposição Preliminares

Art. 581. O Processo Administrativo Tributário **será**:

- I – **regido** pelas disposições desta Lei;
- II – **iniciado** por petição da parte interessada ou de **ofício**, pela Autoridade Fiscal; e
- III – **aquele** que **versar** sobre interpretação ou aplicação de **legislação tributária**.

Seção II



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Postulantes

Art. 582. O contribuinte **poderá** postular pessoalmente ou por **representante** regularmente habilitado ou, ainda, **mediante** mandato expresso, **por intermédio** de preposto de representante.

Art. 583. Os órgãos de classe **poderão** representar **interesses gerais** da **respectiva** categoria econômica ou profissional.

Seção III

Prazos

Art. 584. Os prazos:

I – são contínuos e peremptórios, **excluindo-se**, em sua contagem, o **dia do início** e **incluindo-se** o do vencimento;

II – só se **iniciam** ou se **vencem** em dia de **expediente normal** do órgão em que corra o processo ou em que deva ser **praticado o ato**;

III – serão de **30 (trinta)** dias para:

- a) **apresentação** de defesa;
- b) **elaboração** de contestação;
- c) **pronunciamento e decisão**;
- d) **resposta** à consulta; e
- e) **interposição** de recurso voluntário.

IV – serão de **15 (quinze)** dias para **cumprimento** de despacho, conclusão de diligência e esclarecimento;

V – serão de **10 (dez)** dias para:

- a) **interposição** de recurso de ofício ou de **revista**; e
- b) **pedido** de reconsideração.

VI – não estando fixados, serão **30 (trinta)** dias para a **prática** de **ato** a cargo do interessado;

VII – contar-se-ão:

a) de **defesa**, a partir da **notificação de lançamento** de tributo ou **ato administrativo** dele decorrente ou da **lavratura** do Auto de Infração e Termo de Intimação;

b) de contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a **partir** do recebimento do **processo**; e

c) de **recurso**, pedido de **reconsideração** e **cumprimento** de despacho e decisão, a **partir** da ciência da decisão ou publicação do acórdão.

VIII – fixados, **suspendem-se** a partir da data em que for **determinada** qualquer diligência, recomeçando a **fluir** no dia em que o **processo retornar**.

Seção IV

Petição

Art. 585. A petição:

I – será feita **através** de **requerimento** contendo as seguintes indicações:

- a) nome ou razão social do **sujeito passivo**;
- b) **número** de inscrição no Cadastro Fiscal;
- c) **domicílio** tributário;
- d) a **pretensão** e seus **fundamentos**, assim como **declaração** do montante que for resultado devido, quando a **dúvida** ou o litígio **versar sobre valor**; e
- e) as **diligências** pretendidas, expostos os **motivos** que as justifiquem.

II – será **indeferida** quando **manifestamente** inepta ou a parte **for** ilegítima, ficando, entretanto, **vedado** à repartição recusar o seu **recebimento**; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – não **poderá** reunir matéria **referente** a tributos diversos, bem como **impugnação** ou **recurso** relativo a **mais** de **um lançamento**, decisão, Sujeito Passivo ou Auto de Infração e Termo de Intimação.

Seção V Instauração

Art. 586. O Processo Administrativo Tributário **será** instaurado por:

- I – **petição** do contribuinte, responsável ou seu preposto, **reclamando** contra lançamento de tributo ou ato administrativo dele **decorrente**; e
- II – Auto de Infração e Termo de Intimação.

Art. 587. O **servidor** que instaurar o processo:

- I – **receberá** a documentação;
- II – **certificará** a data de recebimento;
- III – **numerará** e **rubricará** as folhas dos autos; e
- IV – o **encaminhará** para a devida instrução.

Seção VI Instrução

Art. 588. A autoridade que **instruir** o processo:

- I – **solicitará** informações e pareceres;
- II – **deferirá** ou **indeferirá** provas requeridas;
- III – **numerará** e **rubricará** as folhas apensadas;
- IV – **mandará cientificar** os interessados, quando for o caso; e
- V – **abrirá prazo** para recurso.

Seção VII Nulidades

Art. 589. São **nulos**:

- I – os **Atos Fiscais** praticados e os Autos e Termos de Fiscalização **lavrados** por pessoa que **não** seja Autoridade Fiscal; e
- II – os **atos** executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente, **não** fundamentados ou que **impliquem** preterição ou prejuízo do **direito de defesa**.

Parágrafo Único. A nulidade do ato **não alcança** os atos posteriores, salvo quando dele **decorram** ou dependam.

Art. 590. A nulidade **será declarada** pela autoridade competente para **praticar** o ato, ou **julgar** a sua legitimidade.

Parágrafo Único. Na **declaração** de nulidade, a autoridade **dirá** os atos alcançados e **determinará** as providências necessárias ao **prosseguimento** ou à solução do **processo**.

Seção VIII Disposições Diversas

Art. 591. O processo **será** organizado em **ordem cronológica** e terá suas **folhas** numeradas e rubricadas.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 592. É **facultado** do Sujeito Passivo ou a quem o represente, sempre que necessário, ter **vistas** dos processos em que **for parte**.

Art. 593. Os documentos apresentados pela parte **poderão** ser restituídos, em **qualquer** fase do processo, desde que **não** haja **prejuízo** para a solução deste, exigindo-se a **substituição** por cópias **autenticadas**.

Art. 594. Pode o interessado, em **quaisquer** fase do processo em que **seja parte**, pedir certidão das peças relativas aos **atos decisórios**, utilizando-se, sempre que possível, de **sistemas reprográficos**, com **autenticação** por funcionário habilitado.

§ 1º. Da certidão **constará**, expressamente, se a decisão **transitou** ou **não** em julgado na via **administrativa**.

§ 2º. Só será dada **Certidão** de atos opinativos **quando** os mesmos forem **indicados expressamente**, nos atos **decisórios**, como seu **fundamento**.

§ 3º. Quando a finalidade da Certidão **for instruir** processo judicial, mencionar-se-á o **direito** em questão e fornecer-se-ão dados **suficientes** para **identificar a ação**.

Art. 595. Os interessados **podem** apresentar suas **petições** e os documentos que os instruírem em **duas vias**, a fim de que a segunda lhes **seja devolvida** devidamente autenticada pela **repartição**, valendo como prova de **entrega**.

Capítulo III

Processo Contencioso Fiscal

Seção I

Litígio Tributário

Art. 596. O litígio tributário **considera-se instaurado** com a apresentação, pelo **postulante**, de impugnação de **exigência**.

Parágrafo Único. O **pagamento** de Auto de Infração e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamento **importa** reconhecimento da dívida, **pondo fim** ao litígio.

Seção II

Defesa

Art. 597. A **defesa** que versar sobre parte da exigência **implicará** pagamento da parte **não-impugnada**.

Parágrafo Único. Não sendo efetuado o **pagamento**, no prazo estabelecido, da parte **não-impugnada**, será **promovida** a sua cobrança, devendo, para tanto, ser **instaurado** outro processo com **elementos** indispensáveis à sua **instrução**.

Seção III

Contestação

Art. 598. Apresentada a defesa, o processo **será** encaminhado à Autoridade Fiscal, **responsável** pelo procedimento, ou seu **substituto**, para que **ofereça** contestação.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 1º. Na contestação, a Autoridade Fiscal **alegará** a matéria que **entender útil**, indicando ou requerendo as provas que **pretende produzir**, juntando desde logo as que **constarem** do documento.

§ 2º. Não se **admitirá** prova fundada em **depoimento pessoal** de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

Seção IV

Competência

Art. 599. São competentes para **julgar** na **esfera administrativa**:

- ~~I – em primeira instância, a Procuradoria da Fazenda Municipal;~~
- I – em **primeira instância**, o Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Orçamentária; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 002/2009, de 17 de dezembro de 2009)**
- II – em **segunda instância**, o Conselho Municipal de Contribuintes; e
- III – em **instância especial**, o Prefeito Municipal.

Seção V

Julgamento em Primeira Instância

~~**Art. 600.** Elaborada a contestação, o processo será remetido à Procuradoria da Fazenda Municipal para proferir a decisão.~~

Art. 600. Elaborada a contestação, o processo **será remetido** ao Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Orçamentária para **proferir decisão**. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 002/2009, de 17 de dezembro de 2009)**

Art. 601. A autoridade julgadora **não ficará** adstrita às alegações das partes, devendo **julgar** de acordo com sua **convicção**, em face das **provas** produzidas no **processo**.

~~**Art. 602.** Se entender necessárias, a Procuradoria da Fazenda Municipal determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.~~

Art. 602. Se entender necessário, o Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Orçamentária **determinará**, de **ofício** ou **requerimento** do sujeito passivo, a **realização** de diligências, **inclusive** perícias, **indeferindo** as que considerar prescindíveis ou impraticáveis. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 002/2009, de 17 de dezembro de 2009)**

Parágrafo Único. O sujeito passivo **apresentará** os pontos de **discordância** e as **razões** e **provas** que tiver e **indicará**, no caso de perícia, o nome e endereço de **seu perito**.

Art. 603. Se **deferido** o pedido de perícia, a autoridade **julgadora** de primeira instância **designará** servidor para, como **perito da fazenda**, proceder, juntamente com o **perito do sujeito passivo**, ao exame requerido.

§ 1º. Se as **conclusões** dos peritos **forem** divergentes, **prevalecerá** a que coincidir com o **exame impugnado**.

§ 2º. Não havendo **coincidência**, a autoridade julgadora **designará** outro servidor para **desempatar**.

Art. 604. Será reaberto **prazo** para impugnação se, da **realização** de diligência, resultar **alteração** da **exigência inicial**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 1º. Não sendo cumprida nem impugnada a **exigência**, será declarada a **revelia** pela autoridade julgadora, permanecendo o processo na repartição pelo prazo de 30 (trinta) dias para **cobrança** amigável do crédito tributário e fiscal.

§ 2º. Esgotado o prazo de cobrança amigável, **sem** que tenha sido **pago** o crédito tributário e fiscal, a autoridade julgadora **encaminhará** o processo à Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal para **promover** a cobrança executiva.

Art. 605. A decisão:

- I – será **redigida** com simplicidade e clareza;
- II – **conterá** relatório que mencionará os **elementos** e **atos** informadores, introdutórios e probatórios do **processo** de forma **resumida**;
- III – **arrolará** os fundamentos de **fato** e de **direito** da decisão;
- IV – **indicará** os dispositivos legais aplicados;
- V – **apresentará** o total do débito, discriminando o **tributo devido** e as **penalidades**;
- VI – concluirá pela **procedência** ou **improcedência** do Auto de Infração e Termo de Intimação ou da **reclamação** contra lançamento ou de Ato Administrativo **dele** decorrente, **definindo** expressamente os seus **efeitos**;
- VII – Será **comunicada** ao contribuinte **mediante lavratura** de Termo de Intimação; e
- VIII – de **primeira instância** não está sujeita a pedido de **reconsideração**.

Art. 606. As inexatidões materiais devidas a **lapso manifesto** ou os **erros** de cálculo existentes na decisão **poderão** ser corrigidos de **ofício** ou a **requerimento** do interessado.

Seção VI

Recurso Voluntário para a Segunda Instância

Art. 607. Da decisão de primeira instância **contrária** ao sujeito passivo, **caberá** recurso voluntário para o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 608. O recurso voluntário:

- I – **será** interposto no órgão que **julgou** o processo em primeira instância; e
- II – **poderá** conter prova documental, quando **contrária** ou **não** apresentada na primeira instância.

Seção VII

Recurso de Ofício para a Segunda Instância

Art. 609. Da **decisão** de primeira instância favorável, no **todo** ou em **parte**, ao sujeito passivo, **caberá** recurso de ofício para o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 610. O recurso de ofício:

- I – **será** interposto, obrigatoriamente, pela autoridade **julgadora**, mediante simples **despacho** de **encaminhamento**, no ato da decisão de primeira instância; e
- II – não sendo interposto, **deverá** o Conselho Municipal de Contribuintes **requisitar** o processo.

Seção VIII



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Julgamento em Segunda Instância

Art. 611. Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes para proferir a decisão.

§ 1º. Quando o processo **não** se encontrar **devidamente** instruído, **poderá** ser convertido em diligência para se **determinar** novas provas.

§ 2º. Enquanto o processo estiver em **diligência**, **poderá** o recorrente **juntar** documentos ou acompanhar as **provas determinadas**.

Art. 612. O processo que **não for** relatado ou devolvido, no **prazo** estabelecido, com **voto escrito** do relator, **poderá** ser avocado pelo Presidente do Conselho, que o **incluirá** em pauta de julgamento, dentro do prazo de **10 (dez)** dias.

Art. 613. O autuante, e o reclamante, **poderão** representar-se no Conselho Municipal de Contribuintes, sendo-lhes **facultado** o uso da palavra, por **15 (quinze)** minutos, após o **resumo** do processo feito pelo relator.

Art. 614. O Conselho **não** poderá decidir por **eqüidade**, quando o acórdão resultar na **dispensa** do pagamento de **tributo devido**.

Parágrafo Único. A decisão por eqüidade **será admitida** somente quando, atendendo às características pessoais ou **materiais** da espécie julgada, for restrita à **dispensa total** ou **parcial** de penalidades pecuniárias, nos casos em que **não** houver **dolo**, **fraude** ou **simulação**.

Art. 615. A decisão referente a **processo julgado** pelo Conselho Municipal de Contribuintes **receberá** a forma de Acórdão, cuja conclusão **será publicada** com ementa sumariando a **decisão**.

Parágrafo Único. O sujeito passivo **será cientificado** da decisão do Conselho através da **publicação** de Acórdão.

Seção IX

Pedido de Reconsideração para a Instância Especial

Art. 616. Dos Acórdãos **não-unânicos** do Conselho Municipal de Contribuintes, **cabará pedido** de reconsideração para a **Instância Especial**, o Prefeito Municipal.

Art. 617. O pedido de reconsideração **será feito** no Conselho Municipal de Contribuintes.

Seção X

Recurso de Revista para a Instância Especial

Art. 618. Dos Acórdãos **divergentes** do Conselho Municipal de Contribuintes, **cabará** recurso de revista para a Instância Especial, o Prefeito Municipal.

Art. 619. O recurso de revista:

I – além das **razões** de cabimento e de mérito, **será** instruído com cópia ou indicação precisa da **decisão divergente**; e

II – será **interposto** pelo Presidente do Conselho.

Seção XI



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Julgamento em Instância Especial

Art. 620. Recebido o pedido de **reconsideração** ou **interposto** o recurso de revista, o processo **será** encaminhado ao Prefeito Municipal para **proferir a decisão**.

Art. 621. Antes de **prolatar a decisão**, o Prefeito **poderá solicitar** o pronunciamento de quaisquer órgãos, da Administração Municipal e **determinar** os exames e diligências que **julgar convincentes** à instrução e ao esclarecimento do **processo**.

Parágrafo Único. Da decisão do Prefeito Municipal, **não caberá** recurso na esfera Administrativa.

Seção XII

Eficácia da Decisão Fiscal

Art. 622. Encerra-se o litígio tributário com:

- I – a **decisão definitiva**;
- II – a **desistência** de impugnação ou de recurso;
- III – a **extinção** do crédito; e
- IV – qualquer **ato** que importe **confissão da dívida** ou reconhecimento da **existência** do crédito.

Art. 623. É definitiva a **decisão**:

- I – de **primeira instância**:
 - a) na parte que **não for objeto** de recurso voluntário ou **não** estiver sujeita a **recurso** de ofício; e
 - b) **esgotado o prazo** para recurso voluntário **sem** que este tenha sido **interposto**.
- II – de **segunda instância**:
 - a) unânime, quando **não caiba recurso de revista**; e
 - b) **esgotado o prazo** para pedido de reconsideração **sem** que este tenha sido **feito**.
- III – de **instância especial**.

Seção XIII

Execução da Decisão Fiscal

Art. 624. A execução da decisão fiscal **consistirá**:

- I – na **lavratura** de Termo de Intimação ao **recorrente** ou **sujeito passivo** para **pagar** a importância da **condenação** ou satisfazer a **obrigação acessória**;
- II – na **imediata inscrição**, como dívida ativa, para subsequente **cobrança** por ação executiva, dos débitos **constituídos**, se não forem pagos nos **prazos estabelecidos**; e
- III – na ciência do **recorrente** ou **sujeito passivo** para **receber** a importância recolhida **indevidamente** ou conhecer da **decisão favorável** que **modificará** o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Termo de Intimação.

Capítulo IV

Processo Normativos

Seção I

Consulta

Art. 625. É **assegurado** ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o **direito** de formular consulta sobre a **interpretação** e a **aplicação** da legislação tributária municipal, em relação a **fato concreto** do seu interesse.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Parágrafo Único. Também poderão **formular consulta** os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

Art. 626. A consulta:

- I – deverá ser **dirigida** à Procuradoria da Fazenda Municipal, constando **obrigatoriamente**:
 - a) **nome, denominação** ou **razão social** do consulente;
 - b) **número** de inscrição no Cadastro Fiscal;
 - c) **domicílio** tributário do consulente;
 - d) **sistema** de recolhimento do imposto, quando for o **caso**;
 - e) se existe **procedimento fiscal**, iniciado ou concluído, e lavratura de Auto de Infração e Termo de Intimação;
 - f) a **descrição** do **fato** objeto da consulta; e
 - g) se versa sobre hipótese em **relação** à qual já ocorreu o **fato gerador** da obrigação tributária e, em caso positivo, a **sua data**.
- II – formulada por procurador, **deverá** estar acompanhada do **respectivo** instrumento de mandato.
- III – não produzirá **qualquer efeito** e será **indeferida** de plano, pela Procuradoria da Fazenda Municipal, quando:
 - a) não observar os **requisitos** estabelecidos para a sua **petição**;
 - b) **formulada** depois de **iniciado** procedimento fiscal **contra** o contribuinte ou lavrado Auto de Infração e Termo de Intimação, ou notificação de lançamento, cujos fundamentos se relacionem com a **matéria consultada**;
 - c) **manifestamente** protelatória;
 - d) o fato houver sido **objeto** de **decisão anterior**, ainda **não** modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha **sido parte** o consultante;
 - e) a situação estiver disciplinada em **ato normativo**, publicado antes de sua **apresentação**, definida ou declarada em **disposição** literal de **lei** ou **caracterizada** como crime ou contravenção penal; e
 - f) **não** descrever, completa ou exatamente, a **hipótese** a que se referir, ou **não contiver** os elementos necessários à sua **solução**.
- IV – uma vez apresentada, **produzirá** os seguintes efeitos:
 - a) **suspende** o curso do prazo para pagamento do tributo em relação ao **fato** consultado;
 - b) **impede**, até o **término** do prazo fixado na resposta, o início de qualquer **procedimento fiscal** destinado à apuração de faltas relacionadas com a **matéria**.

§ 1º. A suspensão do prazo **não** produz efeitos relativamente ao tributo devido sobre as demais operações realizadas.

§ 2º. A consulta **formulada** sobre matéria relativa à obrigação tributária principal, apresentada após o **prazo previsto** para o pagamento do tributo a que se referir **não elimina**, se considerado este devido, a incidência dos **acréscimos legais**.

Art. 627. A Procuradoria da Fazenda Municipal, órgão encarregado de responder à consulta, **caberá**:

- I – **solicitar** a emissão de pareceres;
- II – **baixar** o processo em diligência; e
- III – **proferir** a decisão.

Art. 628. Da **decisão**:

- I – **caberá** recurso, **voluntário** ou de **ofício**, ao Conselho Municipal de Contribuintes, **quando** a resposta for, respectivamente, **contrária** ou **favorável** ao sujeito passivo; e
- II – do Conselho Municipal de Contribuintes, **não** caberá recurso ou pedido de reconsideração.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 629. A decisão definitiva dada à consulta terá efeito normativo e será adotada em circular expedida pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

Art. 630. Considera-se **definitiva** a decisão proferida:

- I – pela Procuradoria da Fazenda Municipal, quando **não** houver recurso; e
- II – pelo Conselho Municipal de Contribuintes.

Seção II

Procedimento Normativo

Art. 631. A interpretação e a aplicação da Legislação Tributária **serão definidas** em instrução normativa a ser **baixada** pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

Art. 632. Os órgãos da administração fazendária, em caso de **dúvida** quanto à interpretação e à aplicação da legislação tributária, **deverão** solicitar a instrução normativa.

Art. 633. As decisões de primeira instância **observarão** a jurisprudência do Conselho Municipal de Contribuintes **estabelecida** em Acórdão.

Capítulo V

Conselho Municipal de Contribuintes

Seção I

Composição

Art. 634. O Conselho Municipal de Contribuintes é órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, composto de 01 (um) Presidente, 04 (quatro) Conselheiros efetivos e respectivos suplentes, sendo metade destes indicados pela Fazenda Municipal e metade pelos contribuintes, nomeados pelo Prefeito para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único. O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes é **cargo nato** do Secretário, responsável pela área fazendária.

Art. 635. Os **representantes**:

- I – Da Fazenda Pública Municipal, **serão**:
 - a) conselheiros efetivos:
 - a.1) 01 (um) servidor com **conhecimentos** em administração tributária; e
 - a.2) 01 (um) **responsável** pela Fiscalização;.
 - b) Conselheiros Suplentes, **02 (duas)** Autoridades Fiscais.
- II – Os Representantes dos Contribuintes, em **número** de **dois** conselheiros **efetivos** e **dois** conselheiros **suplentes** serão **nomeados** pelo Prefeito, ouvida a sociedade civil organizada no Município.

Parágrafo Único. A cada Conselheiro, **efetivo** ou **suplente**, será **atribuído** pelo Executivo uma **gratificação** de **função**, por comparecimento a **sessão** de **julgamento**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 636. O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente somente o voto de desempate.

Parágrafo Único. A Procuradoria Geral do Município junto ao Conselho **será** exercida por Procurador do Município ou Advogado **nomeado** pelo Procurador Geral.

Seção II Competência

Art. 637. Compete ao Conselho:

- I - **julgar** recurso voluntário **contra decisões** de órgão julgador de primeira instância; e
- II - **julgar** recurso de **ofício** interposto pelo **órgão julgador** de primeira instância, por decisão **contrária** à Fazenda Pública Municipal.

Art. 638. São atribuições dos Conselheiros:

- I - **examinar** os processos que lhes forem distribuídos, e sobre eles, **apresentar** relatório e parecer conclusivo, **por escrito**;
- II - **comparecer** às sessões e participar dos **debates** para esclarecimento;
- III - **pedir** esclarecimentos, vistas ou diligência **necessários** e solicitar, quando conveniente, destaque de **processo** constante da pauta de julgamento;
- IV - **proferir** voto, na ordem **estabelecida**;
- V - **redigir** os Acórdãos de julgamento em processos que **relatar**, desde que **vencedor** o seu voto;
- VI - **redigir**, quando designado pelo **presidente**, Acórdão de julgamento, se **vencido** o Relator;
- VII - **prolatar**, se desejar, **voto** escrito e fundamentado, quando **divergir** do Relator; e
- VIII - Declarar-se impedidos de **participar** do julgamento, os Conselheiros que:
 - a) **sejam** sócios, acionistas, **interessados**, membros da diretoria ou do Conselho da sociedade ou empresa envolvidas no **processo**;
 - b) **sejam** parentes do **recorrente**, até o **terceiro grau**; e
 - c) **tiver** sido **relator** ou **autoridade julgadora** em instância inferior.

Art. 639. Compete ao Secretário Geral do Conselho:

- I - **secretariar** os trabalhos das reuniões;
- II - fazer **executar** as tarefas administrativas;
- III - promover o **saneamento** dos processos, quando se tornar **necessário**; e
- IV - **distribuir**, por **sorteio**, os processos tributários e fiscais aos **Conselheiros**.

Art. 640. Compete ao Presidente do Conselho:

- I - **presidir** as sessões;
- II - **convocar** sessões extraordinárias, quando **necessário**;
- III - **determinar** as diligências solicitadas;
- IV - **assinar** os Acórdãos;
- V - **proferir**, em julgamento, **além** do voto ordinário, o de **qualidade**;
- VI - **designar** redator de Acórdão, quando **vencido** o voto do relator; e
- VII - **interpor** recurso de revista, determinando a **remessa** do processo ao Prefeito.

§ 1º O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes **será substituído** em seus impedimentos pelo **Diretor da Fiscalização**, não podendo este **assumir**, pelo Chefe da Fiscalização.

§ 2º Na **falta** ou **impedimento** do membro titular, o Presidente **deverá** convocar seu suplente.

Seção III



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Disposições Gerais

Art. 641. Perde a qualidade de Conselheiro:

- I – o **representante** dos contribuintes que **não** comparecer à **03 (três)** sessões consecutivas, **sem** causa justificada perante o Presidente, **devendo** a entidade indicadora **promover** a sua substituição; e
- II – a Autoridade Fiscal que **exonerar-se** ou for **demitida**.

Art. 642. O Conselho **realizará**, ordinariamente, **uma sessão** por semana, em dia e horário **fixado** no início de cada período anual de sessões, **podendo**, ainda, realizar **sessões extraordinárias**, quando necessárias, desde que convocadas pelo **Presidente**.

Art. 643. Não serão **remuneradas** as sessões que excederem a **06 (seis)** mensais.

LIVRO SEGUNDO

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo I

Normas Gerais

Art. 644. A legislação tributária municipal **compreende** as Leis, os Decretos e as Normas Complementares que versem, no **todo** ou em **parte**, sobre tributos de **competência municipal**.

Parágrafo Único. São **normas complementares** das Leis e Decretos:

- I – as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos **expedidos** pelas autoridades administrativas;
- II – as **decisões** dos órgãos componentes das **instâncias** administrativas;
- III – as **práticas** reiteradamente **observadas** pelas autoridades administrativas; e
- IV – os **convênios** que o Município **celebre** com as entidades da administração **direta** ou **indireta**, da União, Estado ou Municípios.

Art. 645. Somente a **lei** pode estabelecer:

- I – a instituição, a extinção, a majoração, a redução, o fato gerador, a base de cálculo e a alíquota de tributos;
- II – a cominação, a **dispensa** ou a **redução** de penalidades para as **ações** ou **omissões** contrárias a seus dispositivos; e
- III – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de **créditos tributários** e **fiscais**.

§ 1º. **Constitui** majoração ou redução de tributo a **modificação** de sua base de cálculo, que importe em torná-lo **mais** ou menos oneroso.

§ 2º. Não **constitui** **majoração** de tributo a atualização monetária de sua base de cálculo.

Capítulo II

Vigência

Art. 646. Entram em vigor:

- I – na **data** da sua **publicação**, as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos **expedidos** pelas autoridades administrativas;
- II – **30 (trinta)** dias **após** a data da sua publicação, as **decisões** dos órgãos componentes das **instâncias** administrativas;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – na **data** neles prevista, os convênios que o Município **celebre** com as entidades da administração **direta** ou **indireta**, da União, Estado, ou Municípios; e

IV – no primeiro dia do **exercício seguinte** àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei **que**:

a) **instituem, majorem ou definem** novas hipóteses de **incidência de tributos**; e

b) **extinguem ou reduzem** isenções, **não** concedidas por **prazo certo** e **nem** em função de determinadas condições, **salvo** se a lei **dispuser** de maneira mais favorável ao contribuinte.

Capítulo III

Aplicação

Art. 647. A legislação tributária **aplica-se** imediatamente aos fatos geradores **futuros** e aos **pendentes**.

Parágrafo Único. Fatos geradores **pendentes** são aqueles que se iniciaram, mas **ainda não** se completaram pela **inexistência** de todas as circunstâncias **materiais** necessárias e indispensáveis à produção de **seus efeitos** ou desde que se **não tenham** constituída a situação jurídica em que eles **assentam**.

Art. 648. A lei **aplica-se** ao ato ou fato pretérito:

I – em **qualquer caso**, quando seja expressamente interpretativa, **excluída** aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados, **respeitados** o direito adquirido, o **ato jurídico perfeito** e a **coisa julgada**;

II – tratando-se de **ato não** definitivamente julgado:

a) **quando deixe** de defini-lo como infração;

b) **quando deixe** de tratá-lo como **contrário** a qualquer exigência de **ação** ou **omissão**, desde que **não** tenha sido **fraudulento** e **não** tenha implicado **falta** de pagamento de tributo; e

c) quando lhe **comine penalidade** menos severa que a **prevista** na lei vigente ao tempo do tributo.

Parágrafo Único. Lei interpretativa é aquela que **interpreta** outra, no sentido de **esclarecer** e **suprir** as suas obscuridades e ambigüidades, aclarando as suas **dúvidas**.

Capítulo IV

Interpretação

Art. 649. Na **ausência** de disposição expressa, a autoridade competente para **aplicar** a legislação tributária utilizará sucessivamente, na **ordem indicada**:

I – a **analogia**;

II – os **princípios gerais** de direito tributário;

III – os **princípios gerais** de direito público; e

IV – a **eqüidade**.

§ 1º. O emprego da analogia **não poderá** resultar na exigência de tributo **não previsto** em lei.

§ 2º. O emprego da eqüidade **não poderá** resultar na dispensa do **pagamento** de tributo devido.

Art. 650. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que **disponha sobre**:

I – **suspensão** ou **exclusão** do crédito tributário;

II – **outorga** de **isenção**; e

III – **dispensa** do cumprimento de obrigações acessórias.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 651. A lei tributária que **define** infrações, ou lhe comina penalidades, **interpreta-se** da maneira **mais** favorável ao acusado, em caso de **dúvida quanto**:

- I – à **capitulação** legal do fato;
- II – à **natureza** ou às **circunstâncias** materiais do fato, ou à **natureza** ou **extensão** dos seus efeitos;
- III – à **autoria**, **imputabilidade**, ou **punibilidade**; e
- IV – à **natureza** da penalidade **aplicável**, ou à sua **graduação**.

TÍTULO II

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 652. A obrigação tributária é **principal** ou **acessória**.

§ 1º. A obrigação principal **surge** com a ocorrência do **fato gerador**, tem por **objeto** o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e **extingue-se** juntamente com o **crédito** dela **decorrente**.

§ 2º. A obrigação acessória **decorre** da legislação tributária e tem por **objeto** as prestações, positivas ou negativas, nela **previstas** no **interesse** da arrecadação ou da **fiscalização** dos **tributos**.

§ 3º. A obrigação acessória, pelo **simples** fato da sua inobservância, **converte-se** em obrigação principal **relativamente** à penalidade pecuniária.

Capítulo II

Fato Gerador

Art. 653. Fato gerador da obrigação principal é a **situação definida** em lei como necessária e suficiente à sua **ocorrência**.

Art. 654. Fato gerador da obrigação acessória é **qualquer situação** que, na forma da legislação aplicável, **impõe** a prática ou a **abstenção** de ato que **não configure** obrigação principal.

Art. 655. Salvo **disposição** de lei em contrário, considera-se **ocorrido** o fato gerador e **existentes** os seus efeitos:

- I – tratando-se de **situação de fato**, desde o momento em que se **verifiquem** as circunstâncias materiais necessárias a que **produza** os **efeitos** que normalmente lhe são **próprios**; e
- II – tratando-se de **situação jurídica**, desde o momento em que **esteja** definitivamente constituída, nos **termos** do direito aplicável, sendo que os atos ou negócios condicionais **reputam-se** perfeitos e acabados:
 - a) sendo **suspensiva** a condição, **desde** o momento de seu **implemento**; e
 - b) sendo **resolutória** a condição, **desde** o momento da **prática** do ato ou da celebração do negócio.

Art. 656. A definição **legal** do fato gerador é **interpretada abstraindo-se**:

- I – da validade jurídica dos **atos efetivamente praticados** pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da **natureza** do seu objeto ou dos seus **efeitos**; e
- II – dos efeitos dos fatos **efetivamente ocorridos**.

Capítulo III

Sujeito Passivo



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 657. Sujeito ativo da **obrigação** é a Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público titular da competência para **exigir** o seu **cumprimento**.

Capítulo IV Sujeito Passivo Seção I Disposições Gerais

Art. 658. Sujeito passivo da obrigação principal é a **pessoa obrigada** ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único. O sujeito passivo da obrigação principal **diz-se**:

I – **contribuinte**, quando tenha **relação pessoal** e **direta** com a situação que constitua o respectivo fato gerador; e

II – **responsável**, quando, **sem** revestir a **condição** de contribuinte, sua **obrigação** decorra de disposição de lei.

Art. 659. Sujeito passivo da obrigação acessória é a **pessoa obrigada** às prestações que **constituam** o seu objeto.

Art. 660. As **convenções particulares**, relativas à responsabilidade pelo **pagamento** de **tributos**, não podem ser **opostas** à Fazenda Pública Municipal, para **modificar** a definição legal do sujeito passivo das **obrigações tributárias** correspondentes.

Seção II Solidariedade

Art. 661. São solidariamente **obrigadas**:

I – as pessoas que tenham **interesse comum** na situação que **constitua** o fato gerador da **obrigação principal**; e

II – as pessoas **expressamente** designadas por lei.

Parágrafo Único. A solidariedade **não** comporta **benefício** de ordem.

Art. 662. São os seguintes os **efeitos da solidariedade**:

I – o **pagamento** efetuado **por um dos obrigados** aproveita aos demais;

II – a **isenção** ou **remissão** de crédito **exonera** todos os obrigados, **salvo** se outorgada pessoalmente a **um deles**, subsistindo, nesse caso, a **solidariedade** quanto aos **demais** pelo saldo; e

III – a interrupção da prescrição, em **favor** ou **contra** um dos **obrigados**, favorece ou prejudica aos **demais**.

Seção III Capacidade Tributária

Art. 663. A capacidade tributária passiva **indpende**:

I – da **capacidade civil** das pessoas naturais;

II – de **achar-se** a pessoa natural **sujeita** a medidas que **importem** privação ou limitação do **exercício** de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da **administração direta** de seus bens ou negócios; e

III – de **estar** a pessoa jurídica **regularmente** constituída, bastando que **configure** uma unidade econômica ou **profissional**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Seção IV

Domicílio Tributário

Art. 664. Na falta de eleição, pelo **contribuinte** ou **responsável**, de domicílio tributário, considera-se como tal:

I – tratando-se de pessoa física, o lugar onde **reside**, e, não sendo este **conhecido**, o lugar onde se **encontre** a sede habitual de suas **atividades ou negócios**;

II – **tratando-se** de pessoa jurídica de direito privado, local de **qualquer** de seus estabelecimentos; e

III – **tratando-se** de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de **qualquer** de suas repartições administrativas;

§ 1º. Quando **não** couber a aplicação das **regras fixadas** em qualquer dos **incisos** deste artigo, considerar-se-á como **domicílio tributário** do contribuinte ou responsável o **lugar da situação** dos bens ou da **ocorrência** dos atos ou fatos que **deram** origem à obrigação.

§ 2º. A Autoridade Fiscal **pode recusar** o domicílio eleito, quando **impossibilite** ou **dificulte** a arrecadação ou a fiscalização.

Art. 665. O domicílio tributário **será** consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados **dirijam** ou **devam apresentar** à Fazenda Pública Municipal.

Capítulo V

Responsabilidade Tributária

Seção I

Disposição Geral

Art. 666. A responsabilidade pelo **crédito tributário** e **fiscal** pode ser atribuída, de **forma expressa**, a **terceira pessoa**, vinculada ao **fato gerador** da respectiva obrigação, **excluindo** a responsabilidade do **contribuinte** ou **atribuindo-a** a este em **caráter supletivo** do cumprimento total ou parcial da **referida** obrigação.

Seção II

Responsabilidade dos Sucessores

Art. 667. Os créditos tributários **relativos** a impostos cujo fato gerador **seja** a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e **bem assim** os relativos a **taxas** pela prestação de serviços **referentes** a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos **respectivos** adquirentes, **salvo** quando **conste** do título a prova de sua **quitação**.

Parágrafo Único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação **ocorre** sobre o respectivo preço.

Art. 668. São pessoalmente **responsáveis**:

I – o **adquirente** ou **remidente**, pelos tributos relativos aos bens **adquiridos** ou **remidos**;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – o **sucessor** a qualquer título e o **cônjuge meeiro**, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da **partilha** ou **adjudicação, limitada** esta responsabilidade ao **montante do quinhão**, do legado ou da meação; e

III – o espólio, pelos **tributos devidos** pelo de cujus até a data da **abertura da sucessão**.

Art. 669. A pessoa jurídica de direito privado que **resultar** de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é **responsável** pelos **tributos devidos** até a data do ato pelas **pessoas jurídicas** de direito **privado fusionadas**, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto neste **artigo**, aplica-se aos casos de **extinção** de pessoas jurídicas de direito privado, **quando** a exploração da **respectiva atividade** seja continuada **por qualquer** sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 670. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que **adquirir** de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a **respectiva exploração**, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, **responde** pelos **tributos**, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, **devidos** até a data do ato:

I – **integralmente**, se o alienante **cessar** a exploração do comércio, indústria ou atividade; e

II – **subsidiariamente** com o alienante, se este **prosseguir** na exploração ou iniciar dentro de **6 (seis)** meses, a contar da data da alienação, **nova atividade** no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III

Responsabilidade de Terceiro

Art. 671. Nos casos de **impossibilidade** de **exigência** do cumprimento da obrigação principal pelo **contribuinte**, respondem **solidariamente** com este nos **atos** em que intervierem ou **pelas** omissões de que forem responsáveis:

I – os **pais**, pelos **tributos devidos** por seus filhos menores;

II – os **tutores** e **curadores**, pelos **tributos devidos** por seus tutelados ou curatelados;

III – os **administradores** de **bens** de **terceiros**, pelos tributos devidos por estes;

IV – o **inventariante**, pelos **tributos devidos** pelo espólio;

V – o **síndico** e o **comissário**, pelos **tributos devidos** pela massa falida ou pelo concordatário;

VI – os **tabeliães**, **escrivães** e **demais serventuários** de **ofício**, pelos **tributos devidos** sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu **ofício**; e

VII – os **sócios**, no **caso** de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo só se **aplica**, em matéria de penalidades, às de **caráter moratório**.

Art. 672. São **pessoalmente responsáveis** pelos créditos correspondentes a **obrigações** tributárias resultantes de **atos** praticados com **excesso** de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – **pessoas** referidas no **Art. 671** desta lei;

II – os **mandatários**, **prepostos** e **empregados**; e

III – os diretores, gerentes ou representantes de **pessoas jurídicas de direito privado**.

Seção IV

Responsabilidade por Infrações

Art. 673. A **responsabilidade** por infrações da legislação tributária **independe** da **intenção** do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e **extensão** dos efeitos do ato.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 674. A responsabilidade é **pessoal ao agente**:

I – quanto às **infrações conceituadas** por lei como crimes ou contravenções, **salvo** quando praticadas no **exercício regular** de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de **ordem expressa** emitida por quem de direito;

II – quanto às **infrações** em cuja **definição** o dolo específico do agente **seja** elementar; e

III – quanto às **infrações** que **decorram** direta e exclusivamente de **dolo** específico:

a) das pessoas **referidas** nesta Seção, **contra aquelas** por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, **contra** seus mandantes, preponentes ou empregadores; e

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, **contra** estas.

Art. 675. A responsabilidade é **excluída** pela **denúncia espontânea** da infração, acompanhada, se for o caso, do **pagamento** do tributo devido e dos juros de mora, ou de depósito da **importância arbitrada** pela autoridade administrativa, **quando** o montante do tributo **dependa** de apuração.

Parágrafo Único. Não se **considera** espontânea a denúncia apresentada **após** o início de **qualquer** procedimento administrativo ou medida de fiscalização, **relacionados** com a infração.

Capítulo VI

Obrigações Acessórias

Art. 676. Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos **são obrigados** a **cumprir** as determinações desta lei, das leis subseqüentes de mesma natureza, **bem como** dos atos nela previstos, estabelecidos com o fim de **facilitar** o lançamento, a fiscalização e a **cobrança** dos tributos.

§ 1º. Sem **prejuízo** do que vier a ser **estabelecido** de maneira especial, os contribuintes responsáveis por tributos **estão obrigados**:

I – a apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os **atos geradores** da obrigação tributária, **segundo** as **normas desta lei** e dos **respectivos** regulamentos;

II – a conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, **qualquer** documento que, de algum modo se **refira** a operações ou situações que **constituam** fato gerador de obrigações tributárias ou que **sirva** como comprovante da veracidade dos **dados consignados** em guias e documentos fiscais;

III – a **prestar**, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, **informações** e **esclarecimentos** que, a juízo do fisco se **refiram** a fatos geradores de obrigações tributárias; e

IV – de modo geral, a **facilitar**, por todos os **meios** a seu **alcance**, as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos **devidos** ao erário municipal.

TÍTULO III

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E FISCAL

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 677. O **crédito tributário**, que é decorrente da obrigação principal, regularmente constituído **somente** se modifica ou extingue, ou tem sua **exigibilidade suspensa** ou **excluída**, nos casos previstos nesta lei, fora quais **não podem** ser dispensadas a sua efetivação ou as **respectivas garantias**, sob pena de **responsabilidade funcional**.

Capítulo II

Constituição

Seção I



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Lançamento

Art. 678. O lançamento é o **ato privativo** da autoridade administrativa destinado a tornar **exeqüível** o crédito tributário, mediante verificação da **ocorrência** da **obrigação tributária**, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso, a **aplicação** de penalidade cabível.

Art. 679. O ato de lançamento é **vinculado** e **obrigatório**, sob pena de **responsabilidade funcional**, ressalvadas as **hipóteses** de exclusão ou suspensão do crédito tributário **previstas nesta lei**.

Art. 680. O lançamento **reporta-se** à data em que haja **surgido** a obrigação tributária principal e **rege-se** pela lei então vigente, ainda que **posteriormente** modificada ou revogada.

Parágrafo Único. **Aplica-se** ao lançamento a legislação que, **posteriormente** ao nascimento da obrigação **instituinto** novos critérios de apuração da **base de cálculo**, haja estabelecido **novos métodos** de fiscalização, ampliando os poderes de **investigação** das autoridades administrativas, ou **outorgando** **maiores** garantias e privilégios à Fazenda Pública Municipal, **exceto**, no último caso, para **atribuir** responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 681. Os atos formais relativos aos lançamentos dos tributos **ficarão** a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo único. A omissão ou erro de lançamento **não isenta** o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, **nem** de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 682. O lançamento **efetuar-se-á** com base em **dados constantes** do Cadastro Fiscal e declarações apresentadas pelos contribuintes, nas **formas** e **épocas** estabelecidas nesta lei.

§ 1º As declarações **deverão** conter todos os elementos e dados **necessários** ao conhecimento do fato gerador das **obrigações tributárias** e a verificação do montante do **crédito tributário** correspondente.

§ 2º O órgão fazendário competente **examinará** as declarações para **verificar** a **exatidão** dos dados nelas consignados.

Art. 683. Com o fim de obter elementos que lhe **permita verificar** a exatidão das declarações apresentadas pelos **contribuintes** e **responsáveis**, e determinar, com precisão, a **natureza** e o **montante** dos **respectivos** créditos tributários, o órgão fazendário **competente**:

- I - **exigir**, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que **possam constituir** fatos geradores de **obrigações tributárias**;
- II - fazer diligências, levantamentos e plantões nos **locais** ou **estabelecimentos** onde se exercerem as **atividades** sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que **constituam** matéria impositiva;
- III - **exigir** informações e comunicações **escritas** ou **verbais**;
- IV - **notificar**, para comparecer às repartições da prefeitura, o **contribuinte** ou **responsável**; e
- V - **requisitar** o auxílio da força policial para **levar** a **efeito** as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

Art. 684. O lançamento dos tributos e suas modificações **serão** comunicados aos contribuintes, individual ou globalmente, a **critério** da administração:

- I - **através de notificação direta**, feita como aviso, para **servir** como guia de recolhimento;
- II - **através** de edital publicado no órgão oficial; e
- III - **através** de edital **afixado** na Prefeitura.

Art. 685. O lançamento regularmente **notificado** ao sujeito passivo só pode ser **alterado** em virtude de:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- I - **impugnação** do sujeito passivo;
- II - **recurso** de ofício; e
- III - **iniciativa** de ofício da autoridade administrativa, nos **casos previstos** nesta Lei.

Art. 686. A modificação introduzida, de **ofício** ou em **conseqüência** de decisão administrativa ou judicial, nos **critérios jurídicos** adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento **somente** pode ser efetivada, em **relação** a um mesmo sujeito passivo, quanto a **fato gerador** ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II

Modalidades de Lançamento

Art. 687. O lançamento é **efetuado** com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, **quando** um ou outro, na **forma** da legislação tributária, **presta** à autoridade administrativa **informações** sobre matéria de fato, **indispensáveis** à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por **iniciativa** do próprio declarante, quando vise a **reduzir** ou a **excluir** tributo, só é admissível **mediante** comprovação do **erro** em que se funde, e antes de **notificado** o lançamento.

§ 2º Os erros **contidos** na declaração e apuráveis pelo seu exame **serão** retificados de ofício pela autoridade administrativa a que **competir** a revisão daquela.

Art. 688. Antes de **extinto** o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento, decorrente ou não de **arbitramento**, **poderá** ser efetuado ou revisto de ofício, **quando**:

I - o contribuinte ou o responsável **não houver** prestado declaração, ou a **mesma** apresentar-se inexacta, por **serem** falsos ou errôneos os **fatos consignados**;

II - tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável **deixar** de atender satisfatoriamente, no **prazo** e **formas legais**, pedido de **esclarecimento formulado** pela autoridade competente;

III - por omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em **benefício** daquele, tenha se **baseado** em dados cadastrais ou declarados que **sejam falsos** ou **inexatos**;

IV - deva ser apreciado fato **não** conhecido ou **não** aprovado por ocasião do **lançamento anterior**;

V - se **comprovar** que, no lançamento anterior **ocorreu** dolo, fraude, simulação ou falta funcional da autoridade que o **efetuou** ou **omissão**, pela mesma autoridade de **ato** ou formalidade essencial; e

VI - se **verificar** a superveniência de fatores ou provas irrecusáveis **incidentes** sobre os elementos que **constituem** cada lançamento.

Capítulo III

Suspensão

Seção I

Disposições Gerais

Art. 689. Suspendem a exigibilidade do **crédito tributário**:

- I - **moratória**;
- II - o depósito do seu montante integral ou penhora **suficiente de bens**;
- III - as reclamações, os recursos e as consultas, nos **termos** dos dispositivos legais reguladores do **processo tributário fiscal**; e
- IV - a concessão de **medida liminar** em mandado de segurança.

Seção II

Moratória



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 690. O Município **poderá** conceder moratória, em **caráter geral** e **individual**, suspendendo a exigibilidade de **créditos tributários** e **fiscais**, mediante despacho do Prefeito, desde que **autorizada** em lei específica.

Art. 691. A lei que **conceder** moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual **especificará**, sem prejuízo de **outros requisitos**:

- I – o **prazo** de duração do favor;
- II – as **condições** da concessão do favor em caráter individual;
- III – sendo **caso**:
 - a) os **créditos** tributários e fiscais a que se aplica;
 - b) o número de prestações e seus vencimentos, **dentro** do prazo a que se refere o **inciso I**, podendo **atribuir** a fixação de **uns** e de **outros** à autoridade administrativa, para **cada caso** de concessão em caráter individual; e
 - c) as garantias que **devem** ser fornecidas pelo beneficiário no caso de **concessão** em caráter individual.

Art. 692. A moratória abrange, **tão-somente**, os créditos tributários e fiscais **constituídos** à data da lei ou do despacho que a conceder, ou **cujo lançamento** já tenha sido **iniciado** àquela data por ato regularmente **notificado** ao **sujeito passivo**.

Parágrafo Único. A moratória **não será** concedida nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em **benefício daquele**.

Capítulo IV

Extinção

Seção I

Modalidade

Art. 693. **Extinguem** o crédito tributário:

- I – o **pagamento**;
- II – a **compensação**;
- III – a **transação**;
- IV – a **remissão**;
- V – a **prescrição** e a **decadência**;
- VI – a **conversão** de depósito em renda;
- VII – o **pagamento** antecipado e a homologação do lançamento;
- VIII – a **consignação** em pagamento;
- IX – a **decisão** administrativa irreformável, assim **entendida** a **definitiva** na órbita administrativa, que **não** mais possa ser **objeto** de ação anulatória; e
- X – a **decisão judicial** passada em julgado.

Seção II

Cobrança e do Recolhimento

Art. 694. A cobrança do crédito tributário e fiscal **far-se-á**:



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- I – para **pagamento** à boca do cofre;
- II – por **procedimento** amigável; e
- III – **mediante** ação executiva.

§ 1º A cobrança e o recolhimento do **crédito tributário e fiscal** far-se-ão pela **forma** e nos **prazos** fixados **nesta lei**.

§ 2º O recolhimento do crédito tributário e fiscal **poderá** ser feito **através** de entidades públicas ou privadas, **devidamente autorizadas** pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

Art. 695. O crédito tributário e fiscal **não** quitado até o seu **vencimento** fica sujeito à incidência **de**:

- I – juros de mora de 1% (**um por cento**) ao mês ou fração, **contados** da data do vencimento;
- II – **multa** moratória:
 - a) em se **tratando** de recolhimento espontâneo:
 - a.1) de 5% (**cinco por cento**) do valor corrigido do crédito tributário, se **recolhido** dentro de 30 (**trinta**) dias **contados** da data do vencimento;
 - a.2) de 20% (**vinte por cento**) do valor corrigido do crédito tributário, se **recolhido** após 30 (**trinta**) dias **contados** da data do vencimento; e
 - a.3) de 1% (**um por cento**) ao mês ou fração, no **caso específico** de Contribuição de Melhoria.
 - b) havendo **ação fiscal**, de 50% (**cinquenta por cento**) do valor corrigido do crédito tributário, com **redução** para 25% (**vinte e cinco por cento**), se **recolhido** dentro de 30 (**trinta**) dias **contados** da data da notificação do débito.

III – correção monetária, calculada da **data do vencimento** do crédito tributário, até o **efetivo pagamento**, nos termos da Legislação Federal **específica**.

Art. 696. Os Documentos de Arrecadação de Receitas Municipais, **referentes** a créditos tributários e fiscais **vencidos** terão validade de 5 (**cinco**) dias, **contados** a partir da data de sua **emissão**.

Art. 697. O Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, declarações e quaisquer outros documentos necessários ao **cumprimento** do disposto nesta **Seção**, **obedecerão** aos modelos aprovados pelo Secretário, **responsável** pela área fazendária.

Seção III

Parcelamento

Art. 698. **Poderá** ser parcelado, a **requerimento** do contribuinte, o crédito tributário e fiscal, **não** quitado até o seu vencimento, **que**:

- I – **inscrito** ou não em Dívida Ativa, **ainda** que ajuizada a sua cobrança, com ou **sem** trânsito em julgado;
- II – tenha **sido objeto** de notificação ou autuação; e
- III – **denunciado** espontaneamente pelo contribuinte.

Art. 699. O **parcelamento** de crédito tributário e fiscal, quando ajuizado, **deverá** ser **precedido** do pagamento das custas e honorários advocatícios.

Parágrafo Único. Deferido o parcelamento, o Procurador Geral do Município **autorizará** a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto **estiver** sendo cumprido o **parcelamento**.

Art. 700. Fica **atribuída**, ao Secretário, responsável pela área fazendária, a **competência** para despachar os pedidos de parcelamento.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

~~Art. 701. O parcelamento poderá ser concedido, a critério da autoridade competente, em até 6 (seis) parcelas mensais, atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscal do Município - U.F.M., ou outro índice que venha a substituí-la.~~

~~Parágrafo único. O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:~~

- ~~I — 5 (cinco) U.F.Ms, em se tratando de contribuinte pessoa física;~~
- ~~II — 10 (dez) U.F.Ms, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.~~

Art. 701. O parcelamento **poderá** ser concedido, a **critério** da autoridade competente, em até **12 (doze)** parcelas mensais, **atualizadas** segundo a variação da Unidade Fiscal do Município (UFM), ou outro índice que venha a substituí-la. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 002/2009, de 17 de dezembro de 2009)**

Parágrafo Único. O valor mínimo de cada parcela **será** equivalente a:

- I – 2 (duas) UFMs, em se tratando de contribuinte pessoa física; e**
- II – 4 (quatro) UFMs, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.**

Art. 702. O valor de cada parcela, **expresso** em moeda corrente, **corresponderá** ao valor total do crédito, dividido pelo número de **parcelas concedidas**, sujeitando-se, ainda, à **atualização**, segundo a variação da Unidade Fiscal do Município - U.F.M., ou outro **índice** que venha a substituí-la.

Art. 703. A primeira parcela **vencerá 5 (cinco) dias após** a concessão do parcelamento e as **demais** no mesmo dia dos **meses subseqüentes**.

Art. 704. Vencidas e não quitadas **3 (três)** parcelas consecutivas, **perderá** o contribuinte os **benefícios** desta lei, **sendo procedida**, no caso de crédito não inscrito em Dívida Ativa, a **inscrição** do remanescente para **cobrança judicial**.

§ 1º Em se tratando de crédito **já inscrito** em Dívida Ativa, **proceder-se-á** a imediata cobrança judicial do remanescente.

§ 2º Em se tratando de crédito cuja cobrança **esteja ajuizada e suspensa**, **dar-se-á** prosseguimento imediato à **ação de execução fiscal**.

Art. 705. O pedido de parcelamento **deverá** ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal, **após** a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

Parágrafo Único. A simples **confissão** da dívida, **acompanhada** do seu pedido de parcelamento, **não** configura **denúncia espontânea**.

Art. 706. Tratando-se de parcelamento de crédito **denunciado espontaneamente**, referente a impostos cuja forma de lançamento **seja** por homologação ou declaração, esta **deverá** ser **promovida** pelo órgão competente após a **quitação** da última parcela.

Seção IV

Restituições

Art. 707. O Contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de crédito tributário e fiscal indevido ou maior que o devido em face desta Lei, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do crédito tributário e fiscal, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento; e

III – reforma, anulação, revogação, ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 708. A restituição total ou parcial do **crédito tributário e fiscal** dá lugar a restituição, **na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo** as referentes a infrações de caráter formal, **que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.**

Parágrafo Único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 709. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I – nas hipóteses previstas nos itens I e II do Art 707, da data do recolhimento indevido; e

II – nas hipóteses previstas no item III do Art. 707, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 710. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública Municipal.

Art.711. Quando se tratar de crédito tributário e fiscal indevidamente arrecadado, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, e apurado pela autoridade competente, a restituição será feita de ofício, mediante determinação do Secretário, responsável pela área fazendária, em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Art. 712. A restituição de crédito tributário e fiscal, mediante requerimento do contribuinte ou apurada pelo órgão competente, ficará sujeita à atualização monetária, calculada a partir da data do recolhimento indevido.

Art. 713. O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 714. Atendendo à natureza e ao montante do crédito tributário e fiscal a ser restituído, poderá o Secretário, responsável pela área fazendária, determinar que a restituição se processe através da compensação de crédito.

Seção V

Compensação e da Transação

Art. 715. O Secretário, responsável pela área fazendária, **poderá:**

I – **autorizar** a **compensação** de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo **contra** a Fazenda Pública Municipal ; e

II – **propor** a **celebração**, entre o Município e o sujeito passivo, mediante **concessões mútuas**, de transação para a **terminação** do litígio e conseqüente **extinção** de créditos tributários e fiscais.

Seção VII



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Remissão

Art. 716. O Prefeito Municipal, por despacho fundamentado, **poderá**:

I – conceder remissão, total ou parcial, do crédito tributário e fiscal, condicionada à observância de pelo **menos** um dos seguintes **requisitos**:

a) comprovação de que a **situação econômica** do sujeito passivo **não permite** a liquidação de seu débito;

b) constatação de **erro** ou **ignorância escusáveis** do sujeito passivo, **quanto** à matéria de fato;

c) diminuta **importância** de crédito tributário e fiscal; e

d) considerações de equidade, em **relação** com as características pessoais ou materiais do caso.

II – **cancelar** administrativamente, de **ofício**, o crédito tributário e fiscal, **quando**:

a) **estiver** prescrito;

b) o sujeito passivo houver **falecido**, deixando unicamente bens que, por força de lei, **não** sejam **suscetíveis de execução**; e

c) inscrito em dívida ativa, for de até **01 (uma)** U.F.M, tornando a cobrança ou execução **antieconômica**.

Art. 717. A remissão **não** se **aplica** aos casos em que o sujeito passivo **tenha agido** com dolo, fraude ou simulação.

Seção VII Decadência

Art. 718. O direito da Fazenda Pública Municipal **constituir** o crédito tributário **extingue-se** após **5 (cinco)** anos contados:

I – da data da ocorrência do fato gerador, quando se **tratar** de **lançamento** por homologação ou declaração; **salvo** nos casos de dolo, fraude ou simulação;

II – do **primeiro** dia do exercício **seguinte** àquele em que o lançamento **poderia** ter sido efetuado; e

III – da data em que se **tornar** definitiva a decisão que **houver** anulado, por **vício formal** o lançamento **anteriormente** efetuado.

Parágrafo Único. O direito a que se refere este artigo **extingue-se** definitivamente com o **decurso** do prazo nele previsto, contado da data em que **tenha sido iniciada** a constituição do crédito tributário pela **notificação**, ao sujeito passivo, de qualquer **medida preparatória** indispensável ao lançamento.

Seção VIII Prescrição

Art. 719. A ação para a cobrança de crédito tributário e fiscal **prescreve** em **5 (cinco)** anos, contados:

I – da data da sua constituição definitiva; e

II – do término do exercício dentro do qual aqueles se tornarem devidos, no caso de lançamento direto.

Art. 720. Interrompe-se a **prescrição** da Dívida Fiscal:

I – pela confissão e parcelamento do débito, por parte do devedor;

II – por qualquer intimação ou notificação feita a contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

III – pela concessão de prazos especiais para esse fim;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

IV – pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento; e
V – pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

§ 1º. O **prazo** da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da **dívida** ativa fiscal recomeça a fluir no **dia** em que o devedor deixa de **cumprir** o acordo celebrado.

§ 2º. Enquanto **não** for localizado o devedor ou encontrado bens sobre os quais possa **recair** a penhora, **não** correrá o prazo de prescrição.

Art. 721. A **inscrição**, de créditos tributários e não-tributários, na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, **suspenderá** a prescrição, para todos os efeitos de direito, por **180 (cento e oitenta)** dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta **ocorrer** antes de findo aquele prazo.

Capítulo V Exclusão Seção I Disposições Gerais

Art. 722. **Excluem** o crédito tributário:

- I – a **isenção**; e
- II – a **anistia**.

Art. 723. A isenção e a anistia, quando **não concedidas** em caráter geral, são efetivadas, em cada caso, por **despacho** do **Secretário**, responsável pela área fazendária, em **requerimento** com o qual o interessado faça **prova** do preenchimento das condições e do cumprimento dos **requisitos** previstos em lei para a sua **concessão**.

Seção II Isenção

Art. 724. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 725. A **isenção** não será extensiva:

- I – às **taxas**;
- II – às **contribuições de melhoria**;
- III – contribuição para custeio de **iluminação pública**; e
- IV – aos **tributos** instituídos posteriormente à sua **concessão**.

Seção III Anistia

Art. 726. A anistia abrange **exclusivamente** as infrações cometidas anteriormente à **vigência** da lei que a concede, **não** se aplicando:

- I – aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele; e
- II – às infrações resultantes de procedimento ardiloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 727. A anistia pode ser concedida:

- I – em **caráter geral**;
- II – **limitadamente**:
 - a) às **infrações** da legislação relativa a **determinado** tributo;
 - b) às **infrações** punidas com penalidades pecuniárias até **determinado** montante, **conjugadas** ou **não** com penalidades de **outra natureza**; e
 - c) sob **condição** do pagamento de tributo no **prazo** fixado pela lei que a **conceder**.

TÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo I

Fiscalização

Art. 728. Todas as **funções** referentes a cadastramento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de **tributos municipais**, aplicação de sanções por infração de **disposições** desta lei, bem como as **medidas** de prevenção e repressão às fraudes, **serão exercidas** pelos órgãos fazendários e repartições a eles **subordinados**, segundo as suas **atribuições**.

Art. 729. Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos **tributos municipais**, sem prejuízo do rigor e vigilância **indispensáveis** ao bom desempenho de suas **atividades**, darão **assistência** aos contribuintes sobre a interpretação e fiel **observância** das leis fiscais.

Art. 730. Os órgãos fazendários **farão** imprimir, distribuir ou autorizar a confecção e comercialização de **modelos** de declarações e de documentos que devam ser **preenchidos obrigatoriamente** pelos contribuintes para o **efeito** de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de tributos e preços públicos municipais.

Art. 731. A aplicação da Legislação Tributária **será** privativa das Autoridades Fiscais.

Art. 732. São Autoridades Fiscais:

- I – o **Prefeito**;
- II – o **Secretário**, responsável pela área fazendária;
- III – os **Diretores** e os **Chefes** de Órgãos de Fiscalização; e
- IV – os **Agentes**, da Secretaria, responsável pela área fazendária, **incumbidos** da Fiscalização dos Tributos Municipais.

Art. 733. Mediante intimação escrita, **são obrigados** a prestar à Autoridade Fiscal todas as informações de que **disponham** com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I – os tabeliães, escrivães e **demais** serventuários de ofício;
- II – os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e **demais** instituições financeiras;
- III – as **empresas** de administração de bens;
- IV – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V – os inventariantes;
- VI – os síndicos, comissários e liquidatários; e
- VII – **quaisquer** outras entidades ou pessoas que a Autoridade Fiscal **determinar**.

Parágrafo Único. A obrigação prevista neste artigo **não abrange** a prestação de informações quanto a **fatos** sobre os quais o informante **esteja** legalmente obrigado a **observar** segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 734. Sem prejuízo do **disposto** na legislação criminal, é **vedada** a divulgação, para **qualquer fim**, por parte da **Fazenda Pública Municipal** ou de seus **funcionários**, de qualquer informação, **obtida** em razão do **ofício**, sobre a situação **econômica ou financeira** dos sujeitos passivos ou de terceiros e **sobre** a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Art. 735. A Fazenda Pública Municipal **permutará** elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na **forma** a ser estabelecida em **convênio** entre elas celebrado, ou **independentemente** deste ato, sempre que solicitada.

Art. 736. No **caso** de desacato ou de embaraço ao **exercício** de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de **medidas acauteladoras** no interesse do fisco, ainda que **não** configure fato definido como crime, a Autoridade Fiscal **poderá**, pessoalmente ou **através** das repartições a que pertencerem, **requisitar** o auxílio de força policial.

Art. 737. Os **empresários** ou **responsáveis** por casas, estabelecimentos, locais ou empresas de diversões **franquearão** os seus **salões de exibição** ou **locais** de espetáculos, bilheterias e demais dependências, à Autoridade Fiscal, desde que, **portadora** de documento de identificação, esteja no **exercício** regular de sua função.

Capítulo II

Dívida Ativa

Art. 738. Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal os créditos de natureza tributária ou **não-tributária**, regularmente **inscritos** na repartição administrativa competente, **depois** de esgotado o prazo **fixado** para pagamento, por lei ou por **decisão final** proferida em **processo regular**.

§ 1º. A inscrição **far-se-á**, após o exercício, quando se tratar de **tributos** lançados por exercício, e, nos demais casos, a inscrição **será** feita após o vencimento dos **prazos previstos** para pagamento, **sem** prejuízo dos acréscimos legais e moratórios.

§ 2º. A inscrição do débito não **poderá** ser feita na Dívida Ativa enquanto **não** forem decidido definitivamente a **reclamação**, o recurso ou o pedido de reconsideração.

§ 3º. Ao contribuinte não **poderá** ser negada certidão negativa de débito ou de quitação, **desde** que garantido o débito fiscal questionado, **através** de caução do seu valor, em **espécie**.

§ 4º. A Dívida Ativa da Fazenda Municipal **será** apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Municipal.

Art. 739. São de **natureza tributária** os créditos **provenientes** de obrigações legais **relativas** à tributos e respectivos adicionais e multas.

Art. 740. São de **natureza não-tributária** os demais créditos decorrentes de obrigações, de **qualquer** origem ou modalidade, **exceto** as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal.

Art. 741. Os **créditos** da Fazenda Pública Municipal, de **natureza** tributária ou não tributária, **serão** escriturados como **receita** do exercício em que **forem** arrecadados, nas **respectivas** rubricas orçamentárias.

Parágrafo Único. Os **créditos** da Fazenda Pública Municipal, de **natureza** tributária ou não tributária, **exigíveis** pelo transcurso do **prazo** para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como **dívida ativa**, em **registro próprio**, depois de efetuado o controle **administrativo** de sua legalidade e de **apurada** a sua liquidez e a sua certeza.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 742. A Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal é **constituída** pela:

- I – Dívida Ativa **Tributária**; e
- II – Dívida Ativa **Não Tributária**.

§ 1º. A Dívida Ativa Tributária é **constituída** pelos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária, **exigíveis** pelo transcurso do **prazo** para pagamento, inscritos, na **forma** da legislação própria, como Dívida Ativa, em **registro próprio**, depois de efetuado o controle **administrativo** de sua legalidade e de **apurada** a sua liquidez e a sua certeza.

§ 2º. A Dívida Ativa Não Tributária é **constituída** pelos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza não tributária, **exigíveis** pelo transcurso do **prazo** para pagamento, inscritos, na **forma** da legislação própria, como Dívida Ativa, em **registro próprio**, depois de efetuado o controle **administrativo** de sua legalidade e de **apurada** a sua liquidez e a sua certeza.

Capítulo III
DAT – Dívida Ativa Tributária

Art. 743. A Dívida Ativa Tributária, **constituída** pelos créditos da Fazenda Pública Municipal, de natureza tributária, **regularmente inscrita** na repartição administrativa competente, depois de **esgotado** o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por **decisão final** proferida em processo regular, é a **proveniente**:

- I – de **obrigação** legal relativa a tributos; e
- II – dos **respectivos** adicionais sobre obrigação legal **relativa** a tributos.

§ 1º. A **obrigação legal** relativa a tributos é a **obrigação** de pagar:

- I – **tributo**; e
- II – penalidade pecuniária **tributária**.

§ 2º. Os **respectivos** adicionais sobre obrigação legal **relativa** a tributos **são**:

- I – **atualização** monetária;
- II – **multa**;
- III – **multa de mora**; e
- IV – **juros de mora**.

§ 3º. A Dívida Ativa Tributária, **regularmente** inscrita, **goza** da presunção de certeza e liquidez e tem o **efeito** de prova pré-constituída.

Art. 744. Fórmula de **apuração** da Dívida Ativa Tributária:

$$\text{DAT} = \sum_{n=1}^n (\text{CEP} - \text{I} - \text{T})_n$$
$$\text{DAT} = (\text{CEP} - \text{I})_1 + \dots + (\text{CEP} - \text{I} - \text{T})_n$$

LEGENDA	DESCRIÇÃO
DAT	Dívida Ativa Tributária
CEP - I - T	Crédito da Fazenda Pública, de Natureza Tributária, Exigível Após Vencimento, Inscrito em Dívida Ativa
Σ	Somatória
n	Número Natural

Art. 745. Fórmula da **composição** da Dívida Ativa Tributária.

$$\text{DAT} = \text{PT} + \text{PPP} + \text{AD}$$
$$\text{AD} = (\text{AM} + \text{MT} + \text{MM} + \text{JM})$$
$$\text{DAT} = (\text{PT} + \text{PPP} + \text{AM} + \text{MT} + \text{MM} + \text{JM})$$



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

LEGENDA	DESCRIÇÃO
DAT	Dívida Ativa Tributária
PT	Pagamento de Tributo
PPP	Pagamento de Penalidade Pecuniária
AD	Adicionais
AM	Atualização Monetária
MT	Multa
MM	Multa de Mora
JM	Juros de Mora

Capítulo IV

DNT – Dívida Ativa Não Tributária

Art. 746. A Dívida Ativa Não Tributária, **constituída** pelos créditos da Fazenda Pública Municipal, de **natureza** não tributária, é a **proveniente**:

- I – de obrigação legal **não** relativa a tributos;
- II – dos respectivos adicionais **sobre** obrigação legal **não** relativa a tributos.

§ 1.º A obrigação legal **não** relativa a tributos é a **obrigação** de pagar:

- I – **contribuições** estabelecidas em lei;
- II – **multas** de qualquer origem ou natureza, **exceto** as tributárias;
- III – foros, laudêmios, alugueis ou preços de **ocupação**;
- IV – **custas** processuais;
- V – preços de serviços **prestados** por estabelecimentos públicos;
- VI – indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis **definitivamente** julgados;
- VII – **créditos**, não tributários, **decorrentes** de obrigações em moeda estrangeira;
- VIII – sub-rogação de **hipoteca**, de fiança, de aval ou de **outra** garantia;
- IX – **contratos** em geral; e
- X – outras obrigações legais, que **não** as tributárias;

§ 2.º Os respectivos adicionais sobre obrigação legal **não** relativa a tributos são:

- I – **atualização** monetária;
- II – **multa**;
- III – **multa** de mora;
- IV – **juros** de mora;
- V – **demais** adicionais.

Art. 747. A Dívida Ativa Não Tributária, **regularmente** inscrita, **goza** da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único. A presunção de certeza e liquidez da DNT – Dívida Ativa Não Tributária é **relativa** e pode ser ilidida **por** prova inequívoca, a **cargo** do **executado** ou de **terceiro**, a quem aproveite.

Art. 748. Fórmula de **apuração** da Dívida Ativa Não Tributária:

$$N$$

$$DNT = \sum (CEP - I \cdot NT)$$

$$1$$

$$DNT = (CEP - I \cdot NT)_1 + (...) + (CEP - I \cdot NT)_n$$

LEGENDA	DESCRIÇÃO
DNT	Dívida Ativa Não Tributária
CEP-INT	Crédito da Fazenda Pública, de Natureza Não Tributária, Exigível Após Vencimento, Inscrito em Dívida Ativa.
Σ	Somatório
N	Número Natural



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 749. Fórmula da composição da Dívida Ativa Não Tributária:

DAT = (PT + PPP + AD)
AD = (AM + MT +MM + JM)
DAT = (PT + PPP + AM + MT + MM+ JM)

LEGENDA	DESCRIÇÃO
DNT	Dívida Ativa Não Tributária
OLNT	Obrigação Legal Não Tributária
AD	Adicionais sobre Obrigações Legal Não Tributária
AM	Atualização Monetária
MT	Multa
MM	Multa de Mora
JM	Juros de Mora
DA	Demais Adicionais

Capítulo V

TIDA-T – Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária

Art. 750. O Termo de **Inscrição** da Dívida Ativa Tributária:

- I – **deverá** ser autenticado pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa;
- II – indicará obrigatoriamente:
 - a) o nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**, bem como, sempre que possível, o **domicílio** ou a **residência** de um e de **outros**;
 - b) a quantia **devida** e a **metodologia** de **cálculo** dos juros de mora acrescidos;
 - c) a origem, a natureza e a fundamentação **legal** do crédito tributário;
 - d) a data em que **foi inscrita**; e
 - e) sendo caso, o **número** do processo administrativo de que se **originar** o crédito.

§ 1º. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária **será** preparado e numerado por **processo eletrônico**.

§ 2º. O **modelo** do Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária **será** instituído através de **portaria** pela Autoridade competente.

Capítulo VI

LRDA-T – Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária

Art. 751. O **Livro de Registro** da Dívida Ativa Tributária:

- I – é de uso **obrigatório** para **escreiturar** os Termos de Inscrição da Dívida Ativa Tributária;
- II – **será** escriturado, anualmente, em **linhas** e em **folhas numeradas**, eletronicamente, em ordem **crescente**;
- III – indicará obrigatoriamente:
 - a) o nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**;
 - b) a **quantia** devida;
 - c) o número do registro, numerado, por **linhas** em **folhas**, eletronicamente, em ordem crescente;
 - d) a data e o número da **folha** do registro da inscrição; e
 - e) o **número** do livro, bem como o **exercício** a que se refere.
- IV – **deverá** ser autenticado pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa.

§ 1º. O Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária **será** preparado e numerado por **processo eletrônico**.

§ 2º. O **modelo** do Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária **será** instituído através de **portaria** pela Autoridade **competente**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Capítulo VII

CDA-T – Certidão de Dívida Ativa Tributária

Art. 752. A Certidão de Dívida Ativa Tributária:

- I – **deverá** ser autenticada pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa; e
- II – **indicará** obrigatoriamente:
 - a) o nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de **outros**;
 - b) a **quantia** devida e a **metodologia** de **cálculo** dos juros de mora **acrescidos**;
 - c) a origem, a natureza e a **fundamentação legal** do crédito tributário;
 - d) a data em que foi **inscrita**;
 - e) sendo caso, o número do **processo administrativo** de que se **originar** o crédito; e
 - f) a **indicação** do livro e da folha da **inscrição**.

§ 1º. A Certidão de Dívida Ativa Tributária **será** preparada e numerada por **processo eletrônico**.

§ 2º. O **modelo** da Certidão de Dívida Ativa Tributária **será** instituído através de **portaria** pela Autoridade **competente**.

Capítulo VIII

TIDA-NT – Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária

Art. 753. O- Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária deverá **conter**:

- I – o nome do **devedor**, dos **co-responsáveis** e, sempre que conhecido, o **domicílio** ou a **residência** de um e de **outros**;
- II – o valor originário da **dívida**;
- III – o **Termo Inicial**;
- IV – a **metodologia** de cálculo:
 - a) dos Juros de Mora; e
 - b) dos DE – Demais Encargos **previstos** em lei ou contrato.
- V – a origem, a natureza e a **fundamentação legal** ou contratual da **dívida**;
- VI – a **indicação**, se for o caso, de estar a **dívida sujeita** à Atualização Monetária, bem como o **respectivo** fundamento legal e o Termo Inicial para o **cálculo**;
- VII – a data e o Número da Inscrição, no **registro** de dívida ativa; e
- VIII – o Número do Processo Administrativo ou do Auto de Infração, se **neles** estiver **apurado** o valor da **dívida**.

§ 1º. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária **será** preparado e numerado por **processo eletrônico**.

§ 2º. O **modelo** do Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária **será** instituído através de **portaria** pela Autoridade competente.

Capítulo IX

LRDA-NT – Livro de Registro da Dívida Ativa Não Tributária

Art. 754. O Livro de Registro da Dívida Ativa Não Tributária:

- I – é de **uso obrigatório** para escriturar os Termos de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária;
- II – **será** escriturado, anualmente, em **linhas** e em **folhas** numeradas, eletronicamente, em **ordem crescente**;
- III – indicará **obrigatoriamente**:
 - a) o nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**;
 - b) o **valor** originário;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- c) o número do registro, numerado, por **linhas em folhas**, eletronicamente, em **ordem crescente**;
- d) a data e o número da folha do **registro da inscrição**; e
- e) o **número** do livro, bem como o **exercício** a que se refere.

IV – **deverá** ser autenticado pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa.

§ 1º. O Livro de Registro da Dívida Ativa Não Tributária **será** preparado e numerado por **processo eletrônico**.

§ 2º. O **modelo** do Livro de Registro da Dívida Ativa Não Tributária **será** instituído através de **portaria** pela Autoridade competente.

Capítulo X

CDA–NT – Certidão de Dívida Ativa Não Tributária

Art. 755. A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária deverá **conter**:

- I – o nome do **devedor**, dos **co-responsáveis** e, sempre que conhecido, o **domicílio** ou a **residência** de um e de **outros**;
- II – o **Valor Originário** da Dívida;
- III – o **Termo Inicial**;
- IV – a **metodologia** de cálculo:
 - a) dos **JM** – Juros de Mora; e
 - b) dos **DE** – Demais Encargos **previstos** em lei ou **contrato**.
- V – a origem, a natureza e a **fundamentação legal** ou **contratual** da **dívida**;
- VI – a **indicação**, se for o caso, de estar a **dívida sujeita** à Atualização Monetária, bem como o **respectivo** fundamento legal e o Termo Inicial para o **cálculo**;
- VII – a data e o Número da Inscrição, no **registro** de dívida ativa; e
- VIII – o Número do Processo Administrativo ou do Auto de Infração, se neles estiver **apurado** o valor da **dívida**.

§ 1º. A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária **será** preparada e numerada por **processo eletrônico**.

§ 2º. O modelo da Certidão de Dívida Ativa Não Tributária **será instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente;

§ 3º. A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária **será** autenticada pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa.

§ 4º. A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária **poderá** substituir o Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária.

§ 5º. Até a **decisão** de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa Não Tributária **poderá** ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a **devolução** do **prazo** para **embargos**.

Capítulo XI

Nulidade da Inscrição e do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária

Art. 756. São **causas** de **nulidade** da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, **por conseguinte**, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, a **omissão**, no Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária:

- I – da **autenticação** do responsável pelo Órgão de Dívida Ativa; e
- II – da **indicação**:
 - a) do nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**;
 - b) da **quantia** devida e da **metodologia** de cálculo dos juros de mora **acrescidos**;
 - c) da origem, da natureza e da **fundamentação legal** do crédito tributário;
 - d) da **data** de **inscrição** da Dívida Ativa Tributária; e
 - e) havendo, o número do **processo administrativo** que originou o **crédito tributário**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 757. São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, **por consequência**, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, o **erro**, no Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária:

- I – na **autenticação** do **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa; e
- II – na **indicação**:
 - a) do nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**;
 - b) da **quantia** devida e da **metodologia** de cálculo dos juros de mora **acrescidos**;
 - c) da origem, da natureza e da **fundamentação legal** do crédito tributário;
 - d) da **data** de inscrição da Dívida Ativa Tributária; e
 - e) havendo, do número do **processo administrativo** que originou o **crédito tributário**.

Art. 758. São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, **por conseguinte**, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, a **omissão**, na Certidão de Dívida Ativa Tributária:

- I – da **autenticação** do **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa; e
- II – da **indicação**:
 - a) do nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**;
 - b) da **quantia** devida e da **metodologia** de cálculo dos juros de mora **acrescidos**;
 - c) da origem, da natureza e da **fundamentação legal** do crédito tributário;
 - d) da **data** de **inscrição** da Dívida Ativa Tributária;
 - e) havendo, do número do **processo administrativo** que originou o **crédito tributário**; e
 - f) da **indicação** do livro e da folha da **inscrição** da Dívida Ativa Tributária.

Art. 759. São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, **por consequência**, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, o **erro**, na Certidão de Dívida Ativa Tributária:

- I – na **autenticação** do **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa; e
- II – na **indicação**:
 - a) do nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**;
 - b) da **quantia** devida e da **metodologia** de cálculo dos juros de mora **acrescidos**;
 - c) da origem, da natureza e da **fundamentação legal** do crédito tributário;
 - d) da **data** de **inscrição** da Dívida Ativa Tributária;
 - e) havendo, do número do **processo administrativo** que originou o **crédito tributário**; e
 - f) da **indicação** do livro e da folha da **inscrição** da Dívida Ativa Tributária.

Art. 760. A nulidade da inscrição e do processo de cobrança da Dívida Ativa Tributária **poderá** ser sanada antes de **proferida** a **decisão** de primeira instância judicial, **mediante substituição** da Certidão de Dívida Ativa Tributária nula, **devolvido** ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente **poderá** versar sobre a **parte modificada**.

§ 1º. Depois de **proferida** a **decisão** de primeira instância judicial, a Certidão de Dívida Ativa Tributária **não** mais poderá ser **substituída**.

§ 2º. A **anulação** da **inscrição** e do **processo de cobrança** da Dívida Ativa Tributária, **não**, **necessariamente**, implica **cancelamento** do crédito tributário.

§ 3º. Estando, ainda, **dentro** do **prazo prescricional**, pode a Fazenda Pública Municipal, novamente, **inscrever** o crédito tributário na Dívida Ativa Tributária, **lavrando**, desta vez, **corretamente**, o Termo de Inscrição em Dívida Ativa Tributária e a Certidão de Dívida Ativa Tributária, abrindo, assim, **novo** processo de cobrança da Dívida Ativa Tributária.

Capítulo XII

PAD – Processo Administrativo de Inscrição da DAFAM – Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 761. O Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal **deverá** ser mantido no **Órgão** responsável pela Dívida Ativa.

§ 1º. Havendo **requisição** pelas partes, pelo juiz ou pelo ministério público, **serão** extraídas **cópias autenticadas** ou **certidões** do Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

§ 2º. Mediante **requisição** do Juiz à repartição competente, com dia e hora **previamente marcados**, **poderá** o Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal **ser exibido** na sede do juízo, **pelo funcionário** para esse fim **designado**, lavrando o serventário **termo** da **ocorrência**, com indicação, se for o caso, das peças a **serem trasladadas**.

Art. 762. O Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal **será**:

- I - **aberto** pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;
- II - **preparado** e **numerado** por processo eletrônico; e
- III - **formado, cronologicamente**, pelo Mapa de Controle Administrativo da Legalidade, pelo Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza, pelo Termo de Inscrição de Dívida Ativa e pela Certidão de Dívida Ativa.

Capítulo XIII

CAL-T – Controle Administrativo da Legalidade do Crédito da Fazenda Pública Municipal de Natureza Tributária

Art. 763. Para o Município **estabelecer** Controle Administrativo da Legalidade dos Tributos Vencidos, **objetivando** a Apuração Administrativa de sua Liquidez e Certeza, com a **finalidade** de **inscrevê-lo** na Dívida Ativa Tributária, **deverá** efetuar **5 (cinco)** Subcontroles Administrativos da Legalidade.

Art. 764. O 1º (**primeiro**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da Privatividade.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Privatividade é a Verificação da Titularidade da Competência Tributária.

§ 2º. A Verificação da Titularidade da Competência Tributária é a **constatação** se o Município, **como** a Pessoa Política Titular da Competência Tributária Privativa, **está** Cobrando um dos Tributos: **IPTU, ITBI, ISSQN, Taxa de Poder de Polícia** da Competência Municipal, **Taxa de Serviço Público** Específico ou Divisível da Competência Municipal, ou **Contribuição de Melhoria**.

Art. 765. O 2º (**segundo**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da Facultatividade.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Facultatividade é a Verificação do Exercício da Competência Tributária.

§ 2º. A Verificação Exercício da Competência Tributária é a constatação se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Tributária Privativa, **editou Lei instituindo** um dos Tributos: **IPTU, ITBI, ISSQN, Taxa de Poder de Polícia** da Competência Municipal, **Taxa de Serviço Público** Específico ou Divisível da Competência Municipal, ou **Contribuição de Melhoria**.

Art. 766. O 3º (**terceiro**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da Permissividade.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Permissividade é a Verificação da Imunidade e das Vedações Tributárias.

§ 2º. A Verificação da Imunidade Tributária é a **constatação** se o sujeito passivo, além de **apresentar** o perfil, atende às **exigências legais** para gozar do **benefício constitucional**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 3º. A Verificação das Vedações Tributárias é a **constatação** se na **constituição** do crédito tributário, foram **observados** os Princípios da Reserva Legal, da Igualdade Tributária, da Anterioridade, da Anualidade e da Não-Utilização do **Tributo** com **Efeito de Confisco**.

Art. 767. O 4º (**quarto**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da Executoriedade.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Executoriedade é a Verificação da Norma Constitucional de Competência Tributária e da Regra Infraconstitucional de Capacidade Tributária.

§ 2º. A Verificação da Norma Constitucional de Competência Tributária e da Regra Infraconstitucional de Capacidade Tributária é a constatação se o **Fato Gerador**, a Hipótese de Incidência, o Sujeito Passivo, a Base de Cálculo e a Alíquota **são compatíveis** com o tributo, estabelecendo **consistências** com a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a Legislação Federal, a Lei Orgânica do Município e a Legislação Tributária Municipal.

Art. 768. O 5º (**quinto**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da Exigibilidade.

§ 1º O Subcontrole do Princípio da Exigibilidade é a Verificação da Regra Infraconstitucional de Análise de Crédito Tributário.

§ 2º A Verificação da Regra Infraconstitucional de Análise de Crédito Tributário é a **constatação** se a Exigibilidade do Crédito Tributário **não está**:

I – **Suspensa**, pesquisando a **existência** de moratória, de **depósito** do seu montante integral, de reclamações e de recursos, nos **termos das leis reguladoras** do processo tributário administrativo, de concessão de **medida liminar** em mandado de segurança, de concessão de **medida liminar** ou de **tutela antecipada**, em outras **espécies** de ação judicial e de **parcelamento**;

II – **Extinta**, pesquisando a **existência** de **pagamento**, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição, de decadência, de **conversão** de depósito em renda, de pagamento antecipado e de homologação do lançamento, de consignação em pagamento, de decisão administrativa irreformável, de decisão judicial **passada em julgado** e de dação em pagamento em **bens imóveis**; e

III – **Excluída**, pesquisando a **existência** de isenção e de anistia.

Art. 769. O Controle Administrativo da Legalidade de Tributo Vencido deverá **ser efetuado através** do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária.

§ 1º. O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária será **preparado** e **numerado** por processo eletrônico.

§ 2º. O modelo do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente;

§ 3º. O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária será **autenticado** pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa.

Capítulo XIV

ALIC-T – Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza do Crédito da Fazenda Pública Municipal de Natureza Tributária

Art. 770. Para o Município **estabelecer** Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Tributos Vencidos, com a Finalidade de **inscrevê-lo** na Dívida Ativa Tributária, **deverá** efetuar **6 (seis)** Sub-apurações Administrativas da Certeza e da Liquidez.

Art. 771. A 1ª (**primeira**) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a **Sub-apuração** Administrativa da Certeza e da Liquidez da **Base de Cálculo**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Base de Cálculo é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** e da sua **Metodologia de Apuração**.

Art. 772. A 2ª (segunda) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a **Sub-apuração** Administrativa da Certeza e da Liquidez da **Alíquota**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Alíquota é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** e da sua **Metodologia de Apuração**.

Art. 773. A 3ª (terceira) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a **Sub-apuração** Administrativa da Certeza e da Liquidez da **Atualização Monetária**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** e da sua **Metodologia de Cálculo**.

Art. 774. A 4ª (quarta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a **Sub-apuração** Administrativa da Certeza e da **Liquidez da Multa**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** e da sua **Metodologia de Cálculo**.

Art. 775. A 5ª (quinta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a **Sub-apuração** Administrativa da Certeza e da **Liquidez da Multa de Mora**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa de Mora é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** e da sua **Metodologia de Cálculo**.

Art. 776. A 6ª (sexta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a **Sub-apuração** Administrativa da Certeza e da Liquidez dos **Juros de Mora**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Juros de Mora é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** e da sua **Metodologia de Cálculo**.

Art. 777. A Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Tributos Vencidos **deverá** ser efetuada **através** do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária.

§ 1º. O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária será **preparado** e **numerado** por processo eletrônico.

§ 2º. O **modelo** do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente;

§ 3º. O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária será **autenticado** pelo **responsável** pelo Órgão de Dívida Ativa.

Art. 778. A **fluência** de juros de mora na **dinamização** da **composição** da Dívida Ativa Tributária não exclui, não desfigura, não descaracteriza e **nem afeta** o **caráter estático** de liquidez do Crédito de Natureza Tributária da Fazenda Pública Municipal.

Capítulo XV

CAL-NT – Controle Administrativo da Legalidade do Crédito da
Fazenda Pública Municipal de Natureza Não Tributária



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 779. Para o Município **estabelecer** Controle Administrativo da Legalidade dos Créditos Não Tributários Vencidos, **objetivando** a Apuração Administrativa de sua Liquidez e Certeza, com a **finalidade** de **inscrevê-lo** na Dívida Ativa Não Tributária, **deverá** efetuar **5 (cinco)** Subcontroles Administrativos da Legalidade.

Art. 780. O 1º (**primeiro**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da **Privatividade**.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Privatividade é a Verificação da Titularidade da Competência Creditícia.

§ 2º. A Verificação da Titularidade da Competência Creditícia é a **constatação** se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Creditícia Privativa, **está** Cobrando um Crédito Não Tributário que **lhe pertence**.

Art. 781. O 2º (**segundo**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da **Facultatividade**.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Facultatividade é a Verificação do Exercício da Competência Creditícia.

§ 2º. A Verificação Exercício da Competência Creditícia é a **constatação** se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Creditícia Privativa, **editou** Lei **instituinto** ou assinou Contrato fazendo jus a um Crédito Não Tributário que **lhe pertence**.

Art. 782. O 3º (**terceiro**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da **Permissividade**.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Permissividade é a Verificação de Impedimento Legal ou de Vedação Contratual.

§ 2º. A Verificação do Impedimento Legal é a constatação se o Município **não está** sendo alcançado por algum Diploma Legal que o **impeça** de receber o crédito de **natureza** não tributária.

§ 3º. A Verificação da Vedação Contratual é a **constatação** se o Município **não está** sendo alcançado por **alguma** Cláusula Proibitiva que o **impeça** de receber o crédito de **natureza** não tributária.

Art. 783. O 4º (**quarto**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da **Executoriedade**.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Executoriedade é a Verificação da Norma Legal de Competência Creditícia ou da Cláusula Contratual de Capacidade Creditícia.

§ 2º. A Verificação da Norma Legal de Competência Creditícia é a **constatação** se há **Fundamentação Legal** para a **cobrança** do crédito de **natureza** não tributária.

§ 3º. A Verificação da Cláusula Contratual de Capacidade Creditícia é a **constatação** se há **Embasamento Contratual** para a **cobrança** do crédito de **natureza** não tributária.

Art. 784. O 5º (**quinto**) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o **Subcontrole** do Princípio da **Exigibilidade**.

§ 1º. O Subcontrole do Princípio da Exigibilidade é a Verificação da Análise do Crédito Não Tributário.

§ 2º. A Verificação da Análise do Crédito Não Tributário é a **constatação** se a Exigibilidade do Crédito Não Tributário **não está**:

I – **Suspensa**, pesquisando a existência de moratória, de depósito do seu montante integral, de reclamações e de recursos, nos **termos** das leis reguladoras do **processo administrativo**, de **concessão** de medida liminar em mandado de segurança, de **concessão** de medida liminar ou de tutela antecipada, em **outras espécies** de ação judicial e de parcelamento;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

II – **Extinta**, pesquisando a **existência** de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição, de decadência, de conversão de depósito em renda, de consignação em pagamento, de decisão administrativa irreformável, de decisão judicial passada em julgado e de **dação em pagamento** em bens imóveis; e

III – **Excluída**, pesquisando a **existência** de perdão de crédito não tributário.

Art. 785. O CAL Controle Administrativo da Legalidade de Crédito Não Tributário Vencido **deverá** ser efetuado **através** do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária.

§ 1º. O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária será **preparado** e **numerado** por processo eletrônico.

§ 2º. O **modelo** do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente;

§ 3º. O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária será **autenticado** pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

Capítulo XVI

ALIC–NT – Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza do Crédito da Fazenda Pública Municipal de Natureza Não Tributária

Art. 786. Para o Município **estabelecer** Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Créditos Não Tributários Vencidos, com a **Finalidade** de **inscrevê-lo** na Dívida Ativa Não Tributária, **deverá** efetuar 6 (seis) Sub-apurações Administrativas da Certeza e da Liquidez.

Art. 787. A 1ª (**primeira**) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez do Principal.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez do Principal é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** ou Contratual e da sua **Metodologia** de Apuração.

Art. 788. A 2ª (**segunda**) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** ou Contratual da sua **Metodologia** de Cálculo.

Art. 789. A 3ª (**terceira**) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da **Multa**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** ou Contratual da sua **Metodologia** de Cálculo.

Art. 790. A 4ª (**quarta**) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da **Multa de Mora**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa de Mora é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** ou Contratual da sua **Metodologia** de Cálculo.

Art. 791. A 5ª (**quinta**) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos **Juros de Mora**.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Juros de Mora é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** ou Contratual da sua **Metodologia** de Cálculo.

Art. 792. A 6ª (sexta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos **Demais Adicionais**.

Parágrafo Único. A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Demais Adicionais é a Verificação da sua **Fundamentação Legal** ou Contratual da sua **Metodologia** de Cálculo.

Art. 793. A Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Créditos Não Tributários Vencidos deverá ser efetuada **através** do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária.

§ 1º. O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária será **preparado** e **numerado** por processo eletrônico.

§ 2º. O modelo do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente.

§ 3º. O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária será **autenticado** pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

Art. 794. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, **autenticado** pela autoridade competente, **indicará obrigatoriamente**:

I – o nome do **devedor** e, sendo o caso, o dos **co-responsáveis**, bem como, sempre que possível, o **domicílio** ou a **residência** de um e de **outros**;

II – o valor originário da dívida, bem como a **forma** de **calcular** os juros de mora e demais encargos **previstos** em lei ou contrato;

III – a origem, a natureza e o **fundamento legal** ou **contratual da dívida**;

IV – a **data** e o **nº da inscrição**, no Registro de Dívida Ativa; e

V – o **número** do processo administrativo ou do auto de infração e termo de intimação, se neles **estiver apurado** o valor da dívida.

§ 1.º A **certidão conterà**, além dos **requisitos** deste artigo a **indicação** do livro e da folha da **inscrição**.

§ 2.º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser **preparados** e **numerados** por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3.º Até a **decisão** de **primeira instância**, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser **emendada** ou **substituída**.

Art. 795. A **omissão** de quaisquer dos **requisitos** previstos no **artigo anterior** ou o erro a eles **relativo** são causas de **nulidade** da inscrição e do processo de cobrança dela **decorrente**, mas a nulidade poderá ser **sanada** até a decisão de primeira instância, **mediante** substituição da certidão nula, **devolvido** ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o **prazo** para defesa, que **somente** poderá versar sobre a **parte modificada**.

Art. 796. A dívida regularmente inscrita **goza** de **presunção** de certeza e liquidez e **tem efeito** de prova pré-constituída.

Parágrafo Único. A **presunção** a que se refere este Artigo é relativa e pode ser indicada por prova inequívoca, a **cargo** do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 797. Mediante despacho do **Secretário**, responsável pela área fazendária, poderá **ser inscrito** no correr do mesmo exercício, o **débito proveniente** de tributos lançados por exercício, **quando for** necessário acautelar-se o **interesse** da Fazenda Pública Municipal.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 798. A Dívida Ativa será cobrada por procedimento amigável ou judicial.

§ 1º Feita a inscrição, a respectiva certidão **deverá ser** imediatamente enviada ao órgão encarregado da cobrança judicial, para que o **débito seja ajuizado** no menor tempo possível.

§ 2º Enquanto **não** houver ajuizamento, o órgão encarregado da cobrança **promoverá**, pelos meios ao seu alcance, a **cobrança amigável** do débito.

§ 3º As **dívidas** relativas ao mesmo devedor, quando **conexas** ou **conseqüentes**, **poderão ser** acumuladas em uma **única ação**.

Art. 799. Salvo nos casos de anistia e de remissão, é **vedada** a concessão de desconto, abatimento ou perdão de **qualquer parcela** da Dívida Ativa, ainda que **não tenha** se realizado a inscrição.

Parágrafo Único. Incorrerá em **responsabilidade funcional** e na obrigação de **responder** pela integralização do pagamento, aquele que **autorizar** ou fizer a **concessão proibida** no presente artigo **sem prejuízo** do procedimento criminal cabível.

Art. 800. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos do mesmo **sujeito passivo**, relativos a idênticos ou diferentes **créditos tributários** e **fiscais**, inscritos em Dívida Ativa, a autoridade administrativa competente, para **receber** o pagamento, **determinará** a respectiva imputação, obedecidas as **seguintes regras**, na ordem em que enumeradas:

I – em **primeiro lugar**, aos **débitos** por obrigação própria, em segundo lugar, aos **decorrentes** de responsabilidade tributária;

II – **primeiramente**, às contribuições de melhoria, **depois**, às taxas, **por fim**, aos impostos;

III – na **ordem crescente** dos prazos de prescrição; e

IV – na **ordem decrescente** dos montantes.

Art. 801. A importância do crédito tributário e fiscal **pode** ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, **nos casos**:

I – de **recusa** de recebimento, ou subordinação deste **ao pagamento** de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de **obrigação acessória**; e

II – de subordinação do recebimento **ao cumprimento** de exigências administrativas sem **fundamento legal**;

§ 1º A consignação só **pode versar** sobre o crédito que o **consignante** se propõe pagar.

§ 2º Julgada **procedente** a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é **convertida** em renda;

§ 3º Julgada **improcedente** a consignação, no todo ou em parte, **cobra-se** o crédito acrescido de **juros de mora**, sem prejuízo das **penalidades cabíveis**.

Art. 802. O Secretário, **responsável** pela área fazendária, divulgará, **até o último dia útil** de cada trimestre, **relação nominal** de devedores com créditos **regularmente inscritos** na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

Capítulo XVII

Certidões Negativas

Art. 803. Ficam **instituídas** a Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 804. A Fazenda Pública Municipal **exigirá** a Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito, como **prova** de **quitação** ou **regularidade** de créditos tributários e não-tributários.

Art. 805. A Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito serão **expedidas mediante** Requerimento do Interessado ou de seu representante legal, **devidamente habilitados**.

Art. 806. O Requerimento do Interessado **deverá conter**:

- I – o(s) Tributo(s) a que se **refere(m)**;
- II – o(s) Estabelecimento(s) a que se **refere(m)**;
- III – o(s) Imóvel(is) a que se **refere(m)**;
- IV – as Informações Necessárias à **Identificação** do **Interessado**:
 - a) o **Nome** ou a **Razão Social**;
 - b) a **Residência** ou o **Domicílio Fiscal**; e
 - c) o **Ramo de Negócio** ou a **Atividade**;
- V – a Indicação do Período a que se **refere** o **Pedido**.

Parágrafo Único. O **modelo** de Requerimento do Interessado será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente.

Art. 807. A Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito, **relativas** à situação fiscal e a dados cadastrais, só serão **expedidas** após as informações fornecidas pelos **órgãos responsáveis** pelos dados a serem certificados.

Art. 808. Será **expedida** a Certidão Negativa de Débito se **não for constatado** a existência de créditos **não vencidos**:

- I – em curso de cobrança executiva em que **não tenha sido** efetivada a penhora; e
- II – cuja exigibilidade **não esteja** suspensa.

§ 1º A Certidão Negativa de Débito terá **validade** de **60 (sessenta)** dias.

§ 2º O **modelo** de Certidão Negativa de Débito será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente;

Art. 809. Será **expedida** a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito se for **constatado** a existência de créditos não vencidos:

- I – em curso de cobrança executiva em que **tenha sido** efetivada a penhora; e
- II – cuja exigibilidade **esteja suspensa**.

§ 1º A Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito surtirá os **mesmos efeitos** que a Certidão Negativa de Débito.

§ 2º A Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito terá **validade** de **30 (trinta)** dias.

§ 3º O **modelo** de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente;

Art. 810. Será **expedida** a Certidão Positiva de Débito se for **constatado** a **existência** de créditos vencidos:

- I – em curso de cobrança executiva em que **não tenha sido efetivada** a penhora; e
- II – cuja exigibilidade **não esteja** suspensa.

§ 1º A Certidão Positiva de Débito não surtirá os **mesmos efeitos** que a Certidão Negativa de Débito.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

§ 2º. A Certidão Positiva de Débito terá **validade** de 90 (noventa) dias.

§ 3º. O **modelo** de Certidão Positiva de Débito será **instituído** através de **portaria** pela Autoridade competente.

Art. 811. O prazo máximo para a **expedição** de **certidão** será de 10 (dez) dias, contados a partir do **primeiro dia útil** após a entrada do **requerimento** na repartição competente.

§ 1º. As **certidões** poderão ser **expedidas** pelo processo mecânico ou eletrônico.

§ 2º. As **certidões** serão **assinadas** pelo Responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

Art. 812. A Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Certidão Negativa:

I – não servirão de **prova contra** cobrança de **quaisquer débitos** referentes a recolhimentos que não tenham sido **efetuados** e que venham a **ser apurados** pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa **legal prevista** nos **Incisos de I a IX do Artigo 149 da Lei Federal Nº 5172, de 25-10-1966 – Código Tributário Nacional**; e

II – serão **eficazes**, dentro de seu **prazo de validade** e para o fim a que se destinam, **perante qualquer** órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, **Direta** ou **Indireta**.

Art. 813. A prática de **ato indispensável** para evitar a caducidade de **direito dispensa** a prova de quitação de tributos, a **Certidão Negativa de Débito**.

Parágrafo Único. A **dispensa** da prova de quitação de tributos, a Certidão Negativa de Débito, **não** elimina, porém, a **responsabilidade**:

I – de todos os participantes responderem, no ato, **pelo tributo**, porventura, **devido**, pelos juros de mora e pelas penalidades cabíveis, excetuadas às relativas a infrações; e

II – pessoal do infrator responder, no ato, pelas penalidades cabíveis, relativas a infrações.

Art. 814. A Certidão Negativa de Débito expedida com **dolo ou fraude**, contendo erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza, pessoalmente, o **funcionário responsável** pela expedição, pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos.

Art. 815. Na expedição de Certidão Negativa de Débito dolosa ou fraudulenta contra a Fazenda Pública, a responsabilidade pessoal, do **funcionário responsável** pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos, **não exclui** a responsabilidade criminal e funcional que no **caso couber**.

Art. 816. Sem prejuízo das Responsabilidades Pessoal e Criminal, **será exonerado**, a bem do serviço público, o **servidor** que expedir Certidão dolosa ou fraudulenta **contra** a Fazenda Pública Municipal.

Art. 817. As certidões serão **solicitadas** mediante **requerimento** da parte interessada ou de seu representante legal, **devidamente habilitados**, o qual deverá **conter**:

- a) **nome** ou **razão social**;
- b) **endereço** ou **domicílio tributário**;
- c) **profissão**, **ramo** de atividade e **número** de inscrição;
- d) **início** de atividade;
- e) **finalidade** a que se destina;
- f) o **período** a que se refere o **pedido**, quando for o caso; e
- g) **assinatura** do requerente.

Art. 818. As **certidões relativas** à situação fiscal e dados cadastrais só serão **expedidas** após as informações fornecidas pelos **órgãos responsáveis** pelos dados a serem certificados.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 819. Da **constará certidão** o crédito tributário e fiscal devidamente **constituído**.

Parágrafo Único. Considera-se crédito tributário e fiscal devidamente **constituído**, para efeito deste artigo:

- I - o crédito tributário e fiscal **lançado e não quitado** à época própria;
- II - a **existência** de débito **inscrito** em Dívida Ativa;
- III - a **existência** de débito em **cobrança executiva**; e
- IV - o **débito** confessado.

Art. 820. Na **hipótese** de comprovação, pelo **interessado**, de ocorrência de fato que **importe em suspensão** de exigibilidade de crédito tributário e fiscal ou no adiantamento de seu vencimento, a certidão **será expedida** com as **ressalvas necessárias**.

Parágrafo Único. A certidão **emitida** nos termos deste artigo **terá validade** de certidão negativa enquanto **persistir a situação**.

Art. 821. Será pessoalmente responsável, criminal e funcionalmente, o servidor que, por dolo, fraude, simulação ou negligência, expedir ou der causa à expedição de certidão incorreta.

Art. 822. O prazo máximo para a **expedição** de **certidão** será de **10 (dez)** dias, contados a partir do **primeiro dia útil** após a entrada do **requerimento** na repartição competente.

§ 1º As **certidões** **poderão** ser expedidas pelo **processo** mecânico ou eletrônico e terão **validade** de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º As certidões serão **assinadas** pelo Diretor do Departamento **responsável** pela sua expedição.

Art. 823. A Certidão Negativa **será eficaz**, dentro de seu prazo de **validade** e para o fim a que se **destina**, **perante qualquer** órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, **Direta** ou **Indireta**.

Capítulo XVIII

Autorização

Art. 824. Fica **autorizado** o Poder Executivo Municipal a **terceirizar a cobrança** da Dívida Ativa.

Capítulo XIX

Execução Fiscal

Art. 825. A execução fiscal poderá ser **promovida** **contra**:

- I - o **devedor**;
- II - o **fiador**;
- III - o **espólio**;
- IV - a **massa**;
- V - o **responsável**, nos termos da lei, **por dívidas**, tributárias ou não-tributárias, de **pessoas físicas** ou **jurídicas** de direito privado; e
- VI - os sucessores a **qualquer título**.

§ 1º O síndico, o comissário, o liquidante, o inventariante e o administrador, nos **casos** de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se, **antes** de garantidos os créditos da Fazenda Pública Municipal, **alienarem** ou **derem** em **garantia quaisquer** dos bens



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

administrados, respondem, **solidariamente**, pelo valor desses bens, **ressalvado** o disposto nesta Legislação.

§ 2º A Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, **aplicam-se** as normas relativas à **responsabilidade prevista** na legislação tributária, civil e comercial.

§ 3º Os responsáveis **poderão nomear** bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para **pagar a dívida**. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem **insuficientes** à satisfação da dívida.

Art. 826. A petição inicial **indicará apenas**:

- I - o **juiz** a quem é dirigida;
- II - o **pedido**; e
- III - o **requerimento** para citação.

§ 1º A petição inicial será **instruída** com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará **parte integrante**, como se estivesse **transcrita**.

§ 2º A petição inicial e a Certidão da Dívida Ativa **poderão constituir** um Único documento, preparado inclusive por **processo eletrônico**.

§ 3º A **produção** de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de **requerimento** na petição inicial.

§ 4º O valor da causa será o da **dívida constante** da certidão, com os **encargos legais**.

Art. 827. Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos **indicados** na Certidão da Dívida Ativa, o **executado poderá**:

- I - **efetuar** depósito em dinheiro, a ordem do juízo, em **estabelecimento oficial de crédito**, que **assegure** atualização monetária;
- II - oferecer **fiança bancária**;
- III - nomear **bens à penhora**; e
- IV - **indicar** à penhora bens **oferecidos** por **terceiros** e aceitos pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º O **executado** só poderá indicar e o **terceiro oferecer** bem imóvel à penhora com o **consentimento** expresso do **respectivo cônjuge**.

§ 2º **Juntar-se-á** aos autos a **prova** do **depósito**, da fiança bancária ou da penhora dos bens do **executado** ou de terceiros.

§ 3º A garantia da execução, por **meio** de **depósito** em dinheiro ou fiança bancária, **produz** os mesmos efeitos da penhora.

§ 4º **Somente** o depósito em dinheiro **faz cessar** a **responsabilidade** pela atualização monetária e juros de mora.

§ 5º A fiança bancária obedecerá às **condições preestabelecidas** pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6º O **executado** poderá **pagar parcela** da dívida, que **julgar** incontroversa, e garantir a execução do **saldo devedor**.

Art. 828. Não ocorrendo o **pagamento**, nem a garantia da execução, a **penhora** poderá **recair** em qualquer bem do **executado**, **exceto** os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 829. Se, antes da **decisão** de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a **qualquer título**, cancelada, a execução fiscal será **extinta**, sem qualquer ônus para **as partes**.

Art. 830. A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal só é **admissível** em execução, na **forma** da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, **salvo as hipóteses** de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

Parágrafo Único. A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo, importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

Art. 831. A Fazenda Pública Municipal não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independe de preparo ou de prévio depósito.

Parágrafo Único. Se vencida, a Fazenda Pública Municipal ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.

Art. 832. O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública Municipal será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.

Parágrafo Único. Mediante requisição do juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o processo administrativo ser exibido, na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem trasladadas.

Capítulo XX

Garantias e Privilégios

Seção I

Disposições Gerais

Art. 833. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previsto em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 834. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública Municipal por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

Seção II

Preferências

Art. 835. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

- I - União;
- II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata; e
- III - Municípios, conjuntamente e “pro rata”.



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 836. São **encargos** da massa falida, pagáveis **preferencialmente** a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, **exigíveis** no decurso do **processo de falência**.

Art. 837. São **pagos** preferencialmente a quaisquer **créditos habilitados** em inventário ou arrolamento, ou a **outros** encargos do monte, os créditos tributários **vencidos** ou **vincendos**, a cargo do **de cujus** ou de **seu espólio**, exigíveis no decurso do **processo** de inventário ou arrolamento.

Art. 838. São **pagos** preferencialmente a quaisquer **outros** os **créditos** tributários **vencidos** ou **vincendos**, a cargo de pessoas jurídicas de **direito privado** em liquidação judicial ou voluntária, **exigíveis** no decurso da liquidação.

Art. 839. Não será **concedida** concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, **sem** que o requerente **faça prova** da quitação de todos os **tributos relativos** à sua atividade mercantil.

Art. 840. Nenhuma **sentença de julgamento** de partilha ou adjudicação será **proferida** sem prova da quitação de **todos** os tributos **relativos** aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 841. O Município **não celebrará** contrato ou aceitará proposta em concorrência pública **sem que** contratante ou proponente **faça prova** da quitação de todos os créditos tributários e fiscais **devidos** à Fazenda Pública Municipal, **relativos** à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I

Disposições Finais

Art. 842. Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas ou firmas individuais, **exclusivamente** prestadoras de serviços, **constituídas** por um só estabelecimento ou fundo de comércio, que **obtiverem**, num período de **12 (doze)** meses, **receita bruta** igual ou inferior ao valor de **1.500 (um mil e quinhentas)** UFMs, e observarem ainda os **seguintes requisitos**:

- I – estarem **devidamente cadastradas** como microempresas no **órgão municipal** competente;
- II – **emitirem** documento fiscal; e
- III – tenham **obtido**, nos últimos **12 (doze)** meses **anteriores** ao seu cadastramento, receita bruta igual ou inferior ao **limite estabelecido** no “caput” deste artigo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei **considera-se** receita bruta o **total das receitas operacionais** e não-operacionais auferidas no período de **12 (doze)** meses, **exceto** as provenientes da venda do **ativo permanente**, sem quaisquer deduções.

§ 2º Para efeito de **determinação** do limite previsto no “caput” deste artigo, **será considerado** o valor da UFM vigente no mês de **ocorrência** do fato gerador.

§ 3º As pessoas jurídicas ou firmas individuais, **no ano** em que iniciarem suas atividades, ficam **dispensadas** do requisito constante do **item III** deste artigo.

Art. 843. Não se **incluem** no regime desta Lei as pessoas jurídicas ou firmas individuais:

- I – que tenham como **sócios** pessoas jurídicas;
- II – que participem do **capital** de outras pessoas jurídicas;
- III – cujo titular ou sócio **participem** de outra pessoa jurídica;
- IV – que **sejam constituídas** sob a forma de sociedade por ações;
- V – que realizem operações **relativas a**:
 - a) importação;



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação, corretagem, administração ou construção de imóveis;

c) estacionamento, armazenamento, guarda ou administração de bens de terceiros;

d) corretagem de câmbio, seguros e títulos e valores mobiliários; e

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação.

VI – que prestem os **serviços de**:

a) médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiografia, tomografia e congêneres;

b) enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária);

c) médicos veterinários;

d) contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;

e) agentes da propriedade industrial;

f) advogados;

g) engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;

h) dentistas;

i) economistas; e

j) psicólogos.

Art. 844. Os benefícios instituídos pela presente Lei **somente** começam a **produzir efeitos** em relação aos fatos geradores ocorridos **após** o cadastramento da microempresa no **órgão municipal** competente.

Art. 845. O cadastramento de microempresas **será** feito mediante **requerimento** do interessado, instruído com **documentos comprobatórios** do atendimento dos requisitos desta Lei.

Art. 846. As microempresas **terão direito** à redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, observadas as **seguintes proporções**:

I – nos primeiros **12 (doze)** meses como microempresa: **50% (cem por cento)**;

II – do **13º (décimo terceiro)** ao **24º (vigésimo quarto)** mês como microempresa: **30% (sessenta por cento)**; e

III – do **25º (vigésimo quinto)** ao **36º (trigésimo sexto)** mês como microempresa: **20% (vinte por cento)**.

Art. 847. **Perderá definitivamente** a condição de microempresa:

I – aquela que deixar de **preencher** os **requisitos** desta Lei; e

II – aquela que, a **qualquer tempo**, ultrapassar o **limite estabelecido**.

Art. 848. O regime tributário **favorecido** não dispensa a microempresa do **cumprimento** de obrigações acessórias, nem **modifica** a **responsabilidade** decorrente da sucessão, da solidariedade e da substituição tributária.

Art. 849. A critério do **Secretário**, responsável pela área fazendária, e a **requerimento** da microempresa, poder-se-á **instituir regime especial** de escrituração fiscal e **regime simplificado** de emissão de documento fiscal.

Art. 850. As pessoas jurídicas e as firmas individuais que, sem **observância** dos requisitos desta Lei, **pleitearem** seu enquadramento ou se mantiverem enquadradas, como **microempresas**, estarão **sujeitas** às **seguintes penalidades**:

I – **cancelamento** de ofício do seu registro **como microempresa**;

II – **pagamento** de todos os tributos **devidos** como se benefício algum **houvesse** existido com todos os **acréscimos legais**, calculados **com base** na data em que os tributos **deveriam** ter sido recolhidos; e



ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

III – **impedimento** de seu titular ou qualquer sócio **constituir** microempresa ou **participar** de outras **já existentes**, com os favores desta Lei, durante o prazo de **5 (cinco anos)**.

Art. 851. As microempresas **estão obrigadas** a possuir e emitir os **documentos fiscais** e os **gerenciais previstos** na legislação tributária.

Capítulo II

Disposições Transitórias

Art. 852. As microempresas **cadastradas** com base na **legislação municipal** anterior, **que não** preencherem os requisitos desta Lei, terão seus **registros cancelados** a partir de **1.º de janeiro de 2.004**.

Parágrafo Único. As microempresas **deverão promover** o seu recadastramento no órgão municipal competente, até o dia **30 de março de 2.004**, **sem prejuízo** da fruição do **benefício** desta Lei, a partir de **1.º de janeiro de 2.004**.

Art. 853. A **a partir** de **1.º de maio de 2.004** **ficam sem validade**, sendo vedado a sua utilização, os **documentos fiscais** confeccionados há mais de **12 (doze)** meses, bem como **aqueles** que venham a completar este **prazo de confecção**, à medida da data de seu **respectivo alcance**.

§ 1º O prazo de **12 (doze)** meses será **contado** a partir da data da **AI-NF** constante de **forma** impressa no documento fiscal, sendo que **após** o **encerramento** do mesmo, os documentos fiscais, **ainda não** utilizados, serão **cancelados** na forma prevista nesta Lei.

§ 2º As **situações** excepcionais decorrentes da **aplicação** do disposto no “**caput**” deste artigo serão **resolvidas** pelo responsável pela Fazenda Pública Municipal.

~~**Art. 854.** Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – UFM, que terá seu valor unitário, que a partir de 1.º de janeiro de 2004 será de R\$ 10,00 (dez reais) corrigido monetariamente, a critério da autoridade administrativa, por índices oficiais de inflação.~~

Art. 854. Fica **instituída** a Unidade Fiscal do Município (UFM) que terá seu **valor unitário**, e que a partir de **1º de janeiro de 2010** será de R\$ 15,00 (**quinze reais**) corrigido anualmente monetariamente, a **critério** da autoridade administrativa, por **índice oficiais** de inflação. (**Redação dada pela Lei Complementar 002/2009, de 17 de dezembro de 2009**)

Art. 855. A **concessão** de moratória, anistia, isenção e imunidade não **gera direito adquirido** em caráter individual e será **revogada de ofício**, sempre que se apure que o **beneficiado** não satisfazia ou deixou de satisfazer as **condições** ou **não cumpria** ou **deixou de cumprir** os requisitos para a concessão do favor, **cobrando-se**, assim, os **créditos devidos** acrescidos de juros de mora:

I – com **imposição** da penalidade cabível, **nos casos** de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em **benefício daquele**; e

II – sem imposição de penalidade, **nos demais casos**.

§ 1º No caso do **inciso I** deste artigo, o tempo decorrido entre a **concessão** do **benefício** e sua revogação **não se computa** para efeito da prescrição do direito à **cobrança do crédito**.

§ 2º No caso do **inciso II** deste artigo, a revogação **só pode** ocorrer antes de prescrito o **referido direito**.

Art. 856. A **concessão** de moratória, anistia, isenção e imunidade **não dispensa** o cumprimento de obrigações acessórias.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Art. 857. Integram este código os **anexos I** da cobrança do ISSQN.

Art. 858. O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Parágrafo Único. O Secretário da área fazendária, **mediante portaria**, orientará a **aplicação** da presente lei estabelecendo as **instruções necessárias** a facilitar sua fiel execução.

Art. 859. Esta Lei entrará em vigor em **1.º de janeiro de 2.004**.

Art. 860. Fica **revogada** toda a Legislação Tributária Municipal **anterior** à vigência desta Lei, especialmente a **1059/02** de vinte de dezembro do ano de dois mil e dois e **artigo 4º** da **Lei nº 04/73** de **14 de maio de 1973**.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 19 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2003, 182º. ANO DA INDEPENDÊNCIA E 115º. DA REPÚBLICA.

JOMAR FERNANDES PEREIRA FILHO
PREFEITO

ANEXO I				
ALC - ALÍQUOTA CORRESPONDENTE - ISSQN				
ITEM	<i>Serviços Tributáveis</i>	TPPC	PSPL	
LS	ISSQN	ALC	ALC	ALC
	Art. 45 do CTM	Ao ANO	Ao Mês	Mens al
1.0	serviços de informática e congêneres			
1.01	Análise e desenvolvimento de sistema	18		5%
1.02	Programação			5%
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação entre outros formatos, e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018)	18		5%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente de arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablots, smartphones e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018	18		5%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação			5%
1.06	Assessoria e consultoria em informática	18		5%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	18		5%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônica			5%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

1.09	Disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita a ICMS. (Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			5%
2.	serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza			
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza			5%
3.	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres			
3.01	(VETADO)			
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda			5%
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadra esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de Qualquer natureza			5%
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza			5%
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário			5%
4.	Serviços de saúde, assistência medica e congêneres.			
4.01	Medicina e biomedicina.	50	20	3%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade medica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	50	20	5%
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.			3%
4.04	Instrumentação cirúrgica	50	20	5%
4.05	Acupuntura	50	20	5%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	20	7	5%
4.07	Serviços farmacêuticos.	20	7	5%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	30	5	5%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	30	5	5%
4.10	Nutrição.	30	5	5%
4.11	Obstetrícia	30	10	5%
4.12	Odontologia	30	10	5%
4.13	Ortopedia	30	10	5%
4.14	Próteses sob encomenda		10	5%
4.15	Psicanálise	30	10	5%
4.16	Psicologia	30	10	5%
4.17	Casas de repouso e recuperação, creches, asilos e congêneres.			3%
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres			5%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.			5%
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie			5%
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres			5%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.			2%
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.			5%
5.	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.			
5.01	Medicina veterinária e zootecnia	20	7	5%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária			5%
5.03	Laboratórios de análises na área veterinária			5%
5.04	Inseminação artificial, fertilização In vitro e congêneres.			5%
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.			5%
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.			5%
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres		20	5%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.		20	5%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.		20	5%
6.	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.			
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.		10	5%
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	10		5%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	10		5%
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.			5%
6.05	Centros de emagrecimento, spar e congêneres.			5%
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.(Incluído pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			5%
7.	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.			
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagem e congêneres.	42		5%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	42		4%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	42		4%
7.04	Demolição	42		4%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de marcadoras produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	42		4%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	42		3%
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	42		5%
7.08	Calafetação.	42		5%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	18		5%
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	16		5%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	36		5%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos,	18		5%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	18		5%
7.14	(VETADO)			
7.15	(VETADO)			
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	42		5%
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	42		5%
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	42		5%
7.19	Acompanhamento e fiscalização de execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	42		5%
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	42		5%
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	30		5%
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	42		5%
8.	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.			
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.			2%
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	20		2%
9.	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.			
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service, condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)			5%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.		35	3.5%
9.03	Guias de turismo.	36		3.5%
10.	Serviços de intermediação e congêneres	18		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação do câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	42		5%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	42		5%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	42		2%
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasig), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	42		5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	42		5%
10.06	Agenciamento marítimo.	30		5%
10.07	Agenciamento de notícias.	30		5%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	36		5%
10.09	Representação de qualquer natureza inclusive comercial (Redação dada pela Lei Complementar nº 004/2010, de 15 de dezembro de 2010)	18		3%
10.10	Distribuição de bens de terceiros	50		3%
11.	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	20		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	20		5%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018		18	5%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas		18	5%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.		20	5%
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	30		
12.01	Espectáculos teatrais	20		5%
12.02	Exibições cinematográficas	20		5%
12.03	Espectáculos circenses	20		5%
12.04	Programas de auditório	20		5%
12.05	Parques de diversões, centro de lazer e congêneres	20		5%
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres	30		5%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres		30	5%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	30		5%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	20		5%
12.10	Corridas e competições de animais		30	5%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual com ou sem a participação do espectador	20		5%
12.12	Execução de música	20		5%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	30		5%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	20		5%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	20		5%
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	20		5%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	20		5%
13.	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	18		
13.01	(VETADO)			
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	18		5%
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	18		3%
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	18		3%
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeito ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018	18		5%
14.	Serviços relativos a bens de terceiros.			
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, concerto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	18		4%
14.02	Assistência técnica.	18		5%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	18		3%
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus	18		3%
14.05	Restauração, recondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos qualquer	16		5%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	18		5%
14.07	Colocação de molduras e congêneres.		18	3%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	18		3%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	10		2%
14.10	Tinturaria e lavanderia.	10		3%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	18		2%
14.12	Funilaria e lanternagem		18	5%
14.13	Carpintaria e serralheria.	18		2%
14.14	Guincho intramunicipal, guidaste e içamento.(Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			5%
15.	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.			
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres .	20		5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	20		5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos geral.			5%
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral inclusive atestado de idoneidade, a atestado de capacidade financeira e congêneres.			5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de cheques sem Fundos- CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.			5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores, comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.			5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.			5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.			5%
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).			5%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônicos, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.			5%
15.11	Devolução de títulos, protestos de títulos, sustação de protestos, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.			5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.			5%
15.13	Serviços relacionados a operação de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato do câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito em importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.			5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.			5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.			5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.			5%
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.			5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.			5%
16.	Serviços de transporte de natureza municipal.			
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal	18		5%
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.(Redação dada pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.(Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			5%
17.	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	17		



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista,; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	18		4%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	10		4%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	18		4%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	18		5%
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	18		5%
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	18		5%
17.07	(VETADO)			
17.08	Franquia (franchising)	42		5%
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	36		5%
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	36		5%
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	42		5%
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	42		3.5%
17.13	Leilão e congêneres.		42	5%
17.14	Advocacia.	42		5%
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	42		5%
17.16	Auditoria.	36		5%
17.17	Análise de Organização e Métodos.	36		5%
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	36		5%
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	10		4%
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	42		5%
17.21	Estatística	42		5%
17.22	Cobrança em geral.	42		5%
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	42		5%
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	36		5%
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons de imagens de recepção livre e gratuita).(Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			5%
18.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de risco para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	30		



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerencia de riscos seguráveis e congêneres.	50		5%
19.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	42		5%
20.	Serviços portuários, aeroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.			
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	42		5%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	42		5%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	42		5%
21.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	50		5%
22.	Serviços de exploração de rodovia.			
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	50		5%
23.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.			
23.01	Serviços de programação e comunicação visual desenho industrial e congêneres.	30		5%
24.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.			
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	18		5%
25.	Serviços funerários.			
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	20		5%



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

25.02	Translato intramunicipal e Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.(Redação dada pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018	20		5%
25.03	Planos ou convênio funerários.	20		5%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	20		5%
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitério para sepultamento.(Incluído pela Lei complementar nº 003/2017, de 03 de maio de 2017) a partir de 01/01/2018			5%
26.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelo correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.			
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	42		5%
27.	Serviços de assistência social			
27.01	Serviços de assistência social.	20		5%
28.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.			
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	42		5%
29.	Serviços de biblioteconomia.			
29.01	Serviços de biblioteconomia		30	4%
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.			
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.		30	5%
31.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.			
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	30		
32.	Serviços de desenhos técnicos.			
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	30		5%
33.	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.			
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	30		2.5%
34.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.			
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	20		5%
35.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.			
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	20		5%
36.	Serviços de meteorologia.			
36.01	Serviços de meteorologia.	20		5%
37.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.			
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	20		5%
38.	Serviços de museologia.			
38.01	Serviços de museologia.	20		5%
39.	Serviços de ourivesaria e lapidação			
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	20		5%
40.	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda,			
40.01	Obras de arte sob encomenda.	20		4%